Ciências Sociais Aplicadas: Recursos Teórico-metodológicos na Construção de Perspectivas Originais de Análise

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

Ano 2021

Ciências Sociais Aplicadas:
Recursos Teórico-metodológicos na Construção de Perspectivas Originais de Análise

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

Ano 2021

Editora Chefe
Prof[a] Dr[a] Antonella Carvalho de Oliveira
Assistentes Editoriais
Natalia Oliveira
Bruno Oliveira
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto Gráfico e Diagramação
Natália Sandrini de Azevedo
Camila Alves de Cremo
Luiza Alves Batista
Maria Alice Pinheiro
Imagens da Capa
Shutterstock
Edição de Arte
Luiza Alves Batista
Revisão
Os Autores

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Ano 2021

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Ano 2021

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Ano 2021

Ciências sociais aplicadas: recursos teórico-metodológicos na construção de perspectivas originais de análise

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: recursos teórico-metodológicos na construção de perspectivas originais de análise / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-008-4
DOI 10.22533/at.ed.084212704

1. Ciências sociais aplicadas. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.
CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea *Ciências Sociais Aplicadas: Recursos Teórico-Metodológicos na Construção de Perspectivas Originais de Análise* apresenta 19 artigos, decorrentes de pesquisas teóricas e de campo. Assim, encontraremos trabalhos decorrentes de: levantamento bibliográfico, análise documental, análise de conteúdo, revisão de literatura, pesquisas exploratórias, observação participante, pesquisa-ação, entrevistas, dentre outros.

A coletânea nos possibilita através das riquezas de análise acessar experiências, que se articulam com discussões entre si, tais como: sustentabilidade, meio ambiente, cultura, condições de moradia, espaço urbano, dentre outras, colocando em pauta a forma como vivemos em sociedade.

A característica interdisciplinar das discussões enriquece o debate e impulsiona as conexões. Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os trabalhos, saborear as leituras e realizar suas próprias conexões entre o cotidiano vivido e as leituras.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 1

O ESTADO EM PERSPECTIVA: DO CONTRATUALISMO À TEORIA MATERIALISTA HISTÓRICA

Deyvid Braga Ferreira
Adilza Rita Gomes Gonçalves do Amaral
Lívya Ramos Sales Mendes de Barros
Jéssica Antunes Figueiredo
Josenilda Rodrigues de Lima
Simone Natividade Santos
Samuel Barbosa Silva
Islan Lisboa da Silva

DOI 10.22533/at.ed.0842127041

CAPÍTULO 2 15

A UTILIZAÇÃO DOS RELATÓRIOS INTEGRADOS COMO FERRAMENTA DE FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Albano de Freitas Dias Junior
Eliene Dias Marcondes
Rafael Alexandre Halphen

DOI 10.22533/at.ed.0842127042

CAPÍTULO 3 20

DESENRAIZANDO A *GROUNDED THEORY*

Carla Severiano de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.0842127043

CAPÍTULO 4 29

SYSTEMATIZATION OF THE INSTITUTIONALISM OF DOUGLASS NORTH AND A PARALLEL WITH THE THEORY OF GEOFFREY HODGSON

Elson Cedro Mira

DOI 10.22533/at.ed.0842127044

CAPÍTULO 5 55

ECONOMIA, SEUS INDICADORES E A TOMADA DE DECISÃO EM AMBIENTE DE ESCASSEZ

Vicente Carneiro Cardoso

DOI 10.22533/at.ed.0842127045

CAPÍTULO 6 63

“LISBOA CRIATIVA”: POR QUE É TÃO IMPORTANTE CONECTAR

Carla Moreira Martins de Barros

DOI 10.22533/at.ed.0842127046

CAPÍTULO 7 .... **77**

DESARROLLO SOSTENIBLE: UN RETO PARA MÉXICO

Elías Gaona Rivera

Karen Marcela Orozco Moreno

DOI 10.22533/at.ed.0842127047

CAPÍTULO 8 .... **92**

USO DE CONTAINERS COMO MORADIA NO AGRESTE DE PERNAMBUCO: PERCEPÇÃO DOS MORADORES E PROFISSIONAIS DA ÁREA

Ana Lígia de Barros Sybalde

Eduarda Luciana Larissa de Lima

DOI 10.22533/at.ed.0842127048

CAPÍTULO 9 .... **95**

CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO HABITACIONAL EM SÃO LUÍS

José Ricardo de Jesus Pinto Cordeiro

DOI 10.22533/at.ed.0842127049

CAPÍTULO 10 .... **108**

CONSTRUINDO O MEDO COMO FORMA DE VENDER CONDOMÍNIOS E LOTEAMENTOS RESIDENCIAIS

Antonio Andrade Mota

Laila Nazem Mourad

DOI 10.22533/at.ed.08421270410

CAPÍTULO 11 .... **124**

DA CONCEITUAÇÃO DE MOBILIDADE URBANA AO DESENVOLVIMENTO DE MODELO DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO PARA A APLICAÇÃO EM CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS

Lara Reis Rodrigues

Maximiliano Engler Lemos

DOI 10.22533/at.ed.08421270411

CAPÍTULO 12 .... **138**

ESTRATÉGIAS DE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL ADOTADAS EM EMPRESAS AMBIENTALMENTE SENSÍVEIS E NÃO AMBIENTALMENTE SENSÍVEIS

Juliana Reck

Karine Ruwer

Aládio Zanchet

Martin Airton Wissmann

DOI 10.22533/at.ed.08421270412

CAPÍTULO 13 .... **158**

TURISMO E MEIO AMBIENTE: CARTA ENCÍCLICA *LAUDATO SI'* SOBRE O CUIDADO DA CASA COMUM

Eduardo Taborda de Jesus

DOI 10.22533/at.ed.08421270413

CAPÍTULO 14..169

O PERFIL DO PROFISSIONAL DE RECURSOS HUMANOS CONTEMPORÂNEO: UMA REVISÃO TEÓRICA SOBRE O PERCURSO E SUAS CARACTERÍSTICAS

Bruna Gabrielle Souza Assenção
Giselle Silva Gomes Ferreira
Marilan Jessica Monteiro da Silva Pissolatto
Márcia Sumire Kurogi Diniz

DOI 10.22533/at.ed.08421270414

CAPÍTULO 15..183

OFERTA DE TRANSPLANTES RENAIS E FATORES ASSOCIADOS: ANÁLISE EXPLORATÓRIA ESPACIAL PARA AS UNIDADES FEDERATIVAS DO BRASIL

Yasmine Candida da Mata Mendonça
Cássia Kely Favoretto
José Luiz Parré
Giácomo Balbinotto Neto
Marcio Marconato

DOI 10.22533/at.ed.08421270415

CAPÍTULO 16..208

BRÁULIO BESSA E JOSÉ AUGUSTO "SERGIPANO": DOIS ARTISTAS EM UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA BOURDIEUSIANA DE *HABITUS*, CAMPO, CAPITAL E TRAJETÓRIA

Márcio Renan Correa Rabelo
Ricardo Thadeu Guimarães Souza

DOI 10.22533/at.ed.08421270416

CAPÍTULO 17..218

FUTEBOL SOB O AUTORITARISMO DITATORIAL

Daniel Perdigão
Michelle Zampieri Ipolito

DOI 10.22533/at.ed.08421270417

CAPÍTULO 18..232

DO AUTORRETRATO AO SELFIE: UMA DISCUSSÃO SOBRE OS ESPELHOS DIGITAIS

Antonia Zeneide Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.08421270418

CAPÍTULO 19..240

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A CRÍTICA DA DOMINAÇÃO GESTIONÁRIA

Sérgio Gini

DOI 10.22533/at.ed.08421270419

SOBRE A ORGANIZADORA..256

ÍNDICE REMISSIVO..257

CAPÍTULO 1

O ESTADO EM PERSPECTIVA: DO CONTRATUALISMO À TEORIA MATERIALISTA HISTÓRICA

Data de aceite: 23/04/2021

Deyvid Braga Ferreira
UMJ/AL

Adilza Rita Gomes Gonçalves do Amaral
UMJ/AL

Lívya Ramos Sales Mendes de Barros
UMJ/AL

Jéssica Antunes Figueiredo
UMJ/AL

Josenilda Rodrigues de Lima
UFAL

Simone Natividade Santos
UFAL

Samuel Barbosa Silva
UFAL

Islan Lisboa da Silva
UFAL

RESUMO: O objetivo deste artigo é fazer uma revisão de literatura, contrapondo duas formas diametralmente opostas de se falar do fenômeno Estado: a de Direita, que defende a teoria contratualista e a de viés mais crítico, de Esquerda, que pensa o Estado a partir do materialismo histórico – dialético. A metodologia utilizada para o desvelar tal problemática, foi a pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica. Os resultados desta pesquisa mostraram que Marx realmente desenvolveu uma teoria do Estado, submetendo este ente à uma análise materialista histórica, podendo assim demonstrar e desvelar seu surgimento e sua subordinação a burguesia e ao capital, enquanto classes (ou suas frações) que buscam/almejam o consenso.

PALAVRAS–CHAVE: Estado. Contratualismo. Materialismo histórico-dialético.

THE STATE IN PERSPECTIVE: FROM CONTRACTUALISM TO HISTORICAL MATERIALIST THEORY

ABSTRACT: The objective of this article is to review the literature, contrasting two diametrically opposed ways of talking about the State phenomenon: that of the Right, which defends the contractualist theory and that of the more critical bias, of the Left, which thinks the State from materialism historical - dialectical. The methodology used to unveil this problem was qualitative research, with bibliographic review. The results of this research showed that Marx really developed a theory of the State, submitting this entity to a historical materialist analysis, thus being able to demonstrate and unveil its emergence and its subordination to the bourgeoisie and to capital, as classes (or their fractions) that seek / aspire to consensus.

KEYWORDS: State. Contractualism. Historical-dialectical materialism.

1 I INTRODUÇÃO

Desde o fim das eleições de 2018, observamos um projeto societário alinhado ao capital e suas frações de classe, recrudescendo

direitos trabalhistas historicamente conquistados com muito suor e sangue, além de privatizações de empresas estatais tidas por estratégicas em outros governos.

O discurso oficial que legitima esta situação, advoga a tese de que o Estado é para todos, e quais medidas são necessárias; que são precisos sacrifícios de todos, pois estamos ligados por um contrato firmado na eleição do projeto societário que logrou-se vencedor e este é o único caminho possível.

E estas modificações nos direitos e nas leis vão sendo impostas a sociedade, como única forma possível de se superar as crises e, através de projetos de leis com a chancela da população (pois foi ela quem elegeu os políticos que lá estão), vamos sendo cada vez mais tolhidos enquanto cidadãos.

Mas, sabendo que a sociedade é complexa e fracionada, como pensar nesse ente chamado "ESTADO", que deverá ser o fiador de todas as relações sociais, chancelando o que deve ou não ser permitido e quais rumos poderemos navegar? Será que esse contrato entre a sociedade e o governo realmente é a teoria mais interessante ou poderíamos pensar de outra forma, mais crítica, onde o materialismo histórico-dialético poderia nos apresentar outras facetas?

É para tentar responder estas perguntas que surge o presente artigo, fazendo uma revisão bibliográfica entre os três teóricos contratualista mais citados[1]: Hobbes, Locke e Rousseau e o "*18 de brumário de Luís Bonaparte*", e qual a relação do direito com estas premissas.

2 | DO CONTRATUALISMO À ANÁLISE MATERIALISTA HISTÓRICO-DIALÉTICA

2.1 O direito como um dos fiadores do capital

Advogamos a tese de que o homem começa seu percurso na terra, primeiro de forma individual (nossos primeiros antepassados). Sozinho, não há necessidade de regras ou de se pensar em quaisquer tipos de condutas voltadas a construção do coletivo. Depois, começam a formarem-se grupos.

Com a complexificação das relações sociais, a necessidade de divisão de tarefas, a produção e comercialização de mercadorias além da preservação e aquisição de patrimônio; surge a necessidade de se repensar num ente garantidor das relações comerciais/mercantis: o Estado.

Será o Estado, então, o fiador das relações comerciais, emprestando "segurança jurídica" a formalização e execução dos processos de trocas de mercadorias no comércio, através de algo bastante engenhoso: transformar algo insipiente que começa complexo e cheio de desconfianças (pensar do Estado feudal ao Estado moderno) = as relações de troca mercantis; em algo deveras: habitual, costumeiro, rotineiro, digamos até trivial.

Será através do contrato, instrumento maior do MPC e elemento de fluidez das

1 Devido a limitação de espaço, não falarei de Hegel.

mercadorias, que o **Direito legitima o Estado**. Primeiro, a burguesia enquanto classe revolucionária, luta pela conquista de Leis que privilegiem o comércio e as novas relações sociais. Depois, lutam para que o Estado acompanhe esta evolução, e a nova forma de subordinação entre classes. Mas o contrato não é visto de forma negativa, aliás, ele é alçado a elemento garantidor de perpetuidade social, de continuidade e de ascensão.

> Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. [grifos nossos] (MARX&ENGELS, 2007, pp. 47)

Sob esta via, constrói-se a figura do Estado (ABBAGNANO, 2007) como um ente personificado, soberano perante a comunidade Internacional, politicamente organizado e detentor de regime jurídico próprio, onde o conjunto de suas instituições legalmente personificadas controla e administra os rumos: de seu povo e de seu território e de sua soberania, devendo propiciar as condições necessárias ao desenvolvimento de seu povo. Entretanto, como fazer isso, como atender aos anseios das antagônicas classes sociais, se o Estado encontra-se não só controlado, mas é um instrumento de manutenção das classes dominantes?

Através do contrato, de um pacto firmado por nossos antepassados que irá não só legitimar o projeto societário, mas incidir diretamente em nossa memória discursiva, atuando como um discurso fundador, que trará estabilidade aos discursos outros, incidindo sobre o "*espírito humano*".

> As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante**. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual.** As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão idealdas relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. [grifos nossos] (MARX&ENGELS, 2007, pp. 47).

É sobre esta "*base espiritual*" que surge um grupo de pensadores, onde se destacam as figuras de: Hobbes, Locke e Rousseau, que elaboram uma **teoria contratualista do Estado**, que busca não só explicar o surgimento do Estado, mas de legitimar a relação entre os exploradores e explorados, subsidiada pelo próprio Estado, uma vez que se questionava o motivo pelo qual havia tanta miséria para tantos e tanto luxo para tão poucos, validando

o poder e a forma política vigente, de modo a manter a subserviência dos que estão sob sua égide.

> O simples ato de penetrar na estrutura do discurso ideológico dominante inevitavelmente nos impõe as seguintes determinações 'racionais" preestabelecidas: (a) o quanto (ou quão pouco) se pode considerar questionável; (b) de que ponto de vista: e (c) com que finalidade. (MESZÁROS, 2004, pp. 14)

Nesse sentido, analisemos o efeito de evidência[2] na terminologia "teoria contratual" proposta, onde as partes livres e desimpedidas (típicos sujeitos de direito), em pleno gozo de sua liberdade e sem quaisquer impedimentos, tergiversam acerca do que podem ou não fazer com o Estado, de forma extremamente parcimoniosa (apagando todos e quaisquer tipos conflitos)!

2.2 A teoria contratual

Em **Hobbes**, a teoria contratualista tem por cerne, a criação de um leviatã, de um Deus Mortal necessário à preservação do próprio homem; é indispensável na história, para a perpetuação da própria espécie humana.

> A única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de defendê-los das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda sua força e poder a um homem, ou a uma assembléia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade. (...) Isto é mais do que consentimento, ou concórdia, é uma verdadeira unidade de todos eles, numa só e mesma pessoa, realizada por um pacto de cada homem com todos os homens, de um modo que é como se cada homem dissesse a cada homem: Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembléia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações. (...) (HOBBES, 2011, p. 61)

Para esse autor, o homem em seu estado natural é mau por natureza e vive em constante insegurança e beligerância, pois o que o governa é o medo de ser subjugado por outro homem mais forte ou inteligente e, este outro mais forte e inteligente vive com um eterno medo de também ser subjugado por outro mais inteligente e mais forte, existindo-~~se~~ assim um ciclo infinito de desconfiança e temor entre os habitantes das comunidades. Com isto, Hobbes advoga que em virtude da escassez dos produtos naturais, em virtude da escassez das matérias primas, em virtude da escassez da própria natureza como fonte mantenedora da espécie humana, todos os homens terão direito a tudo.

2 Não falarei de efeito de sentido, pois acho interessante o leitor primeiro ver os recortes da produção intelectual desta tríade burguesa (Meszáros, 2005), para depois refletir dentro de uma perspectiva materialista histórica, algo tão comum, mais tão caro para o capital: criar a ilusão que todos somos iguais perante a lei, para legitimar toda a sorte de exploração possível.

> Portanto se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo que é impossível ela ser gozada por ambos, eles tornam-se inimigos. E no caminho para seu fim (que é principalmente sua própria conservação, e às vezes apenas seu deleite) esforçam-se por se destruir ou subjugar um ao outro e disto se segue que, quando um invasor nada mais tem a recear do que o poder de um único outro homem, se alguém planta, semeia, constrói ou possui um lugar conveniente, é provavelmente de esperar que outros venham preparados com forças conjugadas, para desapossá-lo e privá-lo, não apenas do fruto de seu trabalho; mas também de sua vida e de sua liberdade. Por sua vez, o invasor ficará no mesmo perigo em relação aos outros. E contra esta desconfiança de uns em relação aos outros, nenhuma maneira de se garantir é tão razoável como a antecipação; isto é, pela força ou pela astúcia, subjugar as pessoas de todos os homens que puder, durante o tempo necessário para chegar ao momento em que não veja qualquer outro poder suficientemente grande para ameaçá-lo. E isto não é mais do que sua própria conservação exige, conforme é geralmente admitido. (...). Consequentemente, esse aumento do domínio sobre os homens, sendo necessário para a conservação de cada um, deve ser por todos admitido. (idem,p. 46)

É sob esta ótica, que nasce sua célebre frase: "*homo lúpus homini*" (o homem é lobo do próprio homem). Entretanto, também existe no homem o desejo, uma busca pela paz, mas isso só é alcançável através do firmamento de um pacto, um contrato social, onde será avençado que os contratantes deleguem todos os seus direitos a contratado, que será uma autoridade suprema, um leviatã, um deus mortal e inquestionável, que de forma absoluta e centralizada assegura a mantença não só da harmonia social, mas da segurança dos cidadãos. "Por outro lado, os homens não tiram prazer algum da companhia uns dos outros (e sim, pelo contrário, um enorme desprazer), quando não existe um poder capaz de manter a todos em respeito". (Ibidem, p. 46)

Já para **Locke** o contrato social assume contornos diferentes do que prega Hobbes. Este contrato baseia-se, sobretudo, na confiança e no consentimento dos súditos. O objetivo deste contrato será a centralização política do Estado e uma coordenação administrativa do mesmo. Em polo diametralmente oposto a Hobbes, Locke afirma que a função principal do Estado é manter a segurança dos cidadãos, garantir os direitos individuais e proteger a propriedade privada (que é adquirida desde o primeiro nascimento, com Adão e Eva no paraíso, mas não se perpetua pelo lapso temporal) mantida pelo esforço e suor de seu proprietário "legítimo".

> Se o homem é tão livre no estado de natureza (...), por que renunciaria a sua liberdade, (...) para sujeitar-se à dominação e ao controle de qualquer outro poder? A resposta é evidente: ainda que no estado de natureza ele tenha tantos direitos, o gozo deles é muito precário e constantemente exposto às invasões de outros. Todos são tão reis quanto ele, todos são iguais, mas a maior parte não respeita estritamente, nem a igualdade nem a justiça, o que torna o gozo da propriedade que ele possui neste estado muito perigoso e muito inseguro. Isso faz com que ele deseje abandonar esta condição, que, embora livre, está repleta de medos e perigos contínuos; e não é sem razão que ele solicita e deseja se unir em sociedade com outros, que já estão

> reunidos ou que planejam-se unir, visando a salvaguarda mútua de suas vidas, liberdades e bens, o que designo pelo nome geral de propriedade. (LOCKE, 1994, p. 157). (Sic)

Outro aspecto diferenciador é a possibilidade de se recorrer à justiça em caso de lesão ou violação aos direito dos súditos pelo governante. Em caso de descumprimento do acordado contratualmente, caberá uma rebelião contra este ato. Já que é Deus a fonte de nosso direito e da nossa terra, e o governante não é Deus, nada mais justo que se rebelar contra o ato déspota.

> Seja quem for que detenha (...) o poder supremo, de uma comunidade civil, deve governar através de leis estabelecidas e permanentes, promulgadas e conhecidas do povo, e não por meio de decretos improvisados; por juízes imparciais e íntegros, que irão decidir as controvérsias conforme estas leis; e só deve empregar a força da comunidade, em seu interior, para assegurar a aplicação destas leis, e, no exterior, para prevenir ou reparar as agressões do estrangeiro, pondo a comunidade ao abrigo das usurpações e da invasão. E tudo isso não deve visar outro objetivo senão a paz, a segurança e o bem público do povo. (Idem, p. 160).

Em **Rousseau**, o contrato social é o coroamento das relações harmônicas entre os seres humanos. Diferente de Hobbes, em que o homem é um ser mau por natureza, para Rousseau o homem nasce bom, sendo a sociedade o elemento de seu corrompimento. Advoga a tese de que todos os homens nascem livres e iguais em direitos e em obrigações, motivo pelo qual no contrato, os indivíduos não renunciam aos seus direitos inerentes (os direitos naturais).

> Renunciar à própria liberdade é o mesmo que renunciar à qualidade de homem, aos direitos da Humanidade, inclusive aos seus deveres. Não há nenhuma compensação possível para quem quer que renuncie a tudo. Tal renúncia é incompatível com a natureza humana, e é arrebatar toda moralidade a suas ações, bem como subtrair toda liberdade à sua vontade. Enfim, não passa de vã e contraditória convenção estipular, de um lado, uma autoridade absoluta, e, de outro, uma obediência sem limites. (ROUSSEAU, 2011, p. 07).

Eles apenas entram em acordo para que seja criado um ente (o Estado) que lhes possa dar proteção, e preservar-lhes tais conquistas. Um ponto que merece destaque, é que para Rousseau o Estado deve manutenir a vontade geral, de sorte que todos devem obedecer ao que a maioria decide, que é o justo.

> Eu imagino os homens chegados ao ponto em que os obstáculos, prejudiciais à sua conservação no estado natural, os arrastam, por sua resistência, sobre as forças que podem ser empregadas por cada indivíduo a fim de se manter em tal estado. (...) Esta dificuldade, reconduzida ao meu assunto, pode ser enunciada nos seguintes termos: Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual, cada um, unindo-se a todos, não obedeça, portanto, senão a si mesmo, e permaneça tão livre como anteriormente. Tal é o problema

> fundamental cuja solução é dada pelo contrato social. As cláusulas deste contrato são de tal modo determinadas pela natureza do ato, que a menor modificação as tornaria vãs e de nenhum efeito; de sorte que, conquanto jamais tenham sido formalmente enunciadas, são as mesmas em todas as partes, em todas as partes tacitamente admitidas e reconhecidas, até que, violado o pacto social, reentra cada qual em seus primeiros direitos e retoma a liberdade natural, perdendo a liberdade convencional pela qual ele aqui renunciou. (Idem, p. 08 – 09).

2.3 A teoria materialista do Estado

Se por um lado, os teóricos contratualista tentam demonstrar que o Estado surge do consenso social, objetivando paz e harmonia através do binômio cessão x garantia de direitos (pensamos aqui direitos de primeira dimensão: vida, liberdade e propriedade privada); no marxismo poderemos entender o **Estado** como produto dos antagonismos entre as diferentes classes sociais. Com isso, busca-se a administração parcimoniosa dos conflitos; não sua resolução. Isso ocorre porque se não houver essa administração dos conflitos entre as classes, ambas poderão fenecer, sendo importante manter os conflitos dentro de certos parâmetros. Estes parâmetros são aqueles aceitáveis pelas classes hegemonicamente dominantes, de modo que a "exploração de uma classe por outra", mantenha-se incólume.

> [...] Com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial a burguesia conquistou, finalmente, o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno. **O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo**. [grifos nossos] (MARX & ENGELS, 2008, p. 47)

Marx (2011c), busca teorizar sobre o Estado, analisando a conjuntura política da França, entre dezembro de 1851 a março de 1852 em sua obra: "**O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**", numa perspectiva materialista histórica e dialética, refletindo acerca de como ocorre o golpe que leva á tomada do poder e do Estado francês por **Luís Bonaparte** (ou **Napoleão** III, sobrinho de Napoleão Bonaparte) e o porquê da permissibilidade da burguesia em ceder seu poder político para alguém alheio a sua casta.

O 18 de Brumário do ano VIII (o primeiro Brumário) foi originalmente o golpe de Estado dado por **Napoleão Bonaparte** (ou **Napoleão I**) em 09 de novembro de 1799, que manteve a alta casta da burguesia[3] no poder, modificando o governo francês progressivamente de um Diretório para uma Monarquia ditatorial. A data de número "18" faz alusão ao dia 09 de novembro do calendário gregoriano, enquanto "*Brumário*" (significando nevoeiro, neblina) corresponde ao segundo mês do calendário revolucionário francês de 1792, que buscava o rompimento com a igreja e suas tradições, exortando a fauna e flora locais.

Desde a escolha do título (2011c), o autor nos instiga a refletir sobre o Estado,

3 A palavra burguês deriva de "*burgos*", que significa cidade ou vila fortificada. Neste local, sua população dedicava-se a troca de mercadorias com outros feudos e a produção artesanal (divididos em mestres e aprendizes). Com a derrocada do MPF para o MPC, esta nova classe começa a ascender e a ganhar poder econômico.

acerca dos movimentos revolucionários que eclodiram no mês de fevereiro de 1848 na Europa, em especial na França, e de que forma tais acontecimentos irrompem na eleição de 02 de dezembro onde Luís Bonaparte torna-se presidente e, ironicamente após quase três anos de eleito, declara-se imperador francês permanecendo no poder até 1870.

> **Todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes1. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.** [...] E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial. (Grifos nossos)(2011c, pp. 25-26)

Mas se estávamos diante de um Estado Feudal, como se deu a passagem para o Estado Moderno? Neste sentido, Marx (2011c) nos mostra que Napoleão I fora o percursor das mudanças necessárias no "*ancient* régime"[4], pois com a passagem do Modo de Produção Feudal ao Modo de Produção Capitalista a ascendente classe burguesa esforçava-se para ocupar os espaços tidos por inamovíveis pela monarquia.

> [...] Criou, dentro da França, as condições que possibilitaram o desenvolvimento da livre concorrência, a exploração da propriedade fundiária parcelada, a liberação da força produtiva industrial da nação, e, fora das fronteiras francesas, varreu do mapa todas as instituições feudais na medida em que isso se fez necessário para propiciar à sociedade burguesa da França um ambiente atualizado e condizente no continente europeu. (MARX, 2011c, pp. 26)

Era necessário passar do Estado absolutista para o Estado Moderno, que é eminentemente burguês. Por isso, a burguesia aproveita-se do modelo deixado pelo feudalismo e o aperfeiçoa. Nesse contexto, podemos observar que a burguesia, ao chegar ao poder, trata logo de impor à população um conjunto de regras chamadas de "constituição", que serve apenas para impor limites aos revolucionários, mantendo o mesmo "*status quo*" de outrora.

> Mais tarde, essas leis orgânicas foram implementadas pelos amigos da ordem e todas aquelas liberdades foram regulamentadas de tal modo que a burguesia, ao gozar delas, não ficasse chocada ao ver as demais classes gozarem dos mesmos direitos. Quando ela proibiu "aos outros" essas liberdades ou lhes permitiu gozá-las sob condições que implicavam outras tantas armadilhas policiais, isso sempre ocorreu apenas no interesse da "segurança pública", isto é, da segurança da burguesia, como prescreve a Constituição. Em consequência, ambos os lados se reportam, posteriormente e com toda razão, à Constituição, tanto os amigos da ordem que suprimiram todas aquelas liberdades quanto os democratas que exigiram o seu

4 Antigo Regime. Neste caso, fazemos alusão ao Feudalismo ou MPF (Modo de Produção Feudal).

cumprimento. Isso se deve ao fato de que cada parágrafo da Constituição contém a sua própria antítese, a sua câmara superior e a sua câmara inferior, a saber, na sentença universal, a liberdade e, na nota marginal, a revogação da liberdade. (MARX, 2011c, p. 42)

Só que neste Estado moderno, fruto do Modo de produção Capitalista, existirão características que o diferenciam dos outros Estados gestados em diferentes Modos de Produção, pois é com o capital que há a premente necessidade de seu aperfeiçoamento a esta nova formatação, esta nova engrenagem, assim como o direito, precisaria ser aperfeiçoado e ajustado. É possível então, dentro de uma perspectiva materialista histórica, identificarmos características que seriam comuns a todos os Estados burgueses em geral.

[...] com a sua monstruosa organização burocrática e militar, com a sua máquina estatal multifacetada e artificiosa, esse exército de funcionários de meio milhão de pessoas somado a um exército regular de mais meio milhão, essa terrível corporação de parasitas, que envolve o organismo da sociedade francesa como uma membrana e entope todos os seus poros, surgiu no tempo da monarquia absoluta, na época da decadência do sistema feudal, para cuja aceleração contribuiu. Os privilégios senhoriais dos proprietários de terra e das cidades se transformam na mesma quantidade de atributos do poder estatal, os dignitários feudais passam à condição de funcionários remunerados e o catálogo multicor dos potentados medievais conflitantes se converte em plano regulamentado de um poder estatal cujo trabalho é dividido e centralizado como numa fábrica. (2011c, p. 140).

A **primeira característica** será uma aparente[5] autonomia do Estado, que nestes períodos subordina toda a sociedade, tanto a burguesia e suas frações quanto o proletariado e suas divisões, de forma indistinta e com maior ou menor rigor, vigiando e censurando a tudo e a todos, não importando se tais situações ocorrem nos bares ou salões, na imprensa ou por opinião pública.

Ela destruiu a imprensa revolucionária; a sua própria imprensa foi destruída. Ela colocou as Assembleias populares sob a vigilância da polícia; os seus próprios salões culturais foram vigiados pela polícia. Ela dissolveu as Guardas Nacionais democráticas; a sua própria Guarda Nacional foi dissolvida. Ela decretou o estado de sítio; o estado de sítio foi decretado sobre ela. Ela substituiu os júris pelas comissões militares; os seus júris foram substituídos por comissões militares. Ela submeteu o ensino popular aos padrecos; os padrecos a submeteram ao seu próprio ensino. Ela deportou sem julgamento; ela foi deportada sem julgamento. Ela reprimiu toda e qualquer manifestação da sociedade mediante o poder estatal; toda e qualquer manifestação da sua sociedade foi esmagada pelo poder estatal. Motivada por sua bolsa de dinheiro, ela se rebelou contra os seus próprios políticos e escritores; os políticos e escritores foram eliminados, mas, tendo sido desse modo amordaçada a sua boca e quebrada a sua pena, também a sua bolsa de dinheiro foi saqueada. (2011c, pp. 137-138).

5 Diremos aparente, pois seu escopo é manutenir o MPC, socorrendo-o sempre que necessário, corroborando para sua perpetuação, mesmo que seja preciso investir/injetar dinheiro público, na iniciativa privada, para ela não quebrar...

A **segunda característica** será a burocratização presente na/ para a requisição/ realização formal de serviços pelo Estado e sua administração. Para Marx, o conceito de burocracia é pejorativo, pois como característica essencial ao modelo do Estado Moderno, sendo este um dos produtos aperfeiçoados do Modo de Produção Capitalista, a burocracia irá refratar uma relação social de classes, onde as decisões a serem proferidas pelas instituições ou órgãos detentores do poder de decisão e aqueles que buscam a oferta de seus serviços, irão influenciar no deferimento ou não dos pedidos formulados.

> E uma enorme burocracia, bem engalanada e bem nutrida, é de todas as "*idées napoléoniennes*" a que mais agrada ao segundo Bonaparte. E nem poderia ser diferente, porque ele é obrigado a criar, ao lado das classes reais da sociedade, uma casta artificial que possui um interesse existencial na preservação do seu regime. Por conseguinte, as suas primeiras operações financeiras foram conceder aumento de salário aos funcionários, restabelecendo o valor antigo, e criar novas sinecuras. (2011c, pp. 148).

A **terceira característica** será o monopólio do "uso legítimo" da força (Exércitos, Polícias...) e de todo o Aparelho Repressor de Estado, que lhe serve para afastar de forma psicológica ou violenta, quaisquer atentados a seus negócios privados.

> Ele tem a proteção do conjunto das Forças Armadas. Ele goza do privilégio de poder indultar criminosos individuais, suspender a atividade das guardas nacionais, destituir com o consentimento do Conselho de Estado os conselhos gerais, cantonais e comunitários eleitos pelos próprios cidadãos. . (2011c, pp. 44).

A **quarta característica** é de caráter ideológico. Consiste no modo de controle acerca do que pode e deve ser ensinado oficialmente. Que valores devem ser passados pela a população, assim como que fatos históricos deverão ou não ser ensinados, deverão ou não serem tidos como verdadeiros.

> Outra "*idée napoléonienne*" é a dominação exercida pelos padrecos como expediente de governo. Porém, ao passo que a parcela recém-criada, em sua harmonia com a sociedade, em sua dependência das forças da natureza e em sua submissão à autoridade que a protegia a partir de cima, era naturalmente religiosa, a parcela corroída pela dívida, em conflito com a sociedade e a autoridade e forçada a superar a sua própria limitação é naturalmente irreligiosa. O céu era um belo complemento à estreita faixa de terra recém-adquirida, sobretudo porque ele proporcionava o clima; mas ele se torna um insulto quando é incutido como substituto da parcela. Nesse caso, o padreco nada mais é que o sabujo ungido da polícia terrena. (2011c, pp. 148).

Neste tópico, vemos também a questão da interdição/ censura na imprensa e na educação onde se escolhe cuidadosamente o que pode ou não ser veiculado, e de que forma, de modo a manter as massas populacionais e outros grupos de interesses desinformados ou apenas com parte da informação que o grupo dominante ou sua fração achar conveniente/ interessante.

> [...] amaldiçoando todas as revoluções futuras, presentes e passadas, incluindo aquelas que os seus próprios líderes haviam protagonizado, e mediante leis que amordaçaram a imprensa, destruíram a associação e regulamentaram o estado de sítio como instituto orgânico. (2011c, pp. 72).

A **quinta característica** é atrelada à questão da luta de classes. Cremos ser correta a afirmação de que não existe uma classe dominante, não como elemento isolado e homogêneo por si só. O que existem são frações de classes, dentro da classe dominante, cada uma com seus próprios interesses e anseios, onde todos se inserem na estrutura material de reprodução social, brigando pela defesa de seus próprios benefícios.

> Quem negaria que, simultaneamente, velhas lembranças, inimizades pessoais, temores e esperanças, preconceitos e ilusões, simpatias e antipatias, convicções, artigos de fé e princípios os ligavam a esta ou àquela casa real? Sobre as diferentes formas da propriedade, sobre as condições sociais da existência se eleva toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e configurados de modo peculiar. Toda a classe os cria e molda a partir do seu fundamento material e a partir das relações sociais correspondentes. (2011c, pp. 60).

É justamente por causa deste tópico, que podemos entender o *18 de Brumário de Luís Bonaparte*: o motivo que leva a casta dominante e suas frações, por duas vezes, a buscar alguém de fora de seu círculo, para conduzir o controle da máquina Estatal, já que suas frações não se entendiam e não conseguiam governar, além de uma insipiente nova revolução proletária,

> A burguesia, pelo visto, não tinha outra alternativa senão eleger Bonaparte. [...] Assim também bradou a burguesia francesa após o *coup d'*état: o único que ainda pode salvar a sociedade burguesa é o chefe da Sociedade 10 de Dezembro! [...] Na condição de Poder Executivo que se tornou independente, Bonaparte sente-se chamado a assegurar a "ordem burguesa". Todavia, o segmento forte dessa ordem burguesa é a classe média. Por conseguinte, ele se percebe como representante da classe média e promulga decretos nesse sentido. . (2011c, pp. 150).

A **sexta característica** está relacionada com a multiplicidade dos partidos políticos, que buscam nos seus próprios interesses e nos daqueles que o controlam, sua razão de existir, com alianças e conchavos escusos, que não representam o proletariado ou a população, mas a mantença do projeto societário capitalista.

> E, assim como na vida privada se costuma diferenciar entre o que uma pessoa pensa e diz de si mesma e o que ela realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se diferenciar tanto mais as fraseologias e ilusões nutridas pelos partidos do seu verdadeiro organismo e dos seus reais interesses; deve-se diferenciar as suas concepções da sua realidade. (2011c, pp. 60-61)

3 I CONCLUSÃO

Em outra obra, Marx (2011a) nos mostra que o Estado, como mais uma das engrenagens aperfeiçoadas pelo atual modo de produção, tem o dever de amparar o capital para que este sugue, de forma ilimitada, toda e qualquer gota de sangue da força de trabalho (pp.399), utilizando-se de todos os meios, inclusive os de violência legitimada (policiais, leis, tribunais ...) para elevar ao máximo o nível de exploração do trabalhador e maximizar sua própria acumulação (pp.989). Tudo isto vem sendo aperfeiçoado desde a queda do *"ancient* régime", e sua passagem à forma mais breve possível (pp.998). Como comitê gestor da burguesia, competirá ao Estado moderno sua marca mais indelével junto ao MPC: o de fiador do capital, ajudando-o sempre que dele necessitar, independente de como isto afetará a sua dívida pública, onde o "*credito público converte-se no credo do capital*" (pp.1002 - 1003)

Em seu livro – *A Origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada* –, Engels defende esta mesma teoria, deixando claro que o Estado surge não do acaso, mas da necessidade de a classe ou sua fração detentora do poder, subjugar e espoliar a classe oprimida, mantendo o antagonismo sob controle e monopolizando o controle da violência.

> O Estado, portanto, de modo algum é um poder imposto de fora à sociedade; tampouco é "a efetividade da ideia ética", "a imagem e a efetividade da razão", como afirma Hegel [e] .É, muito pelo contrário, um produto da sociedade em determinado estágio de desenvolvimento; é a admissão de que essa sociedade se enredou em uma contradição insolúvel consigo mesma, cindiu-se em antagonismos irreconciliáveis e é incapaz de resolvê-los. Porém, para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos conflitantes, não consumam a sociedade e a si mesmos em uma luta infrutífera, tornou-se necessário um poder que aparentemente está acima da sociedade e visa abafar o conflito, mantê-lo dentro dos limites da "ordem"; e esse poder, que é oriundo da sociedade, mas colocou-se acima dela e tornou se cada vez mais estranho a ela, é o Estado. (2019, pp. 252).

Lênin, após ter estudado estes mesmos autores e suas obras, publica em 1917 seu livro *O Estado e a revolução,* onde defende que Marx realmente sistematiza uma teoria do Estado, demonstrando a inconciliabilidade das classes pelos seus antagonismos, havendo uma necessidade de fenecimento, de superação do Estado para que haja um governo genuinamente proletário, alçando-se a classe dominante (ditadura do proletariado).

> [...] se o Estado é o produto do caracter inconciliável das contradições de classe, se ele é um poder que está acima da sociedade e que «cada vez mais se aliena da sociedade», então é evidente que a emancipação da classe oprimida é impossível não só sem uma revolução violenta mas também sem a destruição do aparelho do poder de Estado que foi criado pela classe dominante e no qual está encarnada esta «alienação». Esta conclusão, teoricamente clara por si mesma, foi tirada por Marx, como veremos mais adiante, com a mais completa precisão, na base da análise histórica concreta das tarefas da revolução. . (2021, pp. 04).

O objetivo deste trabalho foi de apresentar um outro material, que possa subsidiar as leituras de Marx e mostrar uma outra perspectiva, diferente da usual e hegemônica difundida pelo capital: olhar o Estado não como um consenso de classe em prol de uma vida melhor, mas como um ente a serviço do capital e suas frações de classe, que legitima e naturaliza a exploração do homem pelo próprio homem.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Tradução de Alfredo Bossi. 5ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BARBOSA, Walmir. **Estado e poder político em marx.** Disponível em: chrome-extension://oemmndcbldboiebfnladdacbdfmadadm/https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-2-estado_poderpolitico_marx.pdf. Acessado em: 01/02/2021

BOTTOMORE, Tom. ***Dicionário do pensamento marxista***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada.** São Paulo: Boitempo, 2019. Disponível em: chrome-extension://oemmndcbldboiebfnladdacbdfmadadm/file:///F:/manifesto-comunista-EP.pdf. Acessado em 20/01/2021.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução: A doutrina do Marxismo sobre o Estado e as Tarefas do Proletariado na Revolução**. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2324. Acessado em: 20/01/2021

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

____________. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

____________. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011a. Disponível em: chrome-extension://oemmndcbldboiebfnladdacbdfmadadm/http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf/at_download/file. Acessado em 24 de dezembro de 2020.

____________. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo : Boitempo, 2011c. Disponível em: chrome-extension://oemmndcbldboiebfnladdacbdfmadadm/https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2804654/mod_resource/content/0/Marx%20%20O%2018%20Brum%C3%A1rio%20de%20Lu%C3%ADs%20Bonaparte%20%28Boitempo%29.pdf. Acessada em 01/02/2021.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: chrome-extension://oemmndcbldboiebfnladdacbdfmadadm/http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/12/A-Ideologia-Alem%C3%A3.pdf. Acessado em 20/01/2021.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. Disponível em: chrome-extension://oemmndcbldboiebfnladdacbdfmadadm/file:///F:/manifesto-comunista-EP.pdf. Acessado em 20/01/2021.

PACHUKANIS, Evgeni Bronislávovich. **Teoria Geral do Direito e marxismo**. Trad. Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Acadêmica, 1988.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Editora Martim Claret, 2002.

HOBBES, Thomas. **O leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Editora Martim Claret, 2002.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. São Paulo: Editora Martim Claret, 2002.

CAPÍTULO 2

A UTILIZAÇÃO DOS RELATÓRIOS INTEGRADOS COMO FERRAMENTA DE FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Data de aceite: 23/04/2021

Albano de Freitas Dias Junior
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
Poços de Caldas – MG – Brasil

Eliene Dias Marcondes
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
Poços de Caldas – MG – Brasil

Rafael Alexandre Halphen
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
Poços de Caldas – MG – Brasil

RESUMO: A utilização de um modelo estabelecido de relatório corporativo que atenda a todas as exigências internacionais de governança representa uma forma de valorizar a organização, consolidando sua credibilidade e atraindo novos investidores, além de considerar os chamados recursos intangíveis, representados pelos pilares ambiental e social. O modelo relatório integrado adotado pelo IIRC visa sobretudo conferir estabilidade por meio da divulgação de informações resumidas, transparentes, relevantes favorecendo a tomada de decisão, contribuindo para a estratégia e a política de gestão de longo prazo.

PALAVRAS-CHAVE: Relato Integrado, Gestão, Sustentabilidade.

1 I INTRODUÇÃO

O Relatório Integrado (RI) foi criado como uma nova alternativa de troca de informações entre as organizações e seus *stakeholders* e sua utilização representa uma transformação na comunicação corporativa. Este relatório traz informações referentes ao âmbito econômico, ambiental e social das entidades e sua utilização pode resultar na melhoria da reputação das organizações, fidelização de clientes além de constituir importante subsídio na tomada de decisão, contribuindo para a gestão de longo prazo. (DE PINHO *et al*, 2012).

O Relato Integrado <IR> é resultado das constantes transformações ocorridas nos relatórios corporativos ao longo do tempo, advindas de eventos e discussões sobre a temática do desenvolvimento sustentável. O Relatório Brundtland, resultado da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, trouxe elementos que caracterizam o desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991)

O presente estudo tem por objetivo identificar como a utilização dos relatórios corporativos integrados podem contribuir para as práticas de governança corporativa possibilitando a valorização das organizações.

Para que isso fosse possível foi realizada pesquisa exploratória por meio de levantamento bibliográfico sobre o tema.

Esse trabalho está dividido cinco em sessões, sendo que esta sessão introduziu a área de pesquisa, apresentando as razões para o seu desenvolvimento. A próxima seção apresenta o referencial teórico, seguido pela abordagem da metodologia utilizada, resultados obtidos e considerações finais.

2 I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os relatórios que evidenciam a responsabilidade corporativa das organizações não possuem uma data de surgimento, entretanto, os anos 1970 marcaram a contabilidade social moderna. Em 1977 órgãos contábeis profissionais e acadêmicos, como AAA - *American Accounting Association*, AICPA - *American Institute of Certified Public Accountants*, e outros órgão representativos iniciaram o enfrentamento a essas questões com maior seriedade, quando então foram desenvolvidos experimentos inovadores na área e informações sociais e começaram a ser desenvolvidas legislações específicas exigindo informações sociais, tendo destaque a França com a instituição em 1977 do Balanço Social - Bilan Social (ZARO *apud* GRAY, 2014).

Devido às barreiras que existem nos relatórios tradicionais, o *International Integrated Reporting Council* (IIRC) desenvolveu o Relatório Integrado (RI), sendo que o lançamento da primeira estrutura internacional aconteceu em 2013. A proposta de criação do modelo de Relatório Integrado representa uma evolução no processo de comunicação e gestão corporativa, uma iniciativa do *The Pince's Accounting for Sustainability Project* (A4S) aliado ao *Global Reporting Initiative* (GRI). O IIRC, entidade fundadora do RI, é uma coalizão formada por órgãos reguladores, investidores, profissionais contábeis, organizações não-governamentais e empresas de nível global que compartilham a visão da geração de valor como próxima evolução em relatórios corporativos (PEREZ JUNIOR et al.,2014).

Existem algumas razões prováveis para o aumento na adoção voluntária dos Relatórios de Sustentabilidade, uma delas seria a resposta aos interesses e às pressões dos *stakeholders* com relação aos desempenhos sociais e ambientais, e aos investidores que contam com este tipo de informação financeira e não financeira como indicador de prováveis riscos corporativos e perspectiva de desempenho financeiro futuro. Evidenciam-se, nesse aspecto, a confiabilidade das informações prestadas nos relatórios, a melhoria no desenvolvimento da imagem corporativa e nos negócios da empresa e o impacto positivo no preço das ações (SOARES e GARCIA, 2013).

3 I MATERIAL E MÉTODOS

Para realização deste trabalho foi utilizado o método de pesquisa exploratória por

meio de levantamento bibliográfico. Uma pesquisa bibliográfica é construída por meio da utilização de materiais já existentes, principalmente artigos científicos e livros e apresenta como principal vantagem a possibilidade de o pesquisador ter a sua disposição uma variedade maior e mais completa de fenômenos do que a que poderia investigar diretamente (GIL, 2010).

Para Severino (2007) a pesquisa bibliográfica caracteriza-se pela pesquisa realizada em material disponível, resultado de pesquisas anteriores devidamente registradas, que se tornam então fontes dos temas a serem investigados.

Os materiais utilizados na elaboração da pesquisa foram livros, artigos científicos, teses e dissertações e para sua busca foram utilizadas bibliotecas, livrarias, sebos virtuais, sites governamentais e acadêmicos.

As palavras-chave para localização dos materiais foram Governança Corporativa, Relatório Integrado, Gestão e Sustentabilidade.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultado da pesquisa, conclui-se que uma das características mais relevantes para a adoção do RI é o de harmonização e convergência dos modelos de gestão organizacional, assim como, do processo de comunicação corporativa. O processo possibilita uma profunda mudança mental e de atitude dos integrantes de conselhos de administração e diretores executivos, em um movimento *"top- down"* (de cima para baixo) que integre os valores de criação sustentável de riqueza por toda a entidade, sendo que estes valores devem compor as diretrizes estratégicas (Carvalho e Kassai, 2014). As orientações do modelo proposto de RI abordam conceitos importantes referentes à geração de valor dentro e fora da organização por meio da interação de seus capitais, sendo que a capacidade de gerar valor para si mesma está diretamente relacionada à geração de valor para terceiros. Desta forma, o principal objetivo do RI é atender a demanda cada vez maior dos investidores e credores, que desejam transparência em relação às informações sobre as aplicações de recursos efetuadas pelas entidades (PEREZ JUNIOR et al., 2014).

No Brasil, a adoção do Relato Integrado de forma voluntária é fomentada pela Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado (CBARI). Essa iniciativa é reconhecida e incentivada pelo IIRC, e algumas das empresas brasileiras que adotam o Relato Integrado são o BNDES, a AES Brasil, o Itaú Unibanco e a Petrobras.

5 | CONCLUSÕES

A junção das informações financeiras e não-financeiras tornou-se fator indispensável para a gestão, visto que decorre da condição de que nada existe independentemente. Assim, a criação de um modelo diferente do até então utilizado no meio corporativo para informações socioambientais, não tem a intenção de criar um novo tipo de relatório, mas

de direcionar para que todos os relatórios adotados pelas organizações sejam integrados, fornecendo informações coesas sobre seu desempenho e mostrando como a organização cria valor (CARVALHO E KASSAI, 2014).

O Relato Integrado auxilia a organização a manter uma visão integrada na gestão do negócio, a colocar foco na geração de valor e obter maior clareza dos riscos e oportunidades. Colabora também para uma melhor avaliação por parte de investidores, bancos e provedores de capital em geral, aumentando as possibilidades de acesso ao funding.

O interessante do Relato Integrado é que sua proposta não é dar a "receita do bolo", mas, sim, incentivar uma mudança na cultura das organizações. Isso faz com que o Relato Integrado se ajuste a todo tipo de organização, independente do porte ou ramo de atuação.

Com a crescente preocupação com questões sociais e ambientais, a população está cada vez mais atenta às atuações empresariais. Nesse contexto, o Relato Integrado pretende apresentar de forma concisa todas as informações requeridas pelos diversos usuários de informações corporativas, diminuindo os diversos relatórios apresentados pelas empresas. Por isso, o Relato Integrado é uma importante proposta para enfrentar os desafios do século XXI. (FRAGALLI, 2010)

Enfim, para o Relato Integrado se consolidar na linha de evolução da comunicação corporativa, é necessário dar evidências da integração entre o desempenho financeiro,ambiental e social na criação de valor para diferentes usuários em diferentes períodos de tempo, pois a utilidade da informação depende da segurança que proporciona no processo de tomada de decisão para mensurar riscos e avaliar oportunidades que promovam a estabilidade e proporcionem o crescimento econômico.

REFERÊNCIAS

BNDS. Relato Integrado: Quais as vantagens? Disponível em: <www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/.../relato-integrado>. Acesso em: 21 jun. 2019.

CARVALHO, L. N., Kassai, J. R. (2014). **Relato integrado: a próxima revolução contábil**. Revista Fipecafi, 1(1), 21-34.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). Nosso Futuro Comum. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DE PINHO, Rheninna Wolga Gonçalves; CARNEIRO, Celia Maria Braga. **Os fatores determinantes da divulgação do relatório integrado nas empresas listadas na Ibovespa em 2012**.

ENGEMA. Evidenciação da criação de valor no relato integrado. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/18/anais/arquivos/431.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

FRAGALLI, A. (2014). **Relato integrado de uma propriedade agrícola: um estudo de caso com base no *framework* do *International Integrated Reporting Council* (Iirc)**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal do Paraná.

FRAGALLI, A. Relatório Integrado: Uma nova abordagem de comunicação corporativa. Disponível em: <https://unifcv.edu.br/admin/assets/repositorio_arquivo/f40ae7ce392c1b0ee3c365443c5febb9.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

GIL, Antonio Carlos. ***Como elaborar projetos de pesquisa***. São Paulo: Atlas, 2010. p. 25-64.

PEREZ JUNIOR, J. H., Oliveri Neto, R. O., Silva, C. A. (2014). **Relatório integrado: Integração entre as informações financeiras, de sustentabilidade e de governança em relatórios corporativos**. São Paulo: Atlas.

RIZZI, Denise Isabel et al. **Fatores determinantes da conformidade dos relatórios integrados em relação às diretrizes divulgadas pelo International Integrated Reporting Council**. Revista de Gestão Social e Ambiental, v. 13, n. 1, p. 21-39, 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Teoria e prática científica. In: *Metodologia do trabalho científico***. São Paulo: Cortez Editora. p. 99-126.

SOARES, David Rodrigues de Sousa; GARCIA, Editinete Andre da Rocha. **Investimentos Socioambientais como uma Distribuição do Valor Adicionado**. In Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 13, São Paulo, 2013.

ZARO, E. S., BESKOW, E., Ferreira, D. M., & Bellen, H. M. V. (2014). **Relatórios Integrados: Evolução da Evidenciação do desempenho das Organizações**. *Anais do XVI ENGEMA, São Paulo, SP, Brasil.*

CAPÍTULO 3

DESENRAIZANDO A *GROUNDED THEORY*

Data de aceite: 23/04/2021
Data de submissão: 08/04/2021

Carla Severiano de Carvalho
Universidade do Estado da Bahia
Salvador- BA
http://lattes.cnpq.br/5178779049867374

RESUMO: Este artigo apresenta a *Grounded Theory*, método de pesquisa e de teoria fundamentada a partir da análise enraizada nos dados, e se propõe à sua descrição e construção de relações entre as suas propriedades relevantes. Para tal, propõe-se a uma revisão bibliográfica e produção de um manual resumido sobre a metodologia da *Grounded Theory*: origem e evolução; técnicas e procedimentos; e potencialidades, dirigida para estudantes e pesquisadores comprometidos com a excelência da produção científica. Em vista disso, pretende despertar a *sensibilidade teorética* dos leitores para a consideração da aplicação desse método, ainda pouco propagado nas Ciências Sociais e Humanas.

PALAVRAS-CHAVE: Método de pesquisa. Análise de dados. *Grounded Theory*.

UPROOTING THE *GROUNDED THEORY*

ABSTRACT: This article presents Grounded Theory, a research method and grounded theory based on analysis rooted in data, and proposes its description and construction of relationships among its relevant properties. To this end, it proposes a bibliographic review and the production of a summarized manual about Grounded Theory methodology: origin and evolution; techniques and procedures; and potentialities, directed to students and researchers committed to the excellence of scientific production. In view of this, it intends to awaken the theoretical sensibility of readers to consider the application of this method, still little propagated in the Social Sciences and Humanities.

KEYWORDS: Research method. Data analysis. Grounded Theory.

1 I CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para dar início ao desenraizamento da *Grounded Theory,* recorre-se aqui a uma recente experiência pessoal e acadêmica: uma sugestão externa sobre a necessidade de aproximação entre a parte teórica e prática da minha tese de doutorado a respeito da estereotipia na produção dos discursos jornalísticos espanhóis sobre o Brasil, desenvolvida na Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

Ao refletir sobre a questão, encontra-se em *The Discovery of Grounded Theory* de Barley Glaser e Anselm Strauss (1967) a possibilidade de realizar análises de dados qualitativos e construir categorias interpretativas a partir dos próprios dados, ao passo que em *A construção da teoria fundamentada* de Katy Charmaz (2009), descobre-se um manual didático de

perspectiva construtivista fundamental à construção.de um modelo teórico-metodológico para a análise das relações discursivas e sociais dos dados fornecidos pelas comunidades pesquisadas.

Assim, o direcionamento da pesquisa considerando a *Grounded Theory* (doravante GT), essa teoria fundamentada, enraizada nos dados, fez brotar a tese intitulada "*A representação do Brasil na Espanha*: usando a *Grounded Theory* para a compreensão dos processos de estereotipia de países pelo jornalismo internacional (CARVALHO, 2019), a qual, seguindo à risca os procedimentos analíticos da GT, elabora uma teoria a partir da observação de um fenômeno social, sem restringir-se a uma mera descrição.

Apesar das diversas declinações sobre a GT, segundo a escola e autores interessados, realiza-se neste artigo um esforço em defini-la e elencar algumas características fundamentais e comuns às pesquisas definidas como tal, entre elas estão: a busca de regularidade conceitual entre os fenômenos a serem estudados; a amostragem teórica e a seleção dos sujeitos participantes da pesquisa; a simultaneidade entre coleta e análise de dados e a constante reflexão e comparação analítica; a preservação da conceituação enraizada em dados empíricos; o registro da produção através da elaboração de memorandos e diagramas; e, por fim, a capacidade que tem a pesquisa com GT em gerar teorias, em lugar de apenas realizar descrições e examinar hipóteses, como costuma ocorrer nas ciências sociais modernas.

2 I O QUE É A *GROUNDED THEORY*

Entende-se por *Grounded Theory* (GT) o método de pesquisa empírica, cuja teoria emerge de uma abordagem indutiva ou por abdução, e se constrói criativa e rigorosamente a partir dos dados, cujas características metodológicas que a distinguem dos outros métodos são: a aderência dos dados, a relevância para a área de investigação à qual se refere, a sua funcionalidade no emprego prático e a seu caráter dinâmico, uma vez que a emergência de novos dados leva à remodelação da teoria.

Ademais, nota-se que se trata de um método com premissas epistemológicas ligadas à formação dos seus fundadores: o paradigma sociológico quantitativo; a filosofia do pragmatismo; o interacionismo simbólico e a fenomenologia.

Trata-se, pois, de uma abordagem capaz de reunir um conjunto de procedimentos estruturados e gerar uma teoria fundamentada em dados, considerando sempre a complexidade da proposta de mostrar o significado de processos sociais e as condições contextuais que estruturam determinado processo social.

A partir da comparação constante, a GT promove a geração da teoria através da codificação sistemática e de procedimentos de análise, levando à emersão de uma teoria baseada nas informações fornecidas pelas comunidades investigadas, que estão intimamente relacionadas com o problema estudado dentro de um contexto específicos

das teorias.

A GT foi proposta inicialmente por Glaser e Strauss em 1967, a partir da publicação de *The Discovery of the Grounded Theory*. Conhecida como perspectiva clássica ou ortodoxa, desenvolveu-se sob a influência das tradicionais investigações em Ciências Sociais (no marco do Positivismo, Pragmatismo Americano e Interacionismo Simbólico) com o objetivo de elaborar um método de construção de teorias capaz de, ao mesmo tempo, refletir a riqueza do social e produzir análises válidas e sistematicamente verificadas por meio de uma amostra rigorosa de dados (LAPERRIÈRE, 2012).

Pesquisadores ao redor do mundo atribuem o êxito do texto inaugural da GT proposto por Glaser e Strauss e do seu inovador método principalmente à conjuntura histórica em que se estava inserido, na qual a pesquisa qualitativa enfrentava uma crise de legitimação das suas abordagens. Sinteticamente, não havia manuais sérios e rigorosos que formalizassem os seus procedimentos e o paradigma positivista dominante colocava em xeque a sua cientificidade.

Anos mais tarde, nos anos 1990, uma crise se instala entre Glaser e Strauss e o último, junto à sua assistente Corbin, publica o livro *Basics of Qualitative Research. Techniques and Producers for Developping Grounded Theory* e inaugura uma nova linha de pesquisa em GT, a “descrição conceitual plena”.

Diante das dúvidas sobre a forma de trabalhar com os dados, Strauss e Corbin propõem uma reformulação da GT clássica, sob a orientação da tradição etnográfica própria da Escola de Chicago. Os autores introduzem especificações detalhadas sobre os processos de coleta e análise de dados, além de propor uma série de ações que incluem diferentes tipos de codificação.

A perspectiva straussiana considera a GT como uma metodologia que se apoia em procedimentos sistemáticos para gerar de forma indutiva uma teoria baseada em dados. Aos princípios básicos da GT clássica são incorporadas outras noções como a de matriz condicional/consequencial, dispositivo que permite ao investigador estar atento às condições de origem do fenômeno, além de suas possíveis causas, ações e interações.

Posteriormente, a contar da reviravolta interpretativa nas ciências sociais e do clima pós-modernista que fez emergir a perspectiva interpretativa e construtivista nas ciências sociais, Katy Charmaz (2001), aluna de Gleiser, propõe uma reformulação da GT e inaugura uma nova linha de pesquisa, a construtivista.

A versão construtivista proposta por Charmaz (2009), considera a GT como um método baseado em grandes alinhamentos sistemáticos, porém flexíveis, para coleta e análise qualitativa de dados. Sua finalidade é construir teorias ancoradas em dados provenientes do estudo de um aspecto específico da realidade social.

Charmaz (2009) respeita as noções próprias da GT clássica, mas a sua perspectiva busca estudar as ações dos atores sociais em um determinado campo e o significado que eles atribuem ao aspecto estudado. Conforme esclarece Charmaz (2009, p. 25), o

processo de pesquisa na lógica da GT não é linear; os pesquisadores variam nas suas respectivas ênfases em um ou outro aspecto dos atributos comuns ao método e podem seguir por caminhos diversos e variados dependendo de onde querem chegar e de onde a análise lhes leva.

É evidente, baseado na leitura das obras dos autores citados, que a GT construtivista traz novo fôlego à pesquisa qualitativa contemporânea. Dentre as suas principais inovações está a ideia de co-construção entre o pesquisador o caráter e a teoria emergente, o que levou ao desdobramento de novas concepções para a GT, entre elas destacam-se: o pesquisador é um sujeito ativo, os dados são construídos pelos sujeitos envolvidos na pesquisa, os significados que os sujeitos atribuem aos fatos são os dados mais relevantes da pesquisa, a relação interpessoal entre pesquisador e participantes é importante, a definição das categorias passa a ser flexíveis e ativas e a relação entre as categorias complexas e multidimensionais, o texto final de redação da teoria é parte integrante da análise.

Massimiliano Tarozzi, na obra "*O que é a GROUNDED THEORY?*" (2011) Tarozzi (2011) ressalta, no entanto, que mesmo a GT construtivista está sujeita a críticas e destaca a contradição na defesa pela co-construção de dados quando a visão proposta por Charmaz estabelece *a priori* etapas analíticas detalhadas e fornece indicações para a condução das entrevistas semiestruturadas.

Desse lugar, Tarozzi (2011) recorda o surgimento de uma quarta linha de investigação em GT em desenvolvimento por Adele Clarke ([2003] 2005), a *Situational analysis*, cuja novidade está na construção de mapas analíticos de complexidade crescente, isto é, o diagrama como instrumento de análise para integrar temas e conceitos através do estabelecimento de vários tipos de relações. Essa apresentação das diferentes linhas, no entanto, não realiza qualquer tipo de comparação entre elas.

3 I DOS DADOS À CONSTRUÇÃO DE UMA *GROUNDED THEORY*

Partindo da premissa de que a *Grounded Theory* (GT) faz emergir uma teoria substantiva a partir de dados sistematicamente coletados, sublinha-se que a definição da amostra dos casos que levam à construção da teoria para compreensão do fenômeno em estudo deve acontecer gradativamente e suplantar o conhecimento teórico prévio do pesquisador sobre o objeto abordado.

O aspecto processual da GT também é retratado segundo a descrição das etapas de uma pesquisa coordenada por Tarozzi (2011), o qual sugere que a identificação de uma área de investigação é o seu pontapé inicial, uma vez que a GT não parte de hipóteses a serem testadas, tampouco de objetivos específicos e focalizados. Em seguida, é recomendada a definição de uma pergunta gerativa da pesquisa, aberta e ampla, com um conceito sensibilizante a fim de manter a fidelidade ao método que repudia a descrição

e verificação, apenas.

Logo, tem-se a definição dos métodos e instrumentos. Com a ressalva de que a entrevista semiestruturada é o principal instrumento na GT, o autor considera que cada instrumento tem consequências próprias sobre os dados que estão em questão.

A coleta de dados, próximo passo, acontece simultaneamente à codificação e é apontada como crucial na definição dos temas a serem tratados nas entrevistas e na identificação das direções de ampliação da amostra.

A coleta de dados e a codificação focalizada, ocorre com base na anterior para localizar as recorrências e os temas que emergem com maior frequência e maior força. A codificação teórica é o nível em que a teoria ganha forma, onde se delineiam e se qualificam as relações que subsistem entre as categorias, quando se identifica a categoria central (*core category*).

Esta estratégia metodológica característica da pesquisa qualitativa foi cunhada por Glaser e Strauss (1967) como "amostragem teórica":

> A amostragem teórica é o processo de coleta de dados para geração da teoria por meio da qual o analista coleta, codifica e analisa conjuntamente os dados, decidindo quais serão coletados a seguir e onde encontrá-los para fundamentar a teoria emergente. Esse processo é controlado pela teoria em formação (GLASER E STRAUSS,1967, p. 45).

A codificação na GT é um exercício incansável de questionamento analítico dos dados coletados e uma comparação constante entre os dados e entre os dados e os códigos que emergem das análises. Trata-se do procedimento pelo qual os dados são divididos, conceitualizados e relacionados.

O seu processo analítico tem por objetivos: edificar a teoria, atribuir ao processo científico o rigor metodológico necessário, apoiar o pesquisador na observação das nuances, além de desenvolver o fundamento, a densidade, a sensibilidade e a integração necessárias para gerar uma teoria (STRAUSS e CORBIN, 1990).

Nas palavras de Charmaz (2009, p. 69), codificar significa:

> Categorizar segmentos de dados com uma denominação concisa que, simultaneamente, resume e representa cada parte dos dados. Os seus códigos revelam a forma como você seleciona, separa e classifica os dados para iniciar uma interpretação analítica sobre eles (CHARMAZ, 2009, p. 69).

Trata-se, portanto, de procedimentos de escolhas progressivos de novos campos de pesquisa ou novos casos de pesquisa para comparar com algum outro que já tenha sido estudado, com o objetivo de compreender profundamente os casos analisados e facilitar o desenvolvimento de quadros analíticos e conceitos usados na pesquisa para constatar a saturação teórica por meio da sensibilidade teórica do pesquisador.

Por saturação teórica entende-se o estado de repetição de dados cuja consequência pode ser até mesmo a cessação no surgimento de dados novos durante a coleta, enquanto

por sensibilidade teórica, compreende-se a constatação dessa situação pelo pesquisador no discernimento da pertinência dos dados encontrados para o seu estudo.

Nessa perspectiva, o critério básico para seleção de unidades de estudo é sua relevância teórica, ou seja, a sua contribuição para o desenvolvimento do fenômeno. Logo, durante o processo de coleta de dados, devem ser considerados quais grupos ou subgrupos serão os próximos e quais são as suas finalidades teóricas dentro das infinitas possibilidades de comparações constantes.

Conforme defende Charmaz (2006), é a coleta de dados relevantes, isto é, detalhados, focados e completos, que revela as opiniões, os sentimentos e as intenções dos participantes, bem como os contextos e as estruturas de suas vidas, fornecendo material sólido para a construção de uma análise significativa.

É a partir da codificação que se define a estrutura analítica da pesquisa e se constrói a análise, visto ser o momento que se estabelece o que se verifica nos dados e o que o estabelecido denota.

Considerando o princípio da amostragem teórica, a fim de aperfeiçoar as habilidades metodológicas da pesquisa quanto à qualidade dos dados, realiza-se a coleta, codificação e análise conjunta de novos dados, isto é, a codificação focalizada. A codificação focalizada proposta nesta segunda etapa da pesquisa busca utilizar os códigos iniciais mais significativos na coleta de dados consideradas amostras relevantes para a compreensão geral do objeto de estudo.

Nesse sentido, na terceira e última etapa de codificação, de perspectiva teórica, seguem-se os códigos selecionados na codificação focalizada e a coleta de dados. Conforme Charmaz (2009, p. 94), a codificação teórica é um nível sofisticado de codificação que segue os códigos selecionados durante a codificação focalizada.

A escrita do relatório, último nível de análise, é onde ocorre o diálogo entre os resultados empiricamente imersos na literatura científica. A avaliação da pesquisa é facultativa e aplicada somente se houver a necessidade de verificar a autenticidade da teoria esboçada e consiste no auxílio de um pesquisador externo competente em percorrer o mesmo processo e verificar a pertinência das escolhas dos instrumentos e se a aplicação dos procedimentos foi correta e, ao final, corroborar os não os resultados obtidos.

Quanto à diferenciação entre as três principais tradições da pesquisa qualitativa, a etnografia, a fenomenologia e a GT, como meio de compreensão de que toda metodologia é útil aos temas de pesquisa, desde que analisados sob perspectivas específicas, Tarozzi (2011) condiciona a eleição pela GT à busca por uma teoria interpretativa capaz de integrar, sintetizar e conceituar dados empíricos, ou seja, objetiva explorar processos sociais ou fenômenos para produzir conceitos e construir uma teoria geral capaz de responder a perguntas sobre o sentido do agir dos sujeitos.

Notadamente, o interesse pessoal e um sólido conhecimento científico sobre o argumento são os principais eixos que levam à escolha de um tema na GT que se juntam

a outros secundários: os interesses do pesquisador; a experiência direta do tema ou na mesma área; a literatura científica e não científica; a designação ou sugestão do tema etc. A pergunta de pesquisa, por outro lado, pode ser um elemento de limitação do tema e da área de investigação.

No que se refere ao uso da literatura científica há uma controversa convenção na GT que considera análise preliminar da literatura incoerentes com a noção de teoria fundamentada nos dados, uma vez este contato poderia levar o pesquisar a preconcepções no momento de elaboração das suas categorias de análise.

Com a sua atenção voltada para análise de dados, a maioria dos estudiosos sugere então que os principais instrumentos para a sua coleta e construção de uma eficiente teoria enraizada são a observação etnográfica; a entrevista; e os documentos e análises de textos.

Fazendo jus à ideia de um manual de GT, faz-se necessário revisar com detalhes os três níveis progressivos de codificação na GT, isto é, o conjuntos dos procedimentos e das técnicas para conceituar os dados:

A primeira, a codificação inicial ou aberta, explora analiticamente os dados em todos os sentidos possíveis e extrai as primeiras etiquetas conceituais.

A segunda, a codificação focalizada, transforma os primeiros conceitos em categorias interpretativas e estabelece as conexões de sentido entre elas.

E a terceira, a codificação teórica, refina as categorias e identifica as categorias centrais, os conceitos-chave a partir dos quais emerge a teoria.

Finalmente, a saturação teórica é o critério indicado para cessar o procedimento de amostragem, pois é quando os dados se tornam redundantes.

Tal descrição leva à compreensão de que a escrita é muito importante em todas as etapas da GT. Entre os instrumentos essenciais, os memorandos teóricos são considerados como os mais importantes no processo gerativo de uma pesquisa, uma vez que estes exercem diversas funções: registro da escolha metodológica, organização da amostragem teórica, a definição da pergunta de pesquisa, em síntese, o registro do processo que levou à teoria.

Todo o referido processo, (o estabelecimento das categorias preliminares, a realização das comparações iniciais entre os dados e a escrita dos memorandos), ocorre por meio da amostragem teórica. Trata-se de uma redefinição contínua da amostra em função do desenvolvimento da análise.

Portanto, a amostragem teórica na GT diz respeito apenas ao desenvolvimento conceitual e teórico, fornecendo uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento da análise e para a correção de áreas problemáticas, além de delinear as propriedades das categorias ao longo do desenvolvimento da teoria. A amostragem é realizada até que as categorias estejam saturadas, isto é, quando a coleta de dados novos não mais desperta novas percepções teóricas, nem propriedades novas das categorias teóricas centrais.

Além deles, as narrações e diagramas se distinguem, pois, são capazes de

oferecer um panorama da pesquisa na sua totalidade e uma representação visual dela, respectivamente, o que leva à compreensão mais sintética das relações entre os conceitos. Nessa direção, fica claro que a escrita na GT deve partir de uma revisão dos memorandos e diagramas que retratam a teoria, além da literatura sobre as categorias emersa, dotando, assim, os resultados de profundidade e originalidade.

De acordo com Charmaz (2009, p. 199), a teorização interpretativa pode ocultar os processos manifestos, mas também aprofundar os significados e processos implícitos , sendo mais evidente. A autora alerta para o fato de que a visão que o pesquisador tem dos dados é, deste modo, um elemento componente de sua interpretação.

Por fim, tem-se a redação da GT. O processo da produção textual mantém e expõe a forma e o conteúdo do trabalho analítico; trata-se da construção de um argumento capaz de teorizar o modo como são construídos os significados. Nas palavras de Tarozzi (2011, p. 19), o êxito de uma pesquisa conduzida com a GT é uma teoria, uma interpretação racional, densa, articulada e sistemática, capaz de dar conta da realidade estudada

O poder de autocorreção que possui a GT faz desse método capaz de autoavaliar-se. No entanto, é preciso leva em consideração, quando houver a necessidade de responder a critérios de avaliação, que uma pesquisa que produz teoria é paradigmaticamente diferente da avaliação de uma pesquisa que verifica experimentalmente hipóteses. Avaliar uma pesquisa em GT pressupõe a verificação da consistência da teoria e, principalmente, se ela é derivada dos dados.

4 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar os propósitos a que serve a *Grounded Theory* (GT) e as ações dos pesquisadores, as fontes bibliográficas utilizadas neste artigo indicam que o método da GT estende as possibilidades de transformar o conhecimento produzido na prática entre investigações positivistas e interpretativas.

Por todo o exposto, conclui-se que a GT, com suas raízes pragmatistas, oferece atualmente à pesquisa científica, em todo o seu processo de desenvolvimento, possibilidades analíticas e metodológicas em diversas áreas do conhecimento sem a necessidade do aval de uma teoria específica ou estabelecimento prévio de uma realidade.

A GT deve ser considerada, portanto, como um produto de um processo emergente, o qual ocorre por meio da interação, desse modo, os seus resultados são construídos pelos pesquisadores a partir do contexto das interações testemunhadas e vivenciadas, e não de forma prescrita externamente (CHARMAZ, 2009, p. 239).

Isso posto e à guisa de conclusão, esclarece-se que a GT é uma possibilidade teórico-metodológica para todos capazes de exercitar a "sensibilidade teorética" ou seja, que tenham a disposição para essa prática de pesquisa que não segue um roteiro de procedimentos e exige a capacidade de enfrentamento do inesperado, principalmente

para todos aqueles que buscam o rigor na prática da pesquisa qualitativa, em qualquer que seja a área do conhecimento, desde que estejam abertos à abstração, sintetização e significação exigidas pelo método.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Carla Severiano de. *A representação do Brasil na Espanha*: usando a Grounded Theory para a compreensão dos processos de estereotipia de países pelo jornalismo internacional. 2019. Tese (Doutorado em Estudo dos Meios e da Produção Mediática) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/T.27.2020.tde-25022021-094420. Acesso em: 2021-04-08.

CHARMAZ, Kathy. *A construção da teoria fundamentada*. Guia prático para a análise Qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CHARMAZ, Kathy; MITCHELL, R. G. Grounded Theory and Ethnography. In: ATKINSON, P. et al. (orgs.). *Handbook of Ethnography*. Londres: Sage, 2001. p. 160-174.

CLARKE, Adele. *Situational Analysis – Grounded Theory Mapping after the Postmodern Turn*. Londres: Sage, 2005.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. *The Discovery of Grounded Theory*: Strategies for Qualitative Research. New York: Aldine de Gruyter, 1967.

LAPERRIÈRE, Anne. *A teorização enraizada (Grounded theory):* procedimento analítico e comparação com outras abordagens similares. In: A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. de Ana Cristina Nasser. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 353-381.

STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet. *Basics of Qualitative Research*: Grounded Theory, Procedures and Techniques. Newbury: SAGE, 1990.

TAROZZI, Massimiliano. *O que é a Grounded Theory?* Metodologia de pesquisa e de teoria fundamentada nos dados. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

CAPÍTULO 4

SYSTEMATIZATION OF THE INSTITUTIONALISM OF DOUGLASS NORTH AND A PARALLEL WITH THE THEORY OF GEOFFREY HODGSON

Data de aceite: 23/04/2021
Data de submissão: 14/04/2021

Elson Cedro Mira
Full Professor, Departament of Economy, Santa Cruz State University (UESC)
Ilhéus-Bahia
http://lattes.cnpq.br/8477370107109017

ABSTRACT: This article aims to integrate the most important institutional ideas of Douglass North and draw a parallel with those of Geoffrey Hodgson. A bibliographic search of the main institutional works of the authors was carried out. As reference, North (1990, 1994, 2005 and 2009) and Hodgson (1994, 2001, 2003, 2005 and 2006) were used. As an illustration and intensification other works dedicated to the study of institutionalism were considered. The theoretical effort allowed us to recognize the idiosyncrasies of the institutionalism of North on: i) their differences before the old institutionalists; ii) his vision of neoclassical analysis; iii) his own conceptualization of the main categories of institutional analysis, as institutions and organizations, e.g.; iv) the relationship between institutions and economic performance; and v) the process of institutional change. The parallel with the ideas of Hodgson identified possibilities and restrictions of combination between the two theories in the analysis of institutions and organizations.
KEYWORDS: Institutions, organizations, economic performance, mainstream.

SISTEMATIZAÇÃO DO INSTITUCIONALISMO DE DOUGLASS NORTH E UM PARALELO COM A TEORIA DE GEOFFREY HODGSON

RESUMO: Este artigo objetiva integrar as mais importantes ideias institucionalistas de Douglass North e traçar um paralelo das mesmas com aquelas de Geoffrey Hodgson. Procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica das principais obras institucionalistas dos autores. Utilizou-se como referência North (1990, 1994, 2005 E 2009) e Hodgson (1994, 2001, 2003, 2005 E 2006). Como ilustração e aprofundamento foram consideradas outras obras dedicadas ao estudo do institucionalismo. O esforço teórico permitiu reconhecer as idiossincrasias do institucionalismo de North no tocante a: i) suas diferenças perante os velhos institucionalistas; ii) sua visão da análise neoclássica; iii) conceituação própria das principais categorias de análise institucional, como instituições e organizações, e.g.; iv) a relação entre instituições e desempenho econômico; e v) o processo de mudança institucional. O paralelo com as idéias de Hodgson identificou possibilidades e impossibilidades de combinação entre as duas teorias na análise de instituições e organizações.
PALAVRAS-CHAVE: Instituições, organizações, desempenho econômico, mainstream.

1 I INTRODUCTION

The economic relations are shaped by customs, habits, beliefs ... In different societies,

the transaction of the same product, even if at the same price, is idiosyncratic. In addition to price/quantity, there are numerous variables and categories of analysis involving the decision of buying and selling. Even in spite of this obvious fouling “rules” in economic transactions and, consequently, in the markets, the economic science has prioritized technical analysis, in a decent mechanism of the so-called “hard” sciences. The analyses of relations in the market are restricted to prices and quantities, often estimated.

The establishment of the Neoclassical School of economic science as mainstream left on the sidelines some research programs, especially those with intersection next to the social sciences. The automatism in market equilibrium, advocated in a natural order, would allow an optimum level of output and prices for the society as a whole and not only for individual agents.

For the neoclassical, the State intervention, far from necessary would unbalance the system. There were only a few spheres left for the State to act, such as those related to security and justice. Similarly, that set of customs, habits and beliefs, which will be seen later in this work, and by many, denominated as institutions, which was exogenous to neoclassical model.

The alleged automatism which is at the root of the neoclassical model of market has in the perfect competition its normative standard. Their hypotheses are: i) Atomicity of the market: the agents are small enough to the point of not determining price and/or quantities. The firm is pricing decision, and this is constant; ii) Homogeneity: there is no differentiation between products, being the price the decisive variable of preferences; iii) Technology widely available, so that any company willing to produce the goods can do so; iv) Perfect mobility: there are no barriers to entry or exit of firms; v) Perfect information: the market is transparent in regard to all information, such as e.g. price and cost functions; vi) Maximizing rationality: the neoclassical consider homo economicus endowed with a substantive rationality – corresponding to the pursuit of maximum profit even in the short term – which requires complete information. The automatic balance and the natural efficiency of perfect competition meant that the neoclassical school abdicate discuss the market itself as a category of analysis.

The neoclassical analysis prioritizes the marginal values, that is, the changing points, instead of the total values. The calculation area with its limits and derivatives, in order to measure the results of changes in the margin, is a brand. Mathematics, already incorporated into the economy through their duties, then becomes ubiquitous in classical orthodoxy that by imposing itself as mainstream make this character the considerable part of economic science. The belief in the automatism of the market and the unlimited rationality, the exaggerated use of mathematics and a high degree of abstraction, moved the economy from the midst of the social sciences and emphasized the *homo economicus*. The convergence to the Newtonian scientific sophistication was responsible for the elevation of the neoclassical foundations to the status of mainstream, taking them beyond the proper

limits of economy. Rationality, utility maximization, cost benefit ... came to be considered in decisions that would be/should be purely social by economists such as Becker. Weintraub (2002, p. 2) explains that:

> The area of rational mechanics was a model for the neoclassical economy. The agents were like atoms, the utility was like the energy, the usefulness maximization was like the minimization of the potential energy, and so on. This way, the rhetoric of the well succeeded science was related to neoclassical theory and thus the economy itself was related to science.

The curricula of the faculties of Economics were formulated according to the dictatorship of the mainstream, which became endogenous over the years even with certain themes that were nothing but expensive. Microeconomics manuals began to bring the "transaction costs" of Coase. Even the condition of zero transaction costs – hypothetical to Coase himself – was transformed into a "theorem". As for the marginal efficiency of capital in Keynes due to rational new-classical expectations, the macro economy is structured on maximizing functions or equilibrium.

In this context the mathematical method, associated with objective analyses, reduced the scope of the economic analysis in search of maximizing functions opposing to the social character of the discussions that did emerge from political philosophy.

This neoclassical "world" dislocate from the "core" of the economic analysis variables and categories so consecrated, as those of the political economy. The institutions listed in the research programs of American economists such as Veblen, Commons and Mitchell in the late 19th and early 20th century, were also made by exogenous to the model that has restricted its analysis to the individual agents, firms and markets, and the maximization of goals, profit and utility, respectively.

However, even in the face of continued classical orthodoxy as mainstream in undergraduate courses, the economic science was generating alternatives. Even the conservative Prize for economic sciences in memory of Alfred Nobel had such alternatives. Williamson and Ostrom with analyses on governance (2009) Kahneman and his economic Psychology (2002), and the information asymmetry in Akerlof (2001), Sen and the economics of welfare (1998), North and his institutionalism (1993), Coase and his transaction costs (1991), are examples of theorists (some even without the diploma in Economics) laurelled with the Nobel in economics with larger or smaller differences with the mainstream.

Along with these attempts to re-evaluate exogenous aspects to neoclassical model, the institutionalism, widely spread in the early 20th century, gets new consistency from the 1970s. Oliver Williamson, Douglass North, Geoffrey Hodgson, among others, stand out in the late 20th century.

The institutions are incorporated to the model, which allowed to embed variables and categories that the mainstream had despised. Certain aspects of society and politics came to light in economic analysis, including as definers of different levels of economic

performance. The institutional matrix, for example, is understood by North as restrictive of the economic relations in the different geographical levels (nation, region, and municipality). The simple existence of institutions is not sufficient to ensure a good economic performance. It is possible that the institutions slow down the degree of the economic performance.

This way, the economy is going to meet other social sciences such as sociology which considers the institutions as frequent subject in their programs. As a result it reduces very much the importance of secular neoclassical technical analyses, stirring with the structures of science. This is because the model estimation involving factors and/or products were regarded as sufficient to economic science, given the automatism of the market, satisfying the techno-productive analysis.

Seeking to contribute to the dissemination of the institutionalists thought, this article aims to integrate the most important institutional ideas of Douglass North and draw a parallel with those of Geoffrey Hodgson. A bibliographic search of the major works of institutionalists authors was made. North (1990, 1994, 2005 and 2009) and Hodgson (1994, 2001, 2003, 2005 and 2006) were used as reference.

The article is divided into 3 sections, in addition to this introduction and conclusion. In the first section a preface and an overview of what the new Institutionalism opposing to the classical Economic orthodoxy is. The second section presents the thought of Douglass North, his main concepts, the relationship between institutions and economic performance and the process of institutional change, among other themes. In this section though Parallels between this author and Hodgson are given, taking advantage of the opportunities of parallelism that the text offers. Section 3 is dedicated to the thought of Hodgson highlighting other parallelisms and disagreements with North. And then the article is concluded.

2 I THE NEW INSTITUTIONALISM

The economic literature has discussed weaknesses and limitations of the neoclassical school. This is a starting point of the institutionalism of North. So, here is a presentation of this debate with the purpose of seeking the wished theoretical framework. The theoretical locus in Douglass North that erects his theory from denial and reformulation of certain neoclassical postulates is searched..

The thought of North when compared to the mainstream, presents as its mark the biggest adherence to reality and the possibility to consider elements here seen as crucial to the economic system and which are exogenous to neoclassical model.

The idea is to get away from the mere theoretical abstraction, as well as from the techno productivity modelling, to understand the economy starting from other perspectives, that are: i) something “alive”, dynamic, evolutionary; ii) subject to an interdependence with related fields that need to have elements incorporated into the analysis to give account of relationships that go beyond – and much– the technical borders of production; and iii)

possibility of using a theory without distance from the real world.

The mathematical rigor, the technician focus and the belief in automatic balance in the long run led the neoclassical to a condition of dominant current in the economy. Weintraub (2002, p. 2) points out that "once the neoclassical economics was associated with scientific economy, any challenge to neoclassical approach looked as a questioning of science, progress and modernity". In this sense the Kaplan's (1964) "law of the drunk's search" became applicable to many economists in which a drunk searches for his house key away from where it was lost simply because that place was illuminated. Others have a vision like that of Bardon Mill described in Hodgson (1994, p. XVIII) who prefers "... much more to go forward and develop the theory roughly in the right direction than to remain consistent and uncompromising in a wrong position"[1]. A re-evaluation of the institutional aspects by the economy in the late 20th century sought the key in the correct places using new lights. Rests on a few factors, especially the visible weaknesses and gaps identified in the classical orthodoxy, and in some research programmes alternative to the mainstream, just like that especially undertaken by Coase.[2]

Mathematical sophistication of orthodoxy served as instrumental to elevate the economy to the status of science when this title was assumed to converge to the Newtonian proverbs. The assumption of terms like "balance" is an example. The search for theorization of the models of the mentioned paradigm in some aspects shifted the neoclassical thought from reality. Hodgson (1994) highlights the inability of such thought in "... provide convincing explanations about many economic phenomena and generate policy recommendations actually able to solve economic problems of great importance." (p. xi). The perfect competition as a normative standard is a classic example. His hypothesis is taken as a support.

The idea of atomicity of the market assumes that firms are price taking as these are determined by the market. Well, the real economy has demonstrated for decades the concentration of markets and the consequent growth – and use – of the firms' power to set prices and/or quantities. Away from product homogeneity to exist, the differentiation has been used by numerous companies such as barrier to entry, well presented by Bain (1956). The same author is classic when showing other types of barriers to entry, countering the perfect mobility advocated in the model of perfect competition.

Instead of the perfect information, what can be seen in the real world are strong asymmetries that generate opportunism on the behalf of the agents. Akerlof (1970) is the reference in the subject. The reoccurring cases of corporate espionage, in addition to the establishment of patents and royalties contradict the widespread technologic availability.

With respect to maximizing rationality, one of the six assumptions of perfect competition, an unknown entrepreneur, Manager, CEO ... who has in an expressed way his equality between marginal revenue and marginal cost. Hall and Hitch (1939) is the classic

1 In this work all the citations were translated into English.

2 A reply to the criticism made to neoclassical can be found in Lisboa (1997 and 1998).

reference on this theme, when comes to oligopolistic markets. Rather than maximizing results in the short term, the companies have as main strategy to remain in the market, even if for this a price-limit to prevent the entry of new potential incoming is defined.

An important mainstay to the neoclassical firm theory and in consequence to perfect competition, the idea of decreasing marginal income is also object of contraposition. Sraffa (1926) questions the maintenance of the model of perfect competition amid the increasing returns of scale, which became known as "Marshall's Dilemma". Arthur (1996), in an important contribution to the existence of increasing returns in the so-called "new economy", states reasons for its existence:

i) Up-front costs, from high initial investments in P&D when compared to small production costs. Once the P&D phase is over the cost is reduced exclusively to the production, making unit costs become insignificant;

ii) Network effects, given the high-tech product compatibility with a network of users. To the extent that software uses a particular programming language, the higher the prevalence of such language, the greater the number of software that will use it making it default, generating a virtuous circle;

iii) Customer loyalty that, given the relative difficulty for learning how to use a particular technology, existing brands and products are prioritized simply by "only" updating skills for subsequent versions of the product.

Before the economic crisis of the late 2000, the unrealism of the mainstream is reintegrated by Kaletsky (2009) who focused on the efficient markets hypothesis and rational expectations. His proposal was that economists were receptive to contributions from professionals such as psychologists, sociologists and historians, for example, and not just from mathematicians and statisticians.

Hodgson (1994) was prodigious when defending the classical orthodoxy going against Mill (1871) and Pearce's position (1977) when they defended the similarity between the "laws of Economics" and the "laws of Physics". He also contests Downs (1957) and Gary Becker, as examples of those who have extended the application of such laws to other fields of study such as politics, in the case of the former, and the family in the case of the later.

The same Hodgson (1994) summarizes the criticism of the neoclassical maximizing rationality in two aspects: i) that which is related to complexity, knowledge, uncertainty and the limitation of computing capacity; ii) that which is related to the experimental work in areas such as psychology and indicators that the "non rational" behaviour can even be dominant in the economic world (p. 86). Regarding the "non rationality", it is imperative to highlight Kahneman, Economic Psychology reference.[3] Another example of the relationship psychology/economics is the social field. Hodgson (1994, p. 123) highlights "... the social psychology experiments that reveal the influence of others in the formation of our judgments and acts [...] An isolated individual often changes explicit judgement when confronted with

3 In this case it is suggested to read Kahneman (1979 and 1998), among others.

a unanimous wrong majority".

Without attempting for these variables of classical orthodoxy, denying or signing, Karl Polanyi has developed a research program based on the relationship between institutions and society, including the economy.

In his classic work, Polanyi (1944) understands that the 19th century civilization was established by four institutions: i) the power balance system; ii) the international standard of gold; iii) the auto-regulative market; and iv) the liberal State. The key to such a system was in the laws that governed the economy (p. 17). The author recognizes an important institutional change that occurred in England when the Government of the Crown, that "... exceeded in abuses and, consequently, jeopardized the resources of the nation" (p. 57) gave rise to "... the Government of a class – the class that took forward the industrial and commercial development (IBIDEM).

A referential to the new Institutional Economy, Coase (1937) demonstrates that from the point of view strictly neoclassical the economic theory only cares about the markets, the only relevant institution from the economic point of view, what unable it to explain other arrangements in the economy than the market itself. In this work the author establishes the concept of transaction costs which are the costs of recourse to the market. Ex-ante exists – when seeking to ensure certain characteristics in the good or service that is acquired – and ex-post – when transactions are repeated. They are the most relevant costs in the analysis of North.

In Coase (1960) the author states that in cases of negative externalities the State intervention is not required if (and only if) the transaction costs are null, because in this case the rights will stop in the hands of those who gives more value. Under these conditions, simply assign the property rights of any party. That is, the initial allocation of property right under the null hypothesis of transaction costs, is neutral point of view of final allocation; being also the neutral point of view of redistributive effect, and also efficient. This statement came to be widely diffused by the neoclassical that transaction valuing costs declined (as always) the costs of production. The exception referred to, by Coase was known as the "Theorem of Coase ", in absentia of himself once it would make no sense to have written an article in 1937 highlighting the importance of transaction costs and in 1960 to prepare another NULL transaction costs-based, without a change of 180° in his theory which effectively did not happen.

As it will be seen ahead, part of the new Institutional Economics and, specifically Douglass North, keeps filial relation with Coase who is included in the genealogy of this economic school even though he anticipated it.

The Nobel prizes in economics of Coase (1991), Fogel and North (1993) and Williamson and Ostrom (2009) – exponents of the so-called New Institutional Economics (NIE) – extended the interest in their theories. The inspirational source for these authors did not cease to be the American institutionalists of late 19th century and early 20th century,

such as Veblen, Mitchel and Commons, which by the time interval that separates them from the NIE, came to be called by the NIE of Old Economic Institutionalism (OEI). With this, the economists were conducted to the "... retellings of important texts in various areas and new ways of looking at old problems on which they relied on" (PESSALI and DALTO, 2010, p. 12)

The OEI had already been a counterpoint to the modelling mathematical of the mainstream and its world of natural balance, what is clear in the definition of the Commons: "institutionalism is the relation of man to man" (COMMONS, 1931, p. 3). There was an interdisciplinary approach, not limited to economics. It is the case of the "theory of Idle Class", referential work of Veblen.

In it (VEBLEN, 1899), the author draws the attention to how classes identify themselves in society according to the different consumption patterns. To Veblen, in modern society to have power is to be idle: "All the people with refined taste feel that certain jobs – which conventionally are considered to serve – come along with inseparability, a certain spiritual contamination" (VEBLEN, 1899, p. 41). In addition to the imposition of neoclassicism as mainstream, the high level of interdisciplinarity for his era and the conceptual plurality prevented the OEI coalesced as a reference in economic thought. For authors of NIE what lacked was a theoretical body.

It is interesting that one way or another two characteristics of the old institutionalism that made it be on the sidelines of the dominant economic thinking for a while are also present in the New Institutionalism. It is the case of interdisciplinarity. Sociology, psychology and anthropology are frequently the sciences with which new institutionalists seek dialogue:

> Standard theories are of little help in this context. Attempting to understand economic political, and social change (and one cannot grasp change in only one without the others) requires a fundamental recasting of the way we think (NORTH, 2005, P. vii)

Different approaches are also a nuance of the New Institutionalism. March and Olsen (1984) and Nelson and Sampat (2001) illustrate different types of "new institutionalisms", some even more related to other sciences than to economy. For Nelson and Sampat (2001) two aspects represent important convergence between the theories presented by them: i) reflections on the institutions that sustain the technological advance, the physical capital formation, education, the economy efficiency and the process of resource allocation; ii) the understanding that the institutions present relations of economic agents. This plurality of chains reflects the recognition of the importance of the institutions for the economic system. After all, even the absence of rules is in itself a rule. It requires certain institutionalism.

A referential to the NIE, as demonstrated earlier is Coase (1937 and 1960) and, respectively, their transaction costs and entitled "theorem".

The theory of transaction costs generated two institutional approaches with different scopes. A microeconomic, dedicated to the analysis of institutional arrangements, in which the greatest exponent is Oliver Williamson. Another is the macroeconomic, dedicated to the

analysis of institutional environment, where Douglass North is the highlight.

The Williamson research program focuses on the governance structures, institutional frameworks that support the achievements of transactions, reducing transaction costs. North focuses on economic performance. His thought is described below.

3 I THE NEW INSTITUTIONAL ECONOMY OF DOUGLASS NORTH

Douglass North is a member of the rational choice institutionalism in classification exposed by Hall and Taylor (2003) which includes in addition to this the historical institutionalism and sociological institutionalism.

From the 1970s North undertakes several searches in a process that "several concepts suffered elaboration; some were progressively redefined or even abandoned" (FIANI, 2002, p. 45). Before that it is pointed out that his theory, considered as reference in this thesis project, takes into account that drafted from North (1990). North formulates a discussion of macro scope. His concern is not with private governance structures, of one sector or another, or even with a special type of private governance structure. His concern is related to the effects that institutions exert over the operation and development of a society. He focuses on economic and political institutions, but refers also to other types of institutions such as educational and social.

A curious feature of North is his two-way transit with neoclassical economics. This is why a contextualization of neoclassical thought was done earlier in this work. In North's own words his thought is a modification of neoclassical theory, retaining from the same the basic principle of scarcity and the analytical instruments of microeconomic theory (NORTH, 1994, p. 568) – Although the result is an institutional macro analysis. North criticizes the fact that the neoclassical see the institutions as "statistics", that is, as exogenous variables. – He incorporates the institutions to his theory, highlighting the importance of the same to economic performance. He seeks to fill a gap in the mainstream when he considers it inappropriate to analyze and prescribe policies that foster development, assuming, erroneously, that the institutions and the time do not matter. Nonetheless North recognizes the impossibility, at least until then, to create "a theory [institutional] of the economic dynamics comparable in accuracy to the general equilibrium theory" (IBID, p. 567). Fundamental differences of his theory to the neoclassical are the implications of time and the conception of rationality, to know.

There is a historical-evolutionary character in North's theory, a progress in relation to comparative-static of the mainstream. Social and economic changes along with time imply in learning processes that make the institutions become dynamic categories. This process can occur over the course of a lifetime or one generation, but they are also cumulative, reflecting the cultural development of a society throughout its history: the cumulative learning of a society embodied in language, human memory, and symbol storage systems

includes beliefs, myths, ways, of doing things that make up the culture of a society (NORTH, 2005, P. VII)

Rationality for North differs from that preached by the mainstream. Instead of a maximizing rationality presumed of perfect information and widely available, as well as unlimited computing power, for North rationality is limited, linked to processes. The agent acts in a field of limited possibilities. Limitations in storage, processing and transmission of information are justifications that make maximization become hypothetical. The real world is full of risks and uncertainties that, in themselves, justify the institutions.

> Institutions exist to reduce the uncertainties involved in human interaction. These uncertainties arise as a consequence of both the complexity of the problems to be solved and the problem-solving software (to use a computer analogy) possessed by the individual (NORTH, 1990, P. 25).

Important to note that North does not "convey" categories of analysis into the mainstream. What he does is to bring mainstream categories to his analysis. He denies part of the core of the mainstream, as substantive rationality and perfect competition.

Converging to Coase, North (1994, p. 569) defines that "when negotiating is costly then institutions matter. And in fact negotiating is costly. "If the transaction costs were null the results would always be efficient from the point of view of society. The problem is that null transaction costs are hypothetical.

When considering a world of imperfect markets, conflicting with the normative standard of neoclassical perfect competition– " the economic markets from yesterday and today are characteristically imperfect and are dominated by high transaction costs" (NORTH, 1994, p. 571) – North transforms "into search genuine issues a series of phenomena previously seen as mere anomalies [and that] were kept as exogenous elements to the template" (CRUZ, 2003, p. 106). He also breaks with the neoclassical extremely mathematized language, worrying as well in reaching other scientists, especially public, in addition to the economists (NORTH, 1990, p. VII).

The high transaction costs come from the complexity with which markets are currently structured. The Game theory is illustrative. If there are infinite interactions in the game (infinite interaction between players means that it is not known when the game ends) it is possible to generate some kind of cooperative result from the prisoners ' dilemma. To have cooperation the game cannot have a scheduled end. There should be an end, but cannot be predetermined. With human evolution and the consequent greater complexity of relationships the productive specialisation recrudesced, reducing the repetition of the game and the personal contact. This required a corresponding institutional matrix to ensure property rights. For North

> [...] the world of impersonal exchange is characterized by specialized interdependence in which the well-being of individuals depends upon the complex structure characterized by individual specialization and hence

exchange extends through both time and space (NORTH, 1990, P.55).

In this sense North approaches Polanyi (1944, p. 77) for whom “a market economy can only function in a market society”. Impersonal exchanges “... expand the economic opportunities” (NORTH ET ALLI, 2009, p. 114)

North (2005, p. 87) indicates the determinants of institutional evolution in the early days of mankind: the increase in brain size, upright posture and the development of vocal cords. The sophistication of human life at the time, as in the use of new tools and language spawned new patterns of organisation and the adoption of agriculture by some societies. In this way traditional sources of uncertainty were eliminated.

In North et. al. (2009) the social evolution, economic, and even institutional is typed. The analysis of violence throughout human history and its interrelations with the institutions allows the definition of three social standards: i) the orders of hunters and gatherers; ii) societies of limited access; and iii) societies of open access. The latter two persist in the modern world.

Societies of open access are characterized by (p. 11):

1. Political and economic development.
2. Economies that experience much less negative economic growth.
3. Rich and vibrant civil societies with lots of organizations.
4. Bigger, more decentralized governments.
5. Widespread impersonal social relationships, including rule of law, secure property rights, fairness, and equality – all aspects of treating everyone the same.

Societies of limited access are characterized by (p. 12):

1. Slow-growing economies vulnerable to shocks.
2. Polities without generalized consent of the governed.
3. Relatively small numbers of organizations.
4. Smaller and more centralized governments.
5. A predominance of social relationships organized along personal lines, including privileges, social hierarchies, laws that are enforced unequally, insecure property rights, and a pervasive sense that not all individuals were created or are equal.

Although with different purposes of previous works, in North et. Al. (2009) there is the complementation of the information contained in previous works by the same author considered here. One of them is the existence of societies with limited access in the 21st century. This complements the idea of how institutional differences justify different stages of economic development. Societies with limited access still persist because “...aligns the interests of powerful individuals to forge a dominant coalition” (p. 13). Later he is emphatic when defining that in this type of society “[...] privileges, and rents of the individual elites in

the dominant coalition depend on the limited entry enforced by the continued existence of the regime [...]" (p. 20).

The absence of barriers to get in the societies of better economic performance allows North et al (2009) to apply the idea of creative destruction, Schumpeterian as well as in the economic and political aspects. Which leads to a continuing "[...] creation of new interests and the generation of new sources of rents [...]" (p. 24). Pessali and Dalto (2010) corroborate North's thought by saying that "the Schumpeterian notion of entrepreneur comes from the individual and embraces collective economic entities covers that catalyze the skills and resources of several other economic agents with the goal of, under his guidance and coordination, carry out a plan of action".

In the societies of limited access the elites hold on to the State using it as an instrument of private use. A frequent mixture between what is public and private: "These states are therefore much more subject to populism and policies that create macroeconomic imbalances and budgetary crises" (NORTH ET ALLI p. 137). In the societies of limited access the elites control powerful social organizations, such as churches, Governmental courts and military units (IBID, p. 249).

On a national level, the above is seen in institutional safeguards to ensure property rights. Corrupt countries are not objects of international investments. Nóbrega (2004, p. 1) signals that

> rich countries are those in which investors feel safe in relation to their property rights, the rule of law prevails, the incentives are aligned with social objectives, monetary and fiscal policies are anchored on solid institutions and citizens enjoy civil freedom and may use the mechanisms of political representation. Poor countries are those in which these arrangements do not exist or are inadequate.

In this context, the State plays an important role with regard to property rights in the proportion that besides protecting defines them "whenever there are conflicts" (FIANI, 2003, p. 148). The big problem here resides in embarrassing States of development. Cruz (2003) brings up this problem questioning:

> How to ensure against opportunism, irresponsibility or simple myopia of the governors? How to stop the rulers to employ the power of the State to promote their own interests, in detriment of the society? Who controls the controllers and how to do it? (CRUZ, 2003, p.116)

This concern, applied to societies of limited access, is justified, for example, in the patrimonial discretion of public management, characteristic of developing countries. When organizations like political parties change all the planning underway, regardless of their efficiency, with the purpose of putting into practice their judgment of value.

> Politics will determine, for example, which interests will prevail, as well as through the clash of forces (usually not physical) or by the differentiated

> capability of these various forces articulate and defend them. Politics also interferes in the process of development from the perception of interests, what once more is placed in the role of ideological conceptions on this set of factors (STRACHMAN, 2002, apud AREND and CÁRIO, 2005, p. 20).

On the defence of interests typical of the political body, we must remember that this is often in the service of economic organizations when "entrepreneurs transfer the question of institutional change to the political arena" which allow that entrepreneurs, losers in the economic field use the political process to correct their mistakes (AREND and CÁRIO, 2005, p. 8). Thus, "in peripheral countries institutional arrangements were geared to benefit those whose interests were determined by the bargaining power" (GOMES, 2004, p. 10)

In the societies of open access the belief systems emphasize equality, sharing and universal inclusion. Political parties struggle with competitive elections and once in power do not eliminate opportunities for questioning by opposition parties.

Corroborating with what is found in other mentioned works of North on non institutional standardization, here he defines that "the limited access order is not a specific set of political, economic, or religious institutions; it is a fundamental way of organizing society" (NORTH ET al., 2009, p. 31).

A relevant feature of the societies of open access is that, rather than rely on elites, they rely on a mass citizenship, that is, in the impersonality. The Government extends its performance through policies turned to social equality.

In the strictly economic field, the comparison between the two types of society demonstrates that in those of open access their dynamic sector generates direct and indirect effects for the whole economy. In those of limited access, with markets heavily controlled, this effect is inhibited.

The transition from a society of limited access to one of open access happens when the elite accepts to transform personal privileges into shared impersonal rights, including access and the coercion of the law, the State and military apparatus.

3.1 Institutions and organizations (or the socio-economic "game") in Douglass North

North has a simple definition of institutions. They "are the game rules in a society" (NORTH, 1990, p. 3). The institutions together define the structure of incentives of the societies and specifically of the economies. Delimit human relationships in different ways, including with regard of the economic performance. Greeting a friend, the venture of a business, the loan of money, the burial of the dead ... reflect the institutional matrix which "defines and limits the game of choice for individuals" (IBID, p. 4). The why such events per se are idiosyncratic because the institutions are so.

Facing the above and considering that: i) the contemporary trade environment is generally impersonal; and ii) institutions vary according to the countries; results from the conjunction of these factors – greater or lesser complexity of relations and the nature of the

institutions – the different economic stages of the countries. In a situation of impersonal/ complex environment and incompetent institutions to restrict the relationships, the transaction costs are high, resulting in low levels of economic performance.

A relevant issue is that the incompleteness of information obstructs all possible scenarios are intended and marked out by the institutions. As highlights Hodgson (1994, p. 160) "the formulation of a contract between two parties implies almost always an implicit or explicit reference to a set of rules, customs and rules, more than a detailed trading again on each of the clauses and contingencies". In this scenario you need to remember that there are laws, customs that are not expressed in the contract and that, on the other hand, no agent is given the right to disregard. In this sense, more important than seek to give account of all possible scenarios in a contract and to foresee the cons for each case, the society should have adequate conflict resolution mechanisms. The more mature the governance structure the least will be necessary to appeal for instruments of conflict resolution.

By limiting the human interactions, the institutions will be seen as constraints. In this sense North approaches Hodgson (1994), because the latter argues that:

> These inflexibilities or restrictions indicate, in fact, to the individual what other agents could do, and the individual may then act accordingly. On the other hand, if such inflexibilities or "imperfections" did not exist, the behaviour of others could change with all the disruption of the economic system and these frequent adjustments of behaviour could be regarded as random or chaotic.

It is clear that the institutions have not only the restrictive character. "They also promote changes as they shape the knowledge and its application to solve problems" (PESSALI and DALTO, 2010, p. 18).

A problem to be highlighted is when individual interests are opposed to the interests of the society as a whole. In this case, individual agents may attempt to violate the rules. In this sense, in addition to the operational costs the institutions must do justice to the transaction costs as they need to investigate violations and impose punishments. Just like the referee in football when he indicates the yellow card when the footballer does not play by the rules. As highlighted by North et al (2009) institutions shall include also the means by which the rules and regulations are applied.

The institutional typology of North is self-explanatory and also simple. Institutions can be formal or informal. Rules, laws, constitutions, etc., are cases of formal institutions. Informal institutions are the standards of conduct, conventions, self-imposed codes of behaviour, etc.

The institutional typology of North is self-explanatory and also simple. Institutions can be formal or informal. Rules, laws, constitutions, etc., are cases of formal institutions. Informal institutions are the standards of conduct, conventions, self-imposed codes of behaviour, etc.

According to North informal institutions alone could only generate a spontaneous

social order in primitive societies, because they had low transaction costs and high production costs. Modern societies are anonymous, without individual interactions. The transaction costs are high. Informal institutions do not have strength to guarantee social co-operation in that type of society.

The appearance of formal institutions, with the purpose to reduce risks and uncertainties, depends on the strength of interest. Groups that have negotiating power, that is, pressure power, able to formalize rules. What makes the political markets more susceptible to social inefficiency. In this kind of market transactions are based on votes and infinitesimal power of each elector does not encourage the search for more information.

This scenario makes the political markets more complex than the economic as well as extremely overwhelming in economic performance – "the political and economic institutions are fundamental determinants of economic performance" (NORTH, 1994, p. 468). Furthermore, considering that: i) in the democracies the political market is the offerer of the legislators; ii) the representation is uneven in terms of social groups; and iii) the power of the voters is minimum; a huge opportunity is open so that the formal institutions reflect exclusive interests of the groups better represented. More than that, that the legislators prevent institutional changes favourable to society, but evil to them.

There is a strong binding between economic interests and political power. North stresses the possibility of legislators to have their own goals:

> These issues appear to show in the voting behavior of legislators; it is widely observed that one cannot explain the voting behavior of legislators within the narrow confines of a principal/agent model, in which the agent (the legislator) is faithfully pursuing the interests of the principal (constituents). The agent's own utility function - his or her own sense of the way the world ought to be - appears to play a role in the outcomes (NORTH, 1990, p. 21).

The use of the State in private benefits (and not of society) is taken up later: "Put simply, if the state has coercive force, then those who run the state will use that force in their own interest at the expense of the rest of the society" (NORTH, 1990, p. 59). Fiani (2002, p. 50) reflecting on the work of North points out that "the emergence of the State turns the establishment of rules governing property rights and economic exchanges in process product of political bargaining, without necessary connection with economic efficiency".

It is seen that the State shown here by North is composed of different agents and not by a ruler alone. Thus, the State itself is the subject of disputes. More than that, to the extent that democracy allows the rise of new layers of the population to the State the bargaining game complicates even more.

In one of his most well-known phrases, North defines that "If the institutions are the game rules, organizations and their entrepreneurs are the players" (NORTH, 1994, p. 571). As the institutions are "rules" their operationalism depends on this other category, organizations that are groups of individuals who come together to achieve a common goal.

In North et al (2009, p. 6) organizations are defined as tools that individuals use to increase their productivity, search and create contacts and human relations, to coordinate actions between individuals and groups, and as an instrument of domination and coercion.

Organizations can be political (political parties, the Senate, a municipal Assembly, a regulatory agency), economic (companies, unions, cooperatives), social (churches, clubs, athletic associations) and educational (schools, universities, vocational training centres) (NORTH, 1990, p. 5). By reflecting the institutional matrix, organizations also end up being divided into formal and informal.

North hierarchizes institutions and organizations. For him:

> Formal rules include political (and judicial) rules, economic rules, and contracts. The hierarchy of such rules, from constitutions, to statute and common laws, to specific bylaws, and finally to individual contracts defines constraints, from general rules to particular specifications. And typically constitutions are designed to be more costly to alter than statute laws, just as a statute law is more costly to alter than individual contracts. Political rules broadly define the hierarchical structure of the polity, its basic decision structure, and the explicit characteristics of agenda control. Economic rules define a property right that is the bundle of rights over the use and the income to be derived from property and the ability to alienate an asset or a resource. Contracts contain the provisions specific to a particular agreement in exchange. (NORTH, 1990, P. 47)

This hierarchization is widely accepted. An example is Pessali and Dalto (2010, p. 14) for whom "the analyst should not be surprised to find institutions within institutions, hierarchies of institutions, or other forms of conjugation between them".

Given the above, it is reasonable to divide the institutions and organizations in accordance with "macro" and "micro". Understanding how macro institutions, those of general scope – the Constitution, e.g. – that coexist on the market. Micro institutions correspond to those relation restraining ones not mediated by the market. An example of a macro institution is the labour law (applicable throughout the country) and a micro one the internal regulations of companies, specific and applicable only to their employees. The same interpretation is considered for organizations. A court, e. g, is a macro organization while a company is a micro organization. North et al (2009) highlights that the majority of organizations have their own internal institutional structure (p. 16).

Using North metaphor of "game", a micro organisation (the firm) is restricted by a macro institution (labour law) and uses a micro institution (internal regulations) to restrict their employees, defining good internal practices to the firm. See that the power of constraints is in the rule, i.e. in the institution, even when it is deliberately created by an organization (the firm).

This contextualization between institutions and organisations, the way taken by North, is relevant as far as the new Economic institutionalism in a general way presents a diversity of concepts for them. In addition, there is some disagreement about the overlap

between institutions and organisations, i.e. organisations may be institutions, as Hodgson defends. The table 1 provides examples based on North's definitions.

THE GAME	INSTITUTION/ORGANIZATION	TYPE
Election	Electoral code	Formal Macro Institution
	Electoral Court	Formal Macro organization
	Political parties	Formal Micro organization
Definition of candidates for an election	Electoral code	Formal Macro institution
	Rules of procedure of the party	Formal Micro institution
	Trends of the workers ' Party (PT)	Formal Micro organizations (the party's Statute foresee the groups named trends
	"The PMDB of Temer" or "the PMDB of Geddel"	Informal micro organisations (the Statute of the party does not foresee)
Work accident prevention in the companies	Law N° 6.514, of December 22,1977	Formal Macro institution
	NR-5 of the Ministério do Trabalho	Macro instituição formal
	Internal commission of Accident Prevention (ICAP) of each company	Formal Micro institution
Any event in England	Starting time	Micro institution which can be formal or informal (a constant in an invitation e.g.)
	Arrive on time	Informal Macro institution
	The British people	Formal Macro organization (registered as British, has a formal citizenship)
Any event in Brazil	Starting time	Micro institution which can be formal or informal (a constant in an invitation e.g.)
	Arrive late ("I will get there later because nobody arrive on time")	Informal Macro institution
	The Brazilian people	Formal Macro organization (registered as Brazilian, has a formal citizenship)
Innovation	Law n° 9.279,of May 14, 1996 (Patents law)	Formal macro institution
	Companies	Formal micro organizations
	"Pirateiros"	Informal micro organizations

TABLE 1 – "Institutions are the game rules. The organizations are the players"

Source: Own elaboration

Important to note that the games of table 1 are not necessarily restricted to the institutions and organisations respectively exemplified.

3.2 Institutional change in Douglass North

North contests the static-comparative view of the neoclassic, highlighting the

necessity of a historical-evolving definition of the economy that ends up composing the core of his theory. What makes it imperative to highlight the process of institutional change for the mentioned author.

Fiani (2002, p. 46) points out that

> The fundamental interest for North, when studying economic history, is to explain his institutions as determinants of economic performance of societies. It occurs, however, that although North is interested in the institutions as determinants of economic performance of societies, it is the problem of the permanence of institutions that discourage economic growth that will be incurred in his central concern.

As it happens in the governance structures of Williamson, institutional changes for North involve calculations based on costs. Changes are only made when the benefit in doing them is greater than the corresponding cost. It is included in this calculation the cost of change per se (i.e., transaction costs of change) and not only what eventually is ceased to earn with it (opportunity cost). The benefits of change have to be sufficiently larger than the sum of the referenced costs.

> If the highest rate of return in an economy is to piracy we can expect that the organizations will invest in skills and knowledge that will make them better pirates. Similarly if there are high returns to productive activities we will expect organizations to devote resources to investing in skill and knowledge that will increase productivity. (NORTH, 2005, P. 61)

Another relevant issue concerns the distribution of the costs of institutional change. “If the total costs of the change go to some of the persons concerned while others disclaim, the change may find certain obstacles” (PESSALI and DALTO, 2010, p. 22). Obviously the same can be said about the benefits.

Given the convenience of maintenance of the institutional matrix and, mainly, the cost of institutional changes, a great prior assessment is required. Understood in another way, the institutions have a *lock in*. This is a concept that institutionalism seeks in technological analysis. Pessali and Dalto (2010) use the example of the gauge of the train tracks that “. .. still reproduces the technology of the old carts pulled by animals. Were the gauge increased the productivity of rail transport could have grown by using wagons of higher capacity “(p. 17)

To keep institutions represents a kind of “balance”. Institutional changes represent “unbalances”, even though in a sense of progress. After all individuals are born “rooted” and institutional changes are complex. Well, if institutional changes were easy and always had the right direction, there would be no coordination problems or countries with low economic performance. The feeling of change has to be strong enough to “uprooting”. Finally, due to the proper inability to fully understand the surrounding world, individuals translate incompletely the signals they receive. Because, as highlights Hodgson (1994, p. 121) “the reality, out of

our heads, can exist independent of cognition that we have of it. But the ' reality ' that ' we see ' and ' understand ' is in part socially constructed.

The rooting of cultural aspects, difficult to be modified, is exemplified by North when he calls attention to the failure of some countries to reproduce American institutions: "It Should be emphasized that the institutions that have emerged in the Western world, such as property rights and judicial systems, do not have to be faithfully copied in developing countries" (NORTH, 2005, P. 159).

The famous *path dependence* so much applied to technological bases of the companies is employed by North in his theory as well. *Path dependence* implies that once invested in a pattern it follows its course. Such an example of it being used in the technological bases is the "qwerty" keyboard transferred from the typewriters to the computer.

North makes use of the *path dependence* in the sense that institutional changes are constrained by existing institutions, in a kind of guiding principle. Once you have invested in an institutional pattern we stick to it. If the institutional framework rewards piracy pirate organizations will emerge; If the institutional framework compensates productive activities, organisations – enterprises – committed to such activities will come out (NORTH, 1994, p. 572). Changes out of the path are possible, but uncommon since the cost is higher.

Examples of institutional *path dependence* very much mentioned by North are the respected American property rights inherited from England and the personalism in economic and political relations in Latin America, inherited from Portugal and Spain.

The concept of *path dependence* leads us to conclude that there are no proper standardized types of "ideal institutions". If the institutions are dependent on the trajectory and, therefore, idiosyncratic, how should there be an ideal consistent type?

North believes that changes in informal institutions require a long time, since they represent the uprooting. As for the formal institutions alterations can take place tempestuously being enough the legal act. Changes in formal institutions means changes in informal institutions. It is logical that there is not a natural relation of causality. Because, as North himself demonstrates, the formal institutionalization only occurs when the group concerned is represented politically. This way it is possible that changes in informal rules does not imply in changes in formal rules. Or even until informal institutions continue to exist without being formalised:

> Continuing the sports analogy, taken together, the formal and informal rules and the type and effectiveness of enforcement shape the whole character of the game. Some teams are successful as a consequence of (and have therefore the reputation for) constantly violating rules and thereby intimidating the opposing team. Whether that strategy pays off obviously depends on the effectiveness of monitoring and the severity of punishment. Sometimes codes of conduct - good sportsmanship - constrain players, even though they could get away with successful violations (NORTH, 1990, P. 4).

North makes true verse about informal institutions:

> That the informal constraints are important in themselves (and not simply as appendages to formal rules) can be observed from the evidence that the same formal rules and/or constitutions imposed on different societies produce different outcomes. And discontinuous institutional change, such as revolution or military conquest and subjugation, certainly produces new outcomes. But what is most striking (although seldom observed, particularly by advocates of revolution) is the persistence of so many aspects of a society in spite of a total change in the rules. Japanese culture survived the US. occupation after World War II; the post-revolutionary U.S. society remained much as it had been in colonial times; Jews, Kurds, and endless other groups have persisted through centuries despite endless changes in their formal status. Even the Russian Revolution, perhaps the most complete formal transformation of a society we know, cannot be completely understood without exploring the survival and persistence of many informal constraints. (NORTH, 1990, P. 36)

Organizations take care of transforming the structures of beliefs in formal structures. There is a feedback in the sense that the formation (and change) of the institutions follow a process that begins in the formation of individuals mental models, moulded in turn by the cultural inheritance and everyday problems. From them informal institutions and their organizations are formed. They are responsible for the creation of the institutions and formal organizations. From interaction, conducted by the mental models, between organizations and institutions, formal and informal, institutional evolution occurs. In this sense North resembles Hodgson (1994) for whom "through their own existence, established character and visible of much behaviour to them associated, institutions create in fact, and in a certain way, emit additional information" (p. 133).

Abrupt and general Institutional changes happen at moments of inflection promoted by wars, revolutions, natural disasters, and achievements.

4 I HODGSON'S THOUGHT AND CRITIC

Geoffrey Hodgson's thought, although contemporary of the New Institutionalism, has a close relationship to the "old" institutionalists. For Hodgson what divides the NIE and the OEI is the conception about the individuals. The old institutionalists depart from an institutionalized individual, consider a cultivation resulting from existing institutions. The new institutionalists (like North) head off from methodological individualism. The institutions arise from a model of an individual rational behaviour. The Individuals are "figures".

For Hodgson individuals are born institutionalized, "rooted". Such rooting will stick to the individual the institutional nuances of their society. Hodgson (1994, p. 121) remarks that "the acquired conceptual framework reflects our culture, the social norms and rules that we inherited." Later the same author is emphatic in describing that:

> Since we were born we begin to acquire a social language and share a symbolic order. The individual knowledge is expressed in a social language and is passed through a set of socially acquired cognitive filters. We learn

> a great deal of the world through the language and symbols that have no meaning in an individual sense. Our aims and expressed intentions, whatever be their individual qualities, are formulated with language that, in its essence, is not individual but social (HODGSON, 1994, p.125).

This rooting does not prevent changes. Such changes occur over time, which does not make the process tautological. This interactive process is inter-institutional and intergenerational. Pessali and Dalto (2010) highlight the linking from one institution to another in the emergence of the newer: “this is only to recognize that, in modern societies, we are all born in a world with established institutions, and to discuss about how the first institution came forward would be an insoluble problem of infinite regression” (p. 16). The language is the mother type of institution.

Hodgson uses the concept of social structure, in a broader meaning than institutions in North. The social structure comprises relationship between the environment and the individual which is not necessarily signalled by the institutions. It involves the social relationships that do not have rules. They are examples of individual relationships that cannot be treated within the institutions feelings. The author shares with North as for the need to consider the institutions in economic analysis, but has different definition in terms of institutions and organizations. Such difference is, as a matter of fact, famous in the institutionalist debate.

For Hodgson an institution is a special kind of social structure that involves encoding rules of interpretation and behaviourism (HODGSON, 2005). Institutions are lasting systems of established and built-in rules and social conventions that structure social interactions (HODGSON, 2003, p. 6). The organizations are understood as a type of structure with ability to fetch a defined goal even if such goals are not declared (HODGSON, 2005). In this way the organizations are seen as a “special subset of institutions, which has additional features of adherence and sovereignty”.

An organization is a special type of institution that covers:

a) Criteria to establish its boundaries and distinguish its members and non-members;

b) A recognized principle of sovereignty;

c) A chain of responsibility of internal commands

Just like North, Hodgson believes that the institutions constraint human behaviour, in the sense of limiting it. But stresses that “however, the constraint can open up possibilities: it may enable choices and actions that otherwise would not exist. For example, the rules of language allow us to communicate; traffic rules help traffic to flow more easily and safely”(HODGSON, 2003, p. 163).

Hodgson discusses the classification of North’s institutions in formal and informal. He points out that North refers to formal “rules” and “informal” constraints. By exploiting Menger, Hodgson (2001) considers like types of institutions those ones that emerge spontaneously

and the ones that result from processes involving purposes. (p. 101) For Hodgson (2005) all institutions, including the official ones, involve informal rules. To resolve the problem of terms he proposes the distinction on the basis of the evolution of institutions among those that evolve spontaneously and those that require an exogenous intervention.

It is still clear that Hodgson recognizes that the institutions nominated informal by North are relevant. He also uses Durkheim: in a contract not everything is contractual. It goes beyond. He recognises that some "non-legal" institutions can evolve without any human planning generating enormous social consequences.

Hodgson refers to the formal/informal dichotomy used by North to highlight conclusions of studies on economic underdevelopment: tradition and statute – the formal and informal – structure the development and depend on one another. He converges to North's thought when highlighting the need for a strong institutional intervention in order to guarantee the property rights in the complex modern society where incomplete and imperfect information predominates, high transaction costs and asymmetric relations.

There is, in Hodgson, a static interdependence between informal and/or formal rules. And this is so, because the effectiveness of a formal rule presupposes sanctions in feelings and practices on everyday lives of people. He exemplifies through economic development that is based on a fair and effective public administration, and an efficient system of property rights that are held not only in formal legal rules but also in informal culture (HODGSON, 2005). In Hodgson (2006) he is emphatic when defining that with one possible exception (the language) all institutions depend on other institutions. There is, in Hodgson, a static interdependence between informal and/or formal rules. This is because the effectiveness of a formal rule assumes sanctions in feelings and practices of everyday life of people. He exemplifies through economic development that is based on a fair and effective public administration, and an efficient system of property rights that are held not only in formal legal rules but also in informal culture (HODGSON, 2005). In Hodgson (2006) he is emphatic when defining that with one possible exception (the language) all institutions depend on other institutions.

For Hodgson (2001) in certain cases it is required the assistance of a pre-existing powerful institution to create or sustain other institutions. The State is the most coherent solution (not necessarily the most efficient) once it is "... well positioned to assume a regulatory role [...] and may make use of their substantial symbolic ceremonial powers, and ourselves "(p. 112).

Referring to the economic development, Hodgson (2005, p. 94) points out the following:

> An implication for economic development is that attention should be given to institutions and institutional features that are conducive to norms and values that serve social integration, personal development, and human needs more generally. The choice of institutions becomes a doubly important policy

> decision, not only because they provide incentive structures for individual behavior, but also because institutions can mould individual mentalities and preferences.

It is imperative to highlight the understanding of Hodgson about the term “habit”: propensity to behave in a particular way in a particular class of situations. Habits are, as the author draws attention to, acquired in a social context and not transmitted genetically.

The curious thing is that, furthermore, the same Hodgson (2005, p. 95) believes that “Legislation cannot go faster than the development of human habits and informal social norms”. The author outlines how important points for a future agenda; i) the possibility of institutions to have a reconstituent effect on the preferences of individual actors; and ii) the formation of habits through operation of channels and institutional constraints (HODGSON, 2001, p. 109)

Hodgson highlights the difficulty of analysing the institutional evolution. To explain the origin of the institutions presupposes to elect a starting point, a “State of nature”, resulting in a potential problem of infinite regression: “attempts to explain each layer of emerging institutions always rely on institutions and previous rules” (p. 103). The author explains that:

> There is a fundamental reason why the idea of explaining the institutions in terms of interaction of individuals should be abandoned from a “State of nature” without institutions. And that every individual interaction inevitably depends on some – at least rudimentary – form of language. Language is in itself an institution. Individuals rely on customs, standards and language to interact. Interpersonal communication, essential for all stories of institutional emergency, depends on linguistic rules and standards and of another nature. The State of nature without institutions is unreachable either in theory or in reality (HODGSON, 2001, p. 103).

Hodgson advocates a new research project, reworded, where “... the evolution of institutions, counting with other institutions as a starting point would be stressed, rather than from ‘ hypothetical ‘ nature of States and without institutions” (HODGSON, 2001, p. 105). So, he himself commits a sin related to the “State of nature”: where would the “first” institutions come from?

5 I CONCLUSION

The new institutionalists have a relevant role when rescuing economic analysis left aside by the mainstream. The classical orthodoxy, when focusing on the availability of production factors and their allocation, banished the importance that the institutions have once they can induce or constrain the economic performance when generating cooperation or conflict.

North analyzes the institutional macro environment from a microeconomic basis that mixes fundamentals of classical orthodoxy (in some cases refuting them or changing them but having them as a starting point) and alternative grounds, especially the transaction

costs highlighted by Coase. In this sense fulfils an important role by resuming analysis categories that have intersection with other social sciences without disregarding those typical of orthodox economy.

Hodgson undertakes a research project closest to that of the old institutionalists. As such, he does not start from the methodological individualism and therefore does not use microeconomic instrumental as reference.

Even though North and Hodgson are contemporary in institutional analysis, their thoughts have hues which differences justify the decanted diversity of “new” institutionalists.

REFERENCES

AKERLOF, G. A. The market for lemons: Quality uncertainty and the market mechanism. **Quarterly Journal of Economics**, 1970, 84:488-500.

AREND, M; CÁRIO, S. A. F. Instituições, Inovações e Desenvolvimento Econômico. In: **V Coloquio Latinoamericano de Economistas Políticos**, 2005, Ciudad de Mexico. V Coloquio Latino Americano de Economistas Políticos, 2005.

ARTHUR, W. Brian. **Increasing Returns and the New World Business**. Harvard Business Review July-August/1996, 101-109.

BAIN, J. **Barriers to New Competition**. Cambridge (Mass): Harvard, 1956. University Press.

COASE, R. The nature of the firm. In: COASE, R. **The firm, the market, and the law.** Chicago: University of Chicago Press, 1937. Disponível em http://www.sonoma.edu/users/e/eyler/426/coase1.pdf

COASE, R. *The Problem of Social Cost.* **Journal of Law and Economics**, Vol. 3, (Oct., 1960), pp. 1-44. Disponível em http://www.ccer.edu.cn/download/7874-4.pdf.

COMMONS; J. R.; Institutional Economics. **American Economic Review**, vol. 21 (1931), pp. 648-657. Disponível em https://webspace.utexas.edu/hcleaver/www/368commonsoninstitutionalecontable.pdf

CRUZ, S. C. V. Teoria e história: notas críticas sobre o tema da mudança institucional em Douglas North. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 23, n. 2, p. 106-122, 2003.

FIANI, R. Crescimento econômico e liberdades: a economia política de Douglass North. **Economia e Sociedade**. Campinas, v 11, n 1 (18), jan./jun. 2002.

FIANI, R. Estado e Economia no Institucionalismo de Douglass North. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 135-149, 2003.

GOMES, F. G. **A Nova Economia Institucional e o (Sub) Desenvolvimento Econômico Brasileiro: limites e impossibilidades de interpretação**. Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política, www.sep.org.br, 2004.

HALL, R. L.; HITCH, C. J. Price theory and business behaviour. **Oxford economic papers**, nº 2, 1939

HALL, P. A.; TAYLOR, R.C. R.. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100010&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 09 ago. 2011

HODGSON, G. M. **Economia e instituições.** Manifesto por uma economia institucionalista moderna. Oeiras: Celta editora, 1994.

HODGSON, G. M. A evolução das instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura. **Econômica**. Revista da Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense. v.3 n.1 - Junho 2001

HODGSON, G. M. The Hidden Persuaders: Institutions and Choice in Economic Theory. **Cambridge Journal of Economics**. 2003, 27, 169-175

HODGSON, G. M. Institutions and Economic Development: Constraining, Enabling and Reconstituting. In.: DE PAULA, S and DYMSKI, G. A. (eds). **Reimagining Growth. Towards a Renewal of Development Theory**. London and New York: Zed Books, 2005

HODGSON, G. M. What Are Institutions? **Journal of Economic Issues**. V. XL, n.1, march 2006

KAPLAN, A. **The conduct of inquiry: methodology for behavioral science.** San Francisco, CA: Chandler, 1964. Disponível em http://www.garfield.library.upenn.edu/classics1980/A1980JX53400001.pdf acesso em 28 mar 2011

KALETSKY, A. Goodbye, Homo Economicus. 28 mar 2009 Disponível em http://www.countercurrents.org/kaletsky280309.htm.

LISBOA, M. B. A Miséria da Crítica Heterodoxa - Primeira Parte - Sobre as Críticas. **Revista de Economia Contemporânea**, Brasil, v. 2, p. 5-66, 1997.

LISBOA, M. B. A Miséria da Crítica Heterodoxa - Segunda parte - Método e Equilíbrio na Tradição Neoclássica. **Revista de Economia Contemporânea**, Brasil, v. 3, p. 113-151, 1998.

MANKYW, N. G. **Princípios de Microeconomia.** São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life. **The American Political Science Review**, v. 78, n. 3, p. 734-749, Sept.1984.

NELSON, R. R.; SAMPAT, B. N., Making Sense of Institutions as a Factor Shaping Economic Performance. **Revista de Economía Institucional,** Vol. 3, No. 5, Second Semester 2001.

NÓBREGA, M. da. **Instituições, Desenvolvimento e sua importância nas atividades de regulação**. Tendências Consultorias integradas. Disponível em clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=160939

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D. C. El desempeño económico a lo largo del tiempo. Discurso de Douglas North na cerimônia de entrega do Prêmio Nobel de 1993. In: **El trimestre económico.** México, Oct-Dic, 1994, Fondo de Cultura Económica

NORTH, D. C. **Understanding the Process of Economic Change.** Princeton: Princeton University Press, 2005

NORTH, D.C.; WALLIS, J. J.; WEINGAST, B.R. **Violence and social orders: a conceptual framework for interpreting recorded human history**. New York: Cambridge University Press, 2009

PESSALI, H; DALTO, F. A mesoeconomia do desenvolvimento econômico: o papel das instituições. **Nova economia**. 2010, vol.20, n.1, pp. 11-37.

PINDYCK, R.S.; RUBINFELD, D.L. **Microeconomia.** São Paulo: Prentice Hall, 2002

POLANYI, K. **A grande transformação.** As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000 [1944]

SRAFFA, P. (1926) The law of returns under competitive conditions. **Economic Journal**, v. 36.

STIGLITZ, J. E. **Introdução à microeconomia.** Rio de Janeiro: Campus, 2003.

VARIAN, H. R. **Microeconomia.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003

VEBLEN; T. **Teoría de la clase ociosa.** Madri: Ediciones Elaleph, 2000 [1899]

WEINTRAUB, E. R. **Neoclassical Economics**. The Concise Encyclopedia of Economics. Online Edition, 2002

CAPÍTULO 5

ECONOMIA, SEUS INDICADORES E A TOMADA DE DECISÃO EMAMBIENTE DE ESCASSEZ

Data de aceite: 23/04/2021
Data de submissão: 02/04/2021

Vicente Carneiro Cardoso
ITS - Institute Theology Science
Florida – USA
https://orcid.org/0000-0001-5113-5827

RESUMO: Toda organização é constituída e se desenvolve a partir de decisões que, no seu conjunto, singularizam a sua identidade e determinam cada uma de suas opções. Num ambiente econômico caracterizado pela escassez de recursos, são as decisões, tomadas em todos os níveis da organização, que determinam ou não a utilização adequada de tais recursos para a consecução dos seus objetivos, o que nos leva a crer que é nas decisões e nas ações desencadeadas pela empresa, que reside a chave para a obtenção da eficácia da organização, o grau para atingir o seu objetivo.
PALAVRAS-CHAVE: Economia, escassez, empresa, tomada de decisões.

ECONOMY, ITS INDICATORS AND DECISION-MAKING IN A SCARCITY ENVIRONMENT

ABSTRACT: Every organization is constituted and develops from decisions that, as a whole, singularize its identity and determine each of its options. In an economic environment characterized by the scarcity of resources, it is the decisions, taken at all levels of the organization, that determine or not the appropriate use of such resources for the achievement of its objectives, which leads us to believe that it is in the decisions and in the actions triggered by the company, which lies the key to obtaining the organization's effectiveness, the degree to reach its objective.
KEYWORDS: Economy, scarcity, company, decision making.

1 I INTRODUÇÃO

As decisões em uma empresa são influenciadas por diversas variáveis, entre as quais se incluem os valores próprios de cada gestor, ou seja, as pessoas no seu dia-a-dia ou em situações especiais tomam decisões diferentes umas das outras. Mesmo diante de um mesmo problema, de alternativas idênticas em cenários iguais, às opções recairão sobre caminhos, se não opostos, no mínimo, bem diferenciados. O motivo disso acontecer é que cada pessoa percebe a realidade de uma forma específica, reflexo de um quadro de referências resultantes de suas experiências de vida, além da influência dos aspectos culturais, crenças e valores, formação intelectual, informação acumulada, convívio com grupos sociais, entre outras. Por outro lado, a obtenção da eficácia está condicionada ao direcionamento integrado das decisões tomadas pelos diversos gestores, convergindo para os objetivos da organização, o que gera a necessidade de munir os gestores de um instrumento que dê apoio na escolha da

melhor alternativa de ação no processo de tomada de decisão da empresa.

2 | MODELOS DE DECISÃO

Num ambiente econômico caracterizado pela escassez de recursos, são as decisões, tomadas em todos os níveis da organização, que determinam ou não a utilização adequada de tais recursos para a consecução dos seus objetivos. Contudo, a obtenção da eficácia está condicionada ao direcionamento integrado das decisões tomadas pelos diversos gestores. Nas diversas fases do processo decisório, os modelos de decisão são utilizados pelos gestores na identificação e obtenção das informações relevantes para a formulação das diversas alternativas de ação e na análise e avaliação destas, fundamentando a escolha da melhor alternativa. Os modelos de decisão permitem que as consequências das várias alternativas sejam avaliadas antes de tomar a decisão, possibilitando àquele que toma as decisões escolher aquela que apresente os melhores resultados. A partir daí é gerado um procedimento estruturado, no qual as diversas variáveis que impactam a decisão podem ser organizadas e examinadas de modo sistemático e consistente. A partir das definições de modelo e de decisão, pode-se definir modelo de decisão como a representação do impacto de uma ocorrência, levando-se em consideração as variáveis relevantes para a avaliação de cada alternativa, visando à escolha daquela que melhor atenda aos objetivos da empresa. Os modelos de decisão agem como elementos de indução e motivação dos gestores no processo decisório. O modelo de decisão sob a ótica da gestão econômica, além de induzir a eficácia, permite que o desempenho dos gestores seja avaliado segundo sua contribuição para a geração do resultado global da organização. No sistema empresa, o modelo de decisão é um elemento de apoio ao processo decisório, que permeia todo o processo de gestão. Toda empresa estrutura-se a partir de sua missão, crenças e valores. A missão é o seu objetivo fundamental, constituindo-se na verdadeira razão de sua existência, tendo, assim, um caráter permanente. As crenças e valores dizem respeito: aos princípios empresariais, dos quais emanam um conjunto de diretrizes gerais que estabelecem o posicionamento da empresa frente os seus clientes, fornecedores, funcionários, comunidade, governo, entre outros; ao ramo de negócio no qual a empresa deseja atuar. Orientados pela missão, crenças e valores, os acionistas estabelecem o modelo de gestão da empresa, que servirá de guia para os gestores na condução das suas atividades. É coerente afirmar que o modelo de gestão determina o processo de gestão da organização, definindo a forma como este deve ser operacionalização nas suas fases de planejamento e execução. É o modelo de gestão que define as autoridades e responsabilidades, papéis e posturas, critérios de avaliação e estilo de gestão. Não definir diretamente um modelo de gestão pode gerar conflitos e indefinições entre os gestores, levando, muitas vezes, à tomada de decisões que não estão de acordo com os objetivos da empresa. Em cada fase do processo de gestão, os gestores estarão tomando decisões, que

são as resultantes finais de um conjunto de etapas, que inclui identificação do problema, formulação de alternativas, avaliação das alternativas e seleção de uma alternativa, os quais constituem o processo decisório.

3 I PROCESSO DECISÓRIO

Nas diversas fases do processo decisório, o modelo de decisão atua como um instrumento de apoio ao gestor, possibilitando a escolha da alternativa de ação que melhor atenda aos objetivos da empresa. Percebe-se, assim, que o modelo decisório de uma empresa deve estar em perfeita sintonia com a missão, crenças e valores e com o modelo de gestão, que são o ponto de partida para a definição das diretrizes a serem adotadas pelos gestores. A tomada de decisão na empresa não se refere meramente ao ato final da escolha entre alternativas, mas sim a todo o processo. Esse processo complexo, ou seja, o processo decisório da empresa, pode ser definido como o conjunto de etapas ou fases seguidas pelo gestor para efetuar a escolha da alternativa de ação. O processo decisório estruturalmente se desenrola nas seguintes fases: a. Caracterização da necessidade de decisão - Corresponde à fase de definição do objeto da decisão, que e o próprio problema a ser resolvido; b. Definição do objetivo - o decisor define exatamente os fins a que deseja atingir; c.Definição e obtenção de informações relevantes - É a etapa de definição e obtenção de informações sobre as variáveis que devem ser consideradas no processo de tomada de decisão; d. Formulação das alternativas - São formuladas as diversas opções de ação que solucionam o problema; e. Avaliação das alternativas - As consequências derivadas das várias alternativas de ação. que configuram as diversas hipóteses de solução do problema são mensuradas e avaliadas; f. Escolha da alternativa - Com base na avaliação das consequências das alternativas estudadas, seleciona-se aquela que seja mais adequada como solução do problema para que o objetivo definido seja abancado. As diversas etapas do processo decisório podem ser apresentadas sob uma visão sistêmica. As entradas são os estímulos advindos do meio-ambiente, seja interno ou externo, ou seja, os problemas e oportunidades que desencadeiam o processo decisório. O processamento compreende as fases de definição do objeto e do objetivo da decisão, formulação e análise das alternativas e escolha da melhor entre as mesmas. A saída do processo é a decisão tomada. Nas diversas fases do processo decisório, os modelos de decisão são utilizados pelo gestor na identificação e obtenção das informações relevantes para a formulação das diversas alternativas de ação e na análise e avaliação destas, fundamentando a escolha da melhor alternativa. Para se definir mais precisamente modelo de decisão, faz-se necessário definir dois elementos importantes: modelo e decisão. Modelo, é uma representação simplificada da realidade com o objetivo de facilitar a compreensão de estruturas e relações complexas, através da segregação aos aspectos fundamentais relativos ao problema enfocado. Os modelos permitem o entendimento de vários fenômenos do mundo real,

através da manipulação de suas variáveis, possibilitando a realização de simulações dos resultados e consequências de vários fenômenos, sistemas e objetos da realidade. Para a construção de um modelo, são abstraídas da realidade as variáveis relevantes e suas interações significativas para o estudo de um determinado problema. Podemos definir decisão como o ato de escolher uma dentre várias opções com o objetivo de resolver um problema ou responder a alguma oportunidade. Para que uma decisão ocorra, deve-se ter mais de uma alternativa de ação; a decisão é fruto da necessidade de se optar por caminhos alternativos. As decisões podem ser programadas ou não programadas. As decisões são programadas na medida em que são repetitivas e rotineiras, em que foi criado um processo definido para aborda-las, de modo que não tenham de ser tratadas de novo cada vez que ocorram. As decisões serão não programadas na medida em que forem novas, não-estruturadas e de importantes consequências. Não haverá método prefixado para tratar o problema por diversos motivos: porque não foi apresentado antes, porque sua natureza e estrutura exatas são dúbias ou complexas, ou porque é tão importante que merece tratamento especifico. Podemos dizer então que, para as decisões programadas, é permitido definir padrões de procedimento, regras de decisão ou modelos de decisão. Já as decisões não programadas deverão ser tratadas pelo gestor à medida de suas ocorrências. A partir das definições de modelo e de decisão, pode-se definir modelo de decisão como a representação do impacto de uma ocorrência, levando- se em consideração as variáveis relevantes para a avaliação de cada alternativa, visando a escolha daquela que melhor atenda aos objetivos da empresa. Os modelos de decisão permitem que as consequências das várias alternativas sejam avaliadas antes de tomar a decisão, possibilitando ao decisor escolher aquela que apresente os melhores resultados. Constituem, assim, um procedimento estruturado, no qual as diversas variáveis que impactam a decisão podem ser organizadas e examinadas de modo sistemático e consistente. Então é correto afrimar quediferentes tipos de modelos de decisão poderão compor o banco de modelos do decisor; conforme a natureza da situação decisória, alguns modelos serão mais apropriados do que outros. O tipo mais adequado dependera da natureza matemática ou não das variáveis envolvidas, dos objetivos do decisor, do grau de controle exercido sobre as variáveis de decisão e do nível de certeza associado com o ambiente da decisão.

4 I OS MODELOS DE DECISÃO EM GESTÃO ECONÔMICA E O OBJETIVO DO MODELO DE DECISÃO

Levando em consideração sua eficácia como grau em que uma empresa atinge seus objetivos, pode se afirmar que o objetivo de todas as decisões na empresa e, portanto, dos modelos de decisão, é alcançar a sua eficácia. Entre tantos modelos de decisão podemos destacar três modelos para avaliação dos níveis de eficácia de uma organização: abordagem de recursos dos sistemas; abordagens de metas; abordagem de satisfação

dos participantes. No que diz respeito à eficácia, os resultados decorrem das relações da organização com seu meio, e na medida em que são satisfatórios, refletem a proporção do êxito da entidade na busca de equilíbrio saudável nas relações com seus parceiros de troca, demonstrando assim estar estruturalmente adaptada ao seu ambiente. As organizações são constituídas sobre o pressuposto da continuidade, a qual é viabilizada pela obtenção do lucro. Com efeito, a continuidade de uma empresa somente é garantida quando as atividades nela realizada geram um resultado líquido capaz de, pelo menos, assegurar uma reposição dos ativos assumidos durante os processos de execução de tais atividades. Assim, todas as estratégias, planos, metas e ações que a empresa implementa devem ser orientadas, em última estância, pela otimização do lucro. O lucro, por tanto, é a maior e mais consistente medida da eficácia da organização. O lucro ou resultado econômico é completo como indicador da eficácia empresarial, pois consegue absorver e refletir as variações entre os componentes: produtividade, eficiência, satisfação, adaptabilidade e desenvolvimento, inclusive a própria sinergia entre eles, ou seja, o lucro, mensurado segundo conceitos econômicos, que evidencia de forma correta o incremento verificado na riqueza da empresa, também chamado resultado econômico, é a melhor medida do sucesso de uma empresa, devendo orientar todas as decisões da organização. O resultado econômico numa organização e consequente do conjunto das atividades nela realizadas, as quais estão sob as ordens dos diversos gestores, sendo estes os responsáveis pela formação do lucro e, portanto, pela eficácia da empresa. Pode-se afirmar então, que a continuidade na empresa é afetada pelos sucessos e insucessos das ações implementadas pelos gestores responsáveis pelas diversas atividades, estas resultantes das decisões tomadas. Podemos concluir que, a otimização ao resultado de uma empresa ocorre à medida que todas as decisões tomadas busquem a otimização do resultado, assim, o modelo de decisão objeto nesse trabalho tem por foco orientar a gestão por resultados econômicos, induzindo os gestores a selecionar a alternativa de ação que otimize o resultado econômico da empresa.

4.1 Premissas do modelo de decisão

O modelo de decisão em gestão econômica e fundamentado pelas seguintes premissas: o resultado econômico é a melhor medida na eficácia da empresa; toda organização busca a eficácia e, consequentemente, a otimização do seu resultado econômico; a empresa encontra-se estruturada em áreas de responsabilidade e existe um gestor para cada atividade, com autoridade e responsabilidade para gerir os recursos colocados à sua disposição.

4.2 Requisitos do modelo de decisão

A utilidade do modelo de decisão como instrumento de gestão econômica das atividades empresariais está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos: estar perfeitamente integrado com a missão, crenças, valores e com o modelo de gestão

da empresa; refletir adequadamente os processos físicos e operacionais existentes na organização; permitir avaliar, de maneira consistente, todas as alternativas viáveis para a solução do problema; contemplar todas as variáveis relevantes, sejam internas ou externas, para a tomada de decisão; utilizar conceitos econômicos na mensuração das variáveis, que permitam avaliar o impacto de cada alternativa sobre a riqueza da empresa; permitir que a decisão seja tomada por resultados econômicos; ter como usuário os diversos gestores da organização, fornecendo-lhes informações confiáveis, oportunas e úteis.

4.3 Objetivo do modelo de decisão

As diversas atividades realizadas em uma empresa são estruturadas segundo áreas de responsabilidade e colocadas sob a coordenação de um gestor com autoridade para administrá-las. Com o objetivo de realizar as atividades sob sua responsabilidade, cada gestor efetua diversas transações, aqui definidas como ações ou ocorrências que provocam alterações na estrutura econômica ou patrimonial da empresa. Vale ressaltar que o resultado da empresa depende do resultado propiciado pelas diversas áreas de responsabilidade; o resultado de cada área, do resultado de atividades; o resultado de cada atividade, das transações ocorridas. O processo de tomada de decisão ocorre no momento da realização de cada transação: são as transações que alteram a estrutura patrimonial da organização e, consequentemente, determinam o seu resultado econômico, em suma, as transações constituem o objeto do modelo de decisão.

5 | A TOMADA DE DECISÃO EM AMBIENTE DE ESCASSEZ

Num ambiente econômico caracterizado pela escassez de recursos, são as decisões, tomadas em todos os níveis da organização, que determinam ou não a utilização adequada de tais recursos para a consecução dos seus objetivos. A Economia é a ciência de tomada de decisões na presença de recursos escassos e um recurso é qualquer “coisa” usada na produção de um bem ou serviço. As decisões econômicas envolvem a alocação dos recursos escassos, e a tarefa dos administradores é alocar recursos para melhor alcançar suas metas. A escassez é um problema econômico fundamental de se ter desejos humanos praticamente infinitos em um mundo de recursos limitados. Com isso, as organizações possuem recursos limitados que precisam ser alocados de forma efetiva. O primeiro passo em meio à escassez é ter objetivos bem definidos e atingir diferentes objetivos, tomando decisões diferentes e que façam efeito. Os administradores se deparam com obstáculos, como a escassez, que afetam a habilidade em atingir um objetivo, que na maioria das vezes é gerar lucro e aumentar o valor da organização. Em um ambiente de escassez e racionalidade de recursos, que vem atrelado à uma vastidão e baixa qualidade dos dados disponíveis, uma maior velocidade e assertividade na tomada de decisão se torna crucial para o sucesso dos empreendimentos e ações das organizações de todos os

tipos. O estado de competição em que a sociedade está inserida, obriga as organizações a buscarem ferramentas para tomada de decisão cada vez mais eficiente, eficaz e flexível, que irão identificar soluções para problemas complexos e priorização das iniciativas a serem desenvolvidas de forma mais simples e acessível, para redução dos desperdícios. Modelos, métodos e técnicas cada vez mais completos e profundos para análise dos dados surgem, com o objetivos principal de abranger a complexidade das tomadas de decisão em um ambiente de excesso de dados e devido a necessidade de uma maior racionalidade na tomada de decisão de um ambiente escasso de recursos. Estatísticas multivariadas, análises multiobjetivos, mineração de dados, decisões de grupo, análise de conteúdo, algorítimos, inteligência artificial, entre outros, são utilizados para gerenciamento dessa complexidade. Porém em poucos casos a percepção das pessoas, que consiste em um forte balizador dos resultados alcançados, são levados em consideração. Cabendo quase que exclusivamente aos dados brutos à tomada de decisão. A assertividade do processo de tomada de decisão dependerá de fatores psicológicos, culturais, políticos e financeiros, assim como os conhecimentos, habilidade e atitudes dos decisores, mostrando a necessidade de tomar decisões com base em critérios variados.

6 | CONCLUSÃO

As empresas estão hoje inseridas em um ambiente altamente competitivo, que exige níveis de eficácia cada vez mais elevados. A eficácia de uma organização, traduzida pelo seu resultado econômico, ocorre à medida que todas as decisões tomadas busquem otimizar o seu resultado. Os modelos de decisão agem como elementos de indução e motivação dos gestores no processo decisório. Muitos dos modelos de decisão utilizados nas organizações consideram apenas uma visão parcial: fundamentam o processo decisório com informações somente sobre custos, buscando a eficiência - minimização do consumo de recursos. Um modelo de decisão, centrado na eficácia. demanda informações sobre o resultado de cada transação e não apenas sobre o seu custo, mensurando, segundo conceitos econômicos, o impacto de cada alternativa de ação sobre a riqueza da organização, induzindo cada gestor a selecionar a opção que otimiza o resultado da empresa. A utilização de métodos na solução de problemas cada vez mais completos de decisão, atrelada a escassez de recursos, a necessidade de resultados mais efetivos, onde os valores gastos possam gerar mais retorno, a necessidade de equilíbrio entre aspectos financeiros, ambientais e sociais, e a aplicabilidade dos métodos à realidade vivenciada por cada organizações, vem exigindo sua evolução. O modelo de decisão sob a ótica da gestão econômica, além de induzir a eficácia, permite que o desempenho dos gestores seja avaliado segundo sua contribuição para a geração do resultado global da organização.

REFERÊNCIAS

BLAUG, M. A metodologia da economia, ou, como os economistas explicam. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 1993.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos tempos. 3. ed. Barueri: Manole, 2014.

MIGLIOLI, Afrânio Maia. Tomada de decisão na pequena empresa: Estudo multi caso sobre a utilização de ferramentas informatizadas de apoio à decisão. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – EESC/Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. (1982). Uma teoria evolucionária da mudança econômica. Campinas/ SP: Editora da Unicamp, 2005.

PAIVA, Wagner Peixoto de. Avaliação de habilidades para a tomada de decisão em administração de empresas: um estudo descritivo com alunos de graduação da FEA-USP. Dissertação (Mestrado em Administração) – FEA/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SOUZA, Fernando Menezes Campello de. Decisões racionais em situações de incerteza. Recife: Universitária UFPE, 2002.

CAPÍTULO 6

"LISBOA CRIATIVA": POR QUE É TÃO IMPORTANTE CONECTAR

Data de aceite: 23/04/2021

Carla Moreira Martins de Barros
Universidade Católica Portuguesa
Palma de Cima, Lisboa, Portugal.

RESUMO: Este artigo tem como objetivo abordar a importância de se conectar o ecossistema criativo de Lisboa e apresentar o modelo definido para criar e facilitar as redes de conexão dentro deste universo. Este projeto integra a estratégia do setor da "Economia Criativa" da Câmara Municipal de Lisboa (CML), que tem como ambição afirmar Lisboa como uma das cidades mais criativas da Europa. Atualmente, Lisboa é a cidade mais criativa do país. No entanto, de igual modo, constatou-se que os profissionais e entidades pertencentes ao ecossistema criativo não possuem uma visão da rica infraestrutura disponível na cidade, bem como o conhecimento, competências e ferramentas existentes que possam ajudá-los a construir relacionamentos e a compartilhar experiências e equipamentos. Na sequência deste diagnóstico, recorremos a uma combinação de pesquisas com o objetivo de descobrir o modelo mais adequado de uma plataforma *online* que responda a estas necessidades. Como resultado, concebemos a plataforma "Lisboa Criativa" que destinar-se-á a conectar os participantes do ecossistema criativo, promover parcerias, gerar visibilidade para estes agentes, quer em termos nacionais, quer internacionais, e apoiar projetos nacionais, posicionando, assim, Lisboa como uma cidade criativa. As cidades que apostarem nas indústrias culturais e criativas (ICC's), combinando esta estratégia com o desenvolvimento de um forte ecossistema empreendedor, estarão melhores preparadas para as novas atividades. Este será, também, o futuro de Lisboa.

PALAVRAS-CHAVE: Indústrias criativas, plataforma digital, economia criativa, cidade criativa e Lisboa Criativa.

"LISBOA CRIATIVA:" WHY IT IS IMPORTANT TO CONNECT

ABSTRACT: This article is double aimed — it addresses the relevance of connections among the participants of the Lisbon creative ecosystem and presents a distinct model of a platform which creates and facilitates connection within this network. This research project is part of a strategy set up by the creative economy sector of the Câmara Municipal de Lisboa [Lisbon City Council], the CML, whose ambition is to position Lisbon as one of the most creative cities in Europe. Lisbon is currently the most creative city in Portugal. However, the professionals and institutions connected to the city's creative ecosystem still lack a significant grasp of the rich infrastructure available in the city, as well as the existing knowledge, skills, and tools that can facilitate establishing of new creative partnerships and sharing of experiences and equipment. Considering this situation, we decided to carry multiple research projects aimed at finding the most appropriate model of an online platform which could fulfil these needs. The platform which was created as a result of these research projects is called Lisboa Criativa [Creative Lisbon]. Its

primary goals are to connect participants of the city's creative ecosystem; foster partnerships; generate national and international visibility; and support local projects. These goals ultimately concur with positioning Lisbon as a creative city. The focus on its Cultural and Creative Industries (the CCIs) would allow Lisbon to combine the aforementioned strategies with the development of a strong entrepreneurial ecosystem and foster further economic activity.
KEYWORDS: Creative Industries; Digital Platform; Creative Economy; Creative City; Creative Lisbon.

1 I INTRODUÇÃO

O advento da economia criativa[1] trouxe consigo o reconhecimento da "criatividade humana como um recurso básico, diferencial e imprescindível" (REIS, 2011, p.02). Esta criatividade é manifestada em diversas vertentes e traduzida em potencial económico através das indústrias criativas (IC's). O surgimento destas indústrias está associado a mudanças económicas e sociais que causaram a transformação de uma economia baseada no uso intensivo de capital e trabalho, para uma economia baseada no conhecimento (BENDASSOLLI, WOOD, KIRSCHBAUM, & CUNHA, 2008).

Frente à esta transformação, às cidades restava, então, o desafio de reavaliar os seus recursos e potencialidades e executar um processo de reinvenção, com a finalidade de promover e estimular a criatividade nas mais diversas áreas (REIS, KAGEYAMA, & (orgs.), 2011).

Neste contexto, em virtude da grande importância para a disseminação e o uso da criatividade, as IC's transformaram-se em alvo de políticas e estratégias nos planos de desenvolvimento económicos das cidades. Estas indústrias são consideradas como importantes fatores de competitividade urbana, tanto por representarem um setor em crescimento, como pelas contribuições que fornecem para os outros setores de atividade, dinamizando a cidade, aprimorando a vida urbana e atraindo talentos e investimento.

Foi neste âmbito, brevemente aludido que, em 2013, a CML elegeu a "Economia Criativa" como um dos setores centrais para o crescimento da cidade, integrando na sua política estratégica a ambiciosa missão de transformar a capital portuguesa numa das cidades mais criativas da Europa.

Igualmente, no lançamento desta estratégia, a CML constatou que seria relevante agregar os atores do ecossistema criativo[2] e a infraestrutura criativa disponível na cidade numa plataforma *online*. Deste modo, tornar-se-ia possível construir uma identidade forte em torno deste ecossistema e, consequentemente, potenciá-lo e mesmo internacionalizá-lo.

Em 2016, em conjunto com a equipa do Departamento de Inovação e Setores

1 Refere-se às atividades resultantes do potencial individual ou coletivo para produzir bens criativos. Este conceito foi cunhando em 2001 por John Howkins, no livro "*The Creative Economy*".

2 Composto por profissionais e entidades que integram, direta ou indiretamente, as indústrias criativas e, por extensão, a economia criativa.

Estratégicos (DISE), integrado a Direção Municipal de Economia e Inovação (DMEI), pertencente a CML, por seis meses, trabalhámos no desafiante projeto de conceber uma plataforma para as IC's de Lisboa, capaz de responder aos desígnios da CML e às necessidades deste ecossistema.

2 I ENQUADRAMENTO GERAL

2.1 Objetivos

O objetivo do presente artigo consiste na reflexão acerca do processo de identificação do modelo da plataforma das IC's mais adequado ao universo criativo de Lisboa.

Como ponto de partida para a conceção da plataforma, colocámos três perguntas que viriam a definir o nosso trabalho:

a) Quais os principais propósitos da plataforma *online*?

b) Quais os benefícios que poderia trazer para Lisboa?

c) Quais deveriam ser os conteúdos disponíveis e as funcionalidades existentes nesta plataforma?

Para além da conceção, procurámos, de igual modo, identificar os benefícios que esta plataforma poderia trazer, em especial, a atração e a retenção de talentos criativos para Lisboa.

2.2 Metodologia

A seleção dos métodos de investigação para a conceção da plataforma "Lisboa Criativa" foi o resultado de um processo de modificações, avanços e retrocessos, e correções na procura de métodos que nos auxiliassem a conceber o modelo mais adequado para a plataforma que, por um lado espelhasse o valor das IC's e, por outro, que refletisse as necessidades do ecossistema criativo e as da CML. Assim, após alguns meses de análise, recorremos a pesquisa teórica e a pesquisa de campo.

A pesquisa teórica compôs-se da realização de uma pesquisa exploratória de plataformas e da revisão de literatura sobre o conceito de indústrias criativas (BENDASSOLLI, WOOD, KIRSCHBAUM & CUNHA, 2008; DCMS, [1998] 2001; FLORIDA, [2002], 2012; REIS, 2011; UNCTAD 2008 e 2010, *European Commission* 2010 e 2014). A literatura selecionada envolveu artigos científicos; documentos publicados em *sites* governamentais; estudos de organizações privadas; documentos publicados pela Comissão Europeia; UNCTAD; e UNESCO[3].

Ainda no contexto da pesquisa teórica, para uma melhor compreensão acerca

---

3 As palavras-chaves das pesquisas foram "indústrias criativas", "plataforma para as indústrias criativas" e "conectar indústrias criativas" nos idiomas inglês, espanhol e português. Igualmente, não foi considerada qualquer referência que analisasse plataformas de outros gêneros ou plataformas concebidas por entidades privadas, sem relação com o poder local.

do funcionamento de uma plataforma para as IC's, realizámos a pesquisa exploratória de plataformas. A realização dessa pesquisa envolveu diferentes técnicas, a saber: (a) levantamento bibliográfico das plataformas identificadas, quando existente; (b) entrevistas com pessoas que participaram de projetos similares; e (c) análise de relatórios e estudos que estimulassem a compreensão.

Assim, no espaço de um mês, navegámos por diversas plataformas disponíveis na *internet* e as testámos. Este *benchmarking* teve como objetivo proporcionar uma maior familiaridade e compreensão com o problema que, no caso, era conhecer que tipos de conteúdos e funcionalidades existiam em plataformas para as IC's e quais poderiam servir de referência para a plataforma a ser concebida[4].

Por sua vez, a pesquisa de campo constituiu-se na realização da "observação participante" e de "entrevistas" com alguns dos profissionais e entidades pertencentes ao ecossistema criativo. Através das pesquisas, tivemos a oportunidade de conhecer melhor as indústrias criativas em geral e as de Lisboa, em particular.

O trabalho de pesquisa de campo iniciou com a realização da Pesquisa-Ação ou Observação Participante direta do objeto de estudo, isto é, "[…] aquela em que o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação procurada. Ao responder às perguntas, o sujeito intervém na produção de informação [...]" (QUIVY & CAMPENHOUDT, 2005:164).

O método Pesquisa-Ação traduz-se na apreensão de conhecimentos (Pesquisa) pelo investigador, durante o processo de análise, os quais poderá implementar dentro da organização com vista à resolução de um problema coletivo (Ação) (THIOLLENT, 1997). No caso deste trabalho, a pesquisa foi realizada no âmbito do DISE e o problema, em questão, consistiu em conceber o modelo da plataforma para as indústrias criativas de Lisboa.

Na prática, esta observação consistiu na oportunidade de integrar o quotidiano da equipa da economia criativa da CML, durante o ínterim de seis meses, e na assimilação de conhecimentos que foram considerados na conceção do modelo da futura plataforma.

O método Pesquisa-Ação, apesar de ser muito criticado pelo grau de subjetividade que pode compreender, foi um dos métodos selecionados pela oportunidade de estar em permanente diálogo com a organização, aceder a documentos internos e participar em reuniões relacionadas com a economia criativa e com as indústrias criativas, bem como em eventos realizados pelo DISE (DMEI).

A experiência de trabalhar em conjunto com o DISE tornou assim ainda mais instigante e rica este trabalho. Instigante, pois foi desafiador, em tão pouco tempo, compreender a dinâmica das IC's e a estratégia para a economia criativa da cidade e, no final, conceber o modelo da plataforma. Rica, pois sem essa inserção na equipa do DISE não seria possível compreender que uma plataforma destinada para as IC's é, igualmente, uma solução com viés político e estratégico para além do tecnológico.

Na sequência da pesquisa de campo, realizámos entrevistas com atores do

4 As referências das plataformas resultantes da pesquisa exploratória estão indicadas no item "1.2. Conceito".

ecossistema criativo de Lisboa. As entrevistas visaram aferir se uma plataforma *online* das IC's geraria algum benefício para Lisboa e auscultar os entrevistados em relação ao modelo que a plataforma deveria configurar.

Para a recolha das opiniões, elaborámos um guião de entrevista (ver apêndice A), que foi composto com base nos questionamentos: enquadramento do entrevistado para verificar a sua ligação com as IC's e, consequentemente, a relevância das suas respostas; a definição de IC's para verificar o grau de compreensão sobre estas indústrias; opinião sobre a futura plataforma; e os seus possíveis riscos e benefícios.

Os entrevistados foram agrupados em três categorias: académicos, profissionais e autarquia. Na categoria "Académicos", constavam professores universitários que trabalharam em projetos relacionados com as indústrias culturais e criativas (ICC's); em "Profissionais", encontravam-se pessoas que trabalharam em empresas pertencentes às ICC's; e na categoria "Autarquia" encontravam-se profissionais da CML, que atuam em projetos relacionados com as IC's e com a economia criativa.

Ao final, as informações coletadas nas entrevistas foram analisadas com o objetivo de encontrar similaridades e diferenças que nos permitissem identificar as necessidades a que a futura plataforma deverá responder e, assim, definir as suas respetivas funcionalidades e conteúdos.

3 I REVISÃO DE LITERATURA: ESTADO DA ARTE

Nesta seção, abordaremos de forma mais aprofundada as indústrias criativas e o ecossistema criativo de Lisboa.

Indústrias Criativas

O advento da globalização gerou uma intensa valorização de produtos, serviços e propostas qualificadas como única e tornou as indústrias criativas (IC's) um amplo e crescente setor[5].

No final da década de 90, o governo do Reino Unido assumiu a liderança no desenvolvimento e disseminação das IC's mapeando-as e estabelecendo políticas estratégicas. Conforme definição do Reino Unido, as IC's são "atividades que têm a sua origem na criatividade individual, habilidade e talento e munidas de um potencial de criação de emprego e riqueza, através da geração e exploração da propriedade intelectual" (DCMS, 2001, p.05). Igualmente, o *Departament of Culture, Media and Sport* (DCMS) definiu que, no núcleo da economia criativa, estão as IC's cujo potencial económico encontra-se na intersecção da arte, cultura, negócios e tecnologia (DCMS, 2001).

Conforme *blueprint*[6] "Lisboa, Economia Criativa", documento estratégico sobre a

5 A economia criativa resulta de atividades mercantis provenientes da criatividade e do capital intelectual existentes nas IC's, com o intuito de explorar os seus respectivos valores económicos.

6 *Blueprint* é definido como um modelo, documento que fornece orientação específica, um plano ou programa de acção detalhado.

economia criativa da cidade, a delimitação escolhida para as IC's de Lisboa foi a definida pelo DCMS no Reino Unido. Contudo, por uma decisão de planeamento e quantificação por parte da CML, os setores pertencentes às estas indústrias foram delimitados e agrupados em três categorias (CML, 2013, p.23):

- Serviços Criativos: Publicidade, Arquitetura, Design (incluindo design de moda);
- Indústrias Culturais: Cinema, Vídeo, Música, Rádio e Televisão, Edição (livros, jornais, revistas), Impressão e Reprodução (gravação de suportes físicos, tipografias, gráficas);
- Atividades Artísticas e Culturais: Atividades artísticas e de criação literária (incluindo fotografia, artes performativas, artesanato e outras.) e património cultural.

Segundo informações da CML[7], o setor da economia criativa na região metropolitana de Lisboa[8] representa 4,4% da economia do país e contabiliza 3,2% dos trabalhadores do mercado de trabalho, representando o Valor Acrescentado Bruto (VAB)[9] de cerca 3,7% da economia portuguesa.

Seguidamente, apresentaremos mais dados estatísticos sobre o panorama da economia criativa na capital portuguesa. Ainda conforme os dados do INE, publicados no site da CML[10], a economia criativa representa:

	Portugal (2014) (milhares)	Peso Relativo do Sector no País	AML (2014) (milhares)	Peso Relativo do Sector no total da Região
Empresas	55.854	5.0%	24.236	7.8%
Pessoal ao Serviço	111.303	3.2%	52.724	4.4%
VAB (Valor Acrescentado Bruto)	2.096	2.8%	1.306	3.7%
VN (Volume de Negócios)	6.157	1.9%	3.669	2.4%

Para compreender o significado das IC's para a inovação, competitividade e crescimento da cidade, é essencial compreender o papel dos atores do ecossistema. Os profissionais envolvidos, direta ou indiretamente, formam uma força de trabalho potencial altamente produtiva e criativa. Para além disto, em virtude da sua mobilidade no mercado de trabalho, eles proporcionam um clima de conhecimento de grande importância para

7 Informações extraídas dos dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), ano 2016.

8 Área metropolitana que engloba 18 municípios da Grande Lisboa e da Península de Setúbal, sendo a mais populosa do país.

9 O VAB representa o quanto de valor económico um setor agrega economicamente, ou seja, quantos outros setores impacta e envolve. Maior o VAB, maior o valor que o setor acrescenta para a economia do país.

10 Disponível em www.cm-lisboa.pt/investir/investimento/lisboa-em-numeros/economia-de-lisboa-em-numeros [Consultado em 01 de fevereiro de 2017].

a inovação e competitividade na economia local. Cerne vital da economia criativa, estes profissionais desempenham, cada vez mais, um papel importante na condução da inovação e do crescimento em interseção com outros setores económicos.

4 I ESTUDO DE CASO: LISBOA COMO CIDADE E ECOSSISTEMA CRIATIVO

A partir da constatação da presença de um número significativo de instituições relacionadas com as IC's, eventos culturais e criativos, empresas em nome individual e profissionais autónomos a trabalhar nos setores das IC's, em 2013, a CML decidiu constituir o setor da "Economia Criativa". Este setor visa, entre outros objetivos, gerir, promover e projetar nacional e internacionalmente o ecossistema criativo da cidade, bem como atrair e reter profissionais criativos, nomeadamente, nos setores das IC's.

O conceito de profissionais criativos ou classe criativa foi concebido por Richard Florida, no livro "*The Rise of the Creative Class*", em 2002, e definido como sendo uma nova classe de trabalhadores do conhecimento que lideram a criação de riqueza nas cidades. Florida afirma que, para serem bem-sucedidas, as cidades precisam atrair esse grupo. O autor baseia-se em duas categorias relacionadas com as ocupações desses trabalhadores para uma melhor definição da classe e a divide: *Super-Creative Core*, que engloba artistas a *designers* de *software*, incluindo cientistas, engenheiros, dentre outros; e *Creative Professionals*, que abrange gestores a advogados. Segundo o autor, os indivíduos da classe criativa possuem características muito próprias pelo seu modo de estar na vida e pelos objetivos que os levam a mover-se, que pode ser por questões de trabalho, hábitos de consumo ou pelas necessidades de vivência que têm. Para estes indivíduos, a criação de um portfólio de oportunidades e de experiências que lhes permitam a concretização do seu potencial criativo são mais prioritários que bons salários ou estabilidade financeira (FLORIDA, 2012).

No primeiro mapeamento[11], exposto no *blueprint* "Lisboa, Economia Criativa", foram identificados aproximadamente 277 atores no ecossistema criativo, entre artistas, profissionais autónomos, empresas criativas, espaços de *coworking*, *FabLabs*, instituições culturais, universidades, e outros, que participam, direta ou indiretamente, dos setores que compõem as IC's.

Para o propósito desta pesquisa selecionámos alguns atores deste ecossistema em diferentes fases de atividades - de profissionais emergentes que atuam em pequenas empresas a profissionais consolidados em grandes empresas. O objetivo desta seleção foi o de obter a maior amplitude e diversidade possível de opiniões sobre a plataforma.

Ainda no contexto do setor da "Economia Criativa", a CML definiu como eixos estratégicos estruturantes deste, o que se segue: internacionalização das IC's; promoção de eventos e espetáculos; realização de políticas para a promoção da qualidade de vida,

11 O levantamento dos agentes criativos foi realizado com o apoio da INTELI, Induscria e IGOT-UL, entidades que têm se destacado no estudo acerca das IC's.

instalação de negócios em locais de boémia e lazer - fatores de atração para a classe criativa; atração de talentos; internacionalização de escolas e artistas nacionais; e recuperação de espaços desativados para a instalação de equipamentos de grande potencial para as IC's, como mercados criativos, por exemplo.

No decorrer dos três anos subsequentes da conceção do setor da "Economia Criativa", assim como citado por Churchill "*We shape our buildings, thereafter they shape us*", a capital portuguesa vem sendo dinamizada e transformada pelos novos negócios, setores de atividades e empresas advindos da economia criativa, tendo, inclusive, em 2015, recebido a distinção de Cidade Empreendedora Europeia[12].

Em 2016, a inauguração do *Second Home* Lisboa, "*a new working environment supporting creativity and entrepreneurship, based in the vibrant Mercado da Ribeira, in the heart of Portugal's capital city*"[13], o primeiro a abrir fora de Londres, abre caminho para a internacionalização das IC's de Lisboa. *O Second Home* "*is the world's most exciting and innovative place for creative people to come together — in the pursuit of great work*"[14].

E, por que Lisboa? "Lisboa é uma cidade mais criativa do que Nova Iorque ou São Francisco." É sob esta perspetiva que que o CEO Rohan Silva justificou a abertura do segundo *Second Home*, em Lisboa. Este espaço de *coworking* investe em empresas que ajudam a economia a crescer e quer incitar as indústrias criativas. "Lisboa tem várias incubadoras de startups tecnológicas, que são muito importantes. Mas de onde acham que vem a criatividade? Cai do céu ou devemos criar um espaço para promover novas ideias?", declarou Rohan SIlva. Por essa razão, no mesmo espaço, haverá uma sociedade de capital de risco (*Faber Ventures*), uma agência de marketing digital (*Monday*), uma escola de surf (EPIC) e uma marca de acessórios de moda (*Parfois*). Todas empresas nascidas em Portugal [15].

Nesse cenário, a plataforma das IC's, "Lisboa Criativa" surge, então, para organizar e tornar visível os atores do ecossistema, as iniciativas dos eixos estratégicos e a infraestrutura criativa disponível na cidade, bem como potenciar novos negócios e espaços concebidos na cidade. Em outras palavras, "Lisboa Criativa" nasce para agregar e materializar o ecossistema criativo, de forma que qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo, possa visualizar e conhecer todo este universo, gerando mais confiança no que diz respeito à execução de projetos e investimento na cidade.

---

12 Matéria publicada em http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/lisboa-eleita-cidade-empreendedora-europeia-2015. [Consultado em 02 de fevereiro de 2017].

13 Definição publicada em https://secondhome.io/lisboa. [Consultado em 05 de fevereiro de 2017].

14 Definição publicada em https://secondhome.io/lisboa. [Consultado em 05 de fevereiro de 2017].

15 Matéria publicada em https://www.dinheirovivo.pt/empresas/second-home-em-lisboa-puxa-pelas-industrias-criativas-de-portugal/#sthash.HjAH2aZT.dpuf. [Consultado em 10 de fevereiro de 2017].

5 I ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS: ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Aquando da realização das entrevistas, com o intuito de conduzi-las, foi necessário perceber de cada entrevistado o que entendia por indústrias criativas (IC's). Todos referiram a criatividade, direta ou indiretamente, como característica central e definidora destas indústrias. O maior questionamento não foi sobre o conceito das IC's, mas na sua relação com elas: parte dos entrevistados teve dúvidas se pertenciam às IC's; na verdade, eles não se consideravam parte de alguma indústria em virtude da conotação negativa do termo. De igual modo, foi interessante notar que a maioria considerava que ser criativo era o suficiente para ser considerado parte destas indústrias.

Além disso, observámos que o contato físico ainda é considerado mais importante do que as conexões digitais. As entrevistas nos mostraram que, através das redes digitais, tornou-se mais fácil encontrar qualquer pessoa, mas que, sem uma conexão física, na maioria dos casos, este contato não avança. Assim, mais do que propor uma solução tecnológica, é importante pensar em como articular a plataforma com iniciativas do mundo real, de modo que ela não seja "algo" distante da realidade. Como disse o professor Félix Ribeiro da Fundação Calouste Gulbenkian, uma plataforma dessas tem que, periodicamente, organizar eventos sobre algum tema atual para dar uma "prova de vida", isto é, para mostrar a sua dimensão e transmitir a ideia de que ela maior do que qualquer criativo em individual.

Com relação aos conteúdos e funcionalidades, considerámos esta pergunta como uma das mais importantes do guião. As respostas obtidas em muito contribuíram para o modelo da plataforma "Lisboa Criativa". Sendo um dos nossos principais objetivos compreender o que os entrevistados considerariam relevante estar contemplado na plataforma, apreciámos todos os itens referidos como resposta à esta pergunta. As informações contidas a seguir é o resultado do processo de análise das respostas das entrevistas.

Sobre os possíveis benefícios que poderão ocorrer com a plataforma, o mais referenciado foi a agregação do ecossistema criativo. Como notámos através da pesquisa de campo, ainda não está claro para o cidadão comum o que é o ecossistema, bem como o potencial existente na cidade e o das IC's. Através da "Lisboa Criativa", será possível conhecer todo este universo.

Com relação aos riscos, o mais referenciado foi a não atualização constante de conteúdos da plataforma. Ademais, observámos que, para uma continuidade eficaz desta solução, será necessário envolver os parceiros corretos para sustê-la e dinamizá-la, de modo que profissionais e entidades permaneçam interessados em atualizar as suas informações e a colocar novos conteúdos nela.

Por último e principal, após analisarmos as entrevistas, identificámos como principais

necessidades deste ecossistema a que a plataforma deverá responder as que se seguem:

a) Conexão entre os atores do ecossistema criativo;

b) Identificação e apresentação do ecossistema criativo;

c) Visibilidade nacional e internacional;

d) Internacionalização;

e) Apresentação das informações de procura e oferta de emprego, recurso, equipamento, entre outros.

Assim, fundamentados nestes resultados, definimos o conceito e o modelo da plataforma das IC's ou "Lisboa Criativa". Nosso produto para o ecossistema de Lisboa será, então, uma plataforma *online* que fundamentar-se-á em quatro pilares de ação, a saber: Procurar. Encontrar. Conectar. Participar.

5.1 Conceito

As pesquisas nos mostraram que a principal necessidade deste ecossistema não reside apenas em conhecer um ao outro e se conectar. Existe uma necessidade latente de identificar os criativos, seus portfólios e necessidades de procura e oferta e, então, combinar estas informações, tornando-as visíveis e úteis para o universo criativo.

Igualmente, através das pesquisas, notámos que, uma vez o ecossistema criativo mapeado, será possível gerar visibilidade à cidade, enquanto detentora de um grande potencial criativo e de recursos qualificados nas IC's e, por consequência, afirmá-la como uma das mais criativas da Europa.

A plataforma permitirá aos seus utilizadores criarem e consumirem valor, isto é, os utilizadores criarão valor na plataforma ao inserirem conteúdos de interesse para outros consumirem. Em outras palavras, mais criativos na plataforma atrairão mais visibilidade, conteúdos, portfólios, utilizadores, e, por conseguinte, talentos e investimento à cidade. O ecossistema criativo prospera em grande parte com a colaboração eficiente entre si; ao promover este cruzamento de ideias.

Além disto, ao considerar que muito dos trabahos criativos estão em pequenos projetos, atividades *freelancers* e demais, através do *marketplace* será possível oferecer e encontrar emprego, parcerias, equipamentos, recursos, entre outros. "Lisboa Criativa" será um ponto de convergência entre quem procura e quem oferece.

Para a construção da plataforma, realizámos uma análise das plataformas referidas nas entrevistas e das selecionadas na pesquisa exploratória com o propósito de encontrar funcionalidades e conteúdos que pudessem ser incorporados à "Lisboa Criativa". As plataformas similares mencionadas nas entrevistas foram as de Macau-Portugal, Berlim, Addict, Behance, Óbidos Criativa, Indústria Criativa, Barcelona, Reino Unido, Incubadoras de Lisboa e o site de *design* da Holanda.

Analisámos as cinco plataformas mais mencionadas, a saber: *New York Digital*[16], Berlim[17], Reino Unido[18], Indústria Criativa[19] e *Behance*[20]: Da *New York Digital*, destacámos o mapa, pela sua disposição na página inicial e simplicidade na navegação. De Berlim, selecionámos as páginas "Perfis"[21] e "*Marketplace*"[22]. A página de "Perfil" por agrupar as entidades com os seus respectivos portfólios, separando-as dos criativos, permitindo, assim, uma pesquisa mais rápida e fácil. A de "*Marketplace*", pelo seu conceito e funcionamento. Por ter sido o único marketplace que encontrámos numa plataforma para as IC's, esta funcionalidade foi adaptada e incoporada na "Lisboa Criativa". Do Reino Unido, selecionámos as sessões do "*Facts and Figures*" e "*Why the UK*?", em virtude destes conteúdos serem destinados a atração de talentos e investidores estrangeiros. Da plataforma "Indústria Criativa", destacámos a organização e a navegação pela facilidade com que é possível visualizar os criativos de cada setor das IC's e conhecer os seus trabalhos. Do *Behance*, elegimos o *design* limpo e os filtros de pesquisa que possibilitam que se encontre qualquer portfólio ou conteúdo de interesse rapidamente.

5.2 Lisboa Criativa

Assim sendo, a plataforma "Lisboa Criativa" foi concebida de forma a ser reconhecida como o primeiro e único *marketplace* criativo destinado às indústrias criativas de Lisboa, onde seus utilizadores podem se conectar e encontrar tudo o que necessitam. "Lisboa Criativa" concentrará todas as informações e funcionalidades necessárias para ajudar os criativos a conceberem, promoverem, expandirem e tornarem sustentável o seu próprio negócio.

A arquitetura e funcionamento da "Lisboa Criativa" estarão relacionados com o conceito de rede social, tendo os conteúdos do *marketplace* como tema e funcionalidade central.

A plataforma fornecerá um mapeamento completo do ecossistema e da infraestrutura disponível e facilitará conexões baseadas no sistema de geolocalização[23]. Assim, "Lisboa Criativa" permitirá ao utilizador se conectar facilmente com qualquer agente, bem como promover a colaboração entre eles.

Como constatado nos resultados das pesquisas e já apresentado, as principais necessidades a que a plataforma deverá responder são: conexão, identificação e

16 Disponível em www.digital.nyc [Consultado em 20 de outubro de 2016].

17 Disponível em www.creative-city-berlin.de [Consultado em 18 de outubro de 2016].

18 Disponível em http://thecreativeindustries.co.uk/ [Consultado em 18 de outubro de 2016].

19 Disponível em www.industriacriativa.pt [Consultado em 20 de outubro de 2016].

20 Disponível em http://behance.net [Consultado em 20 de outubro de 2016].

21 Nesta página encontram-se os perfis das empresas, instituições, projetos e/ou redes de contato.

22 Nesta página é possível encontrar pessoas para trabalhar em parceria, obter alguma *expertise*, encontrar equipamentos ou procurar por espaços de trabalho. Esta plataforma recorre à definição de "*marketplace*" como um mercado de oferta e procura.

23 Com base na localização do utilizador, a plataforma indicará profissionais e entidades próximos, bem como infomações presentes no *marketplace* como, por exemplo, equipamentos e/ou instalações disponíveis próximos.

apresentação do ecossistema criativo, visibilidade, internacionalização e *marketplace.* Portanto, o menu principal será composto pelas opções: Mapa, *Marketplace*, Criativos e Recursos. A opção do "Mapa" refere-se à página que apresentará o mapa do ecossistema criativo; a do "*Marketplace*", à que disponibilizará as informações de procura e oferta de emprego, formação, recursos e serviços; a de "Criativos", à exposição dos portfólios, currículos e perfis; e a de "Recursos", ao repositório dos conteúdos como artigos, vídeos e *webminars* inseridos pelos utilizadores.

Transversalmente às funcionalidades supracitadas, encontrar-se-á o sistema de recomendações, referenciado nas entrevistas e inspirado na plataforma "Indústria Criativa". Este sistema possibilitará que os utilizadores realizem recomendações e classifiquem qualquer agente identificado no mapa, conteúdos do *marketplace*, portfólios, currículos e perfis, produtos expostos no *Showroom* Santa Clara, bem como qualquer conteúdo inserido na página de Recursos.

Na página de abertura ou inicial da "Lisboa Criativa" estarão expostos os conteúdos considerados essenciais, a saber: novidades relacionadas com a economia criativa, informações sobre procura e oferta do *marketplace*, currículos e portfólios, mapa do ecossistema criativo, últimas recomendações inseridas e os recursos mais novos.

Todos os conteúdos serão de livre acesso, podendo ser acedidos em qualquer lugar do mundo, sem a necessidade de registo na plataforma. Portanto, qualquer pessoa poderá aceder aos serviços e conteúdos livremente e de forma anónima a partir de qualquer dispositivo. Entretanto, se desejar adicionar informações e/ou marcá-las como "Favoritos", então deverá inscrever-se na plataforma como entidade ou profissional criativo.

A pesquisa de conteúdos poderá ser realizada por palavras-chaves, nomes dos profissionais e entidades, informações contidas no *marketplace*, produtos expostos no *Showroom*, locais inseridos no mapa e por demais conteúdos disponíveis na plataforma.

O utilizador, ao aceder a sua área privada, poderá editar seus dados pessoais, inserir conteúdos, assinalar quaisquer informações como "favorita", bem como excluir a sua conta, entre outras ações. O perfil pessoal de cada utilizador estará relacionado com as redes sociais nas quais está inscrito e autorizar a conexão.

6 I CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Sob a bandeira de um *creative marketplace*, a plataforma "Lisboa Criativa" mapeará e conectará os atores do ecossistema criativo, promoverá o intercâmbio das necessidades de oferta e procura deste universo, bem como disponibilizará os recursos e as ferramentas que poderão ajudar os agentes deste ecossistema a construir relacionamentos e parcerias e a partilhar experiências e equipamentos. Uma vez que, grande parte deste ecossistema é composta por profissionais autónomos e pequenas e médias empresas, a colaboração e a conexão entre eles são fundamentais.

A principal contribuição da plataforma consistirá, então, na materialização deste universo criativo, possibilitando a promoção de projetos nacionais, a atração de talentos e investimento, bem como a sua internacionalização.

Baseados nas pesquisas, nossas descobertas, entre outras, foram:

- é necessário difundir de forma ampla a importância das IC's;
- as IC's precisam de menos definição e de mais apoio e investimento;
- uma rede social considerada de sucesso é aquela que combina o mundo virtual com o real;
- a plataforma deve ser numerosa, porém deve englobar as "pessoas certas" e, portanto, deve haver regras para participar, de forma que ela não se torne grande demais;
- é importante perceber como melhor agregar e exibir as informações contidas na plataforma de modo que sejam úteis aos utilizadores.

De igual modo, em virtude dos conhecimentos adquiridos, sugerimos como algumas sugestões de temas para futuros trabalhos: analisar o impacto da tecnologia na economia criativa, aferir o papel das indústrias criativas como fator de competitividade urbana em Lisboa e propor métricas mais direcionadas para a área das IC's. Atualmente, as estatísticas são elaboradas com base nos dados do INE que baseia-se em atividades económicas, que não refletem, por inteiro, este conjunto de novas profissões surgidas com o advento da economia criativa.

Assim, concluímos que, comparada com o Reino Unido, a capital portuguesa abriga um pequeno ecossistema criativo. Entretanto, composto por profissionais e entidades de grande relevância como participantes. Estas características proporcionam uma maior facilidade e eficiência em constituir uma rede eficaz de colaboração do ecossistema. Igualmente, a ascensão da força de trabalho criativa na cidade vem atraindo atrai outras empresas criativas, aumentando, assim, o emprego e tornando a cidade cada vez mais atraente para pessoas qualificadas. Esta atração e o ecossistema conectado eficazmente constittuir-se-ão nas oportunidades para impulsionar Lisboa como uma das cidades mais criativas da Europa.

REFERÊNCIAS

BENDASSOLLI, P., WOOD, T., KIRSCHBAUM, C., & CUNHA, M. P. (2008). Indústrias Criativas: Definição, Limites e Possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo (SP): Fundação Getúlio Vargas - SP.

CML. (2013). *Lisboa, Economia Criativa*. Lisboa: CML.

DCMS.[1998] (2001). Creative Industries Mapping Document. London: DCMS.

European Commission. (2010). Livro Verde. Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas. Bruxelas: Comissão Europeia.

European Commission. (2014). *Interreg IVC Analysis Report - Creative Industries.* Consultado em 02 de agosto de 2016, disponível em Interreg IVC: http://www.interreg4c.eu/fileadmin/User_Upload/PDFs/CAPITALISATION/Report/Creative_industries.pdf.

FAUSTINO (2015).*Turismo, Marketing e Indústrias Criativas,* Tourism Trends Review. Turismo. - Lisboa, 2014, ISSN 1647-6247. - 2015, p. 66 – 70.

FLORIDA.[2002] (2012). *The Rise of the Creative Class.* USA: Basic Books.

REIS (2011). Cidades Criativas. Análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo. (Tese de Doutoramento). São Paulo, Brasil.

REIS & KAGEYAMA (orgs.)(2011). *Cidades Criativas: Perspectivas.* São Paulo: Garimpo de Soluções.

UNCTAD. (2008). *Creative Economy Report 2008: The challenge of assessing the creative economy towards informed policy-making.* Consultado em 30 de agosto de 2016, disponível em http://unctad.org/en/docs/ditc20082cer_en.pdf

UNCTAD. (2010). *Creative Economy Report 2010: A Feasible Development Option.* Consultado em 29 de agosto de 2016, disponível em http://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf.

APÊNDICE A – GUIÃO DE ENTREVISTA

Enquadramento do entrevistado

1) Qual a sua atividade profissional?

Sobre indústrias criativas

2) O que entende por indústrias criativas?

Opinião sobre a plataforma

3) Conhece alguma plataforma para as indústrias criativas? Se conhece, qual a sua opinião com relação a apresentação gráfica, navegabilidade, conteúdos e os benefícios para os utilizadores e demais sugestões de melhoria.

4) Quais conteúdos e funcionalidades essencias deverão integrar, a futura plataforma das IC’s de Lisboa?

Futuro

5) Na sua opinião, quais os benefícios que esta plataforma poderá gerar para Lisboa?

6) Pós-implantação, quais os riscos para esta plataforma?

CAPÍTULO 7

DESARROLLO SOSTENIBLE: UN RETO PARA MÉXICO

Data de aceite: 23/04/2021

Elías Gaona Rivera
Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo
México

Karen Marcela Orozco Moreno
Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo
México

RESUMEN: El presente trabajo tiene como objetivo analizar el estado actual del desarrollo sostenible en México. En él se explican las causas que lo están llevando a alejarse de los requisitos para ser sostenible. Se exponen los resultados alcanzados en la educación y la salud que explican su ubicación en el ranking del Índice de Desarrollo Humano (IDH); así como su crecimiento económico. De igual forma, se analiza la Huella Ecológica (HE) del país y las políticas que se han aplicado en sus componentes fundamentales: la huella de carbono y la de las tierras cultivables, que han provocado que el crecimiento del país haya sido con incrementos en su huella ecológica, y sin un control en el daño ambiental.
PALABRAS CLAVE: México, desarrollo sostenible, índice de desarrollo humano, huella ecológica.

ABSTRACT: The purpose of this work is to analyze the current state of sustainable development in Mexico. It explains the causes that are leading you to move away from the requirements to be sustainable. The results achieved in education and health that explain their location in the Human Development Index (HDI) ranking are presented as well as its economic growth. Similarly, the country's Ecological Footprint (HE) is analyzed and the policies that have been implemented in its key components: the carbon footprint and that of arable land that have caused that the country's growth has been with increases in its ecological footprint, and without a control over environmental damage.
KEYWORDS: Mexico, sustainable development, human development index, ecological footprint.

1 I INTRODUCCIÓN

El desarrollo sostenible o sustentable es un tema que hoy en día toma bastante fuerza. El continuo crecimiento de la población, el incremento en el consumo y producción, el proceso de urbanización, y el calentamiento global expresan el desgaste que estamos haciendo del planeta. El desarrollo sostenible es un concepto bastante amplio, ambicioso, necesario y un desafío global de lo más apremiante que enfrentan los gobiernos, científicos, empresarios y sociedad en general.

Dada la importancia que tiene el desarrollo sostenible para un país, el objetivo de este trabajo es analizar el estado actual del desarrollo sustentable en México y las acciones que ha estado implementando en aras de mantenerse en ese tipo desarrollo. Este se analizará tomando en cuenta el: 1) Índice de Desarrollo Humano (IDH), 2) Sistema de

Salud, 3) Producto Interno Bruto (PIB), 4) Huella Ecológica (HE), 5) Política Energética, y 6) Agricultura Sostenible, utilizadas por Cabello, García, & Gutiérrez (2011), las cuales describen los tres pilares del desarrollo sostenible: social, ambiental y económico; mediante la descripción histórica de estos indicadores, y el impacto que las políticas han tenido para llegar al estado actual.

Este análisis, pretende dar luz sobre estas variables que están determinando el camino hacia el desarrollo sustentable de México. Los resultados servirán para darse cuenta de si las políticas económicas, sociales y ambientales que se están llevando a cabo están encaminadas para hacer de México un país sustentable, mejorando el estado de la población y por supuesto cuidar de nuestro planeta.

2 I ESTADO DEL ARTE

México es un país mega diverso, y según el Environmental Performance Reviews (OCDE, 2017), "se estima que en México se encuentra representado el 12% de la diversidad terrestre del planeta. Ocupa el primer lugar en el mundo en riqueza de reptiles, el segundo en mamíferos y el cuarto en anfibios y plantas".

Sin embargo, en el Informe Planeta Vivo 2006 (World Wildlife Fund (WWF): 21), se evaluó el progreso de los países hacia el desarrollo sostenible utilizando el Índice de Desarrollo Humano (IDH) como indicador de desarrollo social, y la Huella Ecológica HE) como medida de demanda sobre la biosfera. Se consideró como requisito para el desarrollo sostenible (DS) que el mundo en promedio cumpliera como mínimo con un IDH mayor que 0,8 y que la HE fuera menor que 1,8 hectáreas globales por persona, biocapacidad promedio disponible en el planeta. México obtuvo la clasificación donde a pesar de tener un IDH alto, excede la capacidad de biosfera por persona.

Escobar (2007:12), analiza el desarrollo sustentable de México en el periodo 1980-2007, y concluye que:

> *El error de nuestro país es el desmedido uso de los recursos naturales bajo el criterio de la rentabilidad inmediata, provocando la destrucción de recursos potenciales [...] El modelo está reflejando un cada vez mayor empobrecimiento de la sociedad y un enriquecimiento desmedido de unos pocos.*

Almagro (2004:110), analizó el tema del desarrollo sustentable en México principalmente en sus cuentas nacionales y menciona que los recursos: *"han dejado de considerarse abundantes y, por tanto, sujetos a tratamiento económico [...] Son activos de la naturaleza que se agotan y de no tomarse las medidas adecuadas, la sociedad se verá en serios peligros en un futuro no lejano".* Lo cual expresa claramente que nuestro país no va por el buen camino a ser un país sustentable.

3 I CONCEPTO DE DESARROLLO SOSTENIBLE

Es complejo brindar una definición que abarque todo lo que es el desarrollo sostenible, siendo reconocido como un concepto en 1962, este posee distintas concepciones. De acuerdo a Redclift (1987):

> *"El desarrollo sostenible, si no ha de ser despojado de contenido analítico, significa algo más que la concertación del compromiso entre el ambiente natural y la búsqueda del crecimiento económico. Esto significa una definición del desarrollo que reconozca que los límites de la sostenibilidad tienen origen tanto estructurales como naturales"* (Morán Seminario, 2000:189)

Es notable que todo debe estar interrelacionado, este es el vínculo en las definiciones del desarrollo sostenible. Para Bojo, Maler y Unemo (1990) citados por Morán Seminario, un desarrollo es sustentable: "en un área específica (región, nación, el globo) si la reserva total de recursos - capital humano, capital físico reproductivo, recursos ambientales, recursos agotables - no decrece con el tiempo" (2000:185). Sin embargo, existe una interpretación que ayuda a comprender más este concepto, además es en la que se basa esta investigación y se presenta a continuación.

En el informe "Nuestro futuro común" (*Our common future* en su idioma original), más conocido como el Informe Brundtland de la Organización de las Naciones Unidas (ONU, 1987), definen que el desarrollo sustentable es aquel "desarrollo que satisfaga las necesidades del presente sin comprometer la capacidad de las generaciones futuras para satisfacer sus propias necesidades". Es un desarrollo que depende de todos y cada uno de los miembros de la sociedad, un proceso lento y constante que beneficiará a todos. Este consta de algunos objetivos clave: 1) Revivir el crecimiento económico, 2) Cambiar cualitativamente el crecimiento, 3) Satisfacer necesidades elementales de trabajo, alimentación, agua, energía y sanidad, 4) Asegurar un nivel sostenible de población, 5) Conservar y reforzar la base de recursos naturales, 6) Reorientar la tecnología y el manejo de riesgos y 7) Unir los aspectos económicos y ambientales en la toma de decisiones.

Revivir el crecimiento económico se refiere a incrementar el ingreso per cápita de los habitantes. El cambiar cualitativamente el crecimiento no es solo crecer, sino hacerlo y que esto contribuya a una distribución equitativa de ingresos y beneficie a más personas. Satisfacer las necesidades elementales no es más que nada el proveer trabajos que permitan el nivel de subsistencia. El asegurar el nivel sostenible de población es estabilizarlo acorde a la capacidad productiva de los ecosistemas. Conservar y reforzar la base de los recursos naturales es el uso de prácticas basadas en el control del uso del agua y pesticidas para una agricultura sostenible. La reorientación de la tecnología enfatiza el reducir el consumo energético, emisiones de gases e implementar las prácticas de reciclaje. Y finalmente, el unir los aspectos económicos y ambientales como uno y contemplar que toda inversión debe constar de una evaluación de impactos ambientales en el corto, mediano y largo plazo.

El desarrollo sostenible es cada vez más amplio e importante para todo el mundo. Es así que organizaciones internacionales como la ONU, mediante los 17 objetivos de desarrollo sostenible proponen y comprometen a todos los países miembros a cumplirlos para mejorar en más que solo ambientalmente. Es notable que este lleva una tendencia cada vez más compleja y completa, que promete beneficiar a todos. A continuación, estudiaremos las seis variables mencionadas arriba.

4 I IDH EN MÉXICO

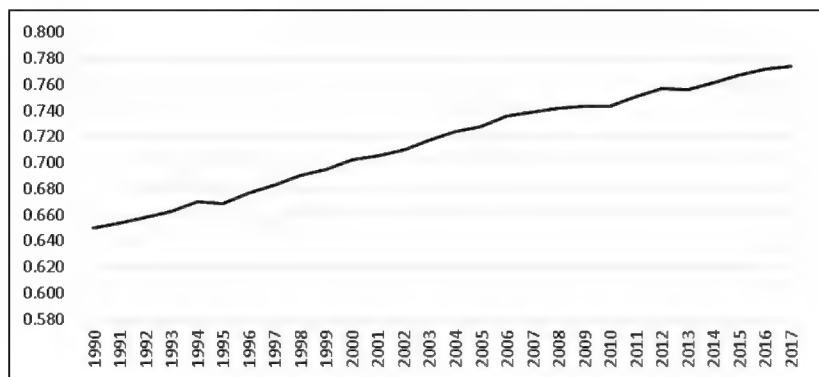
El Índice de Desarrollo Humano (IDH), es un índice compuesto que se centra en tres dimensiones básicas del desarrollo humano: la capacidad de tener una vida larga y saludable, que se mide por la esperanza de vida al nacer; la capacidad de adquirir conocimientos, que se mide por los años promedio de escolaridad y los años esperados de escolaridad; y la capacidad de lograr un nivel de vida digno, que se mide por el ingreso nacional bruto per cápita.

En los resultados de la evaluación del IDH se aprecia que hay una marcada relación con los ingresos de los ciudadanos respecto al PIB, donde no es nada favorecedor para México. En la gráfica 1 se aprecia la relación entre el IDH y el PIB per cápita para los países que ocupan los puestos entre 65 y 75 del ranking de IDH, en el cual México ocupa el puesto 74.

Gráfica 1. IDH según PIB per cápita.

Fuente: Elaboración propia a partir de datos de PNUD 2018[1].

El PIB per cápita de México es de 8,910.3 dólares, menos del promedio de este grupo de países que es de 10,620 dólares. Países con una renta per cápita similar a la mexicana como Bulgaria, ocupa un lugar 20 posiciones más adelante, y por otro lado países como China y Líbano ocupan puestos por debajo de México en el ordenamiento según el IDH.

El gasto social insuficiente y mal asignado, así como programas sociales que parecen no funcionar y un gasto educativo que llegó a ser el seis por ciento del PIB, principalmente destinado al gasto administrativo, en lugar de apoyos a la educación, no ha permitido que México alcance un IDH más alto.

Gráfica 2. Resultados de México en la evaluación del IDH 1990-2017.

Fuente: Elaboración propia con datos de Datosmacro[2]

En la gráfica 2 se muestra el desempeño de México en la evaluación del IDH entre 1990 y 2017. En esta se aprecia que, desde el inicio del periodo, presentó una tendencia ascendente, lo que le permitió pasar del lugar 60 entre 130 países al 74 entre 182 países en 2017.

4.1 Sistema de salud

El sistema de atención a la salud en México ha mejorado a lo largo de los años, principalmente con el plan de desarrollo del sexenio pasado 2013-2018 sin embargo, aun deja algo que desear.

De acuerdo al artículo 4° de la constitución política mexicana, la protección de la salud es un derecho para todos los mexicanos, pero no todos tienen acceso a este derecho. En México el beneficio a la salud se divide en tres grupos:

- Trabajadores asalariados, los jubilados y sus familias.
- Autoempleados, trabajadores del sector informal, desempleados y personas que se encuentran fuera del mercado de trabajo, y sus familias.
- Población con capacidad de pago.

El primer grupo es atendido por el Instituto Mexicano del Seguro Social (IMSS), y por el Instituto de Seguridad y Servicios Sociales de los Trabajadores del Estado (ISSSTE). El segundo grupo al ser población no asalariada, recurre principalmente a la protección

social o, más conocida como el Seguro Popular. Y finalmente, el tercer grupo que acude a hospitales privados. Sin embargo, aun en 2015 el 3.8% de la población no tenía acceso a un servicio de salud según la Auditoría Superior de la Federación (ASF).

Indicadores	2005	2010	2014	OCDE
Mortalidad infantil por 100,000 nacidos vivos	16.9	14.1	12.5	18.6
Mortalidad materna por 100,000 partos	53.9	44.1	38.9	-
Camas de hospital por 1,00 habitantes	1.67	1.59	1.61	4.77
Médicos por 1,000 habitantes	1.84	2.09	2.47	3.27
Esperanza de vida al nacer	73.9	74	74.7	74.3
Gasto en salud como % del PIB	6	6.2	5.78	9.4

Tabla 1. Principales indicadores de salud de México, 2005-2014.

Fuente: Elaboración propia con datos de la Secretaría de Salud[3]

En la tabla 1 se exponen los resultados de México en los principales indicadores de salud internacionalmente reconocidos en tres años, donde se aprecia una mejora solo en algunos, aunque son bajos en comparación con el promedio de los miembros de la OCDE. Es en el caso del gasto en salud como porcentaje del PIB donde no ha habido cambios para bien. Para el año 2014, había 4,395 hospitales, de los cuales solo 1,363 eran públicos. (OECD, 2014)

(Gómez Dantés, y otros, 2011) reconoce que "el mayor reto del actual sistema mexicano de salud es buscar alternativas para fortalecer su integración, de tal manera que se garantice un paquete común de beneficios a todas las personas".

4.2 Sistema de educación

La educación es una de las principales deficiencias en México. En el sexenio de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) se reformó el artículo tercero de la Constitución y en 1992 se aprueba el Acuerdo Nacional para la Modernización de la Educación Básica (ANMEB) en cual se manifestó que se otorgaría a la educación la mayor prioridad del gasto público (SEP, 2015). Cabe mencionar que el porcentaje es bajo en compararción a otros países.

La política educativa mexicana ha pasado por cambios, la pasada reforma educativa impuesta en el sexenio 2013-2018 es un ejemplo. Esta proponía que la educación estuviera al alcance de todos, además que fuera de calidad con una evaluación de los profesores para brindar un mejor servicio. En la tabla 2 se exponen los indicadores de eduación en los años 2008, 2014 y 2017, donde se aprecia que el porcentaje del PIB no es muy alto, así como el de las matrículas del nivel medio superior y superior.

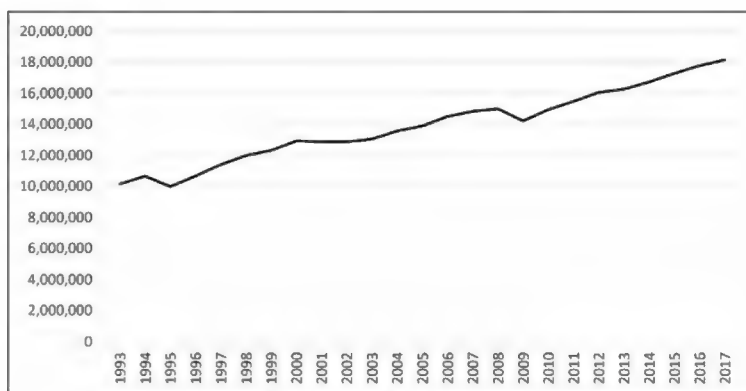
Indicadores	2008	2014	2017
Gasto en educación como % del PIB	6.17	6.86	5.92
Alfabetización	93.12	93.4	-
Matrícula (% grupo de edad escolar)			
Primaria	99.7	99.4	98.4
Secundaria	78.4	84.9	86.2
Medio superior	46.6	54.8	62
Graduados universitarios	16.5	18.6	23.8

Tabla 2. Indicadores de educación de México, 2008-2017.

Fuente: INEGI[4] e Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación (INEE)[5]

De acuerdo con la (OCDE, 2017), en México hace falta mejorar la calidad de la educación, dado que "el conocimiento y las competencias de la población tienen una fuerte influencia sobre el potencial económico para el crecimiento y la prosperidad. Y México tiene una fuerte ventaja demográfica, ya que su población es una de las más jóvenes entre los países de la OCDE".

4.3 Economía mexicana

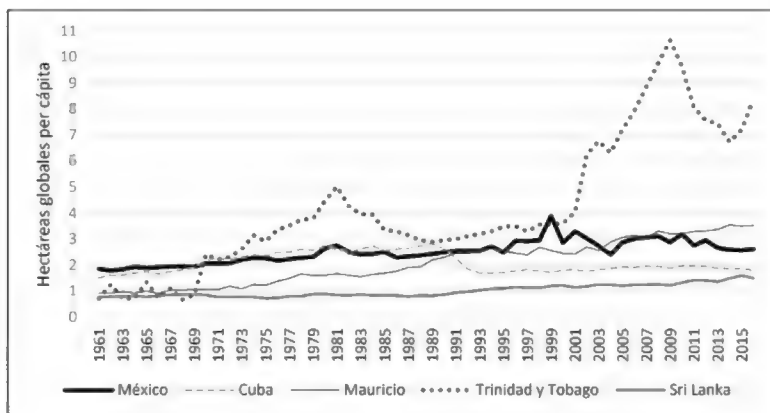
En la gráfica 3 se puede apreciar la evolución del PIB de México entre 1993 y 2017 que muestra una caída en el año 1995, por la crisis ocurrida, pero en general muestra una tendencia al alza. Relacionando este gráfico con el de la gráfica 2, se observa que la caída del IDH fue de 0.15% en este año. Se puede notar que los datos no cambian demasiado con los años, las políticas y proyectos han ido de la mano para crecer económicamente, pero no va más allá para generar un cambio significativo.

Gráfica 3. Evolución del PIB de México en valores constantes a precios de 2013.

Fuente: Elaboración propia a partir de datos de cuentas nacionales de México 1993-2017.

Desde 1993 la economía mexicana está afectada por los cambios de Estados Unidos, con una disminución de los términos de intercambio de 5.29% en 2009 por la crisis en este país vecino. Es en el año 2015 cuando la economía global se estanca y la baja en demanda global, los mercados financieros volátiles, la fortaleza del dólar y por supuesto, los cambios políticos, afectaron a nuestro país. Además de que en los años posteriores las bajas causadas por sismos, elecciones y las distintas reformas que provocaron el aumento en los precios.

Estas situaciones han traido como consecuencia una desaceleración de la economía, quedandose estancada pasando de un crecimiento del 3.29% en 2015, a solo 2.07% en 2017. Es necesario emprender transformaciones que aseguren un modelo de desarrollo sustentable sólido y el aumento de los resultados en el desarrollo humano.

5 I HUELLA ECOLÓGICA

En la gráfica 4 se muestra la evolución de la HE de México y de algunos países con un IDH similar al de nuestro pais. En el trazo de México se puede ver que desde los años 60 con la nacionalización de la industria eléctrica, así como la existencia de las industrias química, petroquímica, del hule, del plástico, de los fertilizantes, farmacéutica y del jabón (Kehoe & Meza, 2013:251), en las que la sustitución de importaciones tuvo lugar en nuestro país, la HE se incrementó hasta valores superiores a 3 hectáreas globales (hag) per cápita en 1999.

Gráfica 4. Evolución de la HE de países con similar IDH.

Fuente: Elaboración propia a partir de datos de Footprint[6]

Concordando con la gráfica 3, ante la caída del PIB en el año 2009 se produjo una reducción de la HE casi en el mismo porcentaje. Es notable tambien, como a partir de ese

año la economía mexicana comienza a crecer, mientras que la HE se incrementó entre 3.1 y 3.29 hag. Y es a partir de 2013 que la HE comienza a decrecer, pero no tanto como países como Cuba o Sri Lanka. Este comportamiento es un logro para el modelo implementado a comienzos de 2013.

El análisis de la HE de México por sus componentes entre 2001 y 2016 se muestra en la tabla 3. Los mayores aportes son la huella de carbono, es decir la huella de CO^2 que deja una persona con sus hábitos y consumo, y las huella de tierras de cultivo.

	2001	2004	2007	2010	2013	2016
Huella Ecológica (hag)	3.29	2.40	3.06	3.18	2.66	2.60
Tierras de cultivo (hag)	0.66	0.64	0.61	0.54	0.49	0.52
Huella de Carbono (hag)	1.89	1.03	1.70	2.00	1.55	1.46
Tierras de pastoreo (hag)	0.36	0.32	0.32	0.27	0.25	0.24
Zona de pesca (hag)	0.07	0.08	0.08	0.07	0.07	0.08
Productos extranjeros (hag)	0.26	0.29	0.32	0.26	0.26	0.25
Terrenos edificados (hag)	0.04	0.04	0.04	0.04	0.04	0.05

Tabla 3. Componentes de la HE de México 2001-2016.

Fuente: Elaboración propia a partir de datos de Footprint[7]

El estado de la HE mexicana en valores por debajo de 3.5 hag, lo cual es bastante alto para ser considerado un desarrollo sostenible, tomando en cuenta su crecimiento económico a finales del año 2009 hasta el año 2016, está relacionado a las siguientes causas:

- Una preocupación por el medio ambiente plasmada en cadal Plan Nacional de Desarrollo.
- Destinar en promedio 0.7% del PIB en gastos en protección ambiental (INEGI, 2019)
- Una política ambiental sin impacto.
- Un modelo de crecimiento sin perspectiva ambiental.
- Una legislación ambiental compuesta por diez leyes, tres comités, la Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales (SEMARNAT), sus tres subsecretarías y los diversos Órganos Desconcentrados y Descentralizados.
- Existencia de la Ley General del Equilibrio Ecológico y Protección al Ambiente (LGEEPA) desde 1988, compuesta por cuatro reglamentos:

    1. En Materia de Impacto Ambiental

2. En Materia de Residuos Peligrosos

3. En Materia de Evaluación del Impacto Ambiental

4. En Materia de Prevención y Control de la Contaminación Atmosférica

- Control y administración de más de 174 Áreas Naturales Protegidas.
- Poco control y regulación de las emisiones de gases de las industrias establecidas en el territorio nacional.
- Apoyo del gobierno a grandes megaproyectos que han dado pie a diversos "accidentes" ambientales. Tal como estipula Alfie (2015), "*entre ellos destacan dos derrames petroleros (Cadereyta, Nuevo León, y Huiman-guillo, Tabasco) y el vertido de cianuro en El Oro, Durango, más el derrame de 40 mil metros cúbicos de sustancias tóxicas en los ríos Sonora y Bacanuchi, provenientes de la mina Buenavista de Grupo México"* (Alfie C., 2016:217).

El mantener y aumentar el crecimiento del país requerirá de una verdadera disciplina de la política ambiental, así como del buen funcionamiento de los organismos que la llevan a cabo. Y por supuesto un cumplimiento más efectivo para promover y aplicar los conceptos dentro de la LGEEPA.

5.1 Política Energética

De acuerdo a la pasada Encuesta Nacional sobre Consumo de Energéticos en Viviendas Particulares (ENCEVI) (2018), el 99% de los hogares en México tienen acceso a la electricidad. El consumo energético per capita (GJ/hab) aumentó de 70.483 en 2015 a 74.886 en 2017 (Secretaría de Energía (SNER), 2019). Lo cual señala el por qué de los valores altos en la huella de carbono, ya que la mayoría de la energía electrica es producida a partir de combustibles fósiles.

La realidad de nuestro país, tal como declaró Jesús Alarcón en la nota para el Instituto Mexicano para la Competitividad (IMCO) es que:

> *En los últimos años, México se ha favorecido de su ubicación geográfica al ser vecino del país con mayor producción de gas natural en el mundo. Como resultado, 16 por ciento de la electricidad que se genera en nuestro país está sujeta a la importación estadounidense de esta fuente fósil.* (IMCO, 2017)

La *Reforma Energética* (Gobierno de México, 2013:3) fue la iniciativa presentada por el ex presidente Enrique Peña Nieto, la cual tenía los siguientes objetivos:

1. Mantener la propiedad de la Nación sobre los hidrocarburos que se encuentran en el subsuelo.
2. Modernizar y fortalecer, sin privatizar, a Petróleos Mexicanos (Pemex) y a la Comisión Federal de Electricidad (CFE) como Empresas Productivas del Estado 100% mexicanas.

3. Reducir la exposición del país a los riesgos financieros, geológicos y ambientales en las actividades de exploración y extracción de petróleo y gas.
4. Reducir los precios de la luz y gas.
5. Atraer mayor inversión al sector energético mexicano para impulsar el desarrollo del país.
6. Contar con un mayor abasto de energéticos a mejores precios.
7. Fortalecer la administración de los ingresos petroleros e impulsar el ahorro de largo plazo en beneficio de las generaciones futuras.
8. Impulsar el desarrollo con responsabilidad social y proteger al medio ambiente.

Por la ubicación geográfica de nuestro país, la implementacion de las energías renovables (eólica, hidráulica y solar) deberían ser más desarrolladas, sin embargo en el Balance General de Energía de 2017 (Sistema de Información de Energía (SIE), 2018:24), reveló que no se ha apoyado mucho al medio ambiente pues estas solo representaron el 2.9% de la estructura de produción de energía, y el petroleo crudo sigue siendo el más usado siendo el 62%.

	2013	2014	2015	2016	2017
Precio de litro de gasolina (magna)	10.41	11.88	12.45	13.18	15.93
Precio por kg de Gas LP	10.66	12.25	13.24	13.52	16.51
Emisiones de Carbono negro (Gg) en CO2 netas por cada 1000 toneladas	520,197.98	521,668.39	534,613.03	-	-

Tabla 4. Algunas características del consumo de energéticos de México 2013-2017.

Fuente: Elaboración propia a base de datos Sistema de Información de Energía (SIE)[8] y el (Instituto Nacional de Ecología y Cambio Climático (INECC)[9]

En la tabla 4 se puede observar que, en los años siguientes al inicio de la reforma energética, los precios de la gasolina y del gas LP al contrario de lo esperado, aumentaron. Es también importante mencionar a las emisiones de CO_2, las cuales aumentaron significativamente, lo cual aleja a México de estar creciendo y desarrollándose de una manera sostenible pues los recursos se están agotando y no están pensando en el daño que se está haciendo al medio ambiente.

5.2 Agricultura sostenible

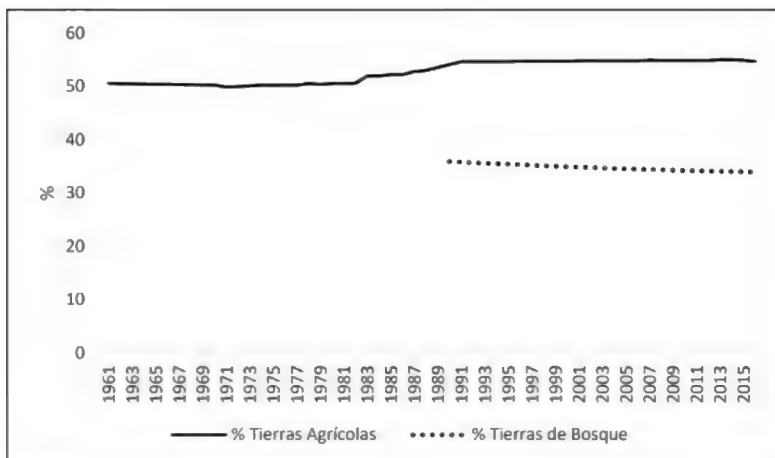
El modelo de producción agrícola a partir de 1958, un periodo conocido como el desarrollo estabilizador acentuado en el modelo ISI, como ya se mencionó dio prioridad a la industrialización, la producción agrícola se transformó y adecuó a los objetivos del crecimiento nacional, los precios bajaron y se buscó una mayor productividad a través de la

utilización de recursos naturales en cultivos más intensivos (Gómez Oliver, 1996:9).

Para 1990, se presentó el Programa Nacional de la Modernización para el Campo, este programa se orientó principalmet a incrementar el bienestar de la población rural, al uso eficiente de recursos y mejorar la balanza comercial agrícola (Paz & Palacio, 2009). Ya en 1994, este programa llega a su fin y se firma el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN), y con ello la producción agrícola se incrementó. Los objetivos de la política agrícola se enfocaron en incremetar la producción agropecuaria con más velocidad acorde al crecimiento de la población, mejor uso del suelo para competir con los miembros del TLCAN, y con el resto del mundo ante la apertura comercial.

En la gráfica 5 la relación opuesta que hay en el porcentaje del uso de tierra destinadas a la agricultura y el porcentaje de bosques. Sin embargo, las variaciones no han sido tan grandes en el periodo 1990-2015, pues las tierras agrícolas aumentaron en 1.05%, mientras que la tierra para bosques redujo en 5%.

De acuerdo a la Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación (SAGARPA, 2010), México es uno de los países más comprometidos para mitigar el cambio climático, habiendo firmado el Protocolo de Kioto (1997), y diseñado la Estrategia Nacional de Cambio Climático (ENCC) en 2007 con acciones como el reducir emisiones provenientes del uso de fertilizantes y fomentar prácticas agrícolas sustentables, como la labranza de conservación para mantener las reservas de carbono e incrementar sus capacidades de captura, según el reporte de la Organización de las NacionesUnidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO, 2014:25).

Las transformaciones en el sector agrícola mexicano, que incluyen la producción masiva de productos, el aumento en el uso de maquinaria y el aumento de uso de fertilizantes inorgánicos es la razón de que México posea una HE alta. Esto es contradictorio a la ENCC planteada. Además, que de acuerdo a la SEMARNAT (2009) en el año 2009 el 1.5% de las emisiones de CO_2 mundiales provenían de México, de las cuales el 6.4% era a causa de la agricultura.

Gráfica 5. Porcentaje del uso de tierras agrícolas en México 1961-2015.

Fuente: Elaboración propia a partir de datos de FAOSTAT[10]

	1965	1980	1990	2000	2010	2015
Consumo de Fertilizantes (Ton)	263,500	904,330	1,346,300	1,342,000	1,074,653	1,737,797
Consumo de Diesel (ton/carbón)	434,017	1,780,016	2,052,266	2,709,142	3,698,446	4,669,051

Tabla 5. Insumos en la agricultura en México 1965-2015.

Fuente: Elaboración propia a base de datos del SIE[11] y FAOSTAT[12]

De acuerdo a la tabla 5, nos muestra que el país no posee una agricultura sostenible, pues el uso de fertilizantes se ha incrementado en un 61.7% de 2010 a 2015, y el consumo de diésel en un 26.24% en ese mismo periodo de tiempo. Cabe mencionar que el 60% de los alimentos agrícolas son importados. Esto nos dice que la producción llevada a cabo en el país está siendo exportada para cumplir con la demanda de los países con los que México tiene acuerdos comerciales. Y que el resto de la producción local no da abasto a la demanda nacional.

6 | CONCLUSIONES

El modelo de desarrollo que ha estado siguiendo México no ha logrado un avance entre el desarrollo humano y el cuidado del medio ambiente. El poseer un IDH alto con un PIB per cápita bajo en comparación a los otros países del mismo estatus, es un buen indicador del país, sin embargo falta un mejor alcance en educación y salud de la población.

La recuperación económica del país a partir de las crisis sucedidas en los años

90's se logró a costa de un aumento en su HE, demostrando que se está haciendo un uso desmedido de sus recursos naturales.

Las condiciones de demanda internacional, así como las tendencias mundiales que influyen en México, han hecho que su objetivo principal sea el crecimiento económico sin importarle las situaciones en las que se encuentre su población y su territorio.

De acuerdo a la información presentada en este trabajo, se puede concluir que México está lejos de ser un país con un desarrollo sostenible. Hacen falta políticas y reformas que no dañen tanto al medio ambiente, así como una disciplina y conciencia por parte del gobierno y de la sociedad de que los recursos no son infinitos, y que al dañar al medio ambiente es hacernos daño a nosotros mismos.

REFERENCIAS

Alfie C., M. (2016). Política ambiental mexicana. Montañas de papel, ríos de tinta y pocos cambios en cuarenta años. Disponible en: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32548630018. Consultado en: 14/05/2019 a las 16:25

Almagro Vázquez, F. (2004). Medición del desarrollo sustentable, reto de las cuentas nacionales. La experiencia de México en el cálculo del producto interno bruto ecológico. Revista Latinoamericana de Economía. Disponible en: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11825939005. Consultado en: 13/05/2019 a las 21:05

Eras Cabello, J., Lorenzo García, D., & Gutiérrez Sagastume, A. (2011). *Caso Cuba. Un camino al desarrollo sostenible*. Disponible en: http://www.advancesincleanerproduction.net/third/files/sessoes/6A/5/Eras_JJC%20-%20Paper%20-%206A5.pdf. Consultado en: 02/05/2019 a las 15:42

Escobar Delgadillo, J. (2007). El desarrollo sustentable en México (1980-2007). *Revista Digital Universitaria*. Disponible en: http://www.revista.unam.mx/vol.9/num3/art14/int14.htm. Consultado en: 03/05/2019 a las 17:22

Gobierno de México. (2013). Reforma Energética. Disponible en: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/10233/Explicacion_ampliada_de_la_Reforma_Energetica1.pdf. Consultado en: 14/05/2019 a las 20:02

Gobierno de México. (2016). Ley General de Cambio Climático. Disponible en: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/109439/Ley_General_de_Cambio_Clim_tico.pdf. Consultado en: 14/05/2019 a las 20:56

Gómez Dantés, O., Sesma, S., Becerril, V. M., Knaul, F. M., Arreola, H., & Frenk, J. (2011). Sistema de salud de México. Disponible en: http://www.scielo.org.mx/pdf/spm/v53s2/17.pdf. Consultado en: 16/05/2019 a las 23:21

Gómez Oliver, L. (1996). *El papel de la agricultura en el desarrollo de México*. Disponible en: http://herzog.economia.unam.mx/academia/inae/pdf/inae2/u1l3.pdf. Consultado en: 15/05/2019 a las 18:26

Instituto Mexicano para la competitividad (IMCO). (2017). México, ¿un país con (in)seguridad energética?. Disponible en: https://imco.org.mx/temas/mexico-pais-inseguridad-energetica/. Consultado en: 14/05/2019 a las 21:13

Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI). (2018). *Encuesta Nacional sobre Consumo de Energéticos en Viviendas Particulares (ENCEVI)*. Disponible en: https://www.inegi.org.mx/programas/encevi/2018/default.html#Metadatos. Consultado en: 16/05/2019 a las 16:25

Instituto Nacional de Ecología y Cambio Climático (INECC). (2015). *Inventario Nacional de Emisiones de Gases y Compuestos de Efecto Invernadero*. Disponible en: https://www.gob.mx/inecc/acciones-y-programas/inventario-nacional-de-emisiones-de-gases-y-compuestos-de-efecto-invernadero/. Consultado en: 14/05/2019 a las 18:36

Kehoe, T., & Meza, F. (Abril de 2013). *Crecimiento rápido seguido de estancamiento: México (1950-2010)*. Disponible en: http://www.scielo.org.mx/pdf/ete/v80n318/2448-718X-ete-80-318-00237.pdf. Consultado en: 14/05/2019 a las 20:09

Morán Seminario, H. (Septiembre de 2000). Presupuestos filosóficos del desarrollo sustentable. *Revista de la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos*, 183-200. Disponible en: http://economia.unmsm.edu.pe/publ/arch_rev-fce/RevistaFCE_17.pdf. Consultado en: 13/05/2019 a las 21:54

Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE). (2017). *Estudios económicos de la OCDE. México*. Disponible en: https://www.oecd.org/eco/surveys/mexico-2017-OECD-Estudios-economicos-de-la-ocde-vision-general.pdf. Consultado en: 16/05/2019 a las 19:52

Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE). (2017). *Mid-term Progress Report of the Environmental Performance Review of Mexico*. Disponible en: http://www.oecd.org/environment/country-reviews/Mid-term-progress-report-EPR-Mexico-2017.pdf. Consultado en: 13/05/2019 a las 15:35

Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE). (2014). *Recursos para el cuidado de la salud*. Disponible en: https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=SHA#. Consulatdo en: 16/05/2019 a las 22:15

Organización de las Naciones Unidas (ONU). (1987). *Nuestro futuro común*. Nueva York.

Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO). (2014). *México: el sector agropecuario ante el desafío del cambio climático*. Disponible en: http://www.fao.org/3/a-i4093s.pdf. Consultado en: 15/05/2019 a las 19:32

Paz García, M., & Palacio Muñoz, V. (2009). *Política Agrícola en México. Reformas y resultados: 1988-2006*. Disponible en: http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/mx/2009/gpm.htm. Consultado en: 15/05/2019 a las 20:21

Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). (2018). *Índices e indicadores de desarrollo humano*. Disponible en: http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018_human_development_statistical_update_es.pdf. Consultado en 11/05/2019 a las 13:31

Secretaría de Educación Pública (SEP). (2015). *Reformas educativas recientes y nueva ley de educación. La modernización educativa de México*. Disponible en: http://bibliotecadigital.conevyt.org.mx/servicios/hemeroteca/070/070008.pdf. Consultado en: 16/05/2019 a las 12:48

Sistema de Información de Energía (SIE). (2018). *Balance Nacional de Energía 2017*. Disponible en: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/414843/Balance_Nacional_de_Energ_a_2017.pdf. Cosnultado en: 14/05/2019 a las 19:36

World Wildlife Fund (WWF). (2006). *Informe Planeta Vivo 2006*. Disponible en: http://d2ouvy59p0dg6k.cloudfront.net/downloads/lpr_2006_spanish.pdf. Consultado en: 11/05/2019 a las 13:50

CAPÍTULO 8

USO DE CONTAINERS COMO MORADIA NO AGRESTE DE PERNAMBUCO: PERCEPÇÃO DOS MORADORES E PROFISSIONAIS DA ÁREA

Data de aceite: 23/04/2021
Data de submissão: 06/04/2021

Ana Lígia de Barros Sybalde
Centro Universitário do Vale do Ipojuca
Caruaru – Pernambuco
http://lattes.cnpq.br/6719202617974474

Eduarda Luciana Larissa de Lima
Centro Universitário do Vale do Ipojuca
Caruaru – Pernambuco
http://lattes.cnpq.br/7502753453705160

RESUMO: Há uma quantidade considerável de contêineres que são descartados e não usados, por isso a ideia de construção usando esse material começou a se espalhar. Este artigo tem como objetivo apresentar a opinião dos profissionais sobre a viabilidade da construção habitacional com contêineres e a aceitação dos moradores em relação a esse tipo de construção, tendo em vista as vantagens e desvantagens apresentadas na pesquisa.
PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade, contêineres, viabilidade, menor custo, reutilização.

USE OF CONTAINERS AS HOUSING IN THE AGRESTE OF PERNAMBUCO: PERCEPTION OF RESIDENTS AND PROFESSIONALS OF THE AREA

ABSTRACT: There are a considerable amount of containers that are discarded and unused, so the idea of construction using this material started to spread. This paper aims to present the opinion of professionals about the feasibility of housing construction with containers and the acceptance of residents regarding this type of construction in view of the advantages and disadvantages presented in the research.
KEYWORDS: Sustainability, containers, viability, lowest cost, reuse.

1 I INTRODUÇÃO

A reutilização de containers em casas, transforma entulho em matéria prima, permitindo projetos diferenciados e modernos, mantendo os princípios arquitetônicos com menor custo da obra. Logo, é um projeto sustentável (OCCHI e ALMEIDA, 2016).

Segundo Costa Filho (2014), esse material apresenta durabilidade, resistência, praticidade e rapidez na execução, envolve menos tempo e mão de obra, logo, reduz os custos. Schonarth (2013), afirma que a redução do preço final da obra chega a cerca de 30%, se comparado com o uso de materiais e métodos tradicionais.

Um ponto considerado desvantagem é citado por Sotello (2012). O autor assegura que para a utilização do módulo são necessárias adaptações termoacústicas, pois sem elas a vivência no interior destes espaços seria desconfortável. Sotello (2012) ressalta a necessidade de tratamento antichamas nas

suas superfícies internas. Nesse sistema, há carência de mão-de-obra especializada e uma área de terreno capaz de suportar o movimento das máquinas.

2 I METODOLOGIA

Foram aplicados questionários com a população e com profissionais da área referente a aceitação desse sistema, logo esse trabalho é classificado com pesquisa descritiva e indutiva. Esta pesquisa é qualitativa por analisar e interpretar os dados obtidos, apresentando as respostas a respeito do que se pretendia verificar. Também é classificada como quantitativa, pois apresenta dados quantificáveis.

3 I RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para obtenção de resultados, foram realizados dois questionários, o primeiro teve o propósito de colher informações de Engenheiros Civis a respeito da utilização de container como sistema construtivo no Agreste de Pernambuco. E o segundo, buscou colher informações acerca da aceitação da população quanto à esse sistema. O gráfico 1 apresenta a opinião dos Engenheiros entrevistados sobre o sistema construtivo de acordo com as vantagens e desvantagens apresentadas na pesquisa.

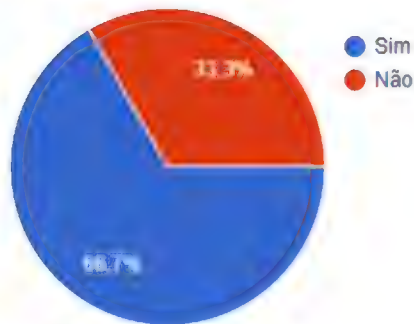



Gráfico 1: Viabilidade do uso de containers.

Fonte: Autor, 2019.

O gráfico 1 mostra que 66,7% dos entrevistados acredita ser viável o uso de containers no Agreste-PE. Eles foram interrogados acerca da relação do sistema contrutivo e sua atividade profissional: 66,7% disse nunca ter trabalhado com esse sistema, mas ter interesse em trabalhar futuramente, apenas 16,7% diz já ter trabalho com esse sistema e 16,7% diz que nunca trabalho e também não tem interesse em trabalhar. O gráfico 2 apresenta a opinião dos moradores sobre o sistema construtivo.

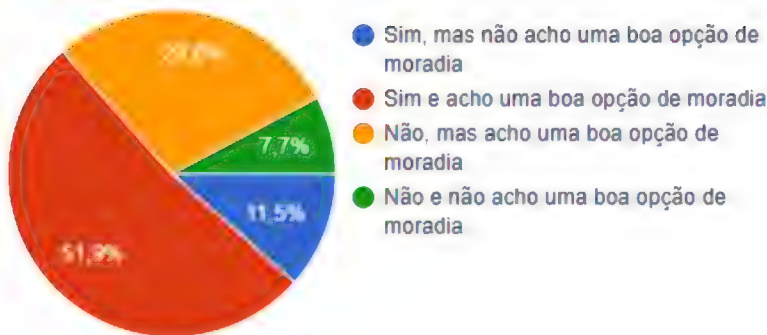



Gráfico 2: Conhecimento e aceitação dos moradores acerca do sistema.

Fonte: Autor, 2019.

Conforme visto, 80,7% dos entrevistados acreditam que as casas containers são uma boa opção de moradia. A grande maioria dos entrevistados (78,8%) dizem que morariam em casas feitas desse material. A maior justificativa para essa aceitação foi a patricidade e versatilidade que esse sistema proporciona (26,9%), seguida pela economia (21,2%). Para os que disseram não morar em uma casa de container, a justificativa é o conforto térmico e acústico.

4 I CONCLUSÕES

Conclui-se então que existe uma boa aceitação tanto dos profissionais da área quanto dos moradores em realação ao sistema de containers. Inclusive, a maioria já tem conhecimento sobre o assunto. É possível atestar que o que ainda causa receios sobre o assunto é o conforto térmico, tendo em vista que é uma região quente. Para próximas pesquisas, é importante averiguar a eficácia dos métodos de isolamento térmico e a disponibilidade de mão-de-obra qualificada para esse tipo de construção.

REFERÊNCIAS

COSTA FILHO, Celso. **Sabe aquilo que você sempre quis saber sobre casa container?** Disponível em: <http://www.costacontainer.com.br>. Acesso em: 20 out. 2019.

OCCHI, Tailene; ALMEIDA, Caliane. **Uso de containers na construção civil: viabilidade construtiva e percepção dos moradores de Passo Fundo-RS.** Revista de Arquitetura IMED, 16-27, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2ra0QBC>. Acesso em: 28 out. 2019.

SCHONARTH, J. P. **Contêiner vira opção estrutural para empresas**. Gazeta do povo, Londrina, 26 set. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/36uptcr>. Acesso em: 27 out. 2019.

SOTELLO, L. **Vida nova para os contêineres**. Revista Beach&CO, Guarujá, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/33exuAf>. Acesso em: 28 out. 2019.

CAPÍTULO 9

CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO HABITACIONAL EM SÃO LUÍS

Data de aceite: 23/04/2021
Data de submissão: 04/02/2020

José Ricardo de Jesus Pinto Cordeiro
Universidade Estadual do Maranhão – Centro de Ciências Sociais - UEMA
São Luís – MA
http://lattes.cnpq.br/6546353620393304

RESUMO: A moradia se institui como elemento chave na qualidade de vida das pessoas, ao longo dos séculos assumiu papel distinto na forma de atuação do estado. A propriedade privada e a prática de acumulação de bens de ordem capitalista, acentuou as disparidades do padrão de habitação entre as classes sociais. Das luxuosas mansões com caráter personalizado às casas com baixo atendimento ao individualismo das famílias nos conjuntos habitacionais. O Estado como regulador das necessidades da população não deve atuar só no campo teórico com a formulação de leis, e nem pode continuar a repetir na prática residências que trazem consigo uma série elementos negativos, como a falta de identificação do morador com o imóvel, o sentimento de insegurança e violência, depreciação de espaços públicos, mobilidade, serviços públicos precários, dentre outros aspectos que fortalecerão laços das pessoas com o seu habitat, passando da categoria de uma simples habitação a um ambiente que pode ser chamado de "lar". Um olhar mais aprofundado analisa o discurso do Estado como criador de condições adequadas de moradia questionando se de fato reflete os interesses das pessoas que usam as casas ou capital imobiliário. Realidades que compartilham da influência de forças do capital e que evidenciam contradições na produção habitacional dentro da ilha de São Luís serão objeto de análise deste artigo.
PALAVRAS-CHAVE: Contradições, Habitação, São Luís.

CONTRADICTIONS IN HOUSING PRODUCTION IN SÃO LUÍS

ABSTRACT: Housing is established as a key element in people's quality of life, over the centuries it has assumed a distinct role in the state's performance. Private property and the practice of accumulation of capitalist goods accentuated the disparities in the pattern of housing among social classes. From luxurious mansions with character to personalized homes with low attention to the individualism of families in housing developments. The State as regulator of population needs should not only act in the theoretical field with the formulation of laws, nor can it continue to repeat in practice residences that bring with them a number of negative elements, such as the lack of identification of the resident with the property, the feeling of insecurity and violence, depreciation of public spaces, mobility, precarious public services, in other aspects that will strengthen people's ties with their habitat, moving from the category of a simple housing to an environment that can be called a home. A closer look analyzes the discourse of the state as the creator of adequate housing conditions questioning whether it in fact reflects the interests

of people who use houses or real estate capital. Realities that share the influence of forces of capital and that show contradictions in the housing production within the island of São Luís will be the object of analysis of this article.
KEYWORDS: Contradictions, Housing, São Luís.

INTRODUÇÃO

A possibilidade de acesso as residências é diferenciada e evidencia disparidades sociais, que muito sofrem influência das forças do capitalismo ao manipular a moradia quer seja como "mercadoria", quer seja como instrumento de atuação do Estado na realidade de São Luís.

O déficit habitacional é realidade no Brasil e encontra grande representatividade no Maranhão. Cabe ao Estado desenvolver políticas públicas para minimizar esse quadro e buscar melhoria de vida de sua população. Nos últimos anos ganharam destaque os conjuntos residenciais possibilitados pelo Programa Minha Casa Minha - PMCMV do Governo Federal.

Também ganha força no início do século XXI a modalidade de agrupamento residencial em condomínios fechados, que é ofertada com infraestrutura diferenciada se disseminando como um lugar adequado para moradia. Uma análise mais atenta evidencia fragilidades escondidas por trás do discurso desse mercado.

Este artigo se concentra na análise do modelo de produção residencial desenvolvida em conjuntos habitacionais e condomínios fechados em São Luís. Trata-se de uma reflexão sobre distintas formas de atuação do Capital sobre o Estado e o mercado habitacional e como essa atuação impacta na produção do espaço. Avaliam-se as contradições do discurso de legitimação de conjuntos habitacionais como forma de atender às demandas de moradia, assim como a dinâmica do mercado habitacional que difundi a ideia de confinamento em condomínios residenciais, como uma alternativa adequada para se viver em uma cidade.

Falar de diminuição de déficit habitacional, como os gestores apresentam na entrega dos empreendimentos, não significa ter chegado ao mínimo de qualidade de moradia necessária para vida das famílias. Diversos fatores vão além disso e se apresentam no dia a dia dos moradores, como tempo de deslocamentos entre a casa e o trabalho, acesso aos serviços públicos básicos, relação com a vizinhança, qualidade dos espaços públicos, interação entre classes sociais, identificação com o modelo habitacional proposto, dentre outros.

Um programa habitacional como o PMCMV em que construtoras tiveram grande atuação desde a escolha e aquisição dos terrenos, passando pela formulação do projeto até a construção das residências, demonstra a força do capital imobiliário e sua atuação direta vinculada ao governo. Cabe a reflexão a quais interesses a política pública habitacional está

direcionada e como de fato se pode favorecer as famílias com residenciais mais dignos.

Construtoras tem desempenho vinculado a um mercado imobiliário, e esse, por sua vez adquiri outras possibilidades ganhando mais volume quando passa a englobar as classes média e alto padrão. Esse mercado difundi os condomínios fechados como uma eficaz alternativa para residir nas cidades, as campanhas publicitárias enfatizam aspectos sobre a qualidade de vida a ser alcançada nesses enclaves residenciais.

Mas criar "bolhas" de segmentação social não contribui para uma cidade dinâmica, segura e inclusiva, na verdade possibilita o empobrecimento da sua realidade com muros que não trazem vida, interação e segurança urbana.

Existem incongruências na formulação e execução de conjuntos habitacionais e condomínios fechados na cidade de São Luís, o foco não está situado nas pessoas e seu relacionamento com a cidade, mas sim em interesses específicos, que não atingem necessidades da maioria. Fatos que serão analisados nesse artigo, com identificações das incoerências que muitas vezes são mascaradas pelo discurso do Estado e empresas do ramo imobiliário.

Gestores devem atuar para atender as demandas das famílias, diminuindo as disparidades sociais entre as classes, não permitindo que com sua ausência o mercado imobiliário crie "alternativas" para a vida nas cidades, atuando em prol de interesses comuns e não apenas específicos.

IMPACTOS NAS RELAÇÕES URBANAS

O Estatuto das Cidades em seu capítulo 01, art. 2 - Diretrizes Gerais trata:

> "A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações."

O crescente aumento no número de condomínios fechados e conjuntos habitacionais interfere nas atividades desenvolvidas no meio urbano e no direito as cidades, ainda não alcançado pelas políticas urbanas locais. Isso reflete diretamente na sua qualidade, através de fatores como tempo de deslocamento entre as diversas funções urbanas, acesso a serviços, relação com a vizinhança, qualidade dos espaços públicos e identificação com o modelo habitacional proposto, servem para uma análise mais atenta sobre a realidade.

TEMPO DE DESLOCAMENTO

A cidade é um organismo vivo, agrega uma série de funções que interagem em seu espaço, a moradia, o trabalho, o lazer e serviços estão espacializados em diferentes

áreas e precisam de conexão. Quanto mais distantes essas funções se localizam, maior é o esforço para alcança-las e maiores são os deslocamentos.

Na cidade de São Luís conjuntos habitacionais como a Cidade Operária, Cohab e Cohatrac foram criados em áreas periféricas ao núcleo central, fato que demandou investimentos massivos em infraestrutura urbana. A cidade cresceu e as funções se distanciaram ainda mais umas das outras, a racionalidade no aproveitamento do espaço urbano deu lugar a um crescimento horizontal especializado demasiadamente, conforme demonstra figura 01 na relação desses bairros com o centro de São Luís, no contexto de 1986.

Figura 01 - Imagem de Satélite São Luís –MA 1986

Fonte: Google Eatrh

Os anos se passaram e as cidades vizinhas de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa passaram a integrar a região metropolitana de São Luís, recebendo grande influência da capital do Maranhão e sofrendo com problemas semelhantes como o déficit habitacional.

No início do século XXI, o Governo Federal cria o programa Minha Casa Minha Vida que dá sequência a ocupação espacializada do solo urbano, atingindo essas cidades vizinhas, e problemas recorrentes de outros períodos como os grandes trajetos e deslocamentos ganham outra proporção.

A Autora Raquel Rolnik (2015, p. 292) expõe a realidade de bairros precários no Rio de Janeiro que fazem parte do programa habitacional Minha Casa Minha Vida - MCMV do Governo Federal e que possuem traços semelhantes a realidade local da marginalização das moradias:

> “De acordo com Cardoso, Araújo, Nunes Jr. e Jaenisch, a maior parte dos empreendimentos do MCMV está situada na Zona Oeste do Rio de Janeiro,

que concentra aproximadamente 47% de todas as unidades financiadas, destacando-se os bairros de Campo Grande e Santa Cruz, que, juntos, abrigam quase 30% do total (CARDOSO et al., 2013). Se levarmos em consideração apenas a faixa 1, Campo Grande e Santa Cruz concentram 53% de todas as unidades voltadas para o público com renda familiar de zero a três salários mínimos. Em média, os Ipês de Realengo distam 25 km das antigas residências, desarticulando relações profissionais e interpessoais. "

O argumento de disponibilidade mais barata de terras direciona o crescimento de conjuntos habitacionais mais distantes aos centros urbanos como no caso do Residencial Turiúba e Nova Terra em São José de Ribamar, conforme figura 02 de 2016.

Figura 02 - Imagem de Satélite São Luís –MA 2016

Fonte: Google Eatrh

Maiores distancias demandam maior cuidado com os transportes, assunto discutido e apresentado no documento final da Rio+20, que trata o "transporte e mobilidade são centrais para o desenvolvimento sustentável" ONUBR, 2012, p. 25).

ACESSO A SERVIÇOS

A expansão da cidade e da região metropolitana nem sempre é acompanhada por atendimento proporcional de serviços, fato que não se resume apenas as classes mais baixas, como no exemplo do bairro da Ponta D' areia, onde vários condomínios residenciais foram implantados e atividades simples do cotidiano como ir à padaria, farmácia, supermercado e feira não é tarefa fácil para um pedestre, por não pertencer a escala de proximidade de sua moradia.A autora Jane Jacobs (2000, p.33) trata em seu livro Morte e Vida das Grandes Cidades, de um estilo urbanístico com diversidade de usos, escalas, edifícios e pessoas que podem possibilitar a vitalidade de bairros que nos ajuda a refletir

sobre a realidade local:

> "O requisito básico da vigilância é um número substancial de estabelecimentos e outros locais públicos dispostos ao longo das calçadas do distrito; deve haver entre eles sobretudo estabelecimentos e espaços públicos que sejam utilizados de noite. Lojas, bares e restaurantes, os exemplos principais, atuam de forma bem variada e complexa para aumentar a segurança nas calçadas."

Com o número reduzido de serviços no entorno o transporte individual acaba sendo o principal recurso, o que leva a interpretação de como a cidade é fragmentada por interesses específicos, como no caso de incorporadoras que oferecem opções de moradia diferenciadas, mas que não se articulam com as funções da cidade interesses e necessidades a nível de bairro. Isso obriga as pessoas a utilizar serviços em áreas adjacentes como Ponta do Farol, São Francisco, Renascença, dentre outros.

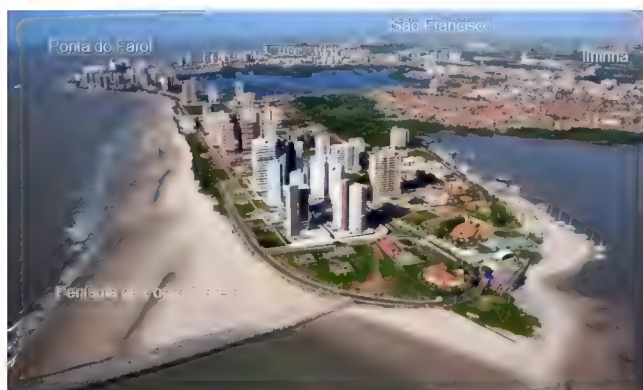



Figura 03 - Imagem da Península da Ponta da D'areia em São Luís

Fonte: Meireles Jr.

Milton Santos (2011, p. 124) trata sobre a relação das moradias com o entorno e corrobora a percepção sobre o espaço urbano:

> "E o direito ao entorno? Ele está nos livros e nos discursos oficiais, mas ainda está muito longe de uma implementação. Quer dizer, por exemplo, das mudanças brutais que se operam na paisagem e no meio ambiente, sem a menor consideração pelas pessoas? A lei é a do processo produtivo, cujos resultados ofendem, expulsam e desenraizam as pessoas, e não a lei que assegure o direito à cidade ou, ao menos, o direito ao entorno. Fala-se em ecologia, mas frequentemente o discurso que conduz à maior parte das reivindicações se refere a uma ecologia localizada, enraivecida e empobrecida, em lugar de ser o combate por uma ecologia abrangente, que retome os problemas a partir de suas próprias raízes. Estas se confundem com o modelo produtivo adotado e que, por definição, é desrespeitador dos valores desde os dons da natureza até a vida dos homens."

Cidades inteligentes utilizam mescla de funções e serviços dentro de uma área de atuação, evitando maiores deslocamentos e facilitando acesso ao que precisam. É estranho que mesmo em áreas onde o m² possui valor elevado, esses fatores não sejam preponderantes, questiona-se a atuação das empresas do mercado imobiliário, que são grandes forças na transformação das cidades e que poderiam contribuir mais com a qualidade do espaço urbano.

RELAÇÃO COM A VIZINHANÇA

Ainda tratando sobre o bairro Península da Ponta D'areia, é evidente como a geografia do local cria uma segmentação espacial em uma área litorânea valorizada da cidade, sendo objeto de cobiça do mercado imobiliário. Mas um aspecto foge ao controle dessas empresas, o problema social da moradia em áreas vizinhas, como o caso da Ilhinha (Figura 03). Esse bairro apesar de fornecer muitos funcionários que atuam nos condomínios ao seu redor, é marginalizado e recebe tratamento inferior apresentando problemas de infraestrutura, saneamento, segurança, habitação, dentre outros.

As fronteiras entres esses bairros a cada dia diminuem, pois o mangue que os separa vem sendo ocupado por habitações informais, que avançam a partir da Ilhinha (conforme figura 04). A separação natural vem sendo diminuída e a proximidade entre essas áreas gera discussão: enquanto muitos do lado mais nobre enxergam o avanço como indesejado, as pessoas que habitam residências simples sobre o mangue ocupam o local por necessidade. E mesmo se o governo chegue a oferecer alternativas através de programas habitacionais, as residências são ofertadas fora do contexto natural das famílias em áreas periféricas da cidade, o que pode afugentar essas pessoas.

Figura 04 - Imagem das Palafitas na Portelinha no bairro Ilhinha - São Luís

Fonte: Blog O Estado – Márcio Henrique

Proximidade entre classes sociais distintas é motivo de debates entre as pessoas, muitos aspectos precisam ser levados em consideração principalmente as opiniões das classes mais baixas, não pode continuar ocorrendo ocupação das áreas mais privilegiadas das cidades pelos que podem pagar e a indução de ocupação em áreas periféricas pelas classes mais baixas.

QUALIDADE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Áreas livres para interação social tem grande importância para vida das pessoas no meio urbano, a qualidade desses espaços requer infraestrutura adequada às demandas locais. Ana Fani (2007, p. 37) reflete sobre as características presentes nas grandes cidades:

> "O cheio do centro, os vazios dos "bairros nobres" e a periferia onde crianças descalças, entretém-se com brinquedos improvisados. São os traços visíveis da segregação social que também se concretiza no acesso diferenciado aos serviços essenciais como assistência médica, prontos-socorros, escolas, no traçado e densidade das linhas de ônibus, dos meios de consumo coletivo. "

Na cidade de São Luís o número de espaços apropriados ainda é pequeno de acordo com o seu número populacional. As gestões municipal e estadual realizam obras de melhorias em praças espalhadas pela cidade, mas é perceptível a diferenciação dos investimentos de acordo com os bairros. Na Vila Palmeira recentemente a gestão municipal realizou obras de reforma na praça próximo à avenida dos Franceses, equipamentos como playground e aparelhos para atividades físicas foram incorporados ao espaço.

Figura 05 - Imagem de Praça na Vila Palmeira -São Luís –MA

Fonte: agenciasaoluis.com.br

Melhorias bem recebidas pela população local, mas ainda distantes em qualidade se comparadas a outros locais como no caso da lagoa da Jansen e Renascença em que os equipamentos se diferenciam, conforme figura 06.

Figura 06 - Imagem de Praça no Renascença -São Luís –MA

Fonte: agenciasaoluis.com.br

Bairros nobres com investimentos do mercado imobiliário recebem melhores equipamentos, enquanto no restante da cidade quando existem intervenções, elas são mais modestas, assim se evidencia carência de equivalência dos investimentos na cidade.

Quando o Estado cria diferenciações no padrão de produção do lazer, atribuindo maiores ou menores investimentos de acordo com a área a ser destinada e de acordo com interesses mercadológicos, quem perde são sempre os mais pobres.

A realidade da cidade apresenta ainda muitas carências de investimentos, diferentes das duas realidades apresentadas e o autor Milton Santos (2011, p.37) reflete sobre esse direito dos espaços públicos no meio urbano:

> "E o direito aos espaços públicos, típicos da vida urbana tradicional? Hoje, os espaços públicos (praias, montanhas, calçadas etc) foram impunemente privatizados. Temos de comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os playgrounds ou, ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários à sua proteção. O lazer na cidade se torna igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais."

Reflexão contextualizada na cidade de São Luís quando as opções de lazer e interação social são limitados, e quando ganha mais notoriedade a privatização do lazer

que exclui e segrega pessoas dentro do espaço urbano.

IDENTIFICAÇÃO COM O MODELO HABITACIONAL PROPOSTO

Programas habitacionais são uma resposta do Governo as demandas da população, muitas vezes entendida como combate ao déficit habitacional, ou seja, trata números como foco no planejamento. Mas por trás dos números existem famílias com desejos, necessidades, que nem sempre são atendidas pelo modelo de unidade habitacional ofertado. Será que uma casa com dois dormitórios, cozinha, sala e banheiro em áreas afastadas ao centro urbano é objeto de cobiça dos “contemplados”? Porque essas pessoas não são consultadas na fase de desenvolvimento de projeto? A quais interesses esses empreendimentos atendem?

Perguntas sem respostas diretas, mas com fortes indícios de atuação da força do mercado imobiliário sobre o governo. As construtoras se encarregam de escolher a área e formular projeto para o empreendimento e enquanto os futuros moradores são deixados de lado nessa fase do projeto. Quando um lado participa mais ativamente do processo ele tem mais liberdade para defender seus interesses e geralmente estes se direcionam para acumulação de lucros deixando a qualidade dos conjuntos comprometida.

Figura 07 - Residencial Ribeira – São Luís – MA

Fonte: agenciasaoluis.com.br

David Harvey (2011, p. 151) em o Enigma do Capital trata da segunda natureza criada pelas transformações no ambiente natural, criada pela ascensão do capitalismo, que tem como principais agentes o Estado e o Capital. Um processo de acumulação e especulação de terras que colocam em segundo plano as necessidades das pessoas:

> “A longa história de destruição criativa sobre a terra produziu o que é as vezes chamado de “segunda natureza” – a natureza remodelada pela ação humana.

> Há muito pouco, ou nada, da “primeira natureza”, que existia antes de os seres humanos povoarem a terra.”
>
> “Nos últimos três séculos, marcados pela ascensão do capitalismo, a taxa de propagação e destruição criativa sobre a terra tem aumentado enormemente. Por mais que muitos agentes atuem na produção e reprodução da geografia da segunda natureza que nos cerca, os dois principais agentes sistêmicos no nosso tempo são o Estado e o capital. A paisagem geográfica da acumulação do capital está em perpetua evolução, em grande parte sob o impulso das necessidades especulativas de acumulação adicional (incluindo a especulação sobre terra) e, só secundariamente, tomando em conta as necessidades das pessoas. Embora não haja nada puramente natural na segunda natureza pela qual estamos cercados, os processos coevolutivos que transformam a geografia não estão totalmente sob o controle do capital e do Estado, sem falar das pessoas, incluindo os ativistas.”

Enquanto a habitação for tratada como mercadoria, as pessoas continuarão a não se identificar com conjuntos residenciais criados. Por ser um trabalho bem mais complexo, e não atender a escala de produção industrial a produção de casas personalizadas aos interesses das famílias ainda é uma realidade distante, mas que requer estratégias para serem implementadas. Hoje com o advento de tecnologias e possibilidade de uso de aplicativos, fica muito mais acessível o levantamento de demandas por parte do governo para criar unidades habitacionais mais adaptadas as demandas populacionais.

CONCLUSÕES

A cidade é palco para as relações humanas, pessoas que ocupam seu espaço tem possibilidades específicas de interação com meio urbano. Dentre elas, a forma de morar aparece como um elemento essencial para a dignidade das pessoas, atingi variações de acordo com as possibilidades de acesso ao lar de cada família. Da casa ao apartamento, da rua aberta e conectada a malha urbana, a rua confinada por muralhas, das pequenas as grandes áreas habitáveis, dos locais sem infraestrutura aos locais dotados de serviços, das condições sub-humanas ao luxo das mansões, as desigualdades são evidentes e precisam ser discutidas para alcançar um estágio mais próximo de oportunidades que façam da cidade um lugar melhor para se habitar.

Esse processo permeia a análise do discurso de legitimação de conjuntos habitacionais, como forma de atender às demandas de moradia, quando na verdade é apenas um tratamento com muitas carências e necessidades urgentes de revisão do modelo proposto.

As casas ofertadas pelo Estado sofrem grande atuação do mercado imobiliários através de construtoras, que participaram do processo de aquisição dos terrenos, formulação dos projetos até a construção das mesmas, uma relação lucrativa que não coloca as famílias como protagonistas do processo.

Também é perceptível a contradição da dinâmica do mercado habitacional que

difundi a ideia de confinamento em condomínios residenciais como uma alternativa adequada para se viver em uma cidade, sendo que essa “solução” segrega parte das pessoas e empurra para debaixo do tapete a poeira dos problemas urbanos. Condomínios fechados, ou melhor, “bolhas” de segmentação social não contribuem para uma cidade dinâmica, segura e inclusiva, possibilita o empobrecimento da sua realidade com muros que não trazem vida, interação e segurança urbana.

São Luís apresenta regiões que sofreram transformações com a proliferação de condomínios fechados como os bairros do Renascença, Ponta do Farol, Turú, Calhau e Araçagi. Terrenos desocupados foram transformados e incorporados como condomínios. Fato que transformou a dinâmica desses bairros, tendo repercussões no movimento local, trânsito, passeio público, espaços públicos, infraestrutura, dentre outros. Entender essas mudanças e refletir como isso favorece ou prejudica a cidade é um dos desafios dos gestores e sociedade.

Em outras regiões da cidade onde foram implantados os conjuntos residenciais, como o Ribeira e Piancó pertencentes ao PMCMV, é evidente a marginalização e segregação de pessoas dentro do meio urbano. Questões como infraestrutura local, mobilidade urbana, acesso a serviços colocam em questionamento a estratégia adotada para moradia de muitas famílias.

Colocam-se em questão os modelos implementados no país, que são repetidos na realidade local, as pessoas precisam se relacionar melhor com a cidade, assim a sua forma fragmentada por muralhas e segmentação social não representa interesses comuns. Entender que a cidade é fruto de disputas e como isso repercute em sua forma e dinâmica, nos ajuda pensar qual cidade queremos na construção de um amanhã.

Gestores devem atuar para atender as demandas das famílias, diminuindo as disparidades sociais, não permitindo que com sua ausência o mercado imobiliário crie “alternativas” para a vida nas cidades, atuando em prol de interesses comuns e não pessoais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1a Edição

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo:FFLCH, 2007, 123p.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011, 240p.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ROLNIK. Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

CAPÍTULO 10

CONSTRUINDO O MEDO COMO FORMA DE VENDER CONDOMÍNIOS E LOTEAMENTOS RESIDENCIAIS

Data de aceite: 23/04/2021

Antonio Andrade Mota
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador - UCSAL
http://lattes.cnpq.br/7809933068947548

Laila Nazem Mourad
Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador - UCSAL
https://orcid.org/0000-0003-4175-0089

RESUMO: O presente texto é parte de uma pesquisa que busca compreender a dinâmica do mercado imobiliário na cidade de Cruz das Almas, Bahia. Desse modo, o estudo evidencia quais são as ações que o mercado imobiliário impõe em uma cidade pequena. Os agentes do mercado imobiliário (incorporadoras, construtoras, imobiliárias, bancos, Estado) promovem uma transformação significativa nessa cidade, trazendo uma lógica capitalista aplicada em cidades de maior porte para esse espaço que até então não era objeto desse segmento do capital. Constroem imagens midiáticas em cima do medo e neuroses que acompanham cidades que adquirem um determinado patamar de desenvolvimento econômico e as vendem para uma população que desconhecia esse sentimento. Esse medo amplificado atrelado ao *marketing* das imobiliárias mostra-se uma estratégia decisiva para o sucesso dos empreendimentos imobiliários. Dessa forma, o espaço urbano dessas cidades pequenas vai sendo construído para atender aos interesses dos agentes imobiliários que induzem à população desses espaços a acreditar que os condomínios e os loteamentos residenciais surgem como uma necessidade para que ela possa se proteger da violência que ultrapassa os limites da cidade grande e resvala para as cidades limítrofes.

PALAVRAS-CHAVE: Medo: Condomínio; Loteamento; Mercado; Imobiliário.

BUILDING FEAR AS A WAY TO SELL CONDOMINIUMS AND RESIDENTIAL LOTS

RESUME: This text is part of a research that wants to understand the dynamics of the real estate market in the city of Cruz das Almas, Bahia. In this way, the study highlights the actions that the real estate market imposes in a small city. The agents of the real estate market (developers, construction companies, housing companies, banks, the state) promote a significant transformation in that city, bringing a capitalist logic applied in larger cities to its space that until then was not the object of this segment of capital. They build media images using the fear and neuroses that accompany cities with a crescent level of economic development and sell them to a population that did not know that kind of feeling. The amplified fear linked to the marketing strategies of real estate companies is a decisive for the success of real estate developments. In this way, the urban space of those small cities is being built to meet the interests of real estate agents who induce the population of those

spaces to believe that condominiums and residential subdivisions appear so necessary that the people can protect themselves from the violence that exceeds the limits the big city and slips away into the neighboring cities.
KEYWORDS: Fear: Condominium; Allotment; Marketplace; Real estate.

PROCURANDO ENTENDER A CIDADE E O MEDO

"O indivíduo é mais ou menos cidadão a depender do lugar onde está". Milton Santos (1993).

O que é o medo? Como se constrói o medo? Para o dicionário Priberam o medo é um substantivo masculino, que indica um estado emocional resultante da consciência de perigo ou de ameaça, reais, hipotéticas ou imaginárias. Indica ainda que medo é uma preocupação com determinado fato ou com determinada possibilidade, um receio ou mesmo, temor. Não é tarefa deste artigo dar uma resposta dentro do viés psicológico mas, como uma construção social. O medo é, também, algo social, criado pelas sociedades ao longo do tempo. Agora exacerbado, em alguns casos, pelo mercado imobiliário, que através do marketing cria uma falsa sensação de medo, de pavor em parte da sociedade.

Essa sociedade se vê na necessidade de adquirir (comprar, pagar) um imóvel o mais seguro possível. Assim, o medo vira uma artificialidade de sucesso nas mãos das imobiliárias, que o usa de forma indiscriminada. Cidades pequenas, médias ou metrópoles são todas colocadas como um espaço perigoso, que apresenta uma periculosidade contagiosa. Todos devem se proteger e o loteamento planejado ou o condomínio fechado são alternativas para se livrar ou ao menos minimizar a possibilidade de sofrer com a violência física e psicológica cotidiana.

Caldeira (2000) descreve essa problemática analisando a cidade de São Paulo, para ela o medo é negociado, vendido e reformulado para atender aos objetivos do mercado imobiliário. Assim, o medo como ferramenta, serve como aliado para saldar as dívidas das imobiliárias. Que unidas ao *marketing* muito bem elaborado cria em parte da sociedade uma falsa sensação de insegurança imediata, da possibilidade de ser vítima (fatal) a qualquer momento, o perigo mora ao lado. No condomínio, no loteamento planejado a segurança é vendida como uma verdade absoluta.

Nas cidades pequenas também se vende o medo, a segurança é negociada de forma direta e sem restrição. As imobiliárias negociam seus empreendimentos utilizando-se do *marketing* elaborado por especialistas que descrevem falsas sensações e possíveis vulnerabilidades, depositando sobre o consumidor, aquele que necessita morar, a responsabilidade por escolher entre sair do centro da cidade, abandonar a rua, a praça ou viver em segurança entre muros dentro da mesma cidade.

É visível que toda uma artificialidade é criada pelas imobiliárias para ter sucesso nos seus lançamentos (empreendimentos), a presença do verde, da paz, da segurança,

da proximidade de uma mesma classe social, também são fatores que se utilizam para negociar os imóveis. O medo na medida do possível surge com uma arma psicológica conduzida pelo *marketing* na busca incessante de se negociar, se vender, obter lucros.

Em análise dos dados disponíveis sobre a cidade de Cruz das Almas, não se observa índices alarmantes de violência - de nenhuma forma - para se justificar o medo, assim, os empreendimentos residenciais, como os condomínios fechados e os loteamentos planejados, o medo é construído na fria sala das empresas de *marketing*.

O desejo de se auto-segregar parece ser uma realidade de todos aqueles que podem pagar por um imóvel. O muro, a cerca eletrificada, o segurança, a guarita, são elementos simbólicos e ao mesmo tempo concretos, pois, evidenciam para a sociedade que existe um lugar exclusivo, que fortalece a segregação em uma cidade pequena, mas, que os aproximam e ao mesmo tempo os distanciam dos indesejados (os pobres).

O conceito de centro e periferia como outros não é tarefa das mais fáceis. Nas cidades grandes, médias ou pequenas esse conceito se mostra controverso e cheio de vida, dinâmico é capaz de abarcar inúmeros fenômenos. Uma rua separa a pobreza da riqueza, um muro mais do que concreto e tijolos, desperta sentimentos diversos por parte daqueles que estão de um lado ou do outro, os condomínios fechados e os loteamentos planejados construídos na borda da cidade fazem esse conceito ainda mais complexo.

O que faz um morador abandonar a sua rua, seus vizinhos, sua casa natal, seu quintal e optar por viver em um condomínio fechado? A exclusividade, o desejo da auto-segregação, o medo da rua, morar perto do verde. Parece serem esses os motivos que respondem à pergunta acima, não participar da cidade pública, não viver a rua e a praça é uma alternativa que começa a se fortalecer nas cidades pequenas. Essa mudança acompanha o movimento do mercado imobiliário que, saturado em alguns centros urbanos de grande porte, migra para essas cidades, onde em pouco tempo dispõe de uma cidade segregadora, excludente, formada de vazios e distante da ideia de comunidade.

O problema do muro, do isolamento da cidade, da fragmentação do espaço urbano, é algo terrível para uma comunidade pequena pois, esses fatores aparecem de forma muito contundente, o muro e o condomínio arborizado, os loteamentos estruturados e com preços elevados não fortalece e engrandece a sociedade, ao contrário, ela se corrói como se sobre ela caísse um ácido destruindo parte considerável das manifestações culturais de uma população relativamente pequena.

Assim como é difícil definir o centro e a periferia na cidade pequena, a um outro elemento que nos faz refletir diante de várias possibilidades. O que é o verde? Como definir o verde dentro do espaço urbano, altamente antropizado? Para alguns moradores, com maior poder aquisitivo, levar suas famílias para viver entre muros e cercas eletrificadas, é aproximá-los da natureza, dos pássaros, dos lagos e áreas verdes. Dentro da cidade, longe das pessoas "comuns" o condomínio cria novas formas de viver e de ver a cidade, o verde já aparece no nome do empreendimento, na cor dos muros, na forma e nas cores

dos materiais de divulgação.

É comum a presença de pássaros ou mesmo de pequenos animais no centro das cidades pequenas, como é o caso da cidade de Cruz das Almas, no condomínio fechado não, ali, entre muros, tudo que não for desejado é terminantemente proibido, fica além muros, o diferente não é permitido, a fauna e a flora são devidamente controlados a espécie, a quantidade e a localização.

Um condomínio pode gerar empregos (porteiros, seguranças (armados), jardineiros encanadores, pedreiros, administradores, paisagistas). Mas, então, para quê o muro? Esse elemento é o que separa a sociedade, ele materializa um desejo social, não é o condomínio fechado, um muro, em sua forma física, que corrói a sociedade mas, essa em seu desejo de se isolar ou em verdade de se aproximar de seus pares.

A cidade de Cruz das Almas vem se destacando como um centro de educação nos níveis fundamental, médio e superior. O que tem promovido um acelerado processo de urbanização, fato esse identificado pelo mercado imobiliário, que busca meios de se manter comercialmente, diante da crise econômica nacional apresentada principalmente nas cidades grandes e nas Regiões Metropolitanas. O mercado imobiliário chega à cidade pequena para implantar seus empreendimentos e permanecer com capital ativo, em circulação.

Junto com as imobiliárias as construtoras têm conduzido a cidade de Cruz das Almas em direção a uma urbanização muito fragmentada pelo muro, pelo esvaziamento residencial do centro da cidade, pela construção de condomínios e loteamentos planejados afastados do centro. Agora nessa cidade, morar próximo ao centro, não é mais um atrativo, a “periferia” surge como uma alternativa encantadora, e esse encantamento quem traz, quem de fato o produz são os loteamentos planejados e os condomínios residenciais fechados.

Como definir centro e periferia em uma cidade onde possui um raio (norte/sul) não superior a 2 km? Como tudo é (serviços, comércio, indústria) tão perto, o mercado imobiliário cria estratégias buscando lograr êxitos nesses empreendimentos de forma muito persistente. Não sendo possível definir de forma clara os limites do centro e da periferia, uma vez que essas manchas urbanas se confundem de forma muito intensiva.

A prefeitura municipal, através de suas secretarias, é a responsável legal pela regulamentação, gestão e fiscalização do espaço urbano, não sendo permitido, em nenhuma hipótese, a construção de imóvel sem a sua devida autorização, cabendo-lhe responder por normas de segurança, tamanho, forma, função, entre outras regulamentações. Assim, o espaço urbano não pode ser construído sem que os poderes públicos constituídos façam os devidos estudos de impacto sobre a vida urbana. A cidade deve ser planejada, a médio e longo prazo, buscando com isso o equilíbrio entre as suas formas, funções, densidades e intensidades.

“Enfim, sabe-se que as normas legais, tanto no que diz respeito ao tamanho mínimo

dos lotes, quanto às obras de infraestrutura básica, são transgredidas em algum grau, na maioria dos loteamentos destinados aos setores populares". (CHINELLI, 1981, p. 53). Esses loteamentos mais afastados do centro da cidade, na periferia com menor infraestrutura social são indicadores da expansão urbana, bem como de seu direcionamento. Consolidam o espaço entre loteamentos e condomínios estruturados e espaços de ocupação irregular. A cidade vai ganhando formas e tamanho alheios aos interesses públicos, quando estabelecem normas claras em seus respectivos Plano Diretor Municipal - PDM.

"As sociedades desenvolvidas não apresentam mais uma unidade simbólica entre consumo, habitação, trabalho e outras relações sociais. Os diferentes papéis sociais - trabalhador, consumidor, usuário, cidadão - são completamente desarticulados entre si". (MEDINA, 1981, p. 185). Há um claro distanciamento entre os autores que constroem a cidade e os que vivem o urbano. Sem uma estratégia evidenciada, os agentes do mercado imobiliário pensam e constroem a cidade atendendo a interesses próprios, a malha urbana vai sendo moldada a partir dos interesses desses agentes. De forma isolada ou em consórcios, loteamentos e condomínios fechados direcionam a expansão dos limites urbanos, mesmo que essas novas áreas de expansão contrarie os pressupostos estabelecidos em lei municipal e evidenciados no PDM.

Como bem afirma LEFEBVRE (2001) "a cidade sempre teve relações com a sociedade, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados etc.), com sua história". A cidade é produto de relações sociais, ela é moldada e construída, transformada pelas relações que nela se desenvolve. A cidade pequena tem uma biosfera, também tem vida. A velocidade, a densidade e a intensidade dos fenômenos é naturalmente diferente, mesmo entre cidades com relações próximas.

A história da cidade de Cruz das Almas é a primeira base para entender a sua forma. É analisando o campo, a rodovia, o comércio, os serviços, a evolução demográfica ao longo do tempo que poderemos encontrar respostas para entender a dinâmica exercida na contemporaneidade. Não foi o acaso, a sorte ou mesmo o destino que a transformou em uma celeiro de centros de educação. Tudo é fruto de um processo, de fenômenos mitigados e por poderes, por uma sociedade que sabia ou que desejava um caminho.

A análise do espaço urbano dessa cidade é uma ação que poderá envolver estudiosos de várias áreas, todos unidos (geógrafos, urbanistas, sociólogos, arquitectos...), buscando encontrar respostas que atenda aos anseios da sociedade que busca respostas para entender, por exemplo, a valorização do solo urbano, que fica muito além da realidade financeira de muitos dos habitantes, bem como da comparação com outras cidades circunvizinhas.

Santos (1982), entre outros, usa o conceito de cidade local com base no grau, na intensidade e na abrangência da centralidade desempenhada por estas cidades. Nesta direção é necessário frisar que cidades pequenas e cidades locais não

devem ser vistas enquanto sinônimos, conforme esclarece Fresca (2010). Cidade local refere se ao menor escalão das cidades no Brasil; cidades que atendem apenas às demandas mais imediatas de sua população. Já a cidade pequena seria aquela com complexidade de atividades urbanas que extrapola o denominado nível mínimo, mas que tal complexidade de atividades urbanas não gera elementos necessários para que as mesmas possam ser consideradas cidades intermediária.

Cruz das Almas enquanto cidade pequena se destaca das demais cidades circunvizinhas, uma vez que, oferece serviços diversos, principalmente nas áreas de educação e saúde. Nesse contexto social a população urbana da cidade vem se mostrando altamente seletiva quando se busca uma habitação, diante desse aspecto se cria uma especulação imobiliária atípica.

Vê-se uma cidade crescer com padrões habitacionais alheios a outras cidades pequenas da Região. Os preços dos imóveis para aluguel ou compra definitiva ganham proporções que só interessam aos especuladores e às construtoras que conseguem preços mais altos nos seus empreendimentos.

A população mais carente economicamente vai se equilibrando na corda bamba da construção informal, sem dinheiro ou projeto, longe das regulamentações da prefeitura municipal a periferia vai ganhando formas e valor. Sem a devida infraestrutura social básica essa população constrói a periferia com formas e intensidades diferenciadas. Alguns bairros da cidade vão ganhando equipamentos urbanos definidos e implementados pela gestão municipal a fim de geral alguma “ordem” sem contudo fazer valer a ideia de cidadania.

Em muitos casos, relegados à própria sorte, essa população desprovida financeiramente se faz e se transforma, marca o espaço urbano de forma intensa. Devastação, aterro de nascentes, assoreamento de córregos, despejo de rejeitos sólidos de forma e local inadequados são marcas da ocupação da periferia da cidade de Cruz das Almas.

Os bairros, assim, vão se formando, alheios a um padrão urbanístico, paisagístico formal, ganham formas variadas. Os preços dos lotes e imóveis vão se fazendo, evoluindo ao longo do tempo. A implantação da infraestrutura básica por parte da gestão municipal é o grande e forte marcador de padrões que acontece nesses bairros periféricos formados pela força e desejo de morar. Nesse processo se forja uma cidade, que aos poucos vai se tornando integradora e excludente.

Cruz das Almas parece se transformar rapidamente aos olhos de quem deseja especular e, principalmente, para quem deseja morar. Esse é um objetivo árduo e severamente perverso para quem não pode pagar. Os lotes ofertados nos loteamentos planejados que ronda a cidade, bem como os imóveis são produzidos para faixas sociais determinadas, aquelas que dispõe de capital ou tem plenas condições de contratar um empréstimo junto às instituições financeiras disponíveis na cidade ou em alguns casos com as próprias construtoras que disponibilizam financiamentos entre particulares.

Aos pobres cabe a longínqua periferia, principalmente às margens da BR 101, isolados do centro da cidade, essa população sofre com baixos percentuais de investimentos em infraestrutura, escassos espaços de lazer e esportes, postos médicos insuficientes, escolas de nível médio e sobretudo a capacidade de se deslocar dentro da cidade. Ir ao centro custa caro financeiramente para essa população que já não dispõe de recursos para atender às suas necessidades mais básicas.

No bairro de Embira, um dos mais populosos da cidade, é visível a falta de equipamentos públicos ou a oferta de serviços e comércios privados. O emprego é alavancado pela incipiente informalidade na prestação de serviços e/ou comercialização de produtos de baixo valor agregado.

O SETOR IMOBILIÁRIO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADE

> "O que há de particular no setor imobiliário é a enorme importância assumida pela localização no espaço urbano como fator de diferenciação do valor de uso das mercadorias produzidas [...] O problema fundiário pode ser definido da seguinte maneira. Como toda e qualquer atividade econômica, a produção de moradias necessita de um espaço para realizar-se, cujo uso, entretanto, é monopolizado pela instituição da propriedade privada". (RIBEIRO, 1997, p. 81-86).

Assim, como defendido por Ribeiro (1997) a cidade de Cruz das Almas também tem a sua expansão urbana trilhada pelos caminhos do mercado imobiliários, mesmo que isso contrarie parte ou pressupostos do PDM, na figura 03[1] desse mesmo plano, intitulado estruturação espacial, deixa evidente as áreas de estímulo de expansão, controle da expansão e reversão da tendência à expansão.

Cabe destacar que esse PDM é contrário à expansão urbana para o outro lado da BR 101, deixando claro que a porção leste (Embrapa, Lauro Passos) são os melhores caminhos para a expansão urbana. Uma vez que, são áreas em processo de urbanização e outras com a urbanização já consolidada. Distante das margens da BR 101, espera-se maior qualidade de vida. Longe dos dilemas urbanos causados pela proximidade com rodovias de grande circulação de veículos, como acidentes automobilísticos, atropelamentos, prostituição, exploração de menores, dificuldade de locomoção, entre outros.

Cabe assim, ao poder público constituído implantar as diretrizes propostas no PDM, não deixando consolidar outros interesses que não os coletivos, pois, o mercado imobiliário não é avesso ao cumprimento das determinações legais, mas, busca sempre em primeiro lugar a maximização dos lucros. Como destaca Ribeiro (1997) sobre a produção do espaço urbano

---

1 A figura 3 do PDM delimita a área urbana do município de Cruz das Almas e evidencia as áreas de projetos estruturantes, a estruturação da ocupação, a estruturação viária e apresenta os bairros da cidade para estimular a expansão, controle da expansão e reversão da tendência à expansão.

> "a construção está condicionada à existência de terrenos que possuam características de construbilidade, definidas não só pelas suas condições naturais - fatores geológicos, morfológicos, por exemplo, mas, sobretudo, pela localização no espaço que permita o acesso ao uso do sistema espacial de objetos imobiliários que complementam o valor de uso da moradia". (RIBEIRO, 1997, p. 87).

Desse modo as cidades ganham forma a partir dos interesses de quem as constroem. O preço e as regulamentações vão se moldando com as necessidades criadas pelo mercado imobiliário. Na cidade de Cruz das Almas foi instituída a Lei Municipal Nº 2496/2016 onde a mesma institui o condomínio horizontal de lotes no município de Cruz das Almas e dá outras providências.

Para a construção desses condomínios as construtoras deverão necessariamente entregar o projeto com antecedência nas respectivas Secretarias municipais, a saber a Secretaria Municipal de Infraestrutura e a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Social, para que as mesmas verifiquem a compatibilidade do empreendimento com as normas vigentes a nível municipal e federal, quando for o caso.

Essa lei municipal surgiu a partir das demandas impostas pelo mercado imobiliário atuante na cidade, não é fruto de uma política de desenvolvimento ou de planejamento a longo prazo desenvolvida pela Prefeitura Municipal. Foi só depois dos primeiros empreendimentos residenciais fechados que a Câmara de Vereadores aprovou a lei que regulamenta essa forma de morar.

Assim, vejamos alguns pontos de destaque da **Lei Municipal Nº 2496/2016** do município de Cruz das Almas, uma vez que, a referida Lei traz vários Artigos passivos de sérias discussões, assim vejamos,

> **Art. 1º** - **Parágrafo Único** - Será admitida a implantação de Condomínio Horizontal de Lotes, nas Áreas Urbanas de Ocupação Intensiva e Rarefeita e nos Núcleos Autônomos, que para efeito desta Lei, formam a Área Urbana do Município.
>
> **Art. 2º** - Considera-se condomínio horizontal de lotes o empreendimento urbanístico que será projetado nos moldes definidos no Código Civil, artigos 1.331 e seguintes, no artigo 8º da lei Federal nº 4.591/64, no artigo 3º do Decreto Lei 271/67 no qual cada lote será considerado como unidade autônoma.
>
> **Art. 3º** - Para efeito de aplicação desta Lei, define-se como condomínio horizontal de lotes, o modelo de parcelamento do solo formando áreas fechadas por muros ou cerca com acesso único controlado, em que a cada unidade autônoma cabe, como parte inseparável, fração ideal de terreno correspondente às áreas de uso comuns destinadas a vias de acesso e recreação.
>
> **Art. 5º** - Os condomínios horizontais de lotes por unidades autônomas poderão ser cercados, com muros, cercas ou elementos vazados até a altura máxima de 3,00 (três) metros na "via principal" e 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) nas "vias secundárias" e áreas lindeira.

§ 2º - Na via principal, deverá ser adotada medida de redução do impacto visual, causado pela construção do muro, utilizando, preferencialmente, unidades arbóreas características da região.

Art. 17º - Os condomínios horizontais de lotes instituídos por esta Lei deverão, como medida compensatória, aplicar, fora dos limites intra-muros do empreendimento, em local de interesse do Município, o valor referente ao percentual mínimo de 10% (dez por cento) da gleba, excepcionados os casos em que a área já foi objeto de loteamento e dela tenha resultado previa doação de área pública.

§ 1º - O valor obtido na conversão do percentual referido no "caput" do artigo, poderá ser transformado em pecúnio, depositado em conta do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano ou em benfeitorias à coletividade, conforme proposta apresentada à Administração Municipal.

Desse modo, a cidade de Cruz das Almas vai se adequando ao processo de urbanização ao qual está atrelada. O mercado imobiliário e a prefeitura municipal vão criando medidas para que os seus objetivos sejam alcançados com êxito ao máximo. Reconhecendo que há um claro jogo de interesses nesse tabuleiro. Os objetivos podem ser diversos, mas, não devem ser colocados em xeque. Desse modo, os dois lados em discussão podem alcançar resultados satisfatórios.

O **Artigo 1º** institui juridicamente o condomínio residencial fechado dando mais segurança para os incorporadores, as construtoras, as imobiliárias e o consumidor final celebrarem os seus negócios. Dando prosseguimento o **Artigo 2º** e **3º** define o que é condomínio fechado e dá outras providências encaminhando juridicamente e tecnicamente o processo de construção desses empreendimentos no espaço urbano desse município.

O **Artigo 4º** se coloca estabelecendo os critérios para a construção desses espaços fechados, deixando claro os limites impostos pela Lei em estudo. Já o **Artigo 17º** apresenta uma clara concessão onerosa às construtoras quando essas optam por fechar parte da cidade. Para a referida Lei o desejo de se auto-segregar tem um preço a ser pago.

O mercado imobiliário, em especial os incorporadores e as construtoras, lidam com o **Artigo 17º** desta Lei, de forma a criar artificialidades para superar ou amenizar as suas perdas. Desse modo, o processo de especulação e retenção da terra é uma constante nesses empreendimentos, bem como, às técnicas adotadas pelas imobiliárias para lograr êxito na parte que lhes cabe.

No **Artigo 5º** em seu **§ 2º**, é visível o reconhecimento por parte da Gestão Municipal dos empecilhos causados pelos muros dos condomínios na vida urbana. O esvaziamento da rua, o isolamento de pedestres, a insegurança, a poluição visual são fatos marcantes causados por esses muros que separam parte da mesma sociedade. A implementação de um projeto paisagístico, com o plantio de árvores típicas da Região, não resolve os problemas apresentados acima. Em verdade, só joga para baixo do tapete um grave problema visível nas cidades que dispõe desses empreendimentos, a segregação e a desertificação de ruas, ou mesmo, em alguns casos, de bairros.

Os fatos visíveis nessa cidade (figuras 2, 3, 4, 5, 6) não são atípicos em outras cidades pequenas do Brasil e em especial da Bahia, eles se espelham, contudo, cada cidade tem a sua vida própria, a sua dinâmica e a sua forma peculiar. A cidade em estudo traz algo a mais, pois se destaca na Região onde está inserida de forma muito clara. A prestação de serviços na área de educação e saúde de baixa e média complexidade, a torna um local de atração de pessoas de municípios vizinhos.

Figura 2: Loteamento em área de expansão. Próximo à Embrapa.

Fonte: Trabalho de campo. MOTA, Antonio. Agosto de 2019.

Figura 3: Loteamento Bosque das Palmeiras. Área de expansão prevista no PDM.

Fonte: Trabalho de campo. MOTA, Antonio. Agosto de 2019.

Figura 4: Condomínio Parque Bela Vista. Área de expansão prevista no PDM.

Fonte: Trabalho de campo. MOTA, Antonio. Agosto de 2019.

Figura 5: Condomínio Palm Ville. Prédios de apartamentos. Próximo da UFRB.

Fonte: Trabalho de campo. MOTA, Antonio. Agosto de 2019.

Figura 6: Loteamento Bosque das Palmeiras. Área de expansão não prioritária da cidade.

Fonte: Trabalho de campo. MOTA, Agosto de 2019.

Assim, o desenho da cidade é formulado a todo instante, sempre tem algo novo, algo a mais, a dinâmica imobiliária é algo surpreendente, uma vez que, a demanda por moradia e aluguel ainda continuam aquecida mesmo nesses tempos de crises. Vários empreendimentos em construção na cidade (figuras acima) a exemplo do loteamento Parque Bela Vista, o Condomínio Golden Ville, Condomínio Palm Ville, loteamento morada do parque, loteamento bosque das palmeiras, demonstra o quanto o setor imobiliário é imprescindível para a construção do espaço urbano dessa cidade. Onde:

> Observa-se a rápida transformação e configuração da cidade em direção a leste, sobretudo, através de ações do Urbanismo Corporativo, com especulação e alta rentabilidade do fundiário e do imobiliário. As ações corporativas atuam paralela, simultânea e articuladamente ao setor público, em estreita sintonia com os próprios processos de definição das políticas e prioridades públicas de intervenção nas cidades (Chesnais, 2002, p. 8).

É nesse contexto que o espaço urbano vai ganhando outras feições, agora tomadas pelo desejo de morar, de habitar um espaço planejado e “cercado pelo verde”, sendo capaz de se assemelhar ao campo tradicional e oferecer as benesses da vida urbana moderna. Contudo, esse desejo tem um preço (capital) e preço social (cultura). Uma vez que,

> “De um lado, uma vida menos escravizada às necessidades materiais e às vezes probabilidades naturais, de outro lado, uma vida escravizada às futilidades. De um lado uma vida melhor, de outro lado, uma insatisfação latente. De um lado, um trabalho menos penoso, de outro lado, um trabalho destituído de interesses. De um lado, uma família menos opressiva, de outro lado uma solidão mais opressiva”. (MORIN, 2007, p. 182-183).

Os condomínios e loteamentos planejados com (quadra de tênis, campo de bolo,

academia de ginástica, piscina, pista de ciclismo e caminhada, churrasqueira, salão de festas e eventos) não são capazes de manter os seus moradores usufruindo desses equipamentos permanentemente, é comum nesses espaços urbanizados o pouco uso das áreas ditas comuns, pois, é fácil para esses moradores se deslocarem para outros espaços de lazer, a sua mobilidade na cidade é frequente e cheias de possibilidades, sempre buscando espaços fechados, monitorados e reservados para as pessoas de sua mesma classe social.

Os espaços construídos para unir uma mesma classe social (ricos) parecem não resolver ou atender a esse objetivo primário. Como afirma Ângela Endlich,

> "A sociedade atual é cada vez mais marcada por relações secundárias e, com isso, pela solidão e pelo anonimato. O mundo capitalista oferece artefatos de comunicação, como o telefone e os computadores com internet. Mas sendo predominantemente virtuais, eles parecem produzir mais isolamento e afetam a cidade como ponto de encontro. Portanto, junto a uma crise da sociedade rural tradicional, há a crise da sociedade da cidade tradicional". (ENDLICH, 2015, p. 26-27).

Desse modo, parece não haver o lugar ideal (construído) para se viver. Sendo as pessoas quem o constrói em seu cotidiano. A perda das relações sociais é uma causa latente para a fragmentação desses espaços privados construídos para se morar. O viver bem, o viver em harmonia, o viver próximo da natureza, tem como condicionante primordial as relações que se fortalecem nesses espaços urbanizados, a cidade, em especial a cidade pequena tem em seu cotidiano a materialidade da ideia de comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A CIDADE DE CRUZ DAS ALMAS

Não se constrói uma cidade socialmente justa se ela for pensada como arquipélago de enclaves socioespaciais[2]. Desse modo, a cidade de Cruz das Almas[3] tem que apresentar um planejamento que seja capaz de atender a todas as classes sociais ali existentes. A fragmentação do espaço urbano em loteamentos planejados e condomínios residenciais fechados, esses dois, com total infraestrutura urbana atendendo as necessidades mais básicas da sociedade que ali vive e de outro lado a periferia ou bairros de consolidação informal não atende em nada os anseios da coletividade em princípio fortalece a segregação.

Essa cidade arquipélago denominada de Cruz das Almas possui uma esfera urbana satisfatória, pois, não se verifica nos seus limites urbanos a precariedade tão comum nas

2 "A síntese desse conjunto de condições é uma metrópole configurada como um arquipélago de enclaves socioespaciais de diversas naturezas – grandes condomínios horizontais fechados, conjuntos habitacionais de baixa renda, assentamentos residenciais populares e precários –, no qual o uso do solo tende a uma pouca diversificação" CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. Dinâmica de uma metrópole periférica: Salvador no século XXI. In SILVA, Sýlvio Bandeira de Mello e; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. **Transformações metropolitanas no século XXI**: Bahia, Brasil e América latina. Salvador: Edufba, 2016.

3 Uma cidade pequena formada de ilhas, a segregação e formas espaciais excludentes se mostrarão muito mais evidentes aos olhos de quem vive nesses espaços urbanos. A subdivisão acentuada dessa cidade em espaços fechados e outros totalmente desprovidos socialmente evidencia o caminho trilhado por quem constrói a cidade.

grandes cidades brasileiras. O mercado imobiliário tem tido resultados grandiosos com seus empreendimentos, uma vez que, os preços e a localização bem como a infraestrutura básica são colocados como grande diferencial nessa cidade. A periferia desprovida de pavimentação, rede de esgoto, água tratada, iluminação pública, arborização, parece não estar vivendo na mesma cidade.

Assim, a cidade com atrativos econômicos e sociais, não se acaba ou tenta acabar com a segregação que se apresenta por toda a cidade, o pobre aquele desprovido de renda é submetido a moradias populares longe do centro da cidade, distante o suficiente para que esse morador tenha um custo financeiro para sua mobilidade. Aos ricos, com uma renda financeira satisfatória é permitido a escolha do lugar onde quer se habitar ou ainda ele possui uma capacidade de mobilidade no espaço urbano muito superior ao resto da população.

O olhar sobre a cidade pequena, o olhar sobre Cruz das Almas se requer estudos que ultrapasse os limites de uma única ciência, pois, só assim será capaz de se aproximar de um entendimento sobre o seu espaço urbano. Sem dúvida que essa cidade se destaca em sua Região de influência, contudo, ainda assim devemos olhar de forma planejada para o futuro dessa cidade, onde a segregação que se constrói a todo instante não é nada benéfico para a população bem como para a vida social.

A cidade é arborizada principalmente no centro (figura 6), de ruas largas, de passos lentos, de comércios e serviços proeminentes, nos oferece as oportunidades de uma grande Universidade também é a cidade que busca um caminho em direção ao desenvolvimento, a sua população tem se mostrado comprometida com a forma que a cidade tem seguido.

Figura 7: Praça central da cidade de Cruz das Almas. Árvores de grande porte produzem sombra e espaços para a cotidianidade.

Fonte: Trabalho de campo. MOTA, Antonio. Agosto de 2019.

As gestões municipais pouco tem feito no sentido de amenizar as ações trilhadas pelo mercado imobiliário, esse através do seu poder tem construído uma cidade que não atende mais a uma mesma população. Parece haver populações distintas que coabitam nesse mesmo espaço urbano. Assim, lutas sociais tem sido feita para se reverter esse quadro de segregação sócio espacial, contudo, reconhecemos a árdua tarefa de se construir uma cidade justa e igualitária.

Cruz das Almas não é, e não será o paraíso na terra, contudo, os poderes públicos constituídos não podem fechar os olhos para as populações menos providas financeiramente, o PDM apesar de se apresentar um tanto quanto defasado é um instrumento importantíssimo no caminho de uma cidade mais justa e igualitária, uma vez que, esse plano é um instrumento de planejamento.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2000.

CHESNAIS, François. **A teoria do regime de acumulação financeirizado**: conteúdo, alcance e interrogações. In Economia e sociedade, Campinas, V. II, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002.

CHINELLI, F. Os loteamentos de periferia. In: VALLADARES, L. P. (org.). **Habitação em questão**. 2. Ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981, p. 49-68.

DIAS, Patrícia Chame. BRANDÃO, Paulo R. Baqueiro (org). **Cidades médias e pequenas:** perspectivas na relação cidade-campo. Salvador: SEI, 2015.

DIAS, Patrícia Chame. SANTOS, Janio. (org). **Cidades médias e pequenas**: Contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos. Salvador: SEI, 2012.

DIAS, Patrícia Chame. LOPES, Diva Maria Ferlin (org). **Cidades médias e pequenas**: Desafios e possibilidades do planejamento e gestão. Salvador: SEI, 2014.

Dicionário Priberam. Disponível em https://dicionario.priberam.org/medo. Acesso em nov. 2019.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FRESCA, Tânia Maria. VEIGA, Léia aparecida. **Pequenas cidades e especializações funcionais**: o caso de Santa Fé – PR. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/sn/v23n3/v23n3a02. Acesso em 6 ago. 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MEDINA, Carlos Alberto de. Uma questão que nos interessa: o condomínio. In: VALLADARES, L. P. (org.). **Habitação em questão**. 2. Ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981, p. 49-68.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: neurose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

Prefeitura Municipal de Cruz das Almas. Lei Municipal 2496/2016. Disponível em http://www.indap.org.br/sistema/admin/downloads. Acesso em Setembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Cruz das Almas. Plano Diretor Municipal. Procuradoria geral do município. Agosto de 2019.

RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Glossário de Geografia Humana e Economia**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CAPÍTULO 11

DA CONCEITUAÇÃO DE MOBILIDADE URBANA AO DESENVOLVIMENTO DE MODELO DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO PARA A APLICAÇÃO EM CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS

Data de aceite: 23/04/2021
Data de submissão: 03/02/2021

Lara Reis Rodrigues
Universidade de Franca
Franca – São Paulo
http://lattes.cnpq.br/4754409592104394

Maximiliano Engler Lemos
Universidade Federal de São Carlos
Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Franca
Franca – São Paulo
http://lattes.cnpq.br/4223333949977568

RESUMO: Ao longo das décadas, os sistemas de transporte foram se desenvolvendo conforme a demanda do crescimento da malha urbana das cidades e, com o posterior incentivo da indústria automobilística no Brasil, a motorização individual permitiu ainda mais sua ampliação indefinida e não planejada, inclusive as de médio porte, identificando-se, assim, uma relação direta entre o padrão de desenvolvimento urbano das cidades e as possibilidades de mobilidade consolidadas nas mesmas. Através deste entendimento, o presente projeto de pesquisa em andamento possui como objetivo geral o estudo e a elaboração de modelo de análise e avaliação, relativo à mobilidade urbana, para sua aplicação em cidades médias brasileiras, seu objeto de estudo. Para a elaboração deste protótipo, é necessário identificar uma série de critérios avaliativos, além de seus respectivos graus de medição, para que se possa definir o Índice de Qualidade de Mobilidade Urbana (IQMU) das cidades detentoras deste padrão. A identificação desses parâmetros é a principal problemática a ser considerada nesta pesquisa exploratória, de cunho analítico, a qual será desenvolvida mediante metodologia de abordagem quantitativa-qualitativa, sendo necessários aprofundados levantamentos bibliográficos sobre a temática, análises teóricas, utilização de um SIG (Sistema de Informação Geográfica) para estudos morfológicos, além da efetuação de análises práticas em campo. Estando este trabalho em sua fase inicial, constata-se, neste momento, que a quantidade de critérios avaliativos a serem identificados é indeterminada e variada, não possuindo uma quantia específica a ser alcançada e dependendo muito do desenvolvimento de análise desta flexível pesquisa, devido às particularidades que cada cidade apresenta.

PALAVRAS-CHAVE: Mobilidade urbana. Cidades médias brasileiras. Modelo de análise.

FROM THE CONCEPTUALIZATION OF URBAN MOBILITY TO THE DEVELOPMENT OF ANALYSIS AND EVALUATION MODEL FOR APPLICATION IN MEDIUM-SIZED BRAZILIAN CITIES

ABSTRACT: Over the decades, transportation systems have developed according to the demand for the growth of the urban mesh of cities and, with the subsequent encouragement of the automobile industry in Brazil, individual motorization has allowed even more its indefinite and unplanned expansion, including those of

medium size, thus identifying a direct relationship between the urban development pattern of cities and the mobility possibilities consolidated in them. Through this understanding, the present research project in progress has as its general objective the study and the elaboration of an analysis and evaluation model, related to urban mobility, for its application in Brazilian medium cities, its object of study. For the elaboration of this prototype, it is necessary to identify a series of evaluation criteria, in addition to their respective degrees of measurement, in order to define the Urban Mobility Quality Index (UMQI) of the cities that hold this standard. The identification of these parameters is the main problem to be considered in this exploratory research, of an analytical nature, which will be developed through a quantitative-qualitative approach methodology, requiring in-depth bibliographical surveys on the theme, theoretical analyzes, use of a GIS (Geographic Information System) for morphological studies, in addition to carrying out practical analysis in the streets. As this work is in its initial phase, it appears that the number of evaluation criteria to be identified is undetermined and varied, not having a specific amount to be achieved and depending a lot on the development of the analysis of this flexible research, due to the peculiarities that each city presents.
KEYWORDS: Urban mobility. Brazilian medium cities. Analysis model.

1 | INTRODUÇÃO

No século XXI, intensificaram-se as problemáticas relacionadas à mobilidade urbana nas cidades brasileiras, sendo responsáveis por uma notória quantidade de acidentes de trânsito em todos os anos. O trânsito é considerado como um dos mais importantes elementos que englobam a temática da mobilidade urbana, ocorrendo principalmente em seus leitos carroçáveis, local da via por onde percorrem os veículos automotores, e em suas calçadas, nas quais trespassam os pedestres.

Em conformidade com Dyckman (1970), a problemática do trânsito nas cidades existe devido às complicações de conformação e planejamento urbano junto com a tecnologia do transporte. Jacobs (1961) estabelece que as ruas de uma cidade são seus "órgãos mais vitais", uma vez que se tratam dos principais locais públicos do espaço urbano. Sendo assim, conforme explica Vasconcelos (1985), o trânsito não se trata apenas de uma questão técnica, mas também de questões sociais e políticas, já que representa o fluxo de pessoas no meio urbano, em uma sociedade industrial capitalista. Mediante ao explicitado, constata-se que são diversos os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos que devem ser considerados ao estabelecer o entendimento sobre a temática do trânsito.

Em contrapartida, a mobilidade urbana pode ser entendida como as condições que permitem o deslocamento de pessoas e bens na zona urbana de uma cidade, independentemente do tipo de transporte utilizado, sendo este individual ou coletivo, motorizado ou não, tendo como uma de suas principais problemáticas, o crescimento da taxa de motorização individual, principalmente nas economias emergentes (GOMIDE; GALINDO, 2013 apud BARBOSA, 2015, p. 2). Diferentemente do trânsito, a mobilidade urbana se relaciona com o direito de ir e vir dos cidadãos no meio urbano, as formas como

os habitantes usufruem dos espaços públicos e como se deslocam, estando diretamente associada com as questões de acessibilidade e de habitabilidade nas cidades.

Sobretudo com a crescente urbanização da década de 1950, a grande maioria das cidades brasileiras, inclusive as de pequeno e médio porte, foram se consolidando e se irradiando desordenadamente, como uma consequência da necessidade de suprir, rapidamente, as emergências em habitação e em infraestrutura básica de uma população urbana que, cada vez mais, se difundia e se ampliava de maneira consideravelmente rápida, fazendo com que a malha urbana das cidades se espraiasse de modo indefinido e não planejado, na tentativa de suportar essa demanda. Através desta compreensão, a configuração das cidades se relaciona com os modos como a mobilidade urbana se consolida neste espaço urbano, estando vinculada também, por este motivo, com a utilização do veículo automotor, visto que o crescimento da motorização individual é um dos principais fatores que contribuem para as problemáticas do trânsito na atualidade.

O desenho disperso da maioria das áreas urbanas está diretamente relacionado à evolução do transporte automotivo, uma vez que o mesmo influencia no tamanho, na localização e na forma das cidades, assim como também nos hábitos da população local (VIEIRA; MORASTONI, 2013 apud PIAZZA; VIEIRA, 2017 p. 24). O padrão de consumo humano também tem provocado notáveis preocupações relacionadas às questões de mobilidade urbana, ocasionando em questionamentos e em pesquisas que se referem à relação existente entre os diferentes padrões de expansão urbana e os custos sociais e ambientais (CAMAGNI *et al.*, 2002 apud BARBOSA, 2015, p. 2). Assim sendo, os aspectos comportamentais e culturais das pessoas que habitam em uma determinada cidade também influenciam no modo como se consolida a mobilidade urbana e, consequentemente, em como se desenvolvem as inter-relações entre os cidadãos neste espaço urbano.

A mobilidade urbana é uma questão que envolve variados aspectos sociais, técnicos, políticos, sociais, urbanísticos e paisagísticos, dentre outros os quais interferem no uso do espaço urbano e na locomoção de um local a outro pelas pessoas. Com isto, de acordo com Mello e Portugal (2017), as políticas e estratégias territoriais urbanas estão considerando, cada vez mais, essa questão, de modo que seja fundamental um plano de mobilidade comprometido com a sustentabilidade, visando oferecer uma qualidade de vida mais satisfatória aos habitantes.

Deste modo, a Lei Federal n° 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana, estabeleceu, aos municípios com mais de 20 mil habitantes, a obrigatoriedade de elaboração de Planos de Mobilidade Urbana (PMU). Entretanto, segundo a explicativa de Mello e Portugal (2017), apenas uma mínima porcentagem dos valores disponibilizados para a alocação de recursos é utilizada, além de haver a ausência de uma cultura de planejamento na grande maioria das cidades, o que acarreta em uma melhoria não eficiente da mobilidade nesses municípios, segundo os mesmos autores.

É de suma importância a compreensão de que a mobilidade urbana está diretamente

relacionada com a qualidade de vida das pessoas. Conforme explica Gehl (2013), o espaço público precisa ser convidativo aos seus habitantes, para que os índices de caminhabilidade cresçam, visando o ir e o vir com dignidade para todos. Todavia, para que essa consideração seja efetivada, é necessário que sejam priorizadas as obras de infraestrutura voltadas às calçadas e aos demais espaços urbanos para o uso dos pedestres, ao invés de serem dadas as preferências pelo alargamento viário e por demais obras que instigam as pessoas a utilizarem ainda mais o veículo automotor.

Os usos e os percursos atribuídos a um determinado espaço urbano por seus usuários estão também vinculados com os tipos de edificações e com a variedade de usos do solo existentes ali naquele local. Deste modo, a forma como a mobilidade se consolida nas cidades está diretamente interligada com a morfologia urbana que nelas se desenvolveu com o passar do tempo, isto é, os aspectos de seu traçado viário, os tipos de uso do solo, a hierarquia viária existente no local, a relação de cheios e vazios urbanos, tudo isso contribui significativamente nas formas de uso e de circulação deste espaço, intervindo de maneira direta na questão da mobilidade da área em questão.

Sabendo-se da quantidade de aspectos que envolvem a temática da mobilidade urbana, é necessário destacar a importância desta questão para a promoção da qualidade de vida das pessoas nos espaços públicos e a necessidade da realização de estudos aprofundados e experimentos teóricos e práticos que promovam possíveis soluções para ao menos algumas das principais problemáticas relacionadas à mobilidade no espaço urbano.

Através deste entendimento, a exposta pesquisa trabalha com objetos de estudo para a realização das análises de mobilidade urbana: as cidades médias brasileiras. A escolha deste padrão de cidade deve-se ao fato de que sua expansão urbana e seus desenvolvimentos econômico, social, urbanístico e político ainda estão em processo de andamento, o que possibilita uma análise mais aprofundada e completa sobre os critérios de avaliação em relação à mobilidade urbana a serem considerados no modelo de análise a ser proposto.

Ademais, as cidades médias, por apresentarem formulações e revisões de seus planos diretores e por possuírem legislações mais específicas relacionadas à mobilidade, como por exemplo, o plano viário, são mais benéficas para serem analisadas em relação às cidades de pequeno porte, as quais ainda estão no início de seu desenvolvimento urbano e da elaboração de suas legislações mais aprofundadas e específicas acerca da temática que será analisada.

Conforme estabelece Silva (2013), percebe-se que não há uma definição ou uma conceituação estabelecida sobre o que venha a ser uma cidade média, sendo a questão conceitual uma das notórias dificuldades nos estudos sobre tais cidades, de modo que exista uma certa complexidade na discussão sobre sua terminologia, definição ou classificação. O elemento populacional, segundo a mesma autora, é o critério mais utilizado

para o estabelecimento da definição de uma cidade como média, além da menção às suas dimensões. A adjetivação como cidade média conduz ao entendimento da relação com a escala de grandeza e, sendo assim, o contingente populacional é visto como algo de significância para essa consideração (MAIA, 2010 apud SILVA, 2013).

> O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) institui que cidade média é aquela que apresenta uma população que varia de 100.000 (cem mil) a 500.000 (quinhentos mil) habitantes, entretanto, para a Organização das Nações Unidas (ONU), as cidades médias são aquelas que possuem aglomerações entre 100.000 (cem mil) a 1.000.000 (um milhão) de habitantes (FRANÇA, 2007, p. 51-52 apud SILVA, 2013, p. 62).

Isto posto, as interpretações e entendimentos sobre o que venha a ser de fato uma cidade média e qual a sua verdadeira variação populacional são distintas e diversificadas, dependendo de análises realizadas por diferentes pesquisadores ou entidades, já que tal questão se trata da principal adjetivação a ser considerada, mesmo havendo controvérsias. Estabelecendo um mínimo entendimento sobre a questão das cidades médias, é de notória importância compreender que mesmo que a grande maioria das cidades médias brasileiras apresentem determinadas características de desenvolvimento urbano semelhantes e, consequentemente, possuam aspectos de mobilidade urbana e de transporte público em comum, cada uma das cidades deste padrão, ainda assim, detém suas particularidades e especificidades. Uma cidade média localizada na região Nordeste do Brasil, como exemplo, possivelmente não apresentará os mesmos padrões diversificados de serviços e de comércio como os de uma cidade média inserida no interior da região Sudeste, uma região de maior prosperidade econômica no país (SOUZA, 2003, p.30-31 apud SILVA, 2013).

No entanto, mesmo diante de certas diferenciações dentre todas as cidades médias brasileiras, as quais ocorrem devido às amplas diversidades econômicas, sociais, culturais e históricas em relação a cada região do país, é notória a semelhança entre tais cidades com relação ao processo de expansão urbana ainda em andamento e às características do transporte público e privado utilizado, o que propicia o entendimento de que mesmo com suas especificidades e aspectos próprios, as cidades médias podem ser tidas como o objeto de estudo geral para a presente pesquisa devido à compreensão de apresentarem processos parecidos, em muitos fatores, de formação e de desenvolvimento ao longo do tempo.

Através dessa compreensão, a presente pesquisa possui as cidades médias como o objeto de estudo e o objetivo principal em elaborar modelo de análise, contendo critérios avaliativos relacionados às questões e às problemáticas de mobilidade urbana mais gerais e em comum dessas cidades, com o intuito da possibilidade de aplicação deste protótipo em qualquer cidade média do Brasil, o que acarretaria na instituição de determinados valores sobre os seus Índices de Qualidade de Mobilidade Urbana (IQMU), os quais mediriam os

fatores que precisariam ser modificados ou implementados em uma determinada cidade para que seu IQMU detenha um valor mais elevado e, consequentemente, para que a mobilidade e a qualidade de vida de seus habitantes seja mais benéfica e funcional.

Muitos são os critérios a serem considerados para a elaboração deste modelo analítico, o que se considera como a principal problemática a ser solucionada ao longo do desenvolvimento da pesquisa e, assim sendo, é de suma necessidade a análise de diversos modelos já existentes ou já propostos por diferentes pesquisadores e entidades, de modo a identificar quais foram os padrões avaliativos considerados pelos mesmos e, com isso, seria possível a identificação de possíveis fatores e critérios a serem implementados e aplicados em cidades médias do Brasil, aperfeiçoando-os e complementando-os com aspectos que serão analisados mediante a proposta metodológica prática experimental, qualitativa, e teórica, quantitativa.

De acordo com um dos modelos analisados por Lopes (2010, p. 3), o Modelo *LUTI* (*Land Use and Transport Interaction*), a interação entre o uso do solo urbano e sistema de transportes deve ser considerada. Entende-se que a consideração e a modelagem dinâmica e integrada entre o uso do solo e o transporte estabelecem uma possibilidade para a concretização de uma mobilidade urbana sustentável, a qual se relaciona com o conceito de estabelecimento de uma cidade acessível e convidativa para todos (LOPES, 2010, p. 3). Realmente, as formas de uso consolidadas em uma determinada zona urbana da cidade estão diretamente relacionadas com o modo como se desenvolve o sistema de transporte e a acessibilidade neste local.

O sistema de transporte consolidado em uma cidade possui uma notória relevância para seus índices de desenvolvimento urbano e, por este motivo, pode ser considerado como um importante instrumento de reestruturação urbana e um vetor de expansão urbana controlada e direcionada, porém, para que isso ocorra, é necessário que o transporte esteja inserido no planejamento integrado das cidades, consoante a explicativa de Lopes (2010, p. 2). Com este entendimento, constata-se, inicialmente, que o sistema de transporte é um dos instrumentos de maior importância a ser considerado pelos critérios avaliativos do protótipo a ser desenvolvido, uma vez que muito contribui para o crescimento dos índices de qualidade relacionados à mobilidade urbana das cidades.

Por meio de toda a discorrida explanação, nota-se o quão amplo e complexo é o entendimento acerca do que venha a ser de fato a mobilidade e como diversos elementos estruturais, morfológicos, políticos, econômicos, sociais e históricos interferem em sua plena funcionalidade e em seu desenvolvimento nas cidades, principalmente em relação às cidades médias brasileiras, as quais ainda passam por um processo de expansão e de consolidação, o que também intervém na mobilidade, isto é, nas formas de locomoção estabelecidas. Constata-se que a temática de estudo é muito abrangente e, por este motivo, é necessário um conhecimento teórico e experimental prático muito aprofundado acerca das principais conceituações, além de intensas análises sobre modelos e critérios

de análise já propostos.

A grande maioria das cidades médias brasileiras, as quais são o foco da presente pesquisa, possui uma série de problemáticas relacionadas à mobilidade urbana no que diz respeito ao trânsito de veículos automotores e à escassa acessibilidade ofertada aos pedestres e aos ciclistas. No entanto, muitos são os questionamentos sobre como identificar tais problemáticas de cada cidade e se a resolução das mesmas realmente acarretaria em uma mobilidade mais benéfica aos habitantes de um determinado espaço urbano. Ademais, é de suma importância a compreensão de que cada cidade é uma particularidade, um organismo vivo em constante transformação ao longo do tempo e, por isso, deve ser analisada separadamente como objeto de estudo.

Apesar deste entendimento, mesmo que cada uma das cidades médias brasileiras tenha suas características, tipos de serviços e problemáticas próprios, este padrão de cidades apresenta processos de crescimento e desenvolvimento urbano semelhantes, devido à determinados fatores históricos, políticos, sócio culturais e territoriais, o que muito se relaciona com a maneira de como se consolida a mobilidade urbana, uma vez que a mesma está diretamente relacionada com os processos de expansão urbana de uma cidade.

Mediante este pensamento, a primordial problemática dessa pesquisa é a identificação dos critérios, fatores e parâmetros que caracterizam uma mobilidade urbana de qualidade para cidades médias brasileiras, as quais ainda estão em processo de expansão e de desenvolvimento urbano, além da determinação de graus de medição de relevância em relação a tais fatores e critérios avaliativos, isto é, o estabelecimento de valores estipulados sobre o quanto um determinado fator é essencial para a cidade, de acordo com suas especificidades, para que seja possível a elaboração do modelo de análise e avaliação, o qual seria o responsável pela identificação das características que devem ser aperfeiçoadas ou modificadas nessas cidades.

2 I OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Formular modelo de análise e avaliação a ser aplicado com praticidade em qualquer cidade média brasileira, a fim de estabelecer parâmetros e critérios avaliativos, além de seus respectivos graus de medição, para que se possa definir o Índice de Qualidade de Mobilidade Urbana (IQMU) de uma determinada cidade deste padrão e para concretizar o entendimento sobre quais aspectos relacionados à mobilidade necessitam ser aperfeiçoados, desenvolvidos ou implementados no espaço urbano analisado. Trata-se de modelo avaliativo o qual deverá conter uma série de aspectos a serem considerados, cada qual com seu grau de relevância, para a concretização funcional e prática do processo

avaliativo.

Com a elaboração deste protótipo analítico, seria possível a sua aplicação em qualquer cidade média brasileira e a determinação de seu Índice de Qualidade de Mobilidade Urbana (IQMU), havendo a compreensão sobre quais são as melhorias que a cidade avaliada de acordo com os critérios e aspectos contidos neste modelo necessita para a promoção de um espaço urbano mais acessível, mais caminhável, mais habitável e mais convidativo a todas as pessoas, de maneira a proporcionar aos seus habitantes o maior índice de qualidade de vida urbana possível.

2.2 Objetivos específicos

Conceituar e realizar fundamentação teórica aprofundada acerca da temática de mobilidade urbana, com o intuito de buscar um conhecimento mais nítido sobre suas considerações; analisar sobre como o conceito de mobilidade foi modificado ao longo do tempo através da forma como as cidades foram se expandindo e se desenvolvendo ao longo das décadas; analisar e comparar diferentes modelos e critérios avaliativos já existentes, elaborados e propostos por outros pesquisadores e entidades, a fim de estabelecer comprovações teóricas e práticas sobre a aplicabilidade dos mesmos; e determinar entendimento sobre as cidades médias brasileiras, apresentando suas principais características morfológicas, suas formas de expansão urbana ao longo dos anos, seus principais meios de transporte, dentre outros aspectos.

3 | METODOLOGIA

A presente pesquisa se dará por meio de caráter exploratório, uma vez que, segundo ressalta Gil (2002), possui o objetivo de desenvolver determinada ideia ou protótipo, pretendendo-se fornecer hipóteses em condições de serem testadas. Trata-se, então, de uma pesquisa dotada de muita flexibilidade e que, por este motivo, conduz a procedimentos relativamente sistemáticos para a obtenção de dados e de observações empíricas (GIL, 2002). À vista do exposto, esta pesquisa exploratória envolve levantamentos bibliográficos, entrevistas com cidadãos, experiências práticas com as problemáticas acerca da mobilidade urbana de algumas cidades médias brasileiras e análise de outros exemplos de modelos e protótipos que possam auxiliar ou estimular o desenvolvimento do estudo de caso. Isto posto, cabe ressaltar que a condição exploratória desta pesquisa apresenta cunho analítico, por envolver aprofundados estudos e análises cautelosas sobre as informações empíricas conseguidas pelo estudo em campo e também sobre os dados disponíveis em referenciais bibliográficos selecionados pela pesquisadora.

A partir deste entendimento, a apresentada pesquisa deverá ocorrer mediante metodologia de abordagem quantitativa-qualitativa, apresentando embasamento teórico e quantitativo, visto que, inicialmente, serão realizados levantamentos bibliográficos sobre

a conceituação e o aprofundamento teórico sobre a temática de Mobilidade Urbana e Trânsito, além de estabelecer um pleno entendimento sobre possíveis conceituações a respeito das cidades médias brasileiras, por meio de livros, artigos, dissertações, teses e demais trabalhos científicos. Também serão realizadas análises sobre as políticas públicas e legislações aprovadas em relação ao assunto em pauta, como por exemplo, a Lei Federal n° 12.587, do ano de 2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

A abordagem quantitativa também abrangerá estudos sobre os aspectos de morfologia urbana de alguns exemplos de cidades médias brasileiras, que serão efetuados através do software espanhol de Sistema de Informação Geográfica (SIG) denominado *gvSIG*, por meio do qual é possível aplicar diversos atributos vetoriais na imagem de sensoriamento remoto, em formato *.tiff*, de uma determinada cidade. A utilização do SIG é fundamental para esta análise pois permite a visualização e a análise da relação existente entre o as tipologias do traçado urbano e as circunstâncias por meio das quais se consolidam os sistemas de transporte.

Por meio da visualização e da edição da imagem de sensoriamento remoto no *gvSIG*, análises de uso do solo urbano, de hierarquia viária, de cheios e vazios urbanos, dentre outras de cunho morfológico poderão ser realizadas, com o intuito de estabelecer melhores compreensões acerca das características em comum e em diferença entre algumas cidades médias brasileiras, já que o traçado viário e as especificidades morfológicas de um município se relacionam diretamente com a forma de como se consolida a mobilidade em seu espaço urbano.

Sabendo-se que a primordial problemática deste trabalho se trata justamente da identificação de específicos critérios e fatores avaliativos, assim como de seus respectivos graus de relevância em valores a serem determinados, no intuito de compor o almejado modelo de análise para cidades médias brasileiras, que é o objetivo principal da pesquisa, têm-se como parcela da metodologia quantitativa essencial a pesquisa e a análise de diversos critérios e modelos avaliativos, relacionados à temática, já propostos por outros profissionais, pesquisadores e entidades, em trabalhos científicos ou técnicos.

Ademais, para a resolução da problemática em identificar todos os fatores e critérios específicos e necessários para a satisfatória aplicabilidade do modelo proposto em qualquer cidade média do Brasil, é necessário realizar, além de extensos levantamentos bibliográficos e análises teóricas, a aplicação prática constante de tais critérios, já propostos ou não por outros pesquisadores e entidades, em diferentes cidades de médio porte ao longo do país e estabelecer o grau de importância de cada um dos fatores estabelecidos também por meio de análises comparativas teóricas e práticas.

Em virtude disso, constantemente será necessário comprovar, por meio de comparações realizadas entre cidades distintas, a aplicabilidade e a funcionalidade destes critérios avaliativos e o quão relevante os mesmos são para um município de médio porte, o que será medido por determinados valores a serem estipulados. Esses valores poderão

ser considerados de 0 a 1, sendo o valor 0 o mais baixo e o valor 1 o mais alto, ou seja, o critério avaliativo que apresentar este último valor como seu grau de relevância possuirá, consequentemente, uma elevada influência na consolidação de um satisfatório Índice de Qualidade de Mobilidade Urbana (IQMU) de uma cidade.

Tais valores também serão estipulados mediante pesquisas analíticas teóricas e práticas comparativas. Ao final da identificação de todos os critérios avaliativos, resultando no objetivado protótipo de análise, e após sua aplicação em uma determinada cidade média brasileira, é necessário identificar quais são os fatores estabelecidos no modelo dentre os quais a cidade apresenta e assim, seria possível realizar uma média aritmética com os respectivos valores numéricos (variantes de 0 a 1) dos critérios que a cidade atende, resultando em um valor final que também possuiria variação de 0 a 1, o que determinaria o seu Índice de Qualidade de Mobilidade Urbana (IQMU).

À vista disso, compreende-se que tais valores deverão ser considerados dentro deste intervalo de 0 a 1 devido à possibilidade de ser o mais preciso e exato possível, em valores decimais, quanto à relevância de um determinado critério avaliativo. Outrossim, este intervalo de valores poderá ser ainda mais aperfeiçoado, comprovado e testado ao longo do andamento da pesquisa, sobre se realmente seria o mais adequado para a aplicação nos critérios avaliativos. Este aperfeiçoamento também será realizado através de levantamentos bibliográficos e comprovações práticas, as quais serão desenvolvidas por meio de aplicações-teste destes valores numéricos em alguns dos critérios avaliativos estabelecidos, visando a experimentação e a determinação de sua funcionalidade e aplicabilidade.

Por conseguinte, além de todo o diverso levantamento bibliográfico e das comparações analíticas a serem realizadas sobre a temática, o método também apresentará um embasamento experimental e qualitativo, em que a pesquisadora necessitará usufruir de todos os meios de transporte público e privado no espaço urbano, além do caminhar pelas ruas de ao menos uma cidade média brasileira, para o entendimento prático das reais necessidades diárias dos habitantes em relação à mobilidade e ao direito de ir e vir dos mesmos pelo espaço urbano, de maneira a realizar análises sobre possíveis fatores avaliativos a também serem considerados no modelo analítico para o IQMU.

Isto posto, para que o método qualitativo não se baseie apenas no empirismo, na percepção e na observação da pesquisadora, identificou-se a necessidade em desenvolver questionário de campo a ser aplicado com a população local de uma determinada cidade média do Brasil, como Franca, localizada no interior de São Paulo, por exemplo. Hipoteticamente, este questionário de campo poderia trazer conclusões específicas sobre as insatisfações e as maiores necessidades dos cidadãos acerca da mobilidade e da acessibilidade disponível aos pedestres nas calçadas.

Assim sendo, as considerações respondidas e propostas pela população da cidade escolhida para a aplicação do questionário devem possuir um valor significativo para a

proposição dos critérios analíticos que comporão o modelo de avaliação, uma vez que a mobilidade urbana se trata das maneiras de como se consolida o deslocar das pessoas pelo espaço urbano e por isso, não é possível desenvolver um protótipo analítico que avalie o IQMU de uma cidade sem considerar o conhecimento empírico da população que habita neste espaço, pois são os habitantes que utilizam e usufruem da cidade diariamente quem realmente entendem na prática e na experiência sobre suas reais necessidades de deslocamento e de acessibilidade.

4 I RESULTADOS

Mesmo que esta relatada pesquisa ainda esteja em sua fase inicial, é possível constatar, neste momento, que a quantidade de fatores e critérios avaliativos a serem identificados para a consolidação deste protótipo é indeterminada e variada, não possuindo, deste modo, uma quantia específica de parâmetros a ser alcançada, dependendo muito do desenvolvimento de análise da pesquisa. Em vista disso, observa-se, de imediato, que a notória flexibilidade da mesma está diretamente relacionada com os distintos graus de complexidade dos processos de desenvolvimento e de crescimento urbano e com as particularidades que cada uma das cidades médias brasileiras apresenta, sendo necessárias, por este motivo, análises variadas e cautelosas acerca das características, problemáticas e necessidades habituais presentes no espaço urbano das cidades deste padrão, a fim de determinar critérios e parâmetros que sejam realmente capazes de avaliar e analisar a qualidade da mobilidade urbana desses municípios.

Por demais, o exposto trabalho possui como hipótese, isto é, como resultado esperado, o entendimento de que se tais fatores e características, com seus respectivos graus de medição, que contribuem para a consolidação de uma mobilidade de qualidade no espaço urbano, forem plenamente identificados, será possível a concretização do modelo analítico e avaliativo, o qual poderá ser aplicado em qualquer cidade média brasileira e, dessa maneira, a hipótese será testada em uma parte prática da pesquisa em que haverá a consideração deste modelo de análise em uma determinada cidade deste padrão em pauta, como por exemplo, na cidade de Franca, localizada no nordeste paulista.

Com a aplicação do protótipo avaliativo em uma determinada cidade média brasileira, poderá ser identificado o seu Índice de Qualidade de Mobilidade Urbana devido aos resultados em valores numéricos conseguidos por meio da consideração dos critérios avaliativos, cada qual com seu grau de medição e de relevância, constatando-se se realmente o modelo detém todos os parâmetros e requisitos essenciais para a plena avaliação sobre a funcionalidade e sobre a caracterização da mobilidade urbana do município em análise e, assim, caso o protótipo proposto não atenda aos anseios e às necessidades avaliativas durante o processo prático de sua aplicação, a hipótese inicial seria negada, sendo essencial a reformulação deste protótipo, de maneira a realizar a

identificação de novos possíveis parâmetros para a consolidação da praticidade de sua aplicação.

5 | CONCLUSÃO

A apresentada pesquisa em andamento, a qual se norteia através do estudo e da análise de possíveis critérios avaliativos para a elaboração de modelo de análise relativo à qualidade de mobilidade urbana a ser aplicado em cidades médias brasileiras, exige conhecimentos teóricos, experimentais e práticos extremamente aprofundados. Não obstante, trata-se de um projeto de pesquisa de notável relevância para o desenvolvimento urbano das cidades e de pleno interesse público para que as prefeituras municipais possam aplicar o modelo a ser desenvolvido e constatar quais são os fatores e critérios que devem ser aperfeiçoados para que o Índice de Qualidade de Mobilidade Urbana dessas cidades possa apresentar melhorias e aumentos significativos, visando o estabelecimento de um maior bem-estar dos cidadãos e, consequentemente, uma maior qualidade de vida no espaço público urbano.

Outrossim, a elaboração deste protótipo de análise referente aos aspectos essenciais para a consolidação de mobilidade urbana de qualidade é uma maneira de proporcionar um entendimento extremamente amplo e preciso sobre as reais necessidades e disparidades existentes entre as cidades médias brasileiras, em relação a esta temática, buscando-se novos métodos, critérios e fatores avaliativos para a possibilidade de aplicação deste protótipo.

A exposta pesquisa trará a participação dos cidadãos e a consideração da opinião pública a respeito da funcionalidade e da qualidade da atual situação de mobilidade urbana em sua cidade, o que será realizado durante o processo metodológico qualitativo, em que serão efetuadas análises e entrevistas com a população local determinados municípios para que as mesmas sejam atribuídas e aplicadas nos estudos de elaboração dos critérios avaliativos para a elaboração do modelo de análise.

Este trabalho apresenta certos riscos de prosseguimento, os quais são associados às possíveis dificuldades de aprofundamentos teórico, experimental e prático a respeito da determinação dos fatores avaliativos assim como do estabelecimento de seus respectivos graus de medição de relevância, sendo questões consideradas como as primordiais problemáticas a serem solucionadas ao longo da pesquisa. Por outro lado, a essência substancial do trabalho, que é contribuir cientificamente para a consolidação de um espaço urbano mais caminhável, justo e convidativo, deve ser compreendida como um grande benefício para o desenvolvimento econômico, social e urbano das cidades médias brasileiras.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Adriana Silva. **Mobilidade urbana para pessoas com deficiência no Brasil: um estudo em blogs.** Universidade Estadual de Campinas. Campinas – SP, 2015.

CAMAGNI, Roberto; GIBELLI, Maria Cristina; RIGAMONTI, Paolo. **Urban mobility and urban form: the social and environmental costs of different patterns of urban expansion.** Ecological Economics, 40(2), 2002, 199-216. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.1016/S0921-8009(01)00254-3 > Acesso em: março de 2020.

DYCKMAN, John W. **O Transporte Urbano in Cidades: A Urbanização da Humanidade.** Zahar Editores. Rio de Janeiro – RJ, 1970.

FRANÇA, Iara Soares de; PEREIRA, Anete Marília; SOARES, Beatriz Ribeiro; MEDEIROS, Douglas Leite. **Cidade Média, Polarização Regional e Setor de Educação Superior: Estudo de Montes Claros, no Norte de Minas Gerais.** Revista Formação, Presidente Prudente, v. 2, n.16, 2009, p. 52-70.

GEHL, Jan. **Cidades Para Pessoas.** Tradução Anita Di Marco. São Paulo – SP. Editora Perspectiva, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 4 ed., 2002.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; GALINDO, Ernesto Pereira. **A mobilidade urbana: uma agenda inconclusa ou o retorno daquilo que não foi.** Estudos Avançados, 27(79), 2013, 27-39. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142013000300003 > Acesso em: março de 2020.

JACOBS, Jane. **The Death and Life of Great American Cities.** Random House, Inc, 1961.

LOPES, Simone Becker. **UMA FERRAMENTA PARA PLANEJAMENTO DA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL COM BASE EM MODELO DE USO DO SOLO E TRANSPORTES.** Tese de Doutorado apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes. São Carlos – SP, 2010. 200 p.

MAIA, Doralice Sátyro. **Cidades Médias e Pequenas do Nordeste: Conferência de Abertura.** In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Orgs.) Cidades Médias e Pequenas: Teorias, Conceitos e Estudos de Caso. Salvador: SEI, 2010. p.15-41.

MELLO, Andréa; PORTUGAL, Licinio. **Um procedimento baseado na acessibilidade para a concepção de Planos Estratégicos de Mobilidade Urbana: o caso do Brasil.** Eure, vol. 43, n° 128, p. 99-125. Rio de Janeiro – RJ, 2017.

PIAZZA, Gustavo Antonio; VIEIRA, Rafaela. **ESPACIALIZAÇÃO DO ÍNDICE DE CAMINHABILIDADE (IC) COMO FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO PARA MOBILIDADE URBANA DOS BAIRROS CENTRO E BADENFURT EM BLUMENAU (SC).** Revista Raega, v. 40, p. 23-34, Universidade Federal do Paraná. Curitiba – PR, 2017.

SILVA, Andressa Lourenço da. **BREVE DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE CIDADE MÉDIA.** Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 5, n.1, 2013, p. 58-76.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VASCONCELOS, Eduardo Alcântara. **O que é Trânsito.** Editora Brasiliense. São Paulo – SP, 1985.

VIEIRA, Rafaela; MORASTONI, Raíza. **Qualidade das calçadas na cidade de Camboriú/SC: em busca da acessibilidade e mobilidade sustentável para área turística.** Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, 7(2), 2013, p. 239.

CAPÍTULO 12

ESTRATÉGIAS DE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL ADOTADAS EM EMPRESAS AMBIENTALMENTE SENSÍVEIS E NÃO AMBIENTALMENTE SENSÍVEIS

Data de aceite: 23/04/2021
Data de submissão: 05/02/2021

Juliana Reck
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIOESTE
Marechal Cândido Rondon – PR
http://lattes.cnpq.br/9730644589341450

Karine Ruwer
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIOESTE
Marechal Cândido Rondon – PR
http://lattes.cnpq.br/3676422352916361

Aládio Zanchet
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIOESTE
Marechal Cândido Rondon – PR
http://lattes.cnpq.br/9190608876644004

Martin Airton Wissmann
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIOESTE
Marechal Cândido Rondon – PR
http://lattes.cnpq.br/9955241443048738

RESUMO: O objetivo deste estudo é identificar estratégias de legitimação social contidas nas evidenciações ambientais de empresas consideradas ambientalmente sensíveis e não ambientalmente sensíveis. Foram analisados os Relatórios de Administração (RA), do ano de 2017, de 6 empresas premiadas pelo guia Exame de Sustentabilidade de 2017 e que fazem parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE/BM&FBovespa), carteira de 2018. O estudo foi realizado a partir de abordagem documental qualitativa, classificando-se a narrativa como descritiva com análise apoiada na teoria da Legitimidade. Como medida de análise, foram considerados os parágrafos dos RA que continham palavras ou expressões que se referiam ao meio ambiente natural, sendo classificados de acordo com o modelo de Suchman (1995). Identificou-se 99 palavras ou expressões sobre o meio ambiente nos RA, das quais 41 pertencem ao grupo de empresas ambientalmente sensíveis e 58 ao grupo de empresas não ambientalmente sensíveis. A estratégia de legitimação mais utilizada foi a de Ganhar Legitimidade de forma pragmática. Não foram identificadas estratégias com o intuito de Recuperar Legitimidade. Dentre as ações mais utilizadas destacaram-se buscar certificação, anunciar a imagem, anunciar o produto, cooptar integrantes e produzir resultados adequados. Os resultados indicaram que ser mais sensível ambientalmente não representou fator de diferenciação em relação a proporção da evidenciação praticada pelas empresas, no entanto, de forma geral, a classificação permite inferir que se trata de uma estratégia que visa a legitimação perante a sociedade, principalmente visando ganhar e manter sua legitimidade de forma pragmática, moral e cognitiva.

PALAVRAS-CHAVE: Evidenciação Ambiental. Teoria da Legitimidade. Estratégias de legitimação.

ENVIRONMENTAL DISCLOSURE ESTRATEGIES ADOPTED IN ENVIRONMENTALLY SENSITIVE AND NON-ENVIRONMENTALLY SENSITIVE COMPANIES

ABSTRACT: The objective of this study is to identify social legitimation strategies contained in the environmental evidences of companies considered environmentally sensitive and not environmentally sensitive. The Management Report of six companies awarded by the Exame Sustainability Guide of 2017 and part of the Business Sustainability Index (ISE/BM&FBovespa), a portfolio of 2018, were analyzed. The study was carried out from a qualitative documentary approach, classifying the narrative as descriptive with an analysis based on the theory of Legitimacy. As a measure of analysis, we considered the paragraphs of Management Report that contained words or expressions that referred to the natural environment, being classified according to the model of Suchman (1995). We identified 99 words or expressions about the environment in Management Report, of which 41 belong to the group of environmentally sensitive companies and 58 to the group of not environmentally sensitive companies. The most used legitimation strategy was to gain legitimacy in a pragmatic way. No strategies were identified with the purpose of Regain Legitimacy. Among the most commonly used actions were the search for certification, advertising the image, announcing the product, co-opting members and producing adequate results. The results indicated that being more environmentally sensitive did not represent a factor of differentiation in relation to the proportion of the evidence practiced by the companies, however, in general, the classification allows to infer that it is a strategy that aims at legitimizing society, gain and maintain its legitimacy in a pragmatic, moral and cognitive way.
KEYWORDS: Environmental Evidence. Theory of Legitimacy. Legitimation strategies.

1 I INTRODUÇÃO

O comportamento das empresas, em relação aos relatórios, tem demonstrado um crescimento no volume de evidenciações corporativas voluntárias, principalmente as que privilegiam questões de natureza social e ambiental (DIAS FILHO, 2007). Essas evidenciações voluntárias sobre o relacionamento socioambiental das organizações, conforme destacam Beuren, Gubiani e Soares (2013), são utilizadas como mecanismo para buscar ou manter a legitimação social.

A legitimação tem como base a ideia de que existe uma espécie de contrato social entre as organizações e a sociedade, havendo expectativas sobre a forma como ambas devem se relacionar. Este relacionamento se apoia, principalmente, no fato de que a existência da organização está atrelada à percepção que a sociedade tem sobre o cumprimento desse contrato social, de forma a conferir o estado de legitimidade se necessário (PENEDO *et al.*, 2004; DIAS FILHO, 2007).

Nesta concepção, para as empresas serem socialmente aceitas, precisam estar legitimadas perante a sociedade, onde as atividades desenvolvidas estejam alinhadas com o sistema de crenças e valores entendidos como corretos (CZESNAT; MACHADO, 2012).

A sociedade também incentiva as empresas na realização de ações em favor do

bem- estar das pessoas e estimula a divulgação dessas ações. Assim, a evidenciação de informações tem se tornado importante aliada não somente no processo de transparência da gestão econômico-financeira, mas também da gestão socioambiental das entidades diante das exigências do mercado em que atuam, como forma de garantir a sua sustentabilidade (MACHADO, 2014).

Para Sancovschi e Silva (2006), a evidenciação de informações socioambientais, normalmente voluntária nos relatórios anuais, pode ser considerada um importante meio de as organizações estabelecerem e/ou manterem a sua legitimidade.

Diante da relevância vinculada às ações socioambientais promovidas pelas organizações, sua evidenciação e a percepção da sociedade, de acordo com Dias Filho (2007), tem-se observado um certo crescimento das pesquisas com base nessa tríade. A percepção de que as organizações precisam ganhar, manter ou recuperar legitimidade no ambiente em que operam, para garantir o cumprimento de seus objetivos, vem ensejando a realização de pesquisas sob o enfoque da teoria da Legitimidade.

Nesse sentido, um dos modelos usados por pesquisadores para entender as estratégias utilizadas pelas organizações para se legitimar, por meio das divulgações voluntárias de informações, é o modelo de Suchman (1995). Esse modelo se baseia na ideia de que as organizações apresentam alto nível de gerenciamento das estratégias para ganhar, manter ou recuperar a legitimidade perante a sociedade. O modelo apresenta também três diferentes formas que materializam tais estratégias, sendo a forma pragmática, a moral e a cognitiva (MACHADO, 2014).

Pesquisas realizadas nessa linha indicam que a evidenciação socioambiental tem sido utilizada como instrumento na busca da legitimidade social, o que demonstra a importância do tema em estudo. Beuren, Gubiani e Soares (2013), por exemplo, utilizaram a tipologia de Suchman para analisar a evidenciação das estratégias de legitimidade nos Relatórios de Administração (RA) das empresas de capital aberto do setor de energia elétrica no ano de 2007. Pereira, Bruni e Dias Filho (2010) realizaram estudo para verificar se as indústrias ambientalmente sensíveis buscam mais legitimidade do que as empresas de indústrias não ambientalmente sensíveis através das demonstrações contábeis do ano de 2009. Outro trabalho de destaque é o de Machado (2014), no qual foram examinadas as informações ambientais divulgadas nos relatórios de sustentabilidade das empresas que fazem parte da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBOVESPA.

Dessa forma, visando contribuir com o tema apresentado, parte-se da seguinte questão que norteou a pesquisa: Que estratégias de legitimidade, de acordo com a tipologia de Suchman, estão presentes nas evidenciações de cunho ambiental, contidas nos relatórios de administração de empresas ambientalmente sensíveis e não ambientalmente sensíveis?

O objetivo deste estudo é, portanto, identificar as estratégias de legitimação social

contidas na evidenciação de informações de cunho ambiental de empresas consideradas ambientalmente sensíveis e não ambientalmente sensíveis.

Este estudo visa contribuir com as pesquisas já existentes na área e que estudaram as estratégias utilizadas em diferentes setores da economia, porém ampliando em relação a seleção das empresas objeto de estudo, as quais apresentam maior ou menor sensibilidades às questões ambientais. Entende-se que o conhecimento sobre a forma que as empresas atuam proporciona a amplitude de visão necessária para compreender as diferentes estratégias que são utilizadas.

O artigo está estruturado em cinco seções, iniciando com esta introdução. A segunda apresenta a fundamentação teórica, que engloba tópicos sobre divulgação voluntária, teoria da Legitimidade e estudos anteriores. A terceira seção contempla a metodologia utilizada e a quarta a apresentação e a discussão dos resultados. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Divulgação voluntária

Diferentes iniciativas têm incrementado a evidenciação ambiental nos relatórios publicados pelas empresas (ROVER, 2008). Importantes mudanças ocorreram no comportamento empresarial, fazendo com que os relatórios anuais se tornassem mais ricos em informações. Tais mudanças são apontadas por Ribeiro (2010) como decorrentes da globalização dos mercados e da realização de gastos relacionados com as ações ambientais para promover a imagem da empresa e seus produtos ou serviços.

Há um cenário no qual a demanda por informações sociais e ambientais está em crescimento, onde a sociedade tem expectativas quanto ao comportamento empresarial (TINOCO; KRAEMER, 2011).

O desejo de legitimação das atividades da organização tem sido considerado, em outras pesquisas, como a principal motivação das divulgações de natureza social e ambiental. Essa visão se encaixa nas ideias da Teoria da Legitimidade, segundo as quais, as políticas de divulgação adotadas pelas empresas são consideradas uma importante forma pela qual os gestores podem influenciar a percepção do público externo sobre as suas atividades (PENEDO et al., 2004).

A divulgação voluntária de informações é considerada por Pereira, Bruni e Dias Filho (2010) como uma das formas de que as organizações dispõem para se legitimarem perante a sociedade. Borçato (2017) relata que a Teoria da Legitimidade pode explicar essa divulgação, que é uma suplementação às demonstrações financeiras obrigatórias. Conforme Machado (2014), as informações divulgadas podem auxiliar a entender a forma como o meio ambiente é afetado pelas organizações.

Conforme destacado por Tinoco e Kraemer (2011), empresas têm evidenciado o seu envolvimento em questões ambientais, utilizando como meio o Balanço Social, o Relatório de Administração – RA, relatórios ambientais e socioambientais e em anexo às demonstrações contábeis.

Segundo Iudicibus (2010), o Relatório de Administração é interessante por apresentar indícios de políticas da empresa que auxiliam o usuário a formar uma tendência. As informações apresentadas nesse tipo de relatório demonstram as estratégias de comunicação escolhidas por cada empresa na transmissão de informações.

Nesse cenário de incremento de divulgação de informações socioambientais por parte das empresas, o estudo da forma como as empresas estão divulgando, utilizando-se da Teoria da Legitimidade, se torna importante, pois pode-se verificar a intenção pela qual a divulgação de determinada informação acontece, se essa divulgação é para buscar a sua legitimação, se é para recuperar ou se é para manter essa legitimidade perante a sociedade.

2.2 Teoria da legitimidade

A teoria de base escolhida para este estudo é a Teoria da Legitimidade. O termo "legitimidade" se encontra numa posição central em estudos organizacionais, porém as suas amarras conceituais ainda são bastante frágeis. Muitos autores empregam esse termo, mas poucos o definem (BARAKAT et al., 2016).

De acordo com Machado (2014, p. 17), "A Teoria da Legitimidade tem as suas raízes na Teoria Institucional, que estuda o inter-relacionamento entre o indivíduo, a organização e o ambiente". Além disso, a Teoria da Legitimidade tem origem também na ideia de contrato social.

Conforme Dias Filho (2007, p. 6):

> Sob a perspectiva da Teoria da Legitimidade, o esforço que as organizações empreendem para que sejam vistas como entidades socialmente responsáveis é considerado como uma estratégia que se adota para que possam continuar extraindo do ambiente em que operam, ao menor custo possível, os recursos necessários ao cumprimento de seus objetivos. A referida teoria baseia-se na ideia de que existe uma espécie de ***contrato social*** entre as organizações e a sociedade em que atuam, representando um conjunto de expectativas implícitas ou explícitas de seus membros a respeito da forma como elas devem operar.

A divulgação das práticas de Responsabilidade Socioambiental se torna uma forma eficaz de legitimação para as empresas, pois a concessão da legitimidade social às organizações ocorre quando as suas crenças e os seus valores se alinham ao conjunto de crenças e valores entendidos como corretos pela sociedade (CZESNAT; MACHADO, 2012).

Para Suchman (1995, p. 574 apud FANK; BEUREN, 2010, p. 31), legitimidade

é "[...] uma percepção ou premissa generalizada de que as ações de uma organização são desejáveis, adequadas ou apropriadas em algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições". Essa conceituação se entrelaça com a de Dias Filho (2007) no que diz respeito à noção do contrato social firmado entre a sociedade e a empresa.

Conforme Beuren et al. (2013), na perspectiva institucional, a legitimidade é o principal meio pelo qual as organizações conseguem obter ou manter os recursos. Isso assim é porque a sociedade vai olhar com "bons olhos" para a organização se as práticas adotadas estiverem de acordo com o que se espera. Dessa forma, os gestores tendem a promover a conformidade ambiental com o objetivo de atender a essas expectativas sociais para obter uma contrapartida. Dependendo da situação em que a entidade se encontra, ela vai procurar utilizar a divulgação de informações ambientais para recuperar, manter ou ganhar legitimidade perante a sociedade. Segundo Dias Filho (2007, p. 8), "A Teoria da legitimidade tem sido utilizada por diversos pesquisadores para verificar até que ponto políticas de evidenciação contábil estão associadas à tentativa de construir, manter ou recuperar legitimidade organizacional".

Com o crescente número de empresas que têm incorporado informações de conteúdo social e ambiental aos seus relatórios contábeis, estudos têm procurado explicar por que tais empresas adotam esse procedimento de forma voluntária, ou seja, sem nenhuma imposição de ordem legal (DIAS FILHO, 2007).

Um dos estudos utilizados como base de pesquisa para análise da busca das empresas pela legitimação é o de Suchman (1995 citado por BORÇATO, 2017), que apresenta um modelo partindo da premissa de que as organizações apresentam alto nível de gerenciamento das estratégias para ganhar, manter ou recuperar legitimidade organizacional, onde há três diferentes formas que materializam tais estratégias: a forma pragmática, a forma moral e a forma cognitiva.

2.2.1 Formas pragmática, moral e cognitiva

A busca pela legitimidade de forma pragmática pode ser identificada quando a organização responder de forma imediata às percepções do seu público através da demonstração prática de sua conduta. Esse conceito de rapidez funciona como um mecanismo de troca de interesses, onde há uma interdependência política, social e econômica (SUCHMAN, 1995 apud BORÇATO, 2017).

Suchman (1995, citado por MACHADO, 2014), afirma que a forma moral espelha uma avaliação do comportamento ético da organização, repousa em juízos sobre se a atividade é a coisa certa a se fazer e faz refletir se a atividade realmente promove o bem-estar social.

A forma cognitiva envolve um apoio afirmativo da sociedade para a organização ou

uma mera aceitação como necessária ou inevitável, isso baseado em conceitos culturais considerados corretos. Adquire-se a legitimidade cognitiva quando ocorre a compreensão social (SUCHMAN, 1995 apud FERREIRA, 2017).

2.2.2 Estratégias para ganhar, manter e recuperar legitimidade

A busca por ganhar legitimidade normalmente ocorre quando a empresa está inserindo uma nova atividade no mercado ou fazendo a divulgação de um novo produto (BORÇATO, 2017). Ao realizar essas ações, Suchman (1995 apud MACHADO, 2014) relata que a organização enfrenta a tarefa de obter a aceitação no contexto social.

Manter legitimidade é mais fácil do que ganhar ou recuperar. Entretanto, a capacidade de monitorar e perceber as futuras mudanças deve ser maior, examinando com antecedência os desafios e as reações de seu público e optando por estratégias de proteção às realizações já conquistadas (SUCHMAN, 1995 apud BORÇATO, 2017).

Suchman (1995 apud MACHADO, 2014) indica que há algumas problemáticas para manter a legitimidade organizacional: os públicos são variados, a estabilidade implica rigidez e a institucionalização gera a sua própria oposição. Também aponta que existem dois grupos de estratégias para manter a legitimidade: perceber mudanças futuras e proteger as realizações passadas.

Já a tarefa de recuperar legitimidade se assemelha à tarefa de ganhá-la, mas a reparação normalmente representa uma resposta reativa a uma crise imprevista e, ainda, as mesmas estratégias utilizadas para o ganho da legitimidade podem ser usadas para a sua reparação, desde que a empresa tenha alguma credibilidade ainda (SUCHMAN, 1995 apud MACHADO, 2014).

2.3 Estudos anteriores

Ao se realizar um trabalho de pesquisa, procurar e consultar materiais já existentes referentes ao conteúdo a ser pesquisado é de grande importância. O ambiente que envolve a área de pesquisa selecionada engloba questões que estão presentes no cotidiano de muitas pessoas que, mesmo sem perceber, são influenciadas e/ou influenciam as organizações.

As pesquisas relacionadas a questões de cunho socioambiental permeiam a produção científica, pois esse assunto desperta preocupações em torno de como organizações estão se comportando para que a sociedade em geral confie em suas práticas ambientais, e que lhes concedam a legitimidade almejada.

Dentre os estudos escolhidos para leitura está o realizado por Machado (2014), que analisou como 30 empresas brasileiras de capital aberto listadas na BM&FBovespa, pertencentes ao ISE no ano de 2013, utilizaram a evidenciação ambiental para gerenciar a sua legitimidade perante a sociedade. Com base na teoria da legitimidade, e utilizando a tipologia desenvolvida por Suchman (1995), foram analisados os relatórios de

sustentabilidade, identificando-se as estratégias adotadas pelas empresas. Verificou-se que a intenção mais presente na evidenciação ambiental das empresas foi ganhar legitimidade. Essa evidenciação foi com o intuito, preferencialmente, de ganhar legitimidade, empregando equilibradamente a forma pragmática, moral e cognitiva em sua evidenciação, relatando ações que visem popularizar os seus modelos.

Outro estudo a destacar foi o de Borçato (2017), que utilizou o Relato Integrado – RI, aplicando o modelo de Suchman (1995), e a análise do discurso, para verificar de que maneira as divulgações voluntárias sobre meio ambiente natural foram utilizadas pelas companhias de capital aberto com atividades de alto, médio e baixo impacto ambiental, que participaram do pregão da BM&FBOVESPA. Concluiu que os RIs estão sendo utilizados como mecanismo de gerenciamento de legitimidade social através das divulgações de informações voluntárias sobre meio ambiente natural, propagadas em diferentes seções do relato, apresentando-se em forma de textos, de tabelas e de imagens, com estratégias implícitas e explícitas em que a forma predominante nos discursos foi para ganhar legitimidade de forma cognitiva.

Identificar as estratégias de legitimidade da tipologia de Suchman (1995) evidenciadas nos relatórios da administração da empresa Petrobras no período de 2000 a 2009 foi o objetivo de Fank e Beuren (2010). Como resultado da pesquisa, a empresa Petrobras apresentou um elevado grau de evidenciação das estratégias de legitimidade preconizadas por Suchman (1995), demonstrando a preocupação quanto à sua legitimidade, em que a estratégia cognitiva foi a mais citada, seguida pelas estratégias pragmática, moral e geral, respectivamente.

Dessa forma, o relato de pesquisas anteriores comprova que o tema tem sido alvo de realização de pesquisas na área. A crescente preocupação ambiental devido à redução dos recursos naturais disponíveis no planeta Terra gera cobrança por parte de uma sociedade que busca melhores práticas das organizações. Para manter ou conquistar novos clientes é necessária uma postura que se encaixe no que é esperado pela sociedade para o alcance da legitimidade.

3 I METODOLOGIA

Para realizar este estudo optou-se por uma abordagem do problema de forma qualitativa, classificando-se a narrativa como descritiva. Quanto aos procedimentos, trata-se de pesquisa documental com a utilização da técnica de análise do conteúdo.

O objeto de estudo é composto por empresas ambientalmente sensíveis e ambientalmente não sensíveis, que foram premiadas pelo guia Exame de Sustentabilidade de 2017 e que fazem parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da BM&FBovespa, carteira de 2018.

Como empresas ambientalmente sensíveis, de acordo com Pereira, Bruni e Dias

Filho (2010), podem ser consideradas as que atuam em atividades específicas como na indústria química, de mineração, de madeira e papel, de exploração de óleo e metais. Por outro lado, as indústrias não ambientalmente sensíveis, são consideradas as que atuam em ramos como utilidades domésticas, tecidos, vestuário e calçados, material de transporte, máquinas e equipamentos e lazer.

Para definição da amostra, optou-se por buscar o equilíbrio em relação as duas características (sensíveis e não sensíveis), selecionando 20% da carteira do ISE no ano de 2018, que, no total, é composta por 30 empresas. No Quadro 1 estão dispostas as empresas pertencentes à amostra, juntamente com o seu ramo e a sua classificação.

<table>
<tr><th>NOME</th><th>SEGMENTO</th><th>CLASSIFICAÇÃO AMBIENTAL</th></tr>
<tr><td>DURATEX</td><td>Madeira</td><td rowspan="3">Ambientalmente sensíveis</td></tr>
<tr><td>EDP</td><td>Energia elétrica</td></tr>
<tr><td>KLABIN</td><td>Papel e celulose</td></tr>
<tr><td>ECORODOVIAS</td><td>Exploração de Rodovias</td><td rowspan="3">Não ambientalmente sensíveis</td></tr>
<tr><td>LOJAS RENNER</td><td>Tecidos, vestuário e calçados</td></tr>
<tr><td>NATURA</td><td>Produtos de uso pessoal</td></tr>
</table>

Quadro 1 - Amostra selecionada para pesquisa

FONTE: Elaborada pelos autores.

Os Relatórios de Administração das empresas pertencentes à amostra foram obtidos mediante acesso ao sítio eletrônico da BM&FBovespa. Após o acesso aos relatórios, foi realizada uma análise de cada parágrafo para verificar a existência de palavras ou expressões que se referiam ao ambiente natural, tais como “energia renovável”, “água”, “resíduos”, “fabricação limpa”, “sustentabilidade”.

Após a identificação dos parágrafos nos relatórios os mesmos foram organizados em uma planilha eletrônica. Na etapa seguinte, cada um dos parágrafos foi analisado utilizando a técnica de análise de conteúdo e classificados no Quadro 2, elaborado com base na tipologia de Suchman (1995). A análise e classificação de cada parágrafo se apoio na ação correspondente, na estratégia/forma de legitimidade e na ideia central.

Dinâmicas comportamentais	Ação	Estratégia/Forma de Legitimidade	Ideia central da descrição no relatório
Adaptar-se às exigências	Responder às necessidades	Ganhar/Pragmática	Relata o cumprimento de exigências legais ou acordos realizados, assim como realização de ações ambientais obedecendo a necessidades sociais. Relato de investimentos em pesquisas.
	Cooptar integrantes	Ganhar/Pragmática	Associa-se a parceiros para o desenvolvimento de ações sustentáveis, como, por exemplo, empresas de reciclagem, universidades, comunidade, etc.
	Construir reputação	Ganhar/Pragmática	Relata sua forte reputação em atividades correlatas, assim como a declaração de valores investidos em projetos ambientais; ações de sensibilização social às questões relacionadas à preservação do meio ambiente.
Selecionar mercados	Localizar público amigável	Ganhar/Pragmática	Identifica locais/regiões para receber ações ambientais.
	Recrutar cooperadores amigáveis	Ganhar/Pragmática	Seleciona parceiros para desenvolver ações sustentáveis.
Manipulação/ Anunciar	Anunciar produto	Ganhar/Pragmática	Relata que o produto é sustentável.
	Anunciar imagem	Ganhar/Pragmática	Relata que a empresa é sustentável, preocupada com questões ambientais.
Adaptar-se aos ideais	Produzir resultados adequados	Ganhar/Moral	Relata os resultados de ações que buscam a redução dos impactos ambientais, contribuindo para a preservação do meio ambiente. Ex.: redução no consumo de água.
	Incorporar-se a instituições	Ganhar/Moral	Relata a participação em grupos de pesquisa, fundações, conselhos junto a outras instituições.
	Oferecer demonstrações simbólicas	Ganhar/Moral	Relata "buscar" aprimorar processos, melhorar a eficiência sustentável, realizar diversas ações ambientais, porém sem especificá-las.
Selecionar o domínio	Definir metas	Ganhar/Moral	Relato de metas sustentáveis.
Persuadir	Demonstrar sucesso	Ganhar/Moral	Relata o sucesso no alcance de resultado de ações ambientais, como, por exemplo, o plantio de grande quantidade de plantas.
	Fazer adeptos	Ganhar/Moral	Destaca as vantagens de ações ambientais, programas/projetos.
Adaptar-se aos modelos	Reproduzir normas	Ganhar/Cognitiva	Relata que observa os padrões legais e normativos do setor no desenvolvimento de suas operações.
	Formalizar operações	Ganhar/Cognitiva	Relata a adoção de modelos/projetos/ ações sustentáveis já legitimados.
	Profissionalizar operações	Ganhar/Cognitiva	Relato de treinamentos, cursos, seminários para capacitação de seus agentes em busca de realização de ações sustentáveis ou para adotar sistemas já legitimados.

Selecionar rótulos	Buscar certificação	Ganhar/Cognitiva	Relata certificações obtidas ou intenção de ações para essa finalidade.
Institucionalizar	Persistir	Ganhar/Cognitiva	Relata melhorias em processos adotados, evidenciando, com isso, a permanência desses processos.
	Popularizar novos modelos	Ganhar/Cognitiva	Populariza os modelos/programas/ projetos sustentáveis adotados.
	Padronizar novos modelos	Ganhar/Cognitiva	Relata o estabelecimento de normas/ regulamentos que visem à padronização de ações ambientais.
Monitorar interesses	Consultar opinião de líderes	Manter/Pragmática	Relata da participação do público externo e interno na definição de metas/ações sustentáveis.
Favorecer trocas	Monitorar a confiabilidade	Manter/Pragmática	Relata o monitoramento de operações para evitar impactos ambientais, mantendo a confiabilidade nas operações.
	Comunicar-se honestamente	Manter/Pragmática	Relata situações negativas, como, por exemplo, metas não alcançadas e impactos ambientais ocorridos.
	Estocar confiança	Manter/Pragmática	Relata a participação da empresa frente à elaboração de normas e padrões ambientais a serem seguidos pelo setor.
Monitorar ética	Consultar a categorias profissionais	Manter/Moral	Relata consultas realizadas junto a órgãos ligados ao meio ambiente.
Favorecer a boa conduta	Monitorar responsabilidade	Manter/Moral	Reconhece algum tipo de impacto ambiental ocorrido e indica as ações desenvolvidas para minimizar esse impacto.
	Comunicar-se oficialmente	Manter/Moral	Relata a comunicação de seus impactos ambientais em eventos, jornais, dentre outros meios de comunicação em massa.
	Estocar opiniões favoráveis	Manter/Moral	Relata alguma opinião favorável de autoridade ou instituição legitimada.
Monitorar perspectivas	Consultar aqueles que têm dúvidas	Manter/Cognitiva	Relata a realização de visitas abertas à sociedade em suas unidades onde possam ser sanadas possíveis dúvidas.
Proteger pressupostos	Visar clareza	Manter/Cognitiva	Explica o funcionamento de programas/ processos ambientais.
	Falar do assunto com naturalidade	Manter/Cognitiva	Falar do assunto com naturalidade.
	Estocar conexões	Manter/Cognitiva	Faz conexão entre políticas ambientais e resultados financeiros.
Oferecer relatos	Rejeitar	Recuperar/ Pragmática	Negar a participação ou responsabilidade na ocorrência de algum evento negativo.
Criar mecanismos de monitoramento	Criar monitores	Recuperar/ Pragmática	Relata a criação de comissão/setores para apurar algum evento negativo.

Oferecer relatos	Desculpar/ justificar	Recuperar/Moral	A empresa lamenta algum fato negativo e justifica o acontecido.
Divulgar reestruturação das estratégias	Substituir pessoal	Recuperar/Moral	Relata a substituição de pessoal responsável por algum evento negativo.
	Rever práticas	Recuperar/Moral	Relata a renúncia de utilizar determinados processos devido aos impactos negativos ao meio ambiente.
	Reconfigurar	Recuperar/Moral	Relata a readequação em processos para melhorá-los, ou para minimizar impactos ambientais.
Oferecer relatos	Explicar	Recuperar/ Cognitiva	Explica os motivos que levaram ao acontecimento de algum evento negativo.

Quadro 2 - Classificação de acordo com a ideia presente nos parágrafos

FONTE: Adaptado de Machado (2014, p. 52, 53 e 54).

4 I RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na análise dos Relatórios de Administração das empresas objeto de estudo, foram identificados os parágrafos que apresentavam menção a questões relacionadas ao meio ambiente, sendo quantificados conforme demonstrado no Quadro 3.

Classificação	Empresas	Total de Parágrafos
Ambientalmente sensível	Duratex	0
Ambientalmente sensível	EDP - Energias do Brasil	24
Ambientalmente sensível	Klabin	17
Não ambientalmente sensível	EcoRodovias	18
Não ambientalmente sensível	Lojas Renner	18
Não ambientalmente sensível	Natura	22
TOTAL		**99**

Quadro 3 - Quantidade de parágrafos localizados

FONTE: Dados da pesquisa

Foram identificados 99 parágrafos que continham palavras ligadas ao meio ambiente, sendo registrados parágrafos para as duas classificações (ambientalmente e não ambientalmente sensíveis). Esses parágrafos estavam dispostos em várias partes do RA, apesar de a maior parte se localizar no tópico que continha informações sobre sustentabilidade.

Ao analisar o Quadro 3, verifica-se que a empresa que mais apresentou discursos com palavras ambientais foi a empresa EDP, seguida da empresa Natura. As empresas Klabin, EcoRodovias e Lojas Renner apresentaram equilíbrio na quantidade de discursos. A empresa Duratex não apresentou nenhum parágrafo que contivesse informações para a análise da utilização das estratégias de legitimação em seu RA no ano de 2017.

4.1 Estratégias de legitimidade

Com base nos dados levantados na primeira etapa do estudo, promoveu-se a análise sobre a distribuição das estratégias de legitimidade, avaliando se o discurso estava voltado a ganhar, manter e recuperar a legitimidade. Na Tabela 1 constam as quantidades e os percentuais correspondentes a cada empresa.

Empresas	Ganhar		Manter		Recuperar		Total de Parágrafos
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
Duratex	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0
EDP	23	95,83%	1	4,17%	0	0,00%	24
Klabin	15	88,24%	2	11,76%	0	0,00%	17
EcoRodovias	17	94,44%	1	5,56%	0	0,00%	18
Lojas Renner	15	83,33%	3	16,67%	0	0,00%	18
Natura	18	81,82%	4	18,18%	0	0,00%	22
TOTAL POR ESTRATÉGIA	**88**	**88,89%**	**11**	**11,11%**	**0**	**0,00%**	**99**

Tabela 1 - Estratégias de Legitimidade

FONTE: Dados da pesquisa

De forma geral, observa-se que a maioria dos discursos que estavam relacionados ao meio ambiente são para ganhar legitimidade, alcançando o percentual de 88,89%. A estratégia visando manter a legitimidade apresentou o percentual de 11,11%. Já a estratégia para recuperar a legitimidade não foi encontrada em nenhum dos discursos localizados nos parágrafos selecionados.

De acordo com Borçato (2017), recuperar legitimidade é uma forma adotada pelos gestores após a empresa ter sofrido abalos na sua aceitação pela sociedade, devido a sua conduta não ter sido convergente com os valores morais de seus avaliadores. Dessa forma, a não utilização da estratégia de recuperar legitimidade pode indicar que as empresas pertencentes à amostra deste estudo não passaram por evento que prejudicasse a imagem perante a sociedade.

O resultado que demonstra a presença maior das estratégias para ganhar legitimidade está em conformidade com as conclusões apresentadas no trabalho de Machado (2014),

trabalho em que 73% dos parágrafos localizados também eram para ganhar a legitimidade.

O fato de as empresas pertencerem a grupos distintos – ambientalmente sensíveis e não ambientalmente sensíveis – pode gerar a hipótese de que aquelas que fazem parte do primeiro grupo deveriam evidenciar mais informações de cunho ambiental, visto que as suas atividades possuem maior influência direta no ambiente natural, o que acarretaria a maior procura pela legitimação social. Apesar disso, não é o que se observa, pois as empresas que mais procuraram ganhar a legitimidade – a EDP com 95,83% e a EcoRodovias com 94,44% – são de grupos diferentes. Além disso, a empresa Duratex, que pertence ao grupo ambientalmente sensível, não apresentou nenhum parágrafo que continha informações ambientais.

Esses resultados podem indicar que as empresas, por estarem reconhecidas por premiações e por fazerem parte do grupo de empresas que compõem o ISE, já possuem uma preocupação com o meio ambiente, independentemente de serem consideradas ambientalmente sensíveis ou não.

4.2 Formas pragmática, moral e cognitiva

Como sequência nas análises promoveu-se a classificação dos dados, de acordo com a tipologia desenvolvida por Suchman (1995), identificando as formas de legitimidade, podendo ser pragmática, moral e cognitiva, conforme demonstrado na Tabela 2.

Empresas	Pragmática		Moral		Cognitiva		Total de Parágrafos
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
Duratex	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0
EDP	8	33,33%	6	25,00%	10	41,67%	24
Klabin	9	52,94%	4	23,53%	4	23,53%	17
EcoRodovias	5	27,78%	3	16,67%	10	55,56%	18
Lojas Renner	8	44,44%	5	27,78%	5	27,78%	18
Natura	13	59,09%	6	27,27%	3	13,64%	22
TOTAL POR OBJETIVO	**43**	**43,43%**	**24**	**24,24%**	**32**	**32,32%**	**99**

Tabela 2 - Formas pragmática, moral e cognitiva

FONTE: Dados da pesquisa

Observa-se, na Tabela 2, que entre as formas de legitimidade a pragmática apresentou maior percentual de ocorrência (43,43% do total de 99 parágrafos), seguido pela forma cognitiva (32,32%) e a moral (24,24%). Esse resultado é corroborado por Machado (2014), pois este apresentou um resultado parecido em seu estudo em empresas brasileiras de capital aberto, também encontrando a mesma sequência e proporções

semelhantes de ocorrência.

Entre as empresas, o maior percentual registrado ficou com a Natura, que utilizou a forma pragmática em 59,09% dos parágrafos. Outra empresa que também usou mais a forma pragmática foi a Klabin, com 52,94%. O destaque na forma cognitiva foi para a empresa EcoRodovias, com 56,56%. Na forma moral, as empresas Lojas Renner e Natura ficaram à frente, com percentuais próximos, sendo 27,78% e 27,27%, respectivamente.

4.3 Formas de ganhar, manter e recuperar legitimidade

Neste tópico são apresentados os resultados, conforme Tabela 3, quanto às ações utilizadas pelas empresas, além da relação entre as formas e as estratégias. As formas de recuperar legitimidade não são apresentadas, pois não foram identificados parágrafos relativos a elas.

Estratégia	Formas	Ações	Quantidade de parágrafos	Percentual do total localizado
Ganhar	Pragmática	Responder às necessidades	4	4,04%
		Cooptar integrantes	7	7,07%
		Construir reputação	3	3,03%
		Localizar público amigável	0	0,00%
		Recrutar cooperadores amigáveis	2	2,02%
		Anunciar produto	8	8,08%
		Anunciar imagem	13	13,13%
	Total da categoria em relação ao total geral		**37**	**37,37%**
	Moral	Produzir resultados adequados	7	7,07%
		Incorporar-se a instituições	0	0,00%
		Oferecer demonstrações simbólicas	6	6,06%
		Definir metas	1	1,01%
		Demonstrar sucesso	3	3,03%
		Fazer adeptos	1	1,01%
	Total da categoria em relação ao total geral		**18**	**18,18%**
	Cognitiva	Reproduzir normas	4	4,04%
		Formalizar operações	1	1,01%
		Profissionalizar operações	2	2,02%
		Buscar certificação	19	19,19%
		Persistir	2	2,02%
		Popularizar novos modelos	1	1,01%
		Padronizar novos modelos	0	0,00%
	Total da categoria em relação ao total geral		**29**	**29,29%**

Manter	Pragmática	Consultar opinião de líderes	0	0,00%
		Monitorar a confiabilidade	6	6,06%
		Comunicar-se honestamente	2	2,02%
		Estocar confiança	0	0,00%
	Total da categoria em relação ao total geral		**8**	**8,08%**
	Moral	Consultar as categorias profissionais	1	1,01%
		Monitorar responsabilidade	2	2,02%
		Comunicar-se oficialmente	1	1,01%
		Estocar opiniões favoráveis	0	0,00%
	Total da categoria em relação ao total geral		**4**	**4,04%**
	Cognitiva	Consultar aqueles que têm dúvidas	1	1,01%
		Visar clareza	0	0,00%
		Falar do assunto com naturalidade	0	0,00%
		Estocar conexões	2	2,02%
	Total da categoria em relação ao total geral		**3**	**3,03%**
	Total Geral		**99**	**100,00%**

Tabela 3 – Parágrafos distribuídos pelas ações

FONTE: Dados da pesquisa

Os resultados apresentados na Tabela 3 demonstram que a estratégia de ganhar legitimidade de forma pragmática foi a mais utilizada, com 37,37%, seguida da estratégia de ganhar legitimidade de forma cognitiva, com 29,29%.

É possível perceber que duas ações se sobressaem às demais. A primeira ação é "buscar certificação", que faz parte da estratégia de ganhar legitimidade de forma cognitiva, e a segunda ação é "anunciar a imagem" que faz parte da estratégia de ganhar legitimidade de forma pragmática.

Na primeira ação são relatadas as certificações obtidas ou intenção de ações para essa finalidade, como no exemplo a seguir, retirado do RA da empresa EDP (2017, p. 19):

> As iniciativas de sustentabilidade da Companhia durante o ano permitiram que a EDP, pelo 12º ano consecutivo, permanecesse no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 e fosse reconhecida pelo Guia Exame de Sustentabilidade como a empresa mais sustentável do setor, principalmente pelos investimentos inovadores que realizou em energia solar.

Na segunda ação, a empresa relata que é sustentável e preocupada com questões ambientais, como no exemplo a seguir, retirado do RA da Lojas Renner (2017, p. 5): "A sustentabilidade está presente na missão e nos valores corporativos da Lojas Renner e, desta forma, alinha o comprometimento com o desenvolvimento sustentável à estratégia da Companhia".

Outras ações utilizadas pelas empresas que merecem destaque são "anunciar o produto", onde são feitos relatos sobre o produto ser sustentável, e a ação de "cooptar integrantes", relacionada com a associação a parceiros para o desenvolvimento de ações sustentáveis, como universidades, comunidade, entre outras. Essas duas ações fazem parte da estratégia de ganhar legitimidade de forma pragmática, o que confirma o maior percentual registrado perante as demais estratégias.

O trecho a seguir, extraído do RA da empresa Klabin (2017, p. 1), se encaixa na ação de "anunciar o produto". A empresa relata que seu produto é sustentável, conforme destacado:

> Nesse sentido, as embalagens deixam de ser uma mercadoria e se tornam um fator de decisão de compra na cadeia de consumo. A Klabin está preparada para oferecer ao mercado as melhores soluções para essa nova tendência, com embalagens seguras, leves e eficientes. **Os atributos de sustentabilidade dos nossos papéis se sobressaem em relação às demais opções de embalagens disponíveis hoje no mercado, já que nossos produtos são recicláveis, renováveis, biodegradáveis, flexíveis** e se adequam às novas demandas dos clientes em um mercado que busca otimização de forma consciente. [grifo nosso].

Outra ação de destaque, pertencente à estratégia de ganhar legitimidade de forma moral, é a de "produzir resultados adequados", onde a empresa relata os resultados de ações que buscam a redução dos impactos ambientais, contribuindo para a preservação do meio ambiente, como, por exemplo, a redução no consumo de água. Pode-se observar essa ação no parágrafo a seguir, retirado do RA da empresa Natura (2017, p. 29):

> O uso eficiente de água potável em áreas fabris e Centros de Distribuição, o reuso de água em processos de utilidades e manutenção predial contribuíram para a manutenção do resultado nos mesmos patamares do ano anterior. Seguiremos com novos esforços para reduzir ainda mais o consumo relativo de água nas nossas operações.

Outro resultado verificado é que nenhuma ação para recuperar legitimidade foi localizada nos Relatórios de Administração das empresas pertencentes à amostra. Dessa forma, as ações não estão apresentadas na Tabela 3.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi identificar as estratégias de legitimação social segundo a tipologia de Suchman (1995) contidas nos Relatórios de Administração de empresas ambientalmente sensíveis e não ambientalmente sensíveis, que foram premiadas pelo guia Exame de Sustentabilidade de 2017 e que compõem a carteira do ISE da BM&FBOVESPA de 2018.

Para atingir o objetivo deste estudo determinou-se, inicialmente, a identificação das informações voluntárias presentes nos relatórios das empresas analisadas. A partir dos

dados encontrados na pesquisa, foram identificados 99 parágrafos contendo discursos sobre evidenciação ambiental de forma voluntária.

Na sequência foram classificadas as informações localizadas de acordo com as estratégias de legitimação elaboradas por Suchman (1995). Os resultados da pesquisa revelaram que a estratégia relacionada ao meio ambiente mais encontrada foi a de ganhar legitimidade, assim corroborando com os dados encontrados na pesquisa de Machado (2014), pesquisa na qual a estratégia de ganhar legitimidade também esteve mais presente na evidenciação ambiental das empresas analisadas.

Destaca-se, nos resultados, a não utilização da estratégia de recuperar legitimidade pelas empresas pertencentes à amostra, o que pode indicar que as empresas analisadas não passaram por eventos que exigissem essa medida perante a sociedade.

Em um terceiro momento foram analisadas, de forma comparativa, as estratégias de legitimidade utilizadas por empresas ambientalmente sensíveis e não ambientalmente sensíveis. Com os resultados, observou-se que não houve diferenças significativas na evidenciação ambiental entre os dois grupos de empresas – as ambientalmente sensíveis e as não ambientalmente sensíveis –, refutando um possível entendimento de que empresas ambientalmente sensíveis deveriam evidenciar mais informações de cunho ambiental, visto que as suas atividades possuem maior influência direta no ambiente natural.

Do total de parágrafos classificados, 41 foram divulgados voluntariamente por empresas ambientalmente sensíveis e 58 por empresas não ambientalmente sensíveis. O fato de as empresas analisadas serem reconhecidas por premiações e por fazerem parte do grupo de empresas que compõem o ISE, pode indicar que elas já tradicionalmente possuam uma preocupação com o meio ambiente, isso independentemente de serem consideradas ambientalmente sensíveis ou não.

Para ganhar legitimidade, a forma pragmática apresentou o maior percentual do total de parágrafos identificados, tendo sido as formas cognitiva e moral usadas em menores percentuais. Omo forma comparativa, destaca-se a pesquisa de Machado (2014), o qual observou dados diferentes em seu estudo em empresas brasileiras de capital aberto, pois encontrou um equilíbrio entre as formas para ganhar legitimidade.

Verifica-se que ações de buscar certificação, anunciar a imagem, anunciar o produto e cooptar integrantes foram as mais utilizadas para a evidenciação ambiental. As quatro ações fazem parte da estratégia de ganhar legitimidade, o que demonstra a constante busca pela legitimação social por parte das empresas.

Diante dos resultados, conclui-se que o presente estudo contribui para o conhecimento na área de gestão ambiental, na medida em que apresenta uma reflexão crítica sobre a utilização do RA para a divulgação voluntária de informações ambientais. Os resultados proporcionam também conhecimento aos *stakeholders* e *shareholders* sobre as intenções contidas por trás de uma divulgação sobre o meio ambiente em relatórios.

Para futuras pesquisas, sugere-se que sejam utilizados mais anos para verificar

se os relatórios permanecem sem ações voltadas para recuperar legitimidade. Pode-se também realizar um estudo de campo para verificar se as empresas fizeram a utilização das estratégias de legitimação de forma consciente. Novos trabalhos também poderiam utilizar as mesmas empresas desta amostra, mas abranger outros relatórios ambientais, como o de sustentabilidade e o relato integrado, para verificar com mais abrangência as estratégias de legitimidade apresentadas.

REFERÊNCIAS

BARAKAT, S. R.; FREITAS, L. P.; BOAVENTURA, J. M. G. Legitimidade: uma análise da evolução do conceito na Teoria dos *Stakeholders*. **Revista de Ciências da Administração**. São Paulo, v. 18, n. 44, p. 66-80, abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2016v18n44p66>. Acesso em: 20 out. 2017.

BEUREN, I. M.; GUBIANI, C. A.; SOARES, M. Estratégias de legitimidade de Suchman evidenciadas nos relatórios da administração de empresas públicas do setor elétrico. **Rev. Adm. Pública**. Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, jul./ago. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/ 10.1590/S0034-76122013000400003>. Acesso em: 20 out. 2017.

BM&FBovespa, **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**. Disponível em: <http:// www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sus tentabilidade-empresarial-ise.htm>. Acesso em: 19 jul. 2018.

BORÇATO, Edileusa Cristina. **Legitimação social das empresas de capital aberto por meio da divulgação sobre meio ambiente natural no relato integrado.** 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE,Cascavel/PR. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3449>. Acesso em: 20 out. 2017.

CZESNAT, Aline Oliveira; MACHADO, Denise del Prá Netto**.** Legitimação na evidenciação de informações socioambientais entre as empresas de telecomunicações listadas na Bovespa. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos.** São Leopoldo, RS, **v.** 9, n. 3, p. 291-305, jul./set. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4013/base.2012.93.07>. Acesso em: 20 out. 2017.

DIAS FILHO, José M. Políticas de evidenciação contábil: um estudo do poder preditivo e explicativo da teoria da legitimidade. In: EnANPAD, 31.: 2007, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**...Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/ad min/pdf/CON-A3301.pdf>. Acesso em: 22 out. 2017.

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A. **Relatório da Administração 2017**. Disponível em:<https://www.rad.cvm.gov.br/ENETCONSULTA/frmGerenciaPaginaFRE.aspx?NumeroSequencialDocumento=72147&CodigoTipoInstituicao=2>. Acesso em: 20 jul. 2018.

EXAME. **EXAME premia as empresas que mais se destacam em sustentabilidade.** 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/exame-premia-as-empresas-que-mais- se-destacam-em-sustentabilidade/>. Acesso em: 19 jul. 2018.

FANK, Odir Luiz; BEUREN, Ilse Maria. Evidenciação das estratégias de legitimidade da tipologia de Suchman (1995) nos relatórios da administração da Petrobras. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações.** São Paulo, v. 4, n. 10, p. 25-47, set./dez. 2010. Disponível em:<https://doi.org/10.11606/rco.v4i10.34775>. Acesso em: 22 out. 2017.

FERREIRA, Amanda Mércia. **Estratégias de legitimidade da tipologia de Suchman: Análise dos relatórios de sustentabilidade da Samarco**. 2017. 43 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis), Universidade Federal de Goiás - UFG, Goiânia. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/ri/12230>. Acesso em: 21 out. 2017. IUDICIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 10. ed. São Paulo:Atlas, 2010.

KLABIN S.A. **Relatório da Administração 2017**. Disponível em: <https://www.rad.cvm.gov.br/ENETCONSULTA/frmGerenciaPaginaFRE.aspx?NumeroSequencialDocumento=71286&CodigoTipoInstituicao=2>. Acesso em: 20 jul. 2018.

LOJAS RENNER S.A. **Relatório da Administração 2017**. Disponível em: <https://www.rad.cvm.gov.br/ENETCONSULTA/frmGerenciaPaginaFRE.aspx?NumeroSequencialDocumento=71433&CodigoTipoInstituicao=2>. Acesso em: 20 jul. 2018.

MACHADO, Daiane Pias. **A evidenciação ambiental como instrumento de gestão da legitimidade social em empresas brasileiras de capital aberto**. 2014. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo/RS. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/40 39>. Acesso em: 20 out. 2017.

NATURA COSMETICOS S.A. **Relatório da administração**. Disponível em: <https://www.rad.cvm.gov.br/ENETCONSULTA/frmGerenciaPaginaFRE.aspx?NumeroSequencialDocumento=72264&CodigoTipoInstituicao=2>. Acesso em: 20 jul. 2018.

PENEDO, Jorge et al. Contabilidade ambiental - divulgação de informação. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE, 10., 2004, Lisboa - Portugal. **Anais eletrônicos...** Lisboa, Portugal, 2004. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/47131125.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017

PEREIRA, A. G.; BRUNI, A. L.; DIAS FILHO, J. M. Legitimidade corporativa em empresas pertencentes a indústrias ambientalmente sensíveis: um estudo empírico com empresas que negociam ações na Bovespa. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão.** Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21446/scg_ufrj.v5i2.13203>. Acesso em: 20 out. 2017.

RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade ambiental.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ROVER, S.; BORBA, J.; DAL-RI MURCIA, F.; VICENTE, E. Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o *disclosure* das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 2, p. 53-72, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rco.v2i3.34713>. Acesso em: 20 out. 2017.

SANCOVSCHI, Moacir; SILVA, Adolfo Henrique Coutinho. Evidenciação social corporativa: um estudo de caso da empresa Petróleo Brasileiro S.A. **Sociedade, Contabilidade e Gestão.** Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 42-57, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21446/scg_ufrj.v1i1.13112>. Acesso em: 20 out. 2017.

SUCHMAN, Mark C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. **The Academy of Management Review,** v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CAPÍTULO 13

TURISMO E MEIO AMBIENTE: CARTA ENCÍCLICA *LAUDATO SI'* SOBRE O CUIDADO DA CASA COMUM

Data de aceite: 23/04/2021

Eduardo Taborda de Jesus
Universidade de Caxias do Sul (UCS; PROSUC/CAPES) com período PDSE vinculado à Universidade de Coimbra e ao Santuário de Fátima/Portugal. Professor Substituto no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG
http://lattes.cnpq.br/2909404522185386

RESUMO: O artigo apresenta reflexões ao aproximar ao estudo do Turismo o conteúdo da Carta Encíclica[1] "Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum". A pesquisa é uma revisão teórica de natureza qualitativa e utiliza o método de análise de conteúdo. Seus resultados contribuem para identificar o posicionamento político-ambiental da Santa Sé - enquanto país membro observador da ONU - e Igreja Católica, enquanto instituição religiosa. As questões referentes à raiz humana da crise ecológica; educação e espiritualidade ecológica, e as orientações/ações propostas nessa carta são lidas de forma a entende-las como facilitadoras para o processo do planejamento turístico ao compreender na raiz humana a integralidade do ser vivo como um ser bio-psico-sócio-espiritual.

PALAVRAS-CHAVE: Laudato Si'; Igreja Católica; Turismo Religioso.

ABSTRACT: The paper shows reflections by approximating to the study of Tourism the content of the Encyclical Letter "Laudato Si": about the care of the common house". The research is a theoretical revision of qualitative nature and uses the discursive textual analysis. Its results contribute to identify the political-environmental positioning of the Holly See – while a member country of the UN – and the Catholic Church, while religious institutions. Questions regarding the human root of the ecologic crises: education and ecology spirituality and the orientations and actions proposed in this letter are read in order to understand them as facilitators for the process of touristic planning by seeing in the human root the integrality of the living being as a bio-psycho-social-spiritual being.

KEYWORDS: Laudato Si'; Tourism; Catholic Church, Religious Tourism.

1 I RAIZ HUMANA INTEGRAL

Ao escolher como tema "Turismo e Sustentabilidades" a ANPTUR permite ampliar as bibliografias normalmente estudadas no meio acadêmico do Turismo Brasileiro. Analisar as difusas áreas que podem englobar essas

1 As Cartas Encíclicas abordam questões doutrinárias e não dogmáticas, não sendo exigida dessa forma uma irrestrita observância. Contudo, permanece em voga o orientado pelo papa Pio XII na Encíclica Humane Generis (1950, AAS 20) quando afirma: "Nem se deve crer que os ensinamentos das encíclicas não exijam, por si, assentimento, sob alegação de que os sumos pontífices não exercem nelas o supremo poder de seu magistério. Entretanto, tais ensinamentos provêm do magistério ordinário, para o qual valem também aquelas palavras: "Quem vos ouve a mim ouve" (*Lc* 10, 16); e, na maioria das vezes, o que é proposto e inculcado nas encíclicas, já por outras razões pertence ao patrimônio da doutrina católica. E, se os romanos pontífices em suas constituições pronunciam de caso pensado uma sentença em matéria controvertida, é evidente que, segundo a intenção e vontade dos mesmos pontífices, essa questão já não pode ser tida como objeto de livre discussão entre os teólogos. "

‘sustentabilidades’ amplia o leque de autores que podem ser inclusos como bibliografia indispensável no estudo do Turismo e da Hospitalidade. Para também contribuir com isso, parece oportuno verificar a literatura existente de autoria da Santa Sé com enfoque nos estudos na área do Turismo e Hospitalidade. A Carta Encíclica *Laudato Si’* é um exemplo entre muitos. As mensagens para o Dia Mundial do Turismo, escritas desde 1980, as menções sobre o fenômeno do Turismo já constantes nos documentos do Concílio Vaticano II, os questionamentos de Bento XVI sobre os estudos da capacidade de carga dos santuários católicos, as orientações relativas aos profissionais dos aeroportos e navios... enfim, uma gama de textos que, desde 1952, propõe reflexões sobre as sustentabilidades inerentes ao estudo e trabalho nas áreas relacionadas ao Turismo. (TABORDA JESUS, 2014).

Propor investigação e aprofundar - no Turismo - um texto de matiz religiosa pode causar questionamentos acerca da concepção de Ciência X Fé do autor do artigo, as opiniões desse sobre Estado Laico X Estado Ateu, ou até mesmo sobre a validade dessa aproximação em um ambiente que, mesmo admitindo a possibilidade dos pares possuírem algum tipo de crença, o inconsciente coletivo científico possa recomendar que essa manifestação seja realizada apenas no âmbito do foro íntimo. Francisco (2015) prevê alguns desses possíveis questionamentos e manifesta compreender que

> uma ecologia integral requer abertura para categorias que transcendem a linguagem das ciências exactas ou da biologia e nos põem em contacto com a essência do ser humano (...) Uma ciência, que pretenda oferecer soluções para os grandes problemas, deveria necessariamente ter em conta tudo o que o conhecimento gerou nas outras áreas do saber, incluindo a filosofia e a ética social. Mas este é actualmente um procedimento difícil de seguir. Por isso também não se consegue reconhecer verdadeiros horizontes éticos de referência. A vida passa a ser uma rendição às circunstâncias condicionadas pela técnica, entendida como o recurso principal para interpretar a existência. Na realidade concreta que nos interpela, aparecem vários sintomas que mostram o erro, tais como a degradação ambiental, a ansiedade, a perda do sentido da vida e da convivência social. Assim se demonstra uma vez mais que « a realidade é superior à ideia. (AAS[2] XX).

Compreender caminhos para a essência do ser humano parece ser uma chave de leitura entre o religioso, psicológico e científico. Chegar a soluções de ordem prática em matérias distintas – como a ecológica - deveria observar todos os aspectos do ser humano, contemplando assim sua integralidade. Frankl (1998), em sua escola psicoterápica, defende que para poder-se falar de ser humano e pessoa em sua completude, necessariamente, deve-se abordar o ente espiritual:

---

2 Todas as publicações oficiais da Igreja Católica são citadas de acordo com as normativas da Santa Sé, através da sigla “AAS”, que significa “Acta Apostólica Sedis”, seguida do número do parágrafo que ela consta. Como os documentos são pensados para serem publicados de forma conjunta nos cinco continentes, em inúmeros idiomas e através do endereço eletrônico da Santa Sé, a citação da página acaba por não ser tão precisa no momento de pesquisa às fontes quanto ao AAS do parágrafo citado.

> Pelo fato de o ser humano estar centrado como indivíduo em uma pessoa determinada (como centro espiritual e existencial), e somente por isso, o ser humano é também um ser integrado: somente a pessoa espiritual a unidade e totalidade do ente humano. Ela forma essa totalidade como sendo biopsicoespiritual. Não será demais enfatizar que somente essa totalidade tripla torna o ser humanos completo. Portanto não se justifica, como frequentemente ocorre, falar do ser humano como uma 'totalidade corpo-mente'; corpo e mente podem constituir uma unidade, por exemplo 'unidade' psicofísica, porém essa unidade jamais seria capaz de representar a totalidade humana. A essa totalidade, ao ser humano total, pertence o espiritual, e lhe pertence como a sua característica mais específica. Enquanto somente se falar de corpo e mente, é evidente que não se pode estar falando da totalidade. (FRANKL, 1998).

Sendo Frankl um autor não cristão, parece ganhar significativa relevância a inclusão do aspecto espiritual para a concepção da integralidade da pessoa. Para a análise que propõe esse artigo, a existência de uma linha psicoterápica reconhecida e que possui esse entendimento basta para justificar a escolha de uma Carta Encíclica em que o tema do cuidado ambiental foge de uma responsabilidade dogmática proposta por um chefe religioso. Embora, nesse cenário, pareça razoável a autoridade máxima da Santa Sé, Igreja Católica, escrever um documento como uma Carta Encíclica[3], em um tema que aborda não apenas o tema do meio ambiente, mas traz à raiz humana a crise ecológica e sua integralidade; a educação e espiritualidade ecológica. Com a gravidade da problemática ambiental que a sociedade contemporânea passa, estranho seria a omissão da Santa Sé nessa pauta. Francisco (2015) surpreende quando apresenta aos seguidores, e posteriormente a todo o povo, as justificativas espirituais e morais como embasadoras para o cuidado que o ser humano deve ter com o meio ambiente e a raiz humana ecológica. Francisco utiliza no subtítulo "o cuidado da casa comum" evidenciando compreender o assunto como algo que ultrapassa os limites da própria religião, mas a utiliza para conscientizar e propor mudanças paradigmáticas no pensamento e comportamento individual do ente humano. Para ele, o que está em risco é o futuro dessa "Casa comum", e a "... preocupação pelo que está a acontecer ao nosso planeta." (FRANCISCO, 2015, p. 19/20).

1.1 É a humanidade que precisa mudar

"É a humanidade que precisa mudar. Falta consciência de uma origem comum". (FRANCISCO, 2015, p. 119). Repensar a educação ecológica é a principal maneira apresentada para conseguir-se algum êxito quando se trata de reverter os danos causados pelo próprio homem a natureza. Para àqueles que creem, essa conscientização - pela religião e pela educação ambiental - transforma, dignifica e aproxima o ser humano do seu criador. Para os que não creem, Francisco (2015) justifica no estudo filosófico quando inquieta sobre as ações que o mesmo ser humano, os mesmos países, acabam por não realizar enquanto discursam sobre a necessidade de se modificar o modo de vida pelo bem

3 A Carta Encíclica Laudato Si' foi a primeira a ser escrita pelo Papa Francisco. Esse fato carrega, também, o simbolismo da importância do tema para a Igreja Católica nesse momento contemporâneo.

comum do planeta.

> A consciência da gravidade da crise cultural e ecológica precisa de traduzir-se em novos hábitos. Muitos estão cientes de que não basta o progresso actual e a mera acumulação de objectos ou prazeres para dar sentido e alegria ao coração humano, mas não se sentem capazes de renunciar àquilo que o mercado lhes oferece. Nos países que deveriam realizar as maiores mudanças nos hábitos de consumo, os jovens têm uma nova sensibilidade ecológica e um espírito generoso, e alguns deles lutam admiravelmente pela defesa do meio ambiente, mas cresceram num contexto de altíssimo consumo e bem-estar que torna difícil a maturação doutros hábitos. Por isso, estamos perante um desafio educativo. (FRANCISCO, 2015, AAS 209)

Francisco (2015) aborda a crise “cultural e ecológica” e, logo após, a “mera acumulação de objectos ou prazeres para dar sentido e alegria ao coração humano”. Também nisso Frankl oferece importante reflexão quando propõe o distanciamento de sua linha psicoterápica, a Logoterapia, com a de Freud (Primeira Escola Vienense de Psicoterapia) e Adler (Segunda Escola Vienense de Psicoterapia). Frankl (Terceira Escola Vienense de Psicoterapia) entende que o que move o ser humano não seria o entendido na visão Freudiana como vontade do prazer, ou para Adler como a vontade do poder. Em Frankl a chave interpretativa do ser humano é a vontade de sentido. A teimosa vontade de que a vida humana faça algum sentido, esta é a verdade interior que sempre retorna e chama a inquietudes, o motor da vida humana, sua motivação.

O Papa católico também entende que ao acumular cada vez mais objetos ou prazeres em detrimento ao real sentido do que eles significam, como fator de uma incessante busca de algo que culmina no consumo cada vez maior, desordenado, e agressivo ao ambiente em que vivemos, o meio ambiente estaria condenado pois o ser humano não seria capaz de renunciar aquilo que o mercado está sempre pronto a oferecer, o que aumenta de forma desordenada a produção e o consumo dos bens finitos. Dar um sentido a própria existência permite, e nesse momento a mensagem é direcionada diretamente aos jovens, que utilizem sua sensibilidade ecológica e um espírito generoso, como motivador para as mudanças que entende serem necessárias para a conservação dessa casa comum.

Mas mais que direcionar a necessidade de uma busca de sentido, Francisco também norteia a necessidade de mudanças nos estilos de vida e consumo enquanto cidadão, e nessa perspectiva aproxima o texto dos leitores não crentes, mas que têm a preocupação humana do zelo e cuidado com o meio ambiente. Se a linguagem que parece ditar o ritmo das relações comerciais é a ditada pelo intangível mercado, e para esses a busca de sentido se resume a uma busca incessante e a qualquer custo pelo lucro, Francisco lembra as ações individuais organizadas que geram mudanças administrativas e de posicionamentos nas grandes corporações contemporâneas.

> Uma mudança nos estilos de vida poderia chegar a exercer uma pressão salutar sobre quantos detêm o poder político, económico e social. Verifica-

> se isto quando os movimentos de consumidores conseguem que se deixe de adquirir determinados produtos e assim se tornam eficazes na mudança do comportamento das empresas, forçando-as a reconsiderar o impacto ambiental e os modelos de produção. É um facto que, quando os hábitos da sociedade afectam os ganhos das empresas, estas vêem-se pressionadas a mudar a produção. (2015, AAS 206).

Essas mudanças nos estilos de vida que influenciam nas políticas de preservação ambiental dificilmente poderiam ser pensadas apenas no conhecimento individual de cada cidadão. Para a propagação desses conhecimentos o papel das pesquisas acadêmicas e científicas torna-se vital para regrar a quantidade de informações sobre esse assunto, e que ora são profícuos, e ora carecem de um maior embasamento técnico e científico. Para tal, Francisco (2015) ressalta a necessidade do papel do investigador enquanto autor e propagador do conhecimento, que só é atingido com uma séria e real atenção à educação.

2 | EDUCAÇÃO E ESPIRITUALIDADE ECOLÓGICA

O papel formal da investigação e da pesquisa é considerado essencial para Francisco. Uma das propostas concretas apresentadas com vistas para que a humanidade encontre de forma mais precisa as respostas técnicas em questões como aquecimento global, água portável, preservação dos animais em vias de extinção, entre outros, é o investimento em pesquisas científicas:

> É preciso investir muito mais na pesquisa para se entender melhor o comportamento dos ecossistemas e analisar adequadamente as diferentes variáveis de impacto de qualquer modificação importante do meio ambiente. Visto que todas as criaturas estão interligadas, deve ser reconhecido com carinho e admiração o valor de cada uma, e todos nós, seres criados, precisamos uns dos outros. Cada território detém uma parte de responsabilidade no cuidado desta família, pelo que deve fazer um inventário cuidadoso das espécies que alberga a fim de desenvolver programas e estratégias de protecção, cuidando com particular solicitude das espécies em vias de extinção. (2015, AAS 42).

Se Francisco considera o investimento à pesquisa uma forma de alcançar-se a melhor compreensão do comportamento humano e ambiental no planeta, essa não é a única forma de propagação do conhecimento que ele entende ser adequada. O agir local em uma pequena comunidade também é destacado no momento que que essas pequenas ações passam a fazer parte de uma rede de cuidados planetários que têm ações benéficas diretas que, mesmo apenas locais, têm reflexos diretos na qualidade de vida dos autóctones.

> Nalguns países, há exemplos positivos de resultados na melhoria do ambiente, tais como o saneamento de alguns rios que foram poluídos durante muitas décadas, a recuperação de florestas nativas, o embelezamento de paisagens com obras de saneamento ambiental, projectos de edifícios de grande valor estético, progressos na produção de energia limpa, na melhoria dos transportes públicos. Estas acções não resolvem os problemas globais,

> mas confirmam que o ser humano ainda é capaz de intervir de forma positiva. (2015, AAS 58).

Faz parte da educação católica distinguir os graus de dignidade que cada ser vivo possui, de acordo com a criação. Na doutrina católica, também como na judaica, a "criação" não significa apenas um nome dado para o agir criador no corpo tangível. O entendimento da ação criadora da matéria também no intangível reascende interpretações de ordem metafísica, e que também podem contribuir quando propõe abordar a integralidade do ser. Quando nesses documentos encontra-se referências a criação é preciso a compreender ser ela, para essa crença, o momento inicial de uma existência tangível e intangível. O corpo, matéria, e sua parte espiritual, possuidora de um respeito e dignidade própria e específica a cada espécie.

Outros autores vão ao encontro desse pensamento. Na impossibilidade desse artigo comportar a vasta justificativa sobre os caminhos circundantes entre Fé e Razão; ciência e o dogma, partilho aquele do autor que considero ter uma ampla e interessante bibliografia a respeito: Urbano Zilles. Zilles (2015) designa natureza dessa forma:

> Designamos a totalidade das coisas; tudo o que existe. Formulando mais precisamente: tudo o que existe, antes da ação humana. Assim, com a palavra natureza designamos os astros, a terra, a paisagem, as plantas e os animais, mas também o próprio ser humano enquanto dado como realidade orgânico-espiritual. (p. 162)

Por tratar-se matéria de crença dogmática, mesmo dentro da própria instituição religiosa percebe-se posicionamentos distintos, e até mesmos díspares em relação ao mesmo tema. Por esse estudo tratar-se de reflexões e análises da Carta Encíclica Laudato Si', e pelo fato que na crença católica a figura do Papa é tanto o chefe religioso, quanto o chefe de estado da Santa Sé, não parece produtivo recorrer a textos periféricos de outros autores deixando de lado o posicionamento considerado pelo detentor, de fato, da autoridade para falar em nome do catolicismo. Esse breve esclarecimento é importante no momento em que a Encíclica passa a utilizar uma característica mais doutrinária e que parece corrigir uma informação passada pelos bispos do Brasil. Eis o que manifesta Francisco (2015):

> Os bispos do Brasil sublinharam que toda a natureza, além de manifestar Deus, é lugar da sua presença. Em cada criatura, habita o seu Espírito vivificante, que nos chama a um relacionamento com Ele. A descoberta desta presença estimula em nós o desenvolvimento das virtudes ecológicas. Mas, quando dizemos isto, não esqueçamos que há também uma distância infinita, pois as coisas deste mundo não possuem a plenitude de Deus. Esquecê-lo, aliás, também não faria bem às criaturas, porque não reconheceríamos o seu lugar verdadeiro e próprio, acabando por lhes exigir indevidamente aquilo que, na sua pequenez, não nos podem dar. (2015, AAS 88).

Pode-se, aqui, destacar duas ações importantes: 1) Os Bispos da Confederação

Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) terem manifestado que “toda a natureza, além de manifestar Deus, é lugar de sua presença”; e 2) O papa ter complementado: “quando dizemos isto, não esqueçamos que há também uma distância infinita, pois as coisas deste mundo não possuem a plenitude de Deus”. E segue:

> Isto não significa igualar todos os seres vivos e tirar ao ser humano aquele seu valor peculiar que, simultaneamente, implica uma tremenda responsabilidade. Também não requer uma divinização da terra, que nos privaria da nossa vocação de colaborar com ela e proteger a sua fragilidade. Estas concepções acabariam por criar novos desequilíbrios, na tentativa de fugir da realidade que nos interpela. Às vezes nota-se a obsessão de negar qualquer preeminência à pessoa humana, conduzindo-se uma luta em prol das outras espécies que não se vê na hora de defender igual dignidade entre os seres humanos. Devemos, certamente, ter a preocupação de que os outros seres vivos não sejam tratados de forma irresponsável, mas deveriam indignar-nos sobretudo as enormes desigualdades que existem entre nós, porque continuamos a tolerar que alguns se considerem mais dignos do que outros. Deixamos de notar que alguns se arrastam numa miséria degradante, sem possibilidades reais de melhoria, enquanto outros não sabem sequer que fazer ao que têm, ostentam vaidosamente uma suposta superioridade e deixam atrás de si um nível de desperdício tal que seria impossível generalizar sem destruir o planeta. Na prática, continuamos a admitir que alguns se sintam mais humanos que outros, como se tivessem nascido com maiores direitos. (2015, AAS 90)

E o discurso que antes era uma defesa dogmática da crença, volta a discussão para a raiz filosófica do ser humano: Qual sua dignidade? Francisco não aprofunda, e nessa Carta Encíclica (e nem tinha como objetivo, descrever os conceitos da dignidade da pessoa) mas deixa claro que, na visão católica, existe essa diferença. O que distingue o ser humano dos animais não é um simples ‘cuidado’ entre os da mesma espécie ou não. Francisco afirma que não se deve retirar do ser humano o seu valor, ou a tentativa de uma “divinização da terra” (muitas vezes, até pelos próprios católicos, chamada de *Gaia*[4]) conforme manifestação dos bispos da CNBB poderia deixar implícito e abrindo margem a interpretações. Francisco aproveita e questiona àqueles que desejam limitar (as vezes com razão) em questões éticas as pesquisas científicas, mas não fazem o mesmo quando o que está posto em xeque é a vida do ser humano.

> Além disso, é preocupante constatar que alguns movimentos ecologistas defendem a integridade do meio ambiente e, com razão, reclamam a imposição de determinados limites à pesquisa científica, mas não aplicam estes mesmos princípios à vida humana. Muitas vezes justifica-se que se ultrapassem todos os limites, quando se faz experiências com embriões humanos vivos. Esquece-se que o valor inalienável do ser humano é independente do seu grau de desenvolvimento. Aliás, quando a técnica ignora os grandes princípios éticos, acaba por considerar legítima qualquer prática. (2015, AAS 136).

4 Mitologia Grega: Gaia é a Mãe-Terra, Mãe de Urano (Céu), Ponto (mar) e as Óreas (as montanhas), Nereu (deus marinho primitivo), Fórcis, Ceto, Euríbia e Taumante. Gaia gerou também os doze titãs: Oceano, Céos, Crio, Hiperião, Jápeto, Teia, Reia, Têmis, Mnemosine, Febe e Tétis. Por último gerou Cronos. Cfe: HESÍODO. *Teogonia, a origem dos deuses*. Trad. de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1991.

Tendo como base o entendimento ético de respeito à dignidade da pessoa e a concepção de preservação ambiental que preserva, mas não iguala, a *criação,* constata-se a preocupação do texto que ele não seja apenas um estudo teórico sobre meio ambiente afastado da realidade do mercado que a própria Carta Encíclica aponta como um dos responsáveis pela mudança - tanto de ações quanto de mentalidade dos agentes envolvidos. Como relegar simplesmente a um intangível 'mercado' que sinaliza, mas não responsabiliza, um agente de forma específica, uma parte da Laudato Si' é escrita diretamente tendo os empresários como destinatários. Nesse artigo, as questões relativas aos empreendimentos e projetos ambientais ganham vida na visão do turismo e sua aproximação com esses projetos e empreendimentos.

3 | A LAUDATO SI', OS EMPREENDIMENTOS E O TURISMO

Impacto ambiental, capacidade de carga, inovação tecnológica, responsabilidade social da empresa e responsabilidade social do consumidor. Esses são alguns termos encontrados nos recentes documentos da Igreja Católica que chamam atenção por provocar o aumento de estudos que contribuam aos empreendedores conseguirem agir de forma ética e responsável em seus projetos. Bento XVI na Carta Encíclica Caritas in Veritatis sugere que seria

> bom que as pessoas ganhem consciência de que a acção de comprar é sempre um acto moral, para além de económico. Por isso, ao lado da responsabilidade social da empresa, há uma específica responsabilidade social do consumidor. (2009, AAS 66).

O combate a corrupção, a qual independente das cores e dos partidos que estão no poder e que fazem tão mal a qualquer nação, também é destacado pelo papa. A troca de favores que leva a acordos ambíguos e que não tem como fim o bem comum e o bem-estar da sociedade. Diferente do que pode parecer pelo senso comum a preocupação de um papa, Francisco esclarece ser o estudo de impacto ambiental algo tão importante que deve preceder a própria elaboração dos projetos nos planejamentos políticos e dos futuros empreendedores, que inclui também os empreendedores e projetos na área do turismo.

> A previsão do impacto ambiental dos empreendimentos e projectos requer políticos transparentes e sujeitos a diálogo, enquanto a corrupção, que esconde o verdadeiro impacto ambiental dum projecto em troca de favores, frequentemente leva a acordos ambíguos que fogem ao dever de informar e a um debate profundo. Um estudo de impacto ambiental não deveria ser posterior à elaboração dum projecto produtivo ou de qualquer política, plano ou programa. Há-de inserir-se desde o princípio e elaborar-se de forma interdisciplinar, transparente e independente de qualquer pressão económica ou política. Deve aparecer unido à análise das condições de trabalho e dos possíveis efeitos na saúde física e mental das pessoas, na economia local, na segurança. Assim os resultados económicos poder-se-ão prever de forma mais

> realista, tendo em conta os cenários possíveis e, eventualmente, antecipando a necessidade dum investimento maior para resolver efeitos indesejáveis que possam ser corrigidos. É sempre necessário alcançar consenso entre os vários actores sociais, que podem trazer diferentes perspectivas, soluções e alternativas. Mas, no debate, devem ter um lugar privilegiado os moradores locais, aqueles mesmos que se interrogam sobre o que desejam para si e para os seus filhos e podem ter em consideração as finalidades que transcendem o interesse económico imediato. É preciso abandonar a ideia de « intervenções » sobre o meio ambiente, para dar lugar a políticas pensadas e debatidas por todas as partes interessadas. A participação requer que todos sejam adequadamente informados sobre os vários aspectos e os diferentes riscos e possibilidades, e não se reduza à decisão inicial sobre um projecto, mas implique também acções de controle ou monitoramento constante. É necessário haver sinceridade e verdade nas discussões científicas e políticas, sem se limitar a considerar o que é permitido ou não pela legislação. (2015, AAS 185)

As finalidades de cada projeto, entre eles os turísticos, deveriam levar em conta os motivos de tais empreendimentos e que o fator econômico não fosse o único que fosse considerado. Perguntas de raízes filosóficas como: Para que? Qual motivo? A quem ajuda? Essas perguntas permitem que o leitor questione sobre a viabilidade e a razoabilidade do projeto em questão. Visa apenas o lucro ou tem realmente um aspecto em benefício ao ser humano e a localidade em que será inserido? Quais os impactos ambientais e sociais? Quais os impactos humanos?

Muitos poderiam justificar essas perguntas como meras formalidades impeditivas ao progresso da comunidade. Ledo engano. Como não fazê-las, independente se as motivações partiram de uma reflexão filosófica ou religiosa? A Carta Encíclica *Laudato Si'* provoca uma inquietação, mas que toma corpo e importância exatamente pela organização institucional religiosa que coloca, ao mesmo tempo, o texto acessível ao presidente da nação, ou ao ribeirinho da comunidade do interior. Nessa dimensão, sinalizar ao empreendedor questões que fogem a uma simplista lógica do mercado, e os faz refletir sobre questões mais humanas, faz da *Laudato Si'* uma importante ferramenta bibliográfica aos agentes do Turismo.

> Em qualquer discussão sobre um empreendimento, dever-se-ia pôr uma série de perguntas, para poder discernir se o mesmo levará a um desenvolvimento verdadeiramente integral: Para que fim? Por qual motivo? Onde? Quando? De que maneira? A quem ajuda? Quais são os riscos? A que preço? Quem paga as despesas e como o fará? Neste exame, há questões que devem ter prioridade. Por exemplo, sabemos que a água é um recurso escasso e indispensável, sendo um direito fundamental que condiciona o exercício doutros direitos humanos. Isto está, sem dúvida, acima de toda a análise de impacto ambiental duma região. Isto não implica opor-se a toda e qualquer inovação tecnológica que permita melhorar a qualidade de vida duma população. Mas, em todo o caso, deve permanecer de pé que a rentabilidade não pode ser o único critério a ter em conta e, na hora em que aparecessem novos elementos de juízo a partir de ulteriores dados informativos, deveria

> haver uma nova avaliação com a participação de todas as partes interessadas. O resultado do debate pode ser a decisão de não avançar num projecto, mas poderia ser também a sua modificação ou a elaboração de propostas alternativas (...) Uma mudança nos estilos de vida poderia chegar a exercer uma pressão salutar sobre quantos detêm o poder político, económico e social. Verifica-se isto quando os movimentos de consumidores conseguem que se deixe de adquirir determinados produtos e assim se tornam eficazes na mudança do comportamento das empresas, forçando-as a reconsiderar o impacto ambiental e os modelos de produção. É um facto que, quando os hábitos da sociedade afectam os ganhos das empresas, estas vêem-se pressionadas a mudar a produção. (2015, AAS 187, 187)

Ciente que a integralidade do ser humano contempla o espiritual, a Carta Encíclica cumpre seu objetivo pastoral em falar aos católicos e não católicos, todos, afinal, são impactados pelos desdobramentos ambientais e os resultados de administrações que não estavam preocupadas com o bem comum. Os empreendedores do Turismo precisam observar as culpabilidades explícitas e implícitas que suas ações causam na comunidade a que elas se desenvolvem. Essas responsabilidades, mais que apenas legislativas ou econômicas, são também sociais e/ou políticas. São preocupações éticas e, porque não, espirituais, dos envolvidos. Ao valer-se de um documento em que não utiliza de seu *múnus pontifício* o Papa Francisco, simbolicamente, divide as responsabilidades de ações entre todos, quer seja o grande projeto organizado por multinacionais, com o apoio dos governos, ou as pequenas ações realizadas nos vilarejos com o objetivo, aparentemente simples, de sanear os recursos hídricos para a utilização dessa água potável pela pequena comunidade. Quando trata-se de ações que têm em seu reflexo os impactos ambientais, todas as ações são igualmente importantes, pois há sempre um ser humano - revestido com toda a sua dignidade de ser humano – que será o beneficiário direto de tais ações. Pensar num mundo para deixar aos filhos e netos parece poético, entretanto agir e empreender para que o cidadão ao lado tenha sua dignidade garantida ao poder usufruir de um saneamento básico adequado, são conclusões que, ao final do estudo da Carta Encíclica, surge como evidente. Independente do texto possuir cunho acadêmico, religioso, filosófico ou técnico, se no final ele não expor na prática como o ser humano pode ter sua dignidade garantida, o texto tende a cair no vazio. Nesse aspecto, a Carta Encíclica quando lida como uma provocação aos autores do Turismo, permite a esses a possibilidade de colocar em prática os discursos em defesa do meio ambiente, das sustentabilidades e das políticas públicas em prol do turismo. Afinal, as perguntas como: Para que? Qual motivo? A quem ajuda? Não têm uma apenas uma resposta espiritual, mas – e sobretudo – na atualidade, permite o engajamento social e político do cidadão nas escolhas democráticas, embasadas em princípios éticos e de valores que respeitam a dignidade da pessoa e o bem comum, com vistas ao cuidado dessa casa comum.

REFERÊNCIAS

Bento XVI. (2009). Carta Encíclica Caritas in Veritate. Vaticano.

Bento XVI. (2010). Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2010. Vaticano.

DE JESUS, Eduardo Taborda. História e gestão do turismo católico: Pastoralis Quad Turismum. Porto Alegre: DM, 2014.

DE JESUS, Eduardo Taborda. O Turismo e a Busca de Sentido: a hospitalidade nos bastidores das peregrinações católicas. 2019. 178 f. Tese (Doutorado em Turismo e Hospitalidade) – Universidade de Caxias do Sul, 2019. Disponível em: https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/4870

Francisco (2015). Carta Encíclica Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum. Vaticano.

Frankl, V. (1998). A Presença Ignorada de Deus. 4 ed. Coleção Logoterapia. Petrópolis: Vozes.

Frankl, V. (1977). Em Busca de Sentido. 23 ed. Coleção Logoterapia. Petrópolis: Vozes.

Frankl, V. (2005). Um Sentido para a Vida, Psicoterapia e Humanismo. 11 ed. Aparecida/SP: Ideias e Letras.

Santos, M. M. C. dos; Baptista, I. (2014). Laços Sociais: por uma epistemologia da hospitalidade. Caxias do Sul.

Zilles, U. (2015). Teoria do Conhecimeto e Teoria da Ciência. São Paulo.

CAPÍTULO 14

O PERFIL DO PROFISSIONAL DE RECURSOS HUMANOS CONTEMPORÂNEO: UMA REVISÃO TEÓRICA SOBRE O PERCURSO E SUAS CARACTERÍSTICAS

Data de aceite: 23/04/2021

Bruna Gabrielle Souza Assenção
Tecnóloga em Gestão e Recursos Humanos pela Faculdade Anhanguera de Anápolis

Giselle Silva Gomes Ferreira
Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Anhanguera

Marilan Jessica Monteiro da Silva Pissolatto
Tecnóloga em Gestão e Recursos Humanos pela UniFATEA

Márcia Sumire Kurogi Diniz
Doutora em Psicologia pela PUC-GO

RESUMO: A valorização do papel dos profissionais de Recursos Humanos, por seus atributos profissionais como foco em obter engajamento, tem sido destaque por conta das mudanças ocorridas nos últimos anos. De acordo com isso, é importante que o profissional busque estas competências e tenha a sensibilidade de criar novos processos, para acompanhar o mercado de trabalho. O objetivo geral dessa pesquisa consiste em traçar características do novo profissional de Recursos Humanos de uma sociedade contemporânea, a fim de verificar seu comportamento perante as mudanças que vem ocorrendo no atual cenário empresarial. Para atingir este objetivo foi realizada uma pesquisa bibliográfica e após a leitura de diversas obras sobre esta temática, elaborou-se uma análise dos relatos dos artigos de diferentes pesquisadores para traçar as características do perfil do profissional de Recursos Humanos Contemporâneo. Dessa forma foi possível conhecer um pouco da evolução da área de Recursos Humanos e perceber as diversas mudanças no transcorrer dos anos. Percebeu-se que o profissional de Recursos Humanos deve agregar mais valor à sua carreira, através de aperfeiçoamento e melhoramento, ou seja, ele deve procurar investir em inovação, buscando uma formação superior e especialização na área, acarretando assim, uma nova visão do profissional de Recursos Humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão. Organização. Recursos Humanos.

ABSTRACT: The valorization of the role of HR professionals, due to their professional attributes as a focus on getting engaged, has been a highlight among the changes that have occurred in recent years. Accordingly, it is important that this professional has this perception and is sensitive to creating new processes to keep up with the job market. The general objective of this research is to outline characteristics of the new contemporary HR professional in order to verify their behavior in the face of the changes that have been occurring in the current business scenario through a bibliographical research. After reading several works on this subject, an analysis of articles by different researchers was carried out to outline the profile of the contemporary HR professional. In this way it was possible to know a little about the evolution of the Human Resources area and to notice the various changes in the years that the HR professional should add more value to his career, through improvement and

improvement, that is, he should seek to invest in innovation, seeking a higher education and specialization in the area, bringing a new vision of the HR professional.
KEYWORDS: Management. Organization. Human Resources.

1 I INTRODUÇÃO

Devido as constantes mudanças no mundo do trabalho e a necessidade de preparar os colaboradores das organizações para a adaptação destes novos ambientes laborais, os profissionais da gestão de pessoas precisaram acompanhar essas transformações desenvolvendo neste sentido, um Recursos Humanos contemporâneo, no qual prioriza a retenção de talentos e o desenvolvimento humano. Sendo assim, o presente estudo possui como foco discorrer sobre o atual perfil desse profissional inserido numa sociedade e num mundo do trabalho contemporâneo.

Dessa forma a valorização do papel dos profissionais de Recursos Humanos, por seus atributos profissionais como foco em se aperfeiçoar, tem sido destaque entre as mudanças ocorridas nos últimos anos. Este profissional tem sido um dos responsáveis pela excelência de organizações bem-sucedidas e pelo aporte de capital intelectual que simboliza, mais do que tudo, a importância do fator humano em plena Era da Informação.

Sendo assim, como consequência das rápidas mudanças econômicas, políticas e culturais, as organizações vêm se preparando através do desenvolvimento das habilidades competitivas de seus colaboradores, compreendendo assim, alterações profundas em nas estratégias e no uso crescente da tecnologia, no intuito de alternativas adequadas ao mercado e um plano de desenvolvimento fundamentado.

Em se tratando das pessoas no contexto de trabalho que são responsáveis por esse diferencial competitivo e dos profissionais de Recursos Humanos que são fundamentais para o desenvolvimento de competências, verifica-se que, ultimamente ocorre uma disputa entre os candidatos à vaga do profissional da área de Recursos Humanos, sendo exigido deles capacitações, habilidades e competência. Portanto, a presente pesquisa possui como questão problemática: Quais são as características de um profissional de um Recursos Humanos contemporâneo?

Com o intuito de compreender a indagação acima, o objetivo geral dessa pesquisa consiste em traçar características do novo profissional de Recursos Humanos contemporâneo, a fim de verificar seu comportamento perante as mudanças que vem ocorrendo no atual cenário empresarial. Apresenta também como objetivos específicos identificar as mudanças na gestão de pessoas, que justifique transformações desse perfil; averiguar as expectativas do mercado de trabalho em relação ao profissional de Recursos Humanos contemporâneo e conhecer as ferramentas necessárias para que os profissionais de gestão de Pessoas possam se enquadrar neste novo perfil.

Através de uma pesquisa bibliográfica foi presumível trazer informações através

da leitura e análise de diversos artigos científicos encontrados na internet e livros que discorrem sobre a temática pesquisada.

2 | HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

O departamento de Recursos Humanos apresentou seu nascimento nos Estados Unidos, com a fundação em 1890 da primeira seção de Administração de Pessoal na NCR Corporation, surgindo com a precisão de se gerir os custos incididos com pessoal, sendo seu ápice no período da Primeira Guerra Mundial (FISCHER, 1998 apud CUNHA et al. 2007; WOOD, 1992)

Alguns fatores foram determinantes para a concretização da independência, da Administração de Pessoal, como por exemplo, o aparecimento do sindicalismo e as transformações provenientes do atrito entre trabalhadores e a direção das companhias, assim como, a constante alteração de atitude do estado americano, no âmbito da produção, a partir da crise de 1929. Neste momento que se desdobrou da década de 20 inclusive a década de 30, o setor de Recursos Humanos foi caracterizado pelo mecanicismo e por um paradigma de gerenciamento proeminente autoritário (TOLEDO, 1999).

Já no período de 1900 até a década de 30, evoluíram as principais doutrinas sobre administração. O fator humano era precariamente estimado nessa época, igualmente como as práticas de recursos humanos, no qual os operários eram tratados iguais aos instrumentos no procedimento da produtividade, ou seja, “peças de máquinas” (WOOD, 1992).

Ao longo da década de 30, a teoria das Relações Humanas, apresentou os estudos de Elton Mayo, realizando uma revisão dos pensamentos mecanicistas, possibilitando o nascimento da psicologia organizacional como uma especialidade que apresentou a intenção de promover o meio de captação e interferência na conduta das pessoas no trabalho. A abordagem da gestão de recursos humanos parou de centralizar somente em assuntos legais e econômicos, começando a integrar instrumentos e ferramentas exclusivas para a seleção, instrução e qualificação pessoal (SAMMARTINO, 2002).

Um tempo depois a Revolução Industrial que se distendeu próximo da década de 1950 que envolveu a parte inicial do século XX teve como particularidade fundamental o fortalecimento do desenvolvimento industrial mundialmente e o advento dos países desenvolvidos ou industrializados. Em tempos de conflitos e de prosperidade, as organizações começaram a adotar a composição organizacional burocrática e centrada (CHIAVENATO, 2002).

No período das décadas de 40 e 50, existiu uma aguçada intromissão do Estado nas relações entre trabalhadores e a organização, o que estabeleceu uma nova colocação da área de Recursos Humanos. O aumento da organização dos operários e o crescimento dos sindicatos constituíram aspectos cruciais para que o setor de Recursos Humanos adotasse

a função de procurador das organizações nas transações e agisse como intermediário nas subversões capital e trabalho. Apareceram, dessa forma, os métodos e artifícios de salário e benefícios, em desvantagem dos cargos pautados na instrução do pessoal. No decorrer dos anos 60 e 70, ríspidas normas sobre os direitos civis e de igualdade nas relações trabalhistas nos EUA, ocasionaram que o setor de Recursos Humanos se submergisse em atividades que avalizassem a concepção de uma frente de trabalho retratando as minorias sociais (SAMMARTINO, 2002).

> No Brasil, as pesquisas demonstraram que muitas das práticas de gestão não têm respondido aos desafios enfrentados pelas empresas, uma análise da cultura brasileira, seus principais traços e sua dinâmica para melhor compreender tudo isso, porém três abordagens sobre a influência foram apresentadas: universalista, também chamada de convergente, relativista ou divergente [...] denominou de divergência convergente. Elas têm relevância quando tratamos das práticas de gestão de recursos humanos (GRH), pois fundamentam a discussão sobre a aplicabilidade universal (TANURE, EVANS e PUCIK, 2007 p. 1).

A abordagem convergente trouxe uma única boa maneira de se gerenciar pessoas nas organizações, independentemente da cultura na qual a empresa está inserida. Ela é incorporada nas melhores práticas funcionais específicas de recrutamento e seleção, avaliação de desempenho, remuneração, entre outras. Esta abordagem, de certa forma, deixou de ser largamente propagada no final da década de 70, tendo sido recentemente retomada, em função do impacto da globalização na administração das empresas, principalmente nas multinacionais (MAXIMIANO, 2011).

Tanure, Evans e Pucik (2007) lembram que uma das principais vulnerabilidades desse enfoque se situa nos atributos legais e culturais de cada região, as quais determinam adaptação para o funcionamento da empresa. Portanto, pode apresentar uma discrepância expressiva entre as finalidades estratégicas das organizações e suas técnicas locais.

Por outro lado, a abordagem divergente reconhece que o contexto possui importância absoluta. Foi bastante enfatizada nos anos 70, a partir de estudos que demonstraram os impactos da cultura de cada país na gestão organizacional. O modelo japonês de gestão possibilitou um novo impulso a essa abordagem, cujo lema "Pensar global, agir local" foi um dos mais difundidos. No entanto, essa abordagem, se levada ao extremo, pode inviabilizar a gestão, por tornar as ações dependentes de uma gama de condições contextuais (MAXIMIANO, 2011).

Para Tanure, Evans e Pucik (2007), esse estilo, tão extremado quanto o convergente, pode ou não ser aplicado com sucesso pelas organizações, uma vez que há grande dependência da aceitação e adequação entre a orientação administrativa global da organização e a cultura e legislação locais.

Percebe-se que, a administração de pessoas no Brasil passou por grandes transformações nas últimas décadas e tem sua origem no modelo de departamento de

pessoal “quando os empregados se tornaram um fator de produção, cujos custos deveriam ser administrados tão racionalmente como os custos de outros fatores de produção” (FICHER, 2002, p.19). Como característica desse modelo, as atividades do departamento de pessoal foram rigidamente condicionadas às questões legais, burocráticas e às diretrizes fixadas pela alta direção e pelos fatores tecnológicos da produção (LACOMBE E BANDASSOLLI, 2004).

Na década de 1950, a área de Recursos Humanos foi assegurada como sendo uma fase tecnicista, durante esse período, o governo do presidente Juscelino Kubistchek instituiu no Brasil a indústria envolvida com o projeto, desenvolvimento, fabricação, publicidade e a venda de veículos automóveis. Gerou uma transformação nas relações hierárquicas das empresas, nascendo os subsistemas de Recursos Humanos acarretando uma ampla atenção com a eficiência e desempenho dos funcionários da época. Constituiu ao mesmo tempo nesse período a responsabilidade da área de Recursos Humanos pelo recrutamento e seleção, treinamento, cargos e salários, higiene e segurança, benefícios e outros. Essa fase teve sua maior ênfase entre as décadas de 1950 e 1965, principalmente pela presença das montadoras de automóveis no país e pelas técnicas de gestão dos Estados Unidos (ALBUQUERQUE, 1987).

Segundo Santos (2010), nos anos de 1960 e 1970, começou o reconhecimento do desempenho das lideranças na gestão do elo entre a organização e as pessoas, época em que a área de Recursos Humanos esteve envolvida em atividades que abonassem a concepção de uma força trabalhista com representantes das minorias sociais.

Contudo, o golpe de 1964 concebeu o detrimento de muitas conquistas contraídas por meio da mudança no alicerce da lei e do domínio conferido aos sindicatos. Portanto, surgiu uma inovação na política salarial, onde o fim da lei, o equilíbrio e a oferta excessiva de mão-de-obra consentiram às organizações praticarem como método de gerir o rodízio de empregado entre outros mecanismos. Os movimentos de exigência pela abertura política coligados ao desagrado oriundo de esferas distintas da sociedade caracterizaram as décadas de 70 e 80 (CUNHA et al 2007).

Santos (2010, p.65) afirma que

> Os movimentos de reivindicação pela abertura política aliados à insatisfação vinda de setores diversos da sociedade marcaram as décadas de 70 e 80, estes movimentos mostravam-se mais organizados e preocupados com a intensificação das desigualdades sócio-econômicas. Assim, o estado buscou articular o Sistema Nacional de Formação Profissional que incluía várias entidades responsáveis pela formação profissional no país e, além disso, promulgou uma lei de incentivo ao treinamento nas empresas, cujo alcance, na prática, favoreceu gerentes e não o nível operacional.

Sendo assim, o crescente movimento sindical do início da década de 80 obrigou as organizações a efetuar revisões nas estruturas e mudar as práticas de gestão com foco na administração de recursos humanos (CUNHA et al, 2007). Nesse sentido, sugeriu-

se a ocorrência de mudanças nas bases trabalhadoras com a implementação do “novo sindicalismo”, e o gerente de Recursos Humanos passou a gerenciar a mudança para uma fase mais humanística voltada para os indivíduos e suas relações nos ambientes organizacionais (ANTUNES, 2011).

Deste modo, através da instauração da economia e do mercado, acentuou-se a obrigação de novas políticas industriais e comerciais, bem como cobranças por produtos e serviços caracterizados e de máxima qualidade, subindo o grau de dificuldade no jeito de compor o trabalho e nas relações a ele correspondente. Versatilidade, mudança, capacidade criadora, sociabilização, novas qualificações e capacidades, condição de vida no trabalho consistem em determinadas necessidades organizacionais dessa situação (CUNHA et al. 2007)

Segundo Tanure, Evans e Pucik (2007 p. 19)

> Não há como negar a controvérsia sobre a contribuição da gestão de pessoas, denominada como Gestão de Recursos Humanos (GRH), para o desempenho da empresa. A certeza dessa contribuição é observada no discurso dos gestores, mas ainda não está bem refletida na prática. As coletas de dados são realizadas para avaliar se os investimentos retornam como benefícios para as empresas e assim convencer os acionistas que a relação é forte e direta. Já outros autores são céticos e questionam a robustez dessa evidência.

Na década de 80 ocorreu um movimento de integração do Planejamento Estratégico de Recursos Humanos no Planejamento Estratégico Global das organizações, bem como o executivo de Recursos Humanos começou a participar ativamente dos processos de definições estratégicas nas empresas (CUNHA et al. 2007).

Os empregados começaram a serem vistos como companheiros da organização, preparados para levá-la a nobreza e ao sucesso. O processo produtivo apenas se concretizou com a participação adjacente dos múltiplos parceiros (colaboradores, fornecedores, acionistas, investidores, etc.), todos cooperando com determinada solução e nos quais a empresa necessita investir para obter melhores competências empresariais. (CHIAVENATO, 2002)

3 I ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

De acordo com Ribeiro (2017, p.1) “A área de Recursos Humanos exibe como finalidade conduzir as relações da organização com as pessoas que a compõe, vistas atualmente como parceiras do negócio, e não mais simples recursos empresariais”.

Sendo assim, a área de Recursos Humanos abrange atividades fundamentais no seu contexto sendo descritas por Stoner (1995, p. 276) como sendo a de “planejamento de recursos humanos; recrutamento; seleção; socialização; treinamento e o desenvolvimento; avaliação de desempenho; promoções, transferências, rebaixamentos e desligamentos”.

O planejamento de recursos humanos de acordo com Robbins (2003, p. 233) “é

esboçado para garantir que a empresa tenha o número adequado de pessoas comprometida para realizar com eficácia e eficiência os trabalhos apontados pela organização, e é necessário examinar razões internas e externas, tais como, capacitação profissional e mercado de mão-de-obra".

Para o recrutamento é importante que o profissional da área de Recursos Humanos tenha informações sobre onde está a carência de pessoas qualificadas. De acordo com Robbins (2003, p. 234) "Recrutamento é o método de encontrar, distinguir e envolver concorrentes preparados". Este procedimento pode ser integrado por diversas referencias, através de funcionários atuais, por divulgação, agências de emprego, clientes entre outros.

Para Mezomo (2002), o recrutamento tem a finalidade de investigação dos funcionários essenciais à ocupação dos cargos disponíveis em determinadas áreas da empresa. Através do recrutamento, distinguem-se, no ambiente mercadológico, os recursos humanos indispensáveis ao seguimento e desenvolvimento das obrigações da empresa, levando em consideração aposição de mercado de trabalho em certo período, a imagem da empresa, isto é, atender as normas seguidas pela empresa e o que é exigido na seleção. Conforme Nanias (2003), o melhor meio de detectar se o candidato está apto para o cargo não pode ser resolvido apenas com as informações que o curriculum traz, mas observar o dia-a-dia do candidato e isso apenas é provável por meio de um vasto trabalho da seleção.

Após o recrutamento, outra etapa é de responsabilidade do profissional de recursos humano, a seleção que conforme Stoner (1995, p. 276), "acarreta no emprego de formulários de inscrição, currículos, entrevistas, testes de emprego e de habilidade". Todos os dispositivos de aferição necessitam comprovar alto nível de veracidade e credibilidade, dessa forma podem-se aplicar exercícios dinâmicos, instituir um padrão de trabalho a ser seguido para ser feitos no dia a dia, realizar testes que evidenciam a característica de cada candidato.

Habitualmente as empresas empregam como técnica de seleção, a entrevista de seleção, prova de conhecimento ou de capacidades, testes psicrométricos, testes de personalidade ou as técnicas de simulação (VILAS BOAS E ANDRADE, 2009). Verifica-se que a técnica seletiva é fundamental para o êxito de uma empresa, uma vez que é por meio dela que as organizações enxergam pessoas capacitadas para evidenciar particularidades neste âmbito tão concorrente (NANIAS, 2004).

Quando concluído, o processo seletivo deve oferecer à empresa não somente uma descrição minuciosa contemporânea do colaborador, mas, sobretudo uma previsão futura em relação à aprendizagem e a execução em como se posicionarão em longo prazo (CHIAVENATO, 2014).

Após o processo seletivo é necessário a realização do processo de socialização, ocasião em que o novo colaborador ao passar pelo processo seletivo, deve ser integrado no quadro de funcionários da empresa, conhecer seu espaço de trabalho globalmente, aspirando seu ajustamento na organização. Além disso, nesta fase, devem-se elucidar

sobre os anseios, as normas e as perspectivas da empresa (ROBBINS, 2003).

A partir do momento em que os funcionários conheceram seu espaço de trabalho, ocorre o processo de treinamento e desenvolvimento que são ministrados para majorar a aptidão dos colaboradores da organização para alcançar os desígnios desta, aperfeiçoando as disposições presentes. Robbins (2003, p. 242), recomenda determinadas ocasiões que são necessárias os treinamentos: “Inserção de novos mecanismos ou artifícios que possam comprometer o cargo de um empregado; redução da capacidade de produzir um rendimento de um funcionário ou na aptidão de seus resultados, aumento de reivindicações dos clientes ou colegas de trabalho”.

O treinamento é somente uma das partes do processo de desenvolvimento que abrange todas as experiências que estimulam e concretizam as peculiaridades dos empregados desejáveis em termos de suas funções operacionais. Os novos colaboradores admitidos numa Organização, mesmo estando inteiramente e habilitados ao exercício profissional, não são totalmente moldados de acordo com as exigências das empresas. Portanto, o investimento em treinamento, ao invés de ser acatado como um gasto a mais, é acolhido como fator de racionalidade e contenção para as organizações (CARVALHO e NASCIMENTO, 2011).

Para Chiavenato (2009) o desenvolvimento profissional almeja aumentar, ampliar e completar o homem para o seu crescimento profissional em determinada carreira na empresa ou para que se torne mais competente e fértil no seu cargo. Dessa forma para alcançar uma boa avaliação de desempenho é importante notar determinadas razões do desenvolvimento do trabalho, entre eles, conforme Robbins (2003, p. 246):

> O resultado individual das atividades, o comportamento, perante colegas, superior e a empresa e as características individuais, tais como, confiança, cooperação, experiência entre outros. Essa análise deverá resultar um feedback, se necessário em uma ação corretiva, seja ela verbal, escrita ou em forma de treinamento.

No campo das promoções, transferências, rebaixamentos e demissões, Stoner (1995, p. 277) enfatiza que “Os que possuem elevada performance podem ocupar um cargo mais elevado ou transferidos para ajudá-los a ampliar suas aptidões”. À medida que os de baixo desempenho poderão ir em direção ao seu desligamento. A elevação de cargo é um elemento motivacional aos colaboradores, onde quanto melhor for seu desempenho, melhor será a gratificação. As transferências sucedem por ocupação de vagas e para dar experiências mais vastas às pessoas, as diminuições de cargos e demissões advêm da ausência de similariedade dos propósitos da empresa e do trabalhador.

Essas atividades exigem tempo para serem pesquisadas e analisadas, e assim a seriedade em ter um setor exclusivo para tais monitoramentos. Toda essa análise é feita por pessoas e para pessoas que trabalham na empresa e que carecem de cuidados para que continuem a ampliar seu trabalho da melhor maneira possível, deixando-as satisfeitas

e satisfazendo as necessidades da organização.

Portanto, a importância do profissional de Recursos Humanos vai além de realizar entrevistas, selecionar pessoas e realizar contratações e demissões. É essencial que o papel do Recursos Humanos dentro das empresas seja extremamente estratégico, proporcionando suporte para as ações da organização e gerindo seu recurso principal: as pessoas responsáveis pelo sucesso ou fracasso.

Como consequência da exigência do mercado, o panorama empresarial almeja por especialistas em Recursos Humanos competentes e principalmente determinados a responder à ampla as demandas da organização em se tratando de pessoas no contexto de trabalho.

Atualmente é conveniente que o profissional de Recursos Humanos possua características estratégicas para lidar com transformações, possuir talentos e ter habilidade de desempenhar tarefas para atingir a competência de saber fazer e acontecer. Chiavenato, (2015, p.52) comenta que:

> Talento envolve três aspectos: Conhecimento- é o saber; constitui o resultado de aprender a aprender, aprender continuamente e aumentar continuamente o conhecimento. Habilidade- é o saber fazer; significa utilizar e aplicar o conhecimento, seja para resolver problemas ou situações ou criar e inovar. Competência- é o saber fazer acontecer; a competência permite alcançar e superar metas e resultados, agregar valor, obter excelência e abastecer o espírito empreendedor.

Não é por acaso que o Recursos Humanos está sempre presente na vida do funcionário. No processo de seleção e contratação, por exemplo, é ele quem faz a interface entre os candidatos e as vagas. O mesmo acontece quando um novo colaborador é admitido ou demitido, nos processos de treinamento e desenvolvimento, promoção e nas questões relacionadas à remuneração mensal. Assim, é importante ressaltar que embora existam outras subdivisões dentro desta área, o departamento de Recursos Humanos é quem gerencia tudo no que tange a relação empresa/trabalhador (MARQUES, 2018).

Observa-se que a área de Recursos Humanos já foi muito restrita às atividades burocráticas das empresas, no entanto, houve uma evolução, pois conta com atividades novas e com uma participação ativa nas decisões da instituição. Sendo assim, o Recursos Humanos coopera na atração e retenção de talentos, na formação de equipes de alta performance, no desenvolvimento dos colaboradores e identificação oportunidades de crescimento.

Como se pôde ver, as responsabilidades do profissional de Recursos Humanos são muitas e sua atuação é essencial para que a empresa e os seus funcionários possam trabalhar alinhados dentro da missão, visão, dos valores e cultura estabelecidos e, com isso, conquistar maior eficiência produtiva e maximizar os resultados. Portanto, o Recursos Humanos não se configura apenas como mais um departamento, mas como

“o departamento”, pois suas ações visam à integração dos profissionais ao ambiente empresarial e também tem como foco o aumento de seu desempenho e satisfação de forma contínua (MARQUES, 2018).

4 I A ÁREA DE RECURSOS HUMANOS NO CONTEXTO ATUAL

Analisando o contexto atual e as reais circunstâncias da área de recursos humanos, almeja-se do especialista em Recursos Humanos uma máxima competência. Sendo assim, é necessário reconhecer seu papel nas organizações, estabelecer suas metas aos resultados, atender as necessidades de sua clientela e analisar as críticas na qualidade de seus serviços. Portanto, é necessário deste profissional uma desenvoltura interpessoal e política e uma visão estratégica, atributos esses, que resultam em uma conduta eficiente frente às dificuldades, se adiantando aos problemas, criando e sugerindo recursos com intuito de evitar implicações negativas (CHIAVENATO, 2002).

Diante da visão apresentada acima, percebe-se que os profissionais de recursos humanos buscam seu aprimoramento de acordo com os relatos de Dutra (2016, p.48) “as pessoas estão adquirindo consciência de seu papel e passam a cobrar de si mesmas a gestão de sua carreira, e da empresa as condições objetivas de desenvolvimento profissional”.

Resende (1999) destaca que é perceptível o progresso da área de Recursos Humanos no aumentou em quantidade dos profissionais, mas necessita de qualidade, já que mesmo que haja mais empresas inserindo o setor de Recursos Humanos, carecem práticas de ações prioritárias como: diagnóstico do clima organizacional, formação do plano de carreira e de sistemas de motivação dinâmicos. Além disso, ainda enfatiza a necessidade dos profissionais de Recursos Humanos atuarem com pró-atividade, adiantando-se às mudanças.

Dessa forma, o profissional de Recursos Humanos precisa ter desenvoltura e atitude, procurando firmemente o conhecimento e qualificação para que assim fique disposto para as mudanças e concretizar obras eficazes que emanem atender às necessidades para o contentamento das organizações (RESENDE, 1999).

Entende-se que a administração de recursos humanos lida com recursos vivos, extremamente complexos, diversificados e variáveis, que são as pessoas. Esses recursos são importados do ambiente externo para dentro da organização, crescem, desenvolvem-se, mudam de atividade, de posição e de valor. Em resumo, os recursos humanos não estão somente dentro da área de administração de recursos humanos, mas principalmente, alocados nos diversos órgãos da organização e sob a autoridade de diversos chefes ou gerentes, assim, cada chefe ou gerente é o responsável direto por seus subordinados (CHIAVENATO, 2002).

É fundamental para a organização que o profissional de Recursos Humanos

desenvolva competências necessárias para o sucesso da organização, que participem ativamente, assumam responsabilidades e riscos, sejam eternos aprendizes e mestres, tenham senso inovador e visão de negócio. Este perfil de liderança torna-se cada vez mais, fator indispensável para pessoas que assumem postos chaves nas empresas (GUIMARÃES, 2002).

Portanto, atrair, desenvolver e reter talentos é a missão do setor de Recursos Humanos, ou melhor, deveria ser a missão do setor, que trabalha com pessoas e para as pessoas. A premissa do profissional de Recursos Humanos é gostar de trabalhar com pessoas, por isso, este profissional precisa de autoconhecimento, a fim de identificar essa competência essencial em seu perfil. A profissão de administrador de recursos humanos exerce um papel bastante ativo, por isso, cabe ressaltar que a mesma vem passando por inúmeras transformações no perfil de seus representantes. Dessa forma é necessário notar que além de desempenhar e apresentar vastos conhecimentos das suas colocações, ainda deve-se ressaltar a sinergia não só com a área de Recursos Humanos, mas na organização com um todo (RUTH e SOARES, 2008).

O profissional que trabalha para as pessoas deve desenvolver competências para atender a demanda, atingindo as expectativas da organização. O Recursos Humanos necessita de indivíduos talentosos, motivados, inovadores, com visão sistêmica e que valorizem, acima de tudo, as pessoas. Para o profissional de Recursos Humanos é indispensável estar atualizado, ler livros, revistas, sites relacionados à Gestão de Pessoas (BALASSIANO e COSTA, 2006).

Sendo assim, as transformações estão acontecendo nas organizações a cada momento e em nível globalizado, isso incide que o profissional de Recursos Humanos proporcione um perfil individualizado e habilitado, tendo ciência de que a atual administração revela-se menos rigorosa em relação à função exercida e os princípios tradicionais tornam-se mais debatidos, é necessário que ele atue, movimente recursos, espalhe conhecimento, instrua-se, adquira responsabilidades e apresente visão estratégica (RUTH e SOARES, 2008).

O cenário atual exige que o profissional que atua na área de Recursos Humanos seja detentor de aptidão, disposição, informação, destrezas e perfil inovador, qualidades essas que contribuem para a eficácia das suas atividades estabelecidas, apresentando competência de absorver e se preparar para novas circunstâncias no trabalho, provocando e favorecendo o desenvolvimento, atendendo as necessidades do mercado de trabalho, adicionando valores parcimoniosos, igualitários e particulares com a finalidade das organizações alcançarem seus objetivos (RUTH e SOARES, 2008).

Há muitos anos atrás a função do Recursos Humanos era vista como uma tarefa mecânica, ou seja, se trabalhava de acordo com sua especificação, fazendo apenas os trabalhos administrativos, objetivando apenas resultados satisfatórios, sem se importar com as adversidades do ser humano por trás de cada colaborador, que para eles eram

vistos como máquinas.

Atualmente é diferente, pois se prioriza a relação entre empresa e colaborador, garantindo assim resultados satisfatórios. A gestão de pessoas trabalha junto ao colaborador, incentivando, inovando, melhorando, ouvindo cada um deles, ela desperta nos funcionários o desejo de trabalhar, mostra as vantagens que um serviço de qualidade traz. Enfim, ela tenta visar primeiramente o ser humano que existe em cada colaborador, para depois se importar com os resultados, mas isso só é possível nas organizações que prezam pelo bem-estar dos funcionários.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização, o desenvolvimento da economia, o surgimento das inovações tecnológicas e as mudanças de paradigmas, propiciaram às organizações, a valorização das pessoas no contexto de trabalho e como consequência a importância da necessidade de ser ter profissionais da área de Recursos Humanos capacitados com visões estratégicas em todas as suas ações.

Através deste estudo foi possível conhecer um pouco da evolução da área de Recursos Humanos e perceber a diversas mudanças no transcorrer dos anos, acarretando uma nova visão do profissional de Recursos Humanos, onde não é mais visto como um mero encarregado e sim um profissional competente com diversas habilidades que se adéquam com as demandas das organizações.

Dessa forma, o profissional de Recursos Humanos deve agregar mais valor à sua carreira, através de aperfeiçoamento e melhoramento, ou seja, ele deve procurar investir em inovação para estar preparado e atualizado, possibilitando assim, acompanhar as transformações constantes da sociedade e das organizações, através de atividades em prol da qualidade de vida das pessoas no ambiente laboral.

Conclui-se que, neste contexto empresarial existe este profissional de Recursos Humanos munidos de suas competências, porém algumas organizações ainda resistem ao fato de ter este profissional em sua organização talvez por resistir as mudanças em relação ao desenvolvimento do trabalhador. Faz-se então necessário que as empresas mudem esta visão e que invistam mais na qualificação de seus colaboradores.

É interessante observar e considerar que o perfil do profissional vai de encontro com as mudanças do mercado de trabalho. Os gestores de recursos humanos devem procurar o seu crescimento para estar preparado para uma série de desafios que estão surgindo, antecipando assim, a eles. Logicamente, compete a cada um considerar qual a melhor forma pela qual deve atuar, para tornar-se um agente de mudanças, que seja capaz de delinear objetivos e estratégias que venham adicionar importância para empresa.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L. G. **Papel estratégico de Recursos Humanos.** 1987. 262 f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987. Disponível em <https://biblioteca.incaper.es.gov.br/busca?b=ad&id=6804&bib lioteca=vazio&busca= autoria:"ALBUQUERQUE"&qFacets=autoria:"ALBUQUERQUE"&sort=&paginacao=t&paginaAtual=1>Acesso em: 12ago 2018.

ANTUNES, R. L. C. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais**. Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 632-636, out. 2010. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/24436>Acesso em: 12 ago 2018.

BALASSIANO, M.; COSTA, I.S.A. **Gestão de Carreiras:** Dilemas e Perspectivas. São Paulo: Atlas, 2006.

CARVALHO, A. V.; NASCIMENTO, L. P. **Administração de Recursos Humanos** (Vol. 1) 2ª Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas:** o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Manole, 2014,

______.**Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas, 2002;.

______. **Recursos Humanos:** o capital humano das organizações. 1ª Ed. São Paulo: Elsevier, 2015

______. **Recursos Humanos.** 9ª ed, São Paulo Atlas, 2009

CUNHA, Mariane Maria de Carvalho et al. Estudo sobre a evolução da área de Recursos Humanos. **X Encontro Latino Americano de Iniciação Cientifica e VI Encontro Latino de Pós-Graduação – Universidade do Vale da Paraíba.** 2007. Disponível em <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2007/trabalhos/sociais/inic/INICG00070_01C.pdf> Acesso em: 12 ago 2018.

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de Pessoas.** Modelo, Processo, Tendências e Perspectivas. 2ª Ed. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2016

HANASHIRO, Darcy Mitiko, NASSIF, Vânia Maria Jorge, TEIXEIRA, Maria Luisa Mendes. O Papel dos Profissionais de Recursos Humanos na Universidade compartilhada pelos diferentes Stakeholders: Revelando as competências docentes. **Face Pesquisa**, v. 6, n 3, 2003.

FISCHER, R. M. **"Pondo os pingos nos is" sobre as relações de trabalho e políticas de administração de recursos humanos**. São Paulo: Atlas, 1987.

______. Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas. In: Maria Tereza Leme Fleury. (Org.). **As Pessoas na Organização**. 1 ed. São Paulo: Editora Gente. 2002

GUIMARÃES, Cláudia Patrícia Silvério Fragas. **Liderança eficaz:** pessoas motivadas e felizes, organizações saudáveis. São Paulo, Atlas 2002.

LACOMBE, B. M. B.; BENDASSOLLI, F.P. Fator Humano, cinco décadas de Recursos Humanos - 66. vol. 3. **GV Executivo**. AGO./OUT. 2004, GV Executivo. Disponível em: < https://rae.fgv.br/gv-executivo/vol3-num3-2004/cinco-decadas-rh> Acesso em 12 ago 2018.

MARQUES, José Roberto. O que é e como funciona o RH?. 2018. **Portal IBC**. Disponível em: https://www.ibccoaching.com.br/portal/rh-gestao-pessoas/o-que-e-rh/ Acesso em 12 ago 2018.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Introdução à Administração**. 2ª ed. São Paulo. Atlas. 2011.

MEZOMO, Iracema de Barros. **Os Serviços de Alimentação:** Planejamento e Administração. 1. ed. São Paulo: Manole, 2002.

MICHAELIS: **Dicionário escolar de língua portuguesa**. 4ª Ed. São Paulo: Melhoramentos, 2016.

NANIAS, A. A importância da seleção no processo da contratação. 2003. **Portal RH.** Disponível em: <http://www.rh.com.br/Portal/Recrutamento_Selecao/Artigo/3544/a-importancia-da-selecao-no-processo-da-contratacao.html>. Acesso em 12 ago 2018.

RESENDE, E. J. **A gestão de pessoal nas empresas brasileiras:** o curto e o longo prazo. Tendências do Trabalho. Rio de janeiro: Tama, 1999.

RIBEIRO, Antonio de Lima. **Gestão de Pessoas.** 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 389 p.

ROBBINS, Stephen P. **Administração:** Mudanças e Perspectivas. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Saraiva, 2003. 524 p.

RUTH, Erison Luis; SOARES, Augusto Cesare de Campos. O Perfil dos profissionais de Recursos Humanos das Empresas de Pequeno, Médio e Grande Porte de Guarapuava. **Unicentro**, 2008. Disponível em <http: //web03.unicentro.br/especialização/Revista_ Pos/P%C3%A1ginas/4%20 Edi%C3%A7%C3%A3o/Aplicadas/PDF/9-Ed4_CS-PerfilP.pdf>. Acesso 12 ago 2018.

SAMMARTINO, W. **A integração do sistema de gestão de recursos humanos com as estratégias organizacionais.** São Paulo: USP, 2002 (Tese de Doutorado). Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-06072006-205036/pt-br.php>Acesso 12 ago 2018.

SANTOS, Elcio Henrique. **A gestão estratégica de recursos humanos numa instituição de ensino superior confessional sem fins lucrativos.** Dissertação (mestrado em administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, UMESP, São Bernardo do Campo. 2010. Disponível em <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/170>Acesso 12 ago 2018.

STONER, James Arthur Finch; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. Tradução Alves Calado. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: LTC, 1995. 533 p.

TANURE, Betânia; EVANS, Paul; PUCIK, Vladimir. **A Gestão de pessoas no Brasil- virtudes e pecados capitais**. São Paulo, Editora Elsevier Editorial LTDA, 2007

TOLEDO, F. de. **Administração de pessoal, desenvolvimento de recursos humanos**. 7°. ed. São Paulo: Atlas, 1999

VILAS BOAS, Ana Alice & ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. **Gestão Estratégica de Pessoas.** Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2009.

WOOD, S. Administração Estratégica e Administração de Recursos Humanos. **Revista de Administração,** São Paulo, v.27, n.4, p.30-38, out.dez, 1992. Disponível em <http://www.spell.org.br/documentos/ver/18656/administracao-estrategica-e-administracao-de-recursos-humanos>Acesso 12 ago 2018.

CAPÍTULO 15

OFERTA DE TRANSPLANTES RENAIS E FATORES ASSOCIADOS: ANÁLISE EXPLORATÓRIA ESPACIAL PARA AS UNIDADES FEDERATIVAS DO BRASIL

Data de aceite: 23/04/2021
Data de submissão: 13/02/2021

Yasmine Candida da Mata Mendonça
Mestre em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Maringá
Cristalina, Goiás
http://lattes.cnpq.br/6231933294943022

Cássia Kely Favoretto
Docente Doutora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas e do Departamento de Economia
Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Maringá, Paraná
http://lattes.cnpq.br/5717675257150655

José Luiz Parré
Docente Doutor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas e do Departamento de Economia
Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Maringá, Paraná
http://lattes.cnpq.br/4834577102652217

Giácomo Balbinotto Neto
Docente Doutor do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Porto Alegre, Rio Grande do Sul
http://lattes.cnpq.br/6751513272539561

Marcio Marconato
Doutor em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Maringá. Docente do Centro Universitário Cesumar
Ponta Grossa, Paraná
http://lattes.cnpq.br/4947892238061379

RESUMO: O objetivo do artigo foi analisar a distribuição espacial da taxa de transplantes renais nas Unidades Federativas do Brasil, no ano de 2015. Buscou-se também avaliar a correlação espacial entre a oferta de transplantes e os determinantes econômico, de gestão e infraestrutura do sistema. A Análise Exploratória de Dados Espaciais foi o método usado. A variável PIB per capita representou o condicionante econômico. O fator gestão abrangeu as taxas de equipes transplantadoras, de doadores efetivos, de Comissões Intra-Hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplante e de Organizações de Procura de Órgãos. Já leitos em Unidade de Terapia Intensiva, serviços de neurocirurgia e respiradores de emergência nos hospitais representaram a infraestrutura. Os resultados mostraram que a taxa de transplantes renais tem efeito espacial, ou seja, o procedimento realizado em cada estado é influenciado pelos seus vizinhos. Os determinantes analisados exerceram impacto positivo sobre essa taxa, com predomínio das aglomerações alto-alto no Sul e Sudeste do país e, baixo-baixo no Norte e Nordeste. Uma importante conclusão deste trabalho é que existe grande disparidade regional nesta oferta de transplantes, com maior

concentração nas áreas mais desenvolvidas economicamente. Julga-se necessário políticas públicas mais eficientes e específicas para regiões com escassez de transplantes deste órgão.
PALAVRAS-CHAVE: Economia da Saúde; Transplantes de Órgãos; Correlação Espacial em Saúde.
Classificação JEL: C21, I1, I10, R0, R10

SUPPLY OF KIDNEY TRANSPLANTS AND ASSOCIATED FACTORS: SPATIAL EXPLORATORY ANALYSIS FOR THE FEDERATING UNITS OF BRAZIL

ABSTRACT: The objective of the article was to analyze the spatial distribution of the kidney transplant rate in the Federal Units of Brazil in 2015. Spatial correlation between transplants supplies and economical determinant, administration and infrastructure of the system were evaluated. The Exploratory Data Analysis of Space was used as method. The variable GDP per capita represented the economical determinant. The factor administration included the rates of transplantation teams, effective donors, Intra Hospital Commission of Donation for Transplants and Organ Procurement Organization. The Infrastructure of the system was represented by beds in Intensive Care Unit, neurosurgery´s services and emergency respirators in the hospitals. The results showed that kidney transplant rates have spatial effect, which means that the transplant procedures accomplished in each state is influenced by their neighbors. The analyzed determinants led positive impact on this rate, with prevalence of the clusters high-high in the South and Southeast of the country, and, low-low in the North and Northeast. An important conclusion was that there is a great regional disparity in transplantation supplies, with more concentration in the areas more developed economically. Areas with shortage of kidney transplantation need public politics more efficient and specific.
KEYWORDS: Health Economics; Organs transplantation; Spatial Correlation in Health.
JEL Code: C21, I1, I10, R0, R10

1 I INTRODUÇÃO

O transplante renal é um procedimento cirúrgico em que o rim saudável de um indivíduo (doador vivo e/ou falecido) é doado a um paciente (receptor) com insuficiência renal crônica (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS, 2015; HOWARD et al., 2009). É um tratamento preferível às terapias substitutivas como a hemodiálise por fornecer melhor qualidade de vida, menor mortalidade e morbidade aos pacientes que precisam desse transplante (KIHAL-TALANTIKITE et al., 2016; SILVA, 2008).

O Brasil se destaca mundialmente por apresentar o maior programa público de transplantes de órgãos e tecidos (BRASIL, 2017; GARCIA et al., 2015). No caso dos transplantes renais, o Sistema Único de Saúde (SUS) custeia aproximadamente 95% de todos os gastos com este procedimento, abrangendo desde os exames para a entrada do potencial receptor em lista única de espera até a medicação contra rejeição do órgão, cirurgias, internações e acompanhamento pós-transplante (COSTA; BALBINOTTO NETO;

SAMPAIO, 2016; BRASIL, 2009; MARINHO, 2009).

O processo de doação e transplantes de órgãos no Brasil é gerenciado pelo Sistema Nacional de Transplantes (SNT), que foi instituído pelo Decreto n° 2.268, de 30 de junho de 1997 (BRASIL, 1997). O SNT representa uma coordenação do Ministério da Saúde, via Sistema Único de Saúde, e possui a função de operacionalizar a política de saúde nacional, bem como coordenar e regular a rede assistencial de transplantes, fornecendo autorizações e credenciamento de instituições e equipes dos profissionais da saúde (VIEIRA; VIEIRA; NOGUEIRA, 2016). A organização do SNT é feita de modo a integrar as três esferas de poder (federal, estadual e municipal). As secretarias de saúde dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, os estabelecimentos hospitalares autorizados a realizar transplantes e a rede de serviços auxiliares necessários à esse procedimento devem fazer parte de sua composição (BRASIL, 2017; COSTA; BALBINOTTO NETO; SAMPAIO, 2016; COSTA, 2012; MARINHO; CARDOSO; ALMEIDA, 2011a; 2011b).

No período recente, o SNT tem registrado um desequilíbrio entre a oferta e a procura por transplantes renais no Brasil. Em 2015 foram realizados 5.556 transplantes desse órgão, correspondendo a uma taxa de 27,4 por milhão de população (pmp). Por sua vez, no mesmo ano, o número de pacientes ativos em lista de espera por um rim foi de aproximadamente 19.440 pacientes, evidenciando assim essa disparidade (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS, 2015). Esta situação indica dificuldades na ampliação do sistema de transplantes de órgãos, que tem sido justificado nas falhas que o sistema apresenta em termos de captação e distribuição de órgãos (GÓMEZ; JUNGMANN; LIMA, 2018; GARCIA et al., 2015; MARINHO; CARDOSO; ALMEIDA, 2011a, 2011b; GOMES, 2007).

Diferenças entre a oferta e a demanda por rim são relatadas na literatura e esse fato impacta diretamente no funcionamento eficiente do sistema de transplantes. Dentre os principais fatores associados a esta disparidade pode-se destacar problemas de compatibilidade entre doador e receptor; falta de incentivos às equipes envolvidas no processo de transplante (COSTA; BALBINOTTO NETO; SAMPAIO, 2016; 2014; COSTA, 2012; SILVA, 2008); insuficiência no número de doadores falecidos efetivos; tamanho dos hospitais; disponibilidade de leitos e Unidades de Terapia Intensiva - UTI; deterioração dos órgãos antes do procedimento; expansão da demanda; administração inadequada das filas de espera; limitações nas doações entre vivos (MARINHO, 2004); disponibilidade de equipes transplantadoras *per capita*; gastos *per capita* com saúde por área geográfica, entre outros (MEDINA-PESTANA et al., 2011; MARINHO; CARDOSO, 2007).

Considerando que o Brasil é um país de grande extensão territorial e diferenças socioeconômicas, o desequilíbrio entre a oferta e a demanda por rim pode ser analisado por meio da distribuição espacial dos indicadores do SNT (GARCIA et al., 2015; MEDINA-PESTANA et al., 2011; MARINHO; CARDOSO, 2007). Nesse contexto, torna-se relevante o desenvolvimento de pesquisas que objetivam compreender de forma mais robusta

o comportamento das disparidades existentes nesta área, principalmente em termos geográficos. Além disso, avaliar a atuação regional do SNT e fornecer indicadores para que os gestores de políticas públicas melhorem a organização e eficiência do sistema de transplantes em cada unidade federativa.

Destaca-se que, na literatura científica existem poucos estudos internacionais (CAO; STEWART; KALIB, 2016; GHAOUI et al., 2015; MOHAN et al., 2014) e nacional (VIEIRA; SANTOS; BRITO, 2007), que usaram a econometria espacial para analisar o setor de transplantes de órgãos. Nesta linha, este estudo torna-se um dos pioneiros no uso desta abordagem empírica para os transplantes de órgãos no Brasil.

Diante do exposto, o objetivo do artigo foi analisar a distribuição espacial da taxa de transplantes renais nas Unidades da Federação (UF) do Brasil no ano de 2015. Além disso, buscou-se avaliar a correlação espacial entre a oferta de transplantes e os determinantes econômico, de gestão e infraestrutura. Para isso utilizou-se a metodologia de Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE). Em termos de hipóteses, admitiu-se que exista dependência (autocorrelação) espacial da oferta de transplantes renais e seus condicionantes. Considerou-se também que a identificação das disparidades espaciais no SNT pode contribuir para a redução do número de pacientes em lista de espera por um transplante, bem como para a melhor alocação dos recursos públicos gastos pelo SUS com este procedimento.

O presente artigo está dividido em mais quatro seções, além dessa introdução. A seção 2 trata das evidências empíricas sobre a aplicação da econometria espacial ao sistema de transplantes de órgãos. A seção 3 aborda a metodologia com a descrição dos dados e modelo empírico. A seção 4 refere-se aos resultados e discussão e, por fim, na seção 5 têm-se as considerações finais do estudo.

2 | EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DA ANÁLISE ESPACIAL DOS TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS

Na literatura econômica encontram-se poucos trabalhos que aplicaram a análise espacial ao setor de transplantes de órgãos e tecidos. Entre estes se destacam: Mohan et al. (2014); Ghaoui et al. (2015) e Cao, Stewart e Kalib (2016). Para o Brasil tem-se apenas a pesquisa de Vieira, Santos e Brito (2007).

Ghaoui et al. (2015) descreveram para os estados americanos de Connecticut; Vermont; Maine; New Hampshire; Rhode Island e Massachusetts (denominada no estudo de Região 1) a distribuição geográfica dos registros de transplantes. Identificaram as disparidades no acesso ao transplante de fígado a partir de dados da *United Network of Organ Sharing* (UNOS), entre 2003 e 2012. Eles usaram a análise de interação espacial baseada no modelo gravitacional para verificar o padrão geográfico dos registros totais desse tipo de transplante por código de endereçamento postal (CEP). De acordo com os autores, a visualização de registros de transplantes revelou disparidades geográficas na

alocação de órgãos em toda a região da pesquisa, sendo que o número total de registros foi maior na área Sul do local pesquisado. A análise de interação espacial, depois de ajustar para o tamanho da população subjacente, revelou existir um agrupamento estatisticamente significativo de altas e baixas taxas em várias áreas geográficas, as quais não podiam ser previstas com base unicamente na distância para o centro de transplante ou na densidade da população. Concluíram que a geografia afeta a alocação de órgão na região, além disso, que o método de análise espacial pode contribuir para uma melhor alocação dos recursos, buscando reduzir assim as disparidades regionais no acesso aos transplantes.

Mohan et al. (2014) verificaram que a variação geográfica nas taxas de transplantes renais nos Estados Unidos não foi explicada por fatores como idade, raça, sexo e educação. Esses autores avaliaram o impacto da distribuição espacial da pobreza em regiões dos Estados Unidos associado às taxas deste tipo de transplante. Observaram que ocorreu uma variação geográfica considerável nas taxas de transplante em todo o país na medida em que maiores taxas foram observadas de acordo com o aumento da renda familiar média verificada.

O trabalho de Cao, Stewart e Kalib (2016) analisou padrões geográficos da incidência de insuficiência renal terminal em 11 estados do Meio-Oeste dos Estados Unidos entre 2004 e 2011. Verificaram também a existência de relação entre o acesso ao transplante e a residência do paciente, como condados rurais e urbanos. Os resultados indicaram que a incidência de doenças renais é mais elevada em áreas rurais e que o acesso também é menor. Além disso, a maior parte dos municípios que possuem uma incidência mais alta de doenças renais também apresenta menor acesso aos transplantes.

Para o Brasil, Vieira, Santos e Brito (2007) identificaram a ausência de dados georeferenciados disponíveis a respeito do assunto e buscaram obter uma base de dados de transplantes renais na região do oeste de Minas Gerais, abrangendo 87 municípios. As variáveis utilizadas foram doadores, sexo, etiologias, locais das sessões de hemodiálise, local de origem do paciente e realização de transplantes. Foram feitos mapeamentos durante o período de 2002 a 2005 e observou-se que o município de Uberlândia concentrava uma grande quantidade de captação de órgãos e de realização de transplantes renais.

Assim, a partir do exposto é possível observar que a aplicação da Econometria Espacial na análise das disparidades da oferta de transplantes é uma ferramenta adequada e robusta. Esta técnica permite identificar de forma rigorosa os padrões de associação existentes entre as variáveis determinantes, identificando quais serão os pontos destoantes, como *clusters* e *outliers*. Além disso, considerando a escassez de pesquisas que avaliam a espacialidade nos dados de transplantes renais, o presente estudo busca suprir essa lacuna ao captar o efeito da proximidade entre as Unidades Federativas do Brasil.

3 I PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Fonte e Descrição dos dados

Esta pesquisa é do tipo descritiva e analítica, em que se analisa a distribuição espacial dos transplantes renais e dos fatores condicionantes dessa oferta. A amostra da pesquisa foi constituída por 27 Unidades da Federação (UF). O critério de seleção da amostra foi a participação (via SUS) de cada UF no sistema de transplante renal e da disponibilidade completa de informações.

No presente estudo, a oferta do transplante de rim foi representada pela taxa de transplantes renais por milhão de população – pmp (TRPMP), a qual foi obtida pela divisão entre a quantidade de transplantes renais e a população residente de cada unidade federativa, multiplicada por 1.000.000. A coleta de dados referente à esta variável foi realizada no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) do SUS, por local de internação, usando-se os seguintes códigos dos procedimentos hospitalares: 0505020092 - transplante órgão de doador vivo e 0505020106 - transplante doador morto. Estas informações são gratuitas e estão disponíveis na *home page* do Departamento de Informática do SUS-DATASUS (BRASIL, 2017).

Na Tabela 1 está apresentada a descrição dos determinantes da oferta de transplantes renais e a fonte dos dados. O componente econômico utilizado foi o PIB per capita (PIBPC). A justificativa para o uso desta variável é que, no Brasil, áreas mais desenvolvidas economicamente tendem a apresentar maiores taxas de transplantes de órgãos. Além disso, alocam de forma mais eficiente os recursos do SNT (GARCIA et al., 2015). Já o fator gestão abrange as taxas de equipes transplantadoras pmp (EQPMP), de doadores efetivos pmp (DEPMP), de Comissões Intra-Hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplante pmp (CIHDOTTS pmp) e de Organizações de Procura de Órgãos pmp (OPOS). As variáveis leitos em UTI pmp (LUTIPMP), serviços de neurocirurgia pmp (SNEUPMP) e respiradores ou ventiladores de emergência pmp (REMEGPMP) nos hospitais representam a infraestrutura. Destaca-se que os aspectos relacionados a gestão e infraestrutura foram definidos conforme a literatura de economia dos transplantes de órgãos no país (BRASIL, 2017; COSTA; BALBINOTTO NETO, SAMPAIO, 2016; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS, 2015; MEDINA-PESTANA et al., 2011).

Variáveis	Descrição	Fonte
Econômico		
PIB PC	PIB per capita nominal (R$ mil): (valor nominal do Produto Interno Bruto por UF[1] / população residente de cada UF)	IBGE (2016)
Gestão		
EQPMP	Taxa de equipes transplantadoras de órgãos pmp: (número de equipes transplantadoras por UF / população residente de cada UF) x 1.000.000	ABTO
DEPMP	Taxa de doadores efetivos de órgãos pmp: (número de doadores efetivos por UF / população residente de cada UF) x 1.000.000	ABTO
CIHDOTTSPMP	Comissões Intra-Hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplante pmp: (número de CIHDOTTS por UF / população residente de cada UF) x 1.000.000	ABTO
OPOsPMP	Organizações de Procura de Órgãos pmp: (número de OPOs por UF / população residente de cada UF) x 1.000.000	ABTO
Infraestrutura		
LUTIPMP	Leitos em UTI pmp: (número de leitos em UTI por UF / população residente de cada UF) x 1.000.000	ABTO
SNEUPMP	Serviços de neurocirurgia pmp: (número de serviços de neurocirurgia por UF / população residente de cada UF) x 1.000.000	ABTO
REMEGPMP	Respiradores (ou ventiladores) de emergência pmp: (número de respiradores de emergência por UF / população residente de cada UF) x 1.000.000	Cadastro Nacional de Estabelecimentos (CNES) - DATASUS

Nota:[1] UF refere-se as Unidades da Federação.

Tabela 1 - Variáveis, descrição e fonte dos determinantes econômico, de gestão e infraestrutura, 2015

Fonte: Elaboração própria (2021).

Os dados da população residente de cada unidade federativa referem-se às estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Censo 2010) para o Tribunal de Contas da União (TCU), que são usadas para determinar as cotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). As informações estão disponíveis no site do IBGE. Destaca-se que o *software* GEODA, versão 1.6.7, foi usado para calcular o I de Moran; já os mapas foram feitos no Quantun Gis, versão 2.2.

3.2 Modelo Empírico: Análise Exploratória de Dados Espaciais

A Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) refere-se a verificação da presença de aleatoriedade dos dados espaciais. Por meio dela pode-se testar a hipótese de que a distribuição entre dados não segue um passeio aleatório e identificar se existe ou não autocorrelação espacial (ALMEIDA, 2012; ANSELIM, 1988). Essa análise precede a

modelagem, pois indica se é necessário utilizar a econometria espacial.

As consequências da autocorrelação espacial são comparáveis às da autocorrelação temporal em séries de tempo. Se os erros estão correlacionados entre si em um modelo de regressão, os estimadores de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) serão ineficientes, e os estimadores das variâncias serão viesados, invalidando os testes de significância. Caso exista autocorrelação na variável dependente, as estimativas de MQO serão viesadas e inconsistentes, enquanto que quando a correlação está presente no termo de erro, o estimador de MQO deixa de ser o mais eficiente, ainda que não haja viés ou inconsistência (VIEIRA, 2009; FOTHERINGHAM; BRUNSDON; CHARLTON, 2002).

Com a utilização da AEDE é possível não somente identificar a aleatoriedade da distribuição dos dados espaciais, mas também encontrar valores que mensurem a autocorrelação espacial global e local, bem como o grau de interação entre as variáveis no espaço. Essa análise é feita em algumas etapas, se iniciando pela escolha das matrizes de pesos espaciais que mais representa a estrutura estudada (ANSELIN, 1988).

A AEDE permite realizar quatro tipos de associações de dados espaciais, podendo ser feitas análises univariadas e bivariadas, tanto globais (I de Moran) quanto locais (LISA). A diferença entre elas consiste em que quando se faz associações univariadas, se busca entender se os valores de uma variável em uma região são afetados pelos seus valores em outra região. Na análise bivariada, por sua vez, se busca saber se os valores de uma variável em uma determinada região são afetados por valores de outra variável em regiões diferentes. Já a distinção entre indicadores globais e locais consiste em que os primeiros não conseguem identificar padrões locais de autocorrelação, apenas o grau em que ela ocorre, logo, são indicadores complementares (ALMEIDA, 2012; ANSELIN, 1988).

Tendo em vista que AEDE pode auxiliar na identificação da existência de autocorrelação espacial, de padrões de associação espacial e da presença de *clusters* nos dados, ou ainda, sobre a influência de observações discrepantes (*outliers*), essa análise se torna um importante precedente de um modelo econométrico (ALMEIDA, 2012).

Nesta linha, Almeida (2012) destaca-se que na análise deve-se, inicialmente, determinar a matriz de pesos espaciais ou matriz de contiguidade, pode ser definida de acordo com a vizinhança, a distância geográfica e socioeconômica, bem como uma combinação desses fatores.

Tyszler (2006) aponta que a utilização das matrizes de pesos espaciais é necessária como instrumento que identifique a estrutura existente de correlação espacial na análise em questão, a qual é uma matriz quadrada e contém os pesos de cada unidade sobre a outra. Portanto, a importância do entendimento dessas matrizes decorre do fato de que nos estudos espaciais existe a dependência multidimensional dos dados e regiões estudadas (VIEIRA, 2009).

Almeida (2012) exemplifica que, para uma amostra de n áreas, uma análise espacial tem o número de interações entre essas regiões igual a $n*(n-1)/2$. É necessário um arranjo

para que as ocorrências dessas interações espaciais se tornem viáveis, tornando possível a estimação de um parâmetro que dê a ideia do grau de interação. Destaca-se que muitos resultados em econometria espacial são sensíveis à escolha da matriz de pesos espaciais, o que torna a discussão a respeito da tipologia das matrizes uma questão importante.

As matrizes de pesos espaciais binárias podem ser construídas de acordo com Almeida (2012), pelo conceito de vizinhança baseada na contiguidade, em que são consideradas próximas as regiões que possuem fronteiras em comum. Se duas áreas partilham de uma fronteira, atribui-se o valor unitário para elas (ou nulo, no caso contrário).

Ressalta-se que existem alguns tipos de matrizes de pesos espaciais como a rainha, torre e k vizinhos. Levando em consideração erros de medida que mapas podem conter por serem apenas representações abstratas da distribuição geográfica, a convenção de contiguidade é chamada de rainha (*queen*) quando os vértices (nós), na visualização de um mapa, podem ser considerados como contíguos. Em contrapartida, caso apenas as fronteiras físicas com extensão diferente de zero for levadas em conta, a convenção de contiguidade é considerada como torre (*rook*) (ALMEIDA, 2012).

No entanto, existe um problema na utilização das matrizes rainha e torre que reside no fato de regiões estudadas em uma mesma análise apresentarem uma quantidade de vizinhos muito diferentes, algumas com muitos e outras com até nenhum, não garantindo uma conectividade balanceada. Para resolver este problema, é possível adotar a matriz de *k* vizinhos que são matrizes binárias de contiguidade cuja convenção de vizinhança é baseada na distância (ALMEIDA, 2012; ANSELIN, 1999).

A partir da construção da matriz de pesos espaciais é preciso analisar se há autocorreção espacial nos dados. Para isso se utiliza a estatística I de Moran, a qual é usada para identificar a existência de aleatoriedade espacial, sendo representada da seguinte forma:

$$I = \frac{n}{S_0} \frac{\sum I \sum J \, W_{IJ} \, Z_I Z_J}{\sum_I^n = 1 Z^2} \quad (1)$$

O primeiro termo da Equação 1 (n/S_0) corresponde à variância dos dados de interesse e o segundo ($\sum I \ \sum j \ W_{ij} \ Z_i \ Z_j \ / \sum^n{}_I = 1^{z^2}$), à ideia de configuração espacial dos dados. Na equação, *n* é o número de regiões, *z* denota os valores da variável de interesse padronizada e *Wz* representa os valores médios desta variável padronizada nos vizinhos, definidos segundo uma matriz de ponderação espacial *W*. O duplo somatório significa que todos os elementos da matriz de pesos espaciais *W* devem ser somados, denotando a densidade dessa matriz (ALMEIDA, 2012).

O valor esperado de I de Moran para quando não existe padrão espacial nos dados é de *–[1/(n-1)]*. O valor calculado e o esperado são iguais quando *yi* de uma região independe de *yi* nas regiões vizinhas. Quando o valor calculado de *I* excede o esperado, existe indicação de autocorrelação espacial positiva, já quando *I* é menor, a autocorrelação pode

ser negativa. Destaca-se que essa estatística está entre 0 e 1 e a medida que aumentam o número de regiões seu valor se aproxima de 0. O I de Moran fornece uma indicação formal do grau de associação linear entre os valores do vetor Z (Equação 1) e o vetor espacialmente defasado (ALMEIDA, 2012; VIEIRA, 2009).

Almeida (2012) aponta três informações que podem ser identificadas com a estatística do I de Moran, sendo elas: a) o nível de significância, que informa se os dados estão distribuídos aleatoriamente; b) o sinal da estatística que indica se as informações estão concentradas ou dispersas em torno das regiões e c) o grau da autocorrelação espacial, sendo relacionado positivamente com a proximidade dessa estatística de 1 e negativamente de -1.

O Diagrama de Dispersão de Moran (Figura 1) é usado para visualizar a dependência espacial e indicar os diferentes padrões espaciais presentes nos dados. Existem quatro padrões de associação local espacial entre as regiões e seus vizinhos, sendo eles: 1) alto-alto (AA): regiões com altos valores para a variável de pesquisa (acima da média) estão rodeadas (cercados) por áreas que também apresentam altos valores da variável estudada; 2) baixo-alto (BA): áreas com baixos valores para a variável de pesquisa (abaixo da média) estão cercadas por regiões que apresentam altos valores da variável estudada; 3) alto-baixo (AB): regiões com altos valores para a variável de pesquisa (acima da média) estão rodeadas (cercados) por áreas que apresentam baixos valores da variável estudada; 4) baixo-baixo (BB): regiões com baixos valores para a variável de pesquisa (abaixo da média) estão rodeadas (cercados) por áreas que também apresentam baixos valores da variável em questão (ALMEIDA, 2012).

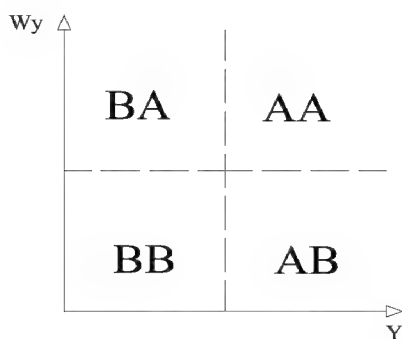



Figura 1 - Diagrama de Dispersão de Moran

Fonte: Elaboração própria com base em Almeida (2012) e Vieira (2009).

Vieira (2009) destaca que os quadrantes AA e BB correspondem a uma autocorrelação espacial positiva, mostrando regiões de concentrações (*cluster*) com valores similares. Já nos quadrantes BA e AB, tem autocorrelação negativa, com *clusters* espaciais de valores

diferentes.

De acordo com Almeida (2012), não se deve confiar apenas em estatísticas globais, pois elas podem camuflar padrões locais de associação espacial linear. Para detectar estes padrões, existem os indicadores de associação espacial local (LISA), sendo que a principal é o I local. Conforme Anselin (1999), a estatística LISA é usada para testar a hipótese nula de ausência de associação espacial local.

O LISA é um instrumento de identificação de *outliers*, isto é, indica um agrupamento espacial que ocorre em torno de uma variável, com valores locais que são muito diferentes da média (ou mediana) e que contribuem mais do que o esperado para a estatística local. É usada também para testar a hipótese nula de ausência de associação espacial local (ANSELIN, 1999; 1995).

Para que os indicadores LISA identifiquem o grau de associação espacial local é preciso que exista para cada observação, uma indicação de *clusters* espaciais signficativos estatisticamente e que a somatória dos indicadores locais, para todas as regiões, seja proporcional ao indicador de autocorrelação espacial global (ANSELIN, 1999).

4 I RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise descritiva

Na Tabela 2 está apresentada a estatística descritiva da taxa de transplantes renais pmp e seus determinantes. Observa-se que a taxa média de transplantes desse órgão foi de 14,60 pmp, sendo que o maior valor foi identificado no estado do Rio Grande do Sul (47,21 pmp). O valor zero refere-se às UFs (Amapá, Mato Grosso, Roraima, Sergipe e Tocantis) que não realizaram transplantes no ano de 2015.

Variáveis	N[1]	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo	Coeficiente de variação (%)
TRPMP	27	14,60	14,26	0,00	47,21	97,67
PIBPC	27	24.961,58	13.367,59	11.366,23	73.971,05	53,55
EQPMP	27	0,53	0,38	0,00	1,25	72,05
DEPMP	27	9,75	9,17	0,00	29,77	94,05
CIHDOTTPMP	27	2,32	2,25	0,00	10,18	97,16
OPOPMP	27	0,18	0,21	0,00	0,62	113,96
LUTIPMP	27	163,53	75,69	60,00	361,94	46,28
SNEUPMP	27	1,96	0,95	0,43	3,96	48,18
REMEGPMP	27	215,17	87,95	84,89	451,83	40,88

Nota: [1] Unidades Federativas.

Tabela 2 - Estatística descritiva das variáveis consideradas na pesquisa, Unidades Federativas, Brasil, 2015

Fonte: Resultados da pesquisa (2021). Elaboração própria.

Com relação aos determinantes econômico (PIB per capita), de gestão (EQPMP, DEPMP, CIHDOTTPMP e OPOPMP) e infraestrutura (LUTIPMP, SNEUPMP e REMEGPMP), observa-se a partir do coeficiente de variação para cada variável a existência de alta dispersão dos dados entre as unidades da federação. Este fato pode indicar a disparidade que existe entre a oferta e a demanda por rins no Brasil.

4.2 Análise Espacial Univariada

Na Tabela 3 estão apresentados os resultados do I de Moran univariado referente à taxa de transplantes renais *pmp* para o ano de 2015. Para verificar a hipótese nula da aleatoriedade espacial foram estimadas as matrizes de contiguidade Rainha, Torre e *k* vizinhos (K3, K7 e K9).

Observa-se que os valores do I de Moran são estatisticamente significativos para todas as matrizes ao nível de 1% de significância, indicando que a distribuição não tem tendência aleatória, ou seja, é possível que exista autocorrelação espacial. Nesta linha, a taxa de transplantes renais dos estados vizinhos pode influenciar nas taxas de cada unidade da federação. A partir do critério de maior I de Moran, conforme recomendado por Almeida (2012), a matriz de k (3) vizinhos se mostra a mais adequada para a estimação.

Matriz de pesos	I de Moran
Rainha	0,4640*
Torre	0,4641*
K-3	**0,5908***
k-7	0,2975*
k-9	0,2018*

Nota:* Significativo ao nível de 1%.

Tabela 3 - Teste de autocorrelação espacial global univariado da taxa de transplantes renais *pmp*, Unidades Federativas do Brasil, 2015

Fonte: Resultados da Pesquisa (2021). Elaboração própria.

Na Figura 2 apresenta-se o gráfico de I de Moran (a) e o mapa de *cluster* (b) da taxa de transplantes renais pmp (TRPMP) em 2015. No eixo horizontal está a variável destacada (TRPMP) e no eixo vertical a defasagem espacial da taxa de transplantes renais pmp (TRPMP defasada). Com base na estatística de I de Moran (valor de 0,59), constata-se que há dependência espacial positiva. Quando se analisa os padrões espaciais existentes, observa-se maior concentração de unidades federativas no primeiro (padrão alto-alto) e terceiro (padrão baixo-baixo) quadrante.

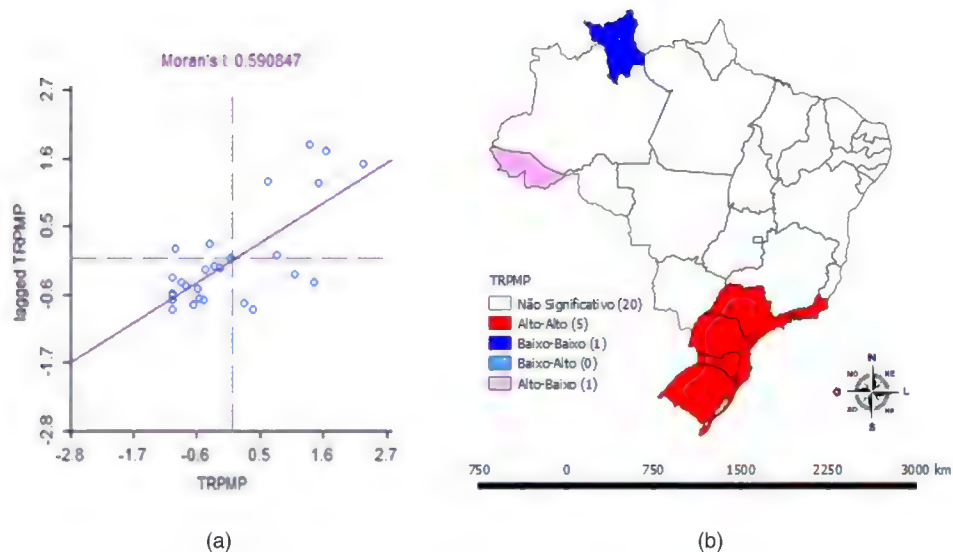
(a) (b)

Nota: Mapa com 999 permutações e com nível de significância de 5%.

Figura 2 - Gráfico de I de Moran (a) e mapa de *cluster* (b) da taxa de transplantes renais *pmp*, Unidades Federativas do Brasil, 2015

Fonte: Resultados da Pesquisa (2021). Elaboração própria.

Na estimação do mapa de *clusters* da Figura 2(b) foi usada a estatística LISA (Indicadores Locais de Associação Espacial), que busca identificar agrupamentos espaciais com significância e instabilidade local da medida de associação global I de Moran. Considerando-se os padrões que foram significativos, verifica-se que 5 unidades federativas estão no padrão alto-alto. Já nos clusters baixo-baixo e alto-baixo tem-se somente 1 estado, respectivamente.

No ano de 2015, verificou-se que todas as unidades federativas da região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e duas do Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro) formaram um *cluster* de unidades federativas com altas taxas de transplantes renais (pmp) e estavam cercados por até 3 vizinhos que possuíam (em média) elevadas taxas da mesma variável. Para Roraima (região Norte) evidenciou-se uma concentração do tipo baixo-baixo, ou seja, estados com pequenos valores dessa taxa e que estavam cercados por vizinhos que em média também apresentaram baixos valores de TRPMP. Para o Acre foi verificado uma concentração alto-baixo, isto é, o estado apresentou altos valores de TRPMP e tem circunvizinhos com baixos valores de transplantes renais pmp.

4.3 Análise Espacial Bivariada

O coeficiente I de Moran bivariado foi utilizado para verificar se existe associação linear entre a taxa de transplantes renais *pmp* (TRPMP) e os seguintes determinantes

dessa oferta: a) econômico, representado pelo PIB per capita (PIB per capita), b) de gestão, correspondente a taxa de equipes transplantadoras *pmp* (EQPMP), taxa de doadores efetivos *pmp* (DEPMP), Comissões Intra Hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplante *pmp* (CIHDOTTSPMP) e de Organizações de Procura de Órgãos *pmp* (OPOSPMP) e c) infraestrutura abrangendo leitos em UTI *pmp* (LUTIPMP), serviços de neurocirurgia nos hospitais *pmp* (SNEUPMP) e respiradores ou (ventiladores) de emergência *pmp* (REMEGPMP).

Na Tabela 4 verifica-se que para todas as variáveis o valor do coeficiente I de Moran, conforme a matriz de k (3) vizinhos foi significativo, indicando que existe autocorrelação espacial global bivariada. Os resultados das inferências indicaram a existência de autocorrelação positiva entre a taxa de transplantes renais *pmp* e todas as variáveis explicativas no ano de 2015.

Determinante/relação	I de Moran Bivariado
Econômico	
TRPMP x PIB per capita	0,3449*
Gestão	
TRPMP x EQPMP	0,3671*
TRPMP x DEPMP	0,5543*
TRPMP x CIHDOTTPMP	0,4067*
TRPMP x OPOSPMP	0,1346*
Infraestrutura	
TRPMP x LUTIPMP	0,3628*
TRPMP x SNEUPMP	0,3578*
TRPMP x REMEGPMP	0,3548*

Nota: * Significativo ao nível de 1%.

Tabela 4 - Teste de autocorrelação espacial global bivariada da taxa de transplantes renais (*pmp)* e determinantes econômico, de gestão e infraestrutura dessa oferta, Unidades Federativas do Brasil, 2015

Fonte: Resultados da Pesquisa (2021). Elaboração própria.

Para complementar a análise global apresentada na Tabela 4, é importante realizar uma análise espacial local (conforme demonstrado nas Figuras 3, 4 e 5), que permite identificar quais as unidades da federação que apresentam os padrões alto-alto, baixo-baixo, alto-baixo e baixo-alto.

Na Figura 3 está apresentado o mapa de cluster que associa a taxa de transplantes renais pmp e o PIB per capita em 2015. Existem aglomerações significativas nos padrões alto-alto, baixo-baixo e alto-baixo. Verificou-se que o estado de Minas Gerais apresentou altas taxas de transplantes desse órgão e está cercada por vizinhos que apresentaram, em

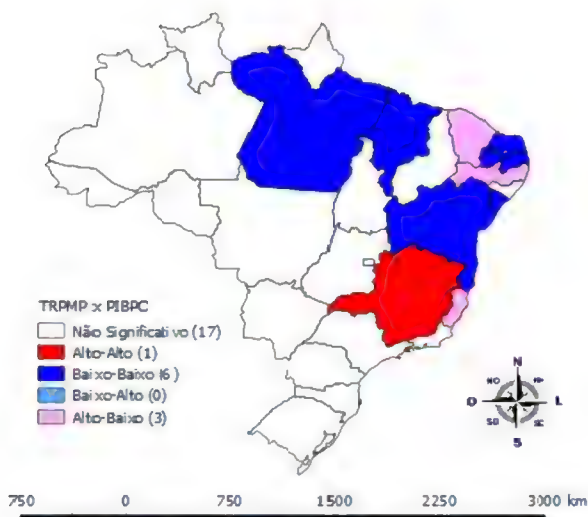
média, elevado PIB per capita. Já Bahia, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão e Pará tiveram padrões baixo-baixo, isto é, possuíam baixas taxas de transplantes renais (pmp) e estavam rodeados por UFs com pequenos níveis médios de renda per capita. No padrão alto-baixo identificou-se Espírito Santo, Pernambuco e Ceará, ou seja, estas unidades apresentaram altas taxas de transplantes e estavam rodeadas por vizinhos com baixo nível de PIB per capita.

Nota: Mapa com 999 permutações e com nível de significância de 5%.

Figura 3 - Mapa de *cluster* bivariado relacionando taxa de Transplantes Renais *pmp* (TRPMP) e PIB per capita, Unidades Federativas do Brasil, 2015

Fonte: Resultados da Pesquisa (2018). Elaboração própria.

Por sua vez, na Figura 4 - mapas de cluster de (a) até (d) - apresentam-se os resultados da relação espacial entre a taxa de transplantes renais pmp (TRPMP) e as variáveis que representam a gestão do sistema (EQPMP, DEPMP, CIHDOTT e OPOs). No que diz respeito ao mapa de *cluster* da Figura 4(a), verifica-se que Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, formaram um grupo de estados que apresentam alta TRPMP e estão cercados de vizinhos que tiveram, em média, elevada taxa de equipes transplantadoras pmp. No mesmo ano, o Amapá ficou no padrão baixo-baixo (pequenas taxas de transplantes e vizinhos com reduzida taxa de equipes).

Na relação entre TRMPM e taxa de doadores efetivos pmp (Figura 4b), tem-se associações espaciais significativas para os padrões alto-alto (5 estados) e baixo-baixo (2 estados). O cluster alto-alto foi formado pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Isto mostra que estes estados apresentaram altos valores de TRPMP e estavam cercados de vizinhos com, em média, elevada taxa

de doadores efetivos. Já o agrupamento baixo-baixo abrangeu somente os estados de Roraima e Amapá.

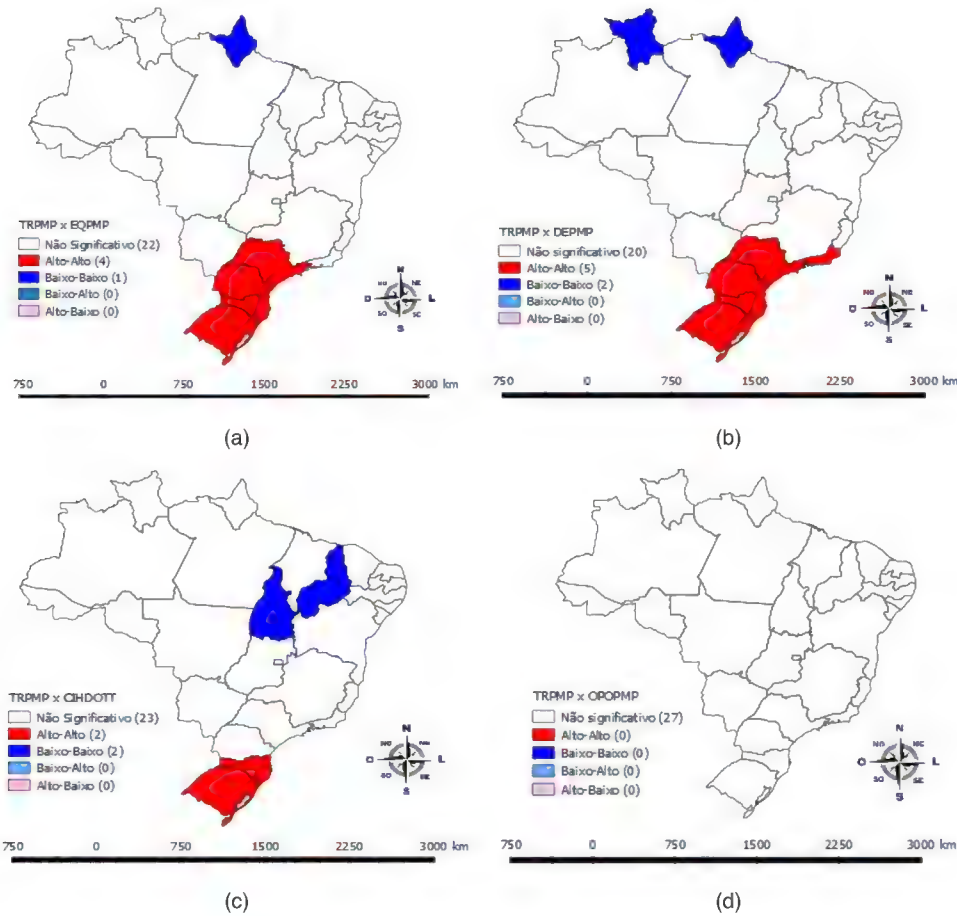
No mapa de cluster da Figura 4(c), relaciona-se a oferta de transplantes com o número de CIHDOTTS. Os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina tiveram altas taxas de transplantes renais (pmp) e estavam cercados por vizinhos que possuíam, em média, alto número de CIHDOTTS. Por sua vez, houve predomínio de agrupamento baixo-baixo para Maranhão e Tocantins. Para a variável explicativa OPO não houve nenhuma concentração estatisticamente significativa, conforme pode ser visto na Figura 4(d).

Nota: Mapa com 999 permutações e com nível de significância de 5%.

Figura 4 - Mapa de *Cluster* Bivariado relacionando taxa de transplantes renais *pmp* (TRPMP) e EQPMP (a), DEPMP (b), CIHDOTT (c) e OPO (d), Unidades Federativas do Brasil, 2015

Fonte: Resultados da Pesquisa (2021). Elaboração própria.

Quando se analisa as variáveis que representam a infraestrutura do sistema, observa-se que existe relação positiva entre a taxa de transplantes renais pmp e leitos em UTI *pmp* (Figura 5a), com concentração alto-alto para os estados de São Paulo e Minas Gerais (isto é, eles realizaram altas taxas de transplantes renais e estão cercados de vizinhos com elevadas taxas de leitos em UTI). Já o cluster baixo-baixo engloba os estados de Maranhão, Amapá e Pará.

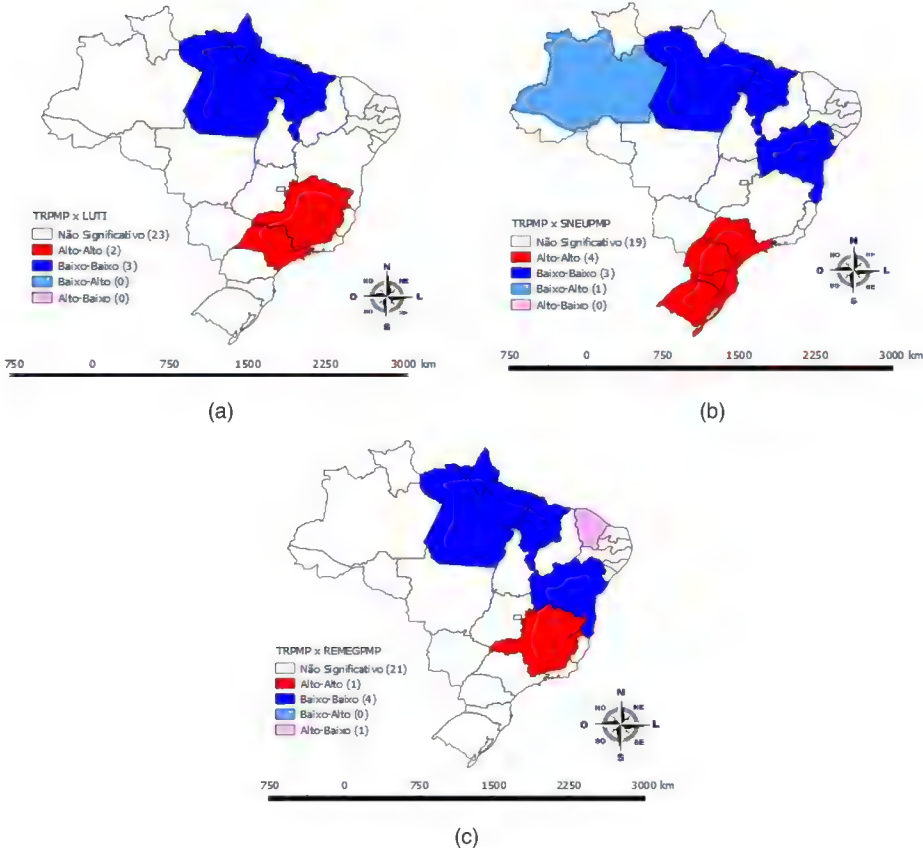
Na relação espacial entre a taxa de transplantes renais pmp e os SNEUPMP (Figura 5b), observa-se uma concentração alto-alto para os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Por sua vez, o cluster baixo-baixo foi formado pelos estados da Bahia, Maranhão e Pará, ou seja, estas áreas apresentaram baixas taxas de transplantes renais pmp e estavam cercados de vizinhos com baixo número de serviços de neurocirurgia pmp. O Amazonas está no cluster baixo-alto.

Nota: Mapa com 999 permutações e com nível de significância de 5%.

Figura 5 - Mapa de *Cluster* Bivariado relacionando taxa de transplantes renais *pmp* (TRPMP) e LUTI (a), DEPMP (b), SNEUPMP (c) e REMEGPMP (d), Unidades Federativas do Brasil, 2015

Fonte: Resultados da Pesquisa (2021). Elaboração própria.

A associação entre a taxa de transplantes renais *pmp* e ventiladores de emergência *pmp* (REMEGPMP) está apresentada na Figura 4c. O *cluster* alto-alto foi identificado somente para o estado de Minas Gerais. Houve o predomínio do agrupamento baixo-baixo para os estados Bahia, Maranhão, Pará e Amapá, ou seja, são estados que realizaram pequenas taxas de transplantes deste órgão e estão rodeadas de vizinhos com reduzida taxa de ventiladores de emergência. Por fim, o Ceará está no cluster alto-baixo.

Resumidamente, os padrões de *clusters* evidenciados na presente pesquisa entre a taxa de transplantes renais pmp e seus determinantes econômico (Figura 3), de gestão (Figura 4) e infraestrutura (Figura 5) estão apresentados na Tabela 5.

Determinante/relação	Padrão/Unidades Federativas			
	Alto-Alto	Baixo-Baixo	Baixo-Alto	Alto-Baixo
Econômico				
TRPMP x PIB per capita	Minas Gerais	Bahia, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão e Pará	-	Espírito Santo, Pernambuco e Ceará
Gestão				
TRPMP x EQPMP	Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo	Amapá	-	-
TRPMP x DEPMP	Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro	Roraima e Amapá	-	-
TRPMP x CIHDOTTPMP	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	Maranhão e Tocantins	-	-
TRPMP x OPOSPMP	-	-	-	-
Infraestrutura				
TRPMP x LUTIPMP	São Paulo e Minas Gerais	Maranhão, Amapá e Pará	-	-
TRPMP x SNEUPMP	Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo	Bahia, Maranhão e Pará	Amazonas	-
TRPMP x REMEGPMP	Minas Gerais	Bahia, Maranhão, Pará e Amapá	-	Ceará

Tabela 5 - Sintetização dos padrões de *cluster* evidenciados na presente pesquisa, Unidades Federativas do Brasil, 2015

Fonte: Resultados da Pesquisa (2021). Elaboração própria.

4.4 Discussão

Os resultados mostraram que, em termos univariado, a oferta de transplantes renais nas Unidades Federativas do Brasil tem efeitos espaciais, ou seja, a taxa de transplantes deste órgão em cada estado é influenciada pelos transplantes realizados nos seus vizinhos. Constatou-se também que os determinantes econômico, de gestão e infraestrutura exercem impacto positivo sobre esta oferta, com exceção da variável Organizações de Procura de Órgãos *pmp*. Analisando o coeficiente I de Moran bivariado, o fator OPOSPMP apresentou relação positiva com os transplantes renais, contudo nenhum padrão foi significativo no mapa de cluster.

É importante destacar que os resultados da presente pesquisa foram significativos do ponto de vista da econometria espacial. Além disso, podem ser considerados robustos e estão em conformidade com a literatura sobre a aplicação deste método para o sistema de transplantes de órgãos.

Segundo Ghaoui et al. (2015), o espaço geográfico, além de variáveis socioeconômicas e demográficas, afeta a alocação de órgãos e tecidos em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nesta linha, o método de econometria espacial permite identificar as diferenças no acesso aos transplantes por regiões, podendo contribuir na formulação de politicas públicas baseadas em evidências que minimizem o desequílbrio em relação aos transplantes de órgãos.

De forma específica, verificou-se a existência de grandes disparidades espaciais da taxa de transplantes renais *pmp* em 2015. Aglomerações no padrão alto-alto foram evidenciadas na região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e Sudeste (especialmente, em São Paulo e Rio de Janeiro). Isto é, nestas regiões concentram-se estados com altas taxas de transplantes renais, cercadas por estados com também alta taxa deste órgão. Por sua vez, agrupamentos do tipo Baixo-Baixo e Alto-Baixo foram observadas na região Norte do País, respectivamente, nos estados de Roraima e Acre. Segundo Gómez, Jungmann e Lima (2018), este resultado pode ser explicado pela distância geográfica entre as regiões, ou seja, é mais viável fornecer serviços de transplantes em áreas densamente mais acessíveis como os estados do Sul e Sudeste. Além disso, estas regiões apresentam melhor infraestrutura do SUS.

Destaca-se também que as altas taxas de transplantes renais (pmp) realizadas no Brasil estão concentradas nas regiões mais desenvolvidas economicamente (Sul e Sudeste). Por sua vez, as menores estão centralizadas no Norte. Este fato pode ser explicado por diferenças evidenciadas entre fatores socioeconômicos como composição étnica, pobreza, privação social, nível educacional, entre outros (RANA et al., 2015; DAVIS et al., 2014a; 2014b; PURNELL et al., 2013; MARINHO; CARDOSO; ALMEIDA, 2011a; 2011b; UDAYARAJ et al., 2010; DUDLEY et al., 2009; KEMMER et al., 2008).

A disparidade no número de transplantes renais também foi evidenciada no estudo

de Medina-Pestana et al. (2011). Buscando analisar a distribuição dos transplantes de rim realizados no Brasil em 2009 por cada região brasileira, evidenciaram que a maioria foi realizada no Sul e Sudeste do país. Dentre os principais fatores utilizados para explicar esse comportando, os autores destacaram variáveis demográficas e socioeconômicas como o tamanho da população e o PIB de cada estado.

Garcia et al. (2015) destacam que, ao desenvolverem uma análise mais detalhada sobre os transplantes de rins em cada uma das cinco regiões geográficas do Brasil, também confirmam essa disparidade na doação de órgãos, variando de 5,7 pmp no Norte para 46,7 pmp na região sul. Apenas dois estados, o Rio Grande do Sul (51,9 pmp) e São Paulo (51,2 pmp) em 2014, realizaram mais de 50 transplantes renais pmp. Essa disparidade é também refletida pela taxa de doadores por milhão de populaçao e pode ser impactada por aspectos como densidade demográfica, Produto Interno Bruto per capita e nível de desenvolvimento em cada região.

Costa, Balbinotto Neto e Sampaio (2016), por sua vez, mostraram que o processo de transplantes renais é uma atividade com grande dispersão entre os estados e o Distrito Federal, principalmente em virtude das diferenças na gestão dos recursos aplicados no setor. A oferta do órgão rim nas regiões Norte e Nordeste, em comparação com o Sul e Sudeste, é insuficiente para suprir a demanda e reduzir as filas de espera por este órgão. Este fato é justificado pela questão da ineficiência destes estados nsa atividades de alocação, captação e transplantes de órgãos (MARINHO; CARDOSO; ALMEIDA, 2011a; 2011b).

Na análise bivariada entre o PIB per capita e a taxa de transplantes renais pmp constatou-se que uma unidade da federação do Sudeste (Minas Gerais) está no padrão alto-alto, ou seja, esse estado realiza altas taxas de transplantes e está cercado por vizinhos com elevada renda per capita. Por sua vez, no cluster baixo-baixo estão alguns estados do Nordeste (Bahia, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte e Maranhão) e um do Norte do país (Pará). Os estados do Espírito Santo, Pernambuco e Ceará compõem a aglomeração Alto-Baixo, ou seja, são áreas que realizam muitos transplantes de rim, e estão rodeadas de vizinhos com baixo PIB per capita.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016), a renda no Brasil esteve concentrada nas regiões Sul e Sudeste, mais especificamente em cinco estados, sendo eles São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, que juntos possuíam cerca de 60% do total do PIB brasileiro em 2014. Nesta linha, as evidências desta pesquisa, assim como os estudos de Medina-Pestana et al. (2011) e Garcia et al. (2015), confirmam o efeito positivo do fator econômico sobre o sistema de transplante renal de cada região geográfica brasileira.

Ao se observar as variáveis relacionadas à gestão hospitalar (taxa de equipes transplantadoras pmp, taxa de doadores efetivos pmp, Comissões Intra-Hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes pmp), percebe-se a predominância de

clusters alto-alto para regiões Sul e Sudeste e baixo-baixo, para Norte e Nordeste. Conforme Costa, Balbinoto Neto e Sampaio (2014), estados menos eficientes tendem a possuir equipes hospitalares sobrecarregadas ou má gestão do sistema de transplantes, o que pode explicar clusters baixo-baixo verificados entre a TRPMP e as variáveis relacionadas à gestão.

Destaca-se que, no SNT, a escassez de doadores de órgão é classificada como uma das maiores restrições para alcançar o equilíbrio entre a oferta e demanda por rim. Este fato é explicado pela não adequada remuneração e incentivos das equipes de saúde responsáveis pela captação e alocação de órgãos, dificuldade de manutenção de doares potenciais nas UTI's, falta de leitos, respiradores de emergência, abordagem familiar não adequada, entre outros aspectos (GÓMEZ; JUNGMANN; LIMA, 2018; COSTA; BALBINOTTO NETO; SAMPAIO, 2016; VIEIRA; VIEIRA; NOGUEIRA, 2016; ABBUD FILHO, 2006).

A observação de clusters alto-alto na correlação espacial entre a TRPMP e as CIHDOTTS pmp, de acordo com Medina-Pestana et al. (2011), poderia ser explicada por programas implementados pelos governos de alguns estados afim de reduzir obstáculos e aumentar a eficiência do sistema. Do mesmo modo, Marinho (2004) cita como um fator determinante das filas de espera por órgãos no Brasil a administração e gerência de filas, o que é feita pelas CIHDOTS.

A pesquisa de Marinho, Cardoso e Almeida (2011a) pode explicar também a relação positiva entre TRPMP e OPOS pmp, visto que relacionam a proximidade de instituições de procura de órgãos e de centros transplantadores (OPOS e CIHDOTS) ao acesso à transplantes. Contudo, como os resultados dos mapas de cluster não foram significativos para as OPOs pmp, é importante uma atenção maior por parte dos gestores públicos na atuação dessas organizações em cada área específica.

Com relação às variáveis estudadas que estão relacionadas à fatores de infraestrutura do sistema de transplantes (leitos em UTI pmp, serviços de neurocirurgia pmp e respiradores de emergência pmp) observa-se que possuem correlação espacial positiva sobre as taxas de transplantes renais pmp nos estados. No presente estudo, os estados da região Norte (Para e Amapá) e do Nordeste (Maranhão e Bahia) estão nas aglomerações baixo-baixo na análise dos determinantes de infraestrutura. Estas áreas apresentam várias dificuldades para elevar suas taxas de transplantes de órgãos, principalmente, devido à falta de hospitais transplantadores, infraestrutura inadequada, problemas de logística no transporte terrestre, engajamento de profissionais na notificação de potenciais doadores e no atendimento dos pacientes, entre outros (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS, 2015; GARCIA et al., 2015).

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou a distribuição espacial da taxa de transplantes renais por milhão de população nas Unidades Federativas Brasileiras em 2015. Avaliou-se também a correlação espacial entre a oferta de transplantes e os fatores econômico, de gestão e infraestrutura. Foi usado o método Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE).

De acordo com os resultados, a taxa de transplante renal por milhão de população em cada Unidade Federativa tem efeito espacial, isto é, os transplantes realizados em cada estado são influenciados por aqueles feitos nos seus vizinhos. Em relação aos determinantes econômico, de gestão e infraestrutura, todos tem correlação espacial positiva sobre a oferta de transplantes de rim. Na análise dos mapas de cluster observou-se para todos os determinantes abordados na presente pesquisa (com exceção das Organizações de Procura de Órgãos pmp) houve predomínio das aglomerações alto-alto nas regiões Sul e Sudeste. Já o padrão baixo-baixo concentrou-se nas áreas do Norte e Nordeste.

Os clusters baixo-alto foi observado somente para o estado do Amazonas ao se considerar a relação entre a taxa de transplantes renais e os determinantes de infraestrutura. Já o padrão alto-baixo foi identificado para o Ceará ao se abordar os fatores econômico e de infraestrutura. E para o Espirito Santo e Pernambuco somente na correlação espacial entre esta taxa e o PIB per capita.

A partir destes resultados é possível concluir que, além da autocorrelação espacial, existe também uma grande disparidade entre os estados e o acesso aos determinantes da taxa de transplantes renais. Assim, este estudo reforça e torna mais robustas as indicações e hipóteses destas diferenças regionais no Brasil em relação aos transplantes de rim. Para tentar minimizar essas disparidades no país, julgam-se necessárias ações públicas mais eficientes de melhoria do funcionamento do sistema de transplante renal, principalmente nas áreas em que é maior a escassez deste órgão.

REFERÊNCIAS

ABBUD FILHO, M. Desvendando as causas de não efetivação dos potenciais doadores de órgãos: educar para não punir... quem? *Jornal Brasileiro de Transplantes*, v. 9, n. 1, p. 467, 2006.

ALMEIDA, E. *Econometria espacial aplicada*. Campinas: Alínea, 2012.

ANSELIN, L. *Review of Cluster Analysis Software*. Urbana: Anselin and Associates, 2003.

________. *Spatial Econometrics*. Richardson: University of Texas at Dallas, 1999.

________. Local Indicators of Spatial Association - LISA. *Geographical Analysis,* v. 27, n. 2, p. 93-115, 1995.

________. *Spatial Econometrics:* methods and models. Boston: Kluwer Academic, 1988.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS - ABTO. *Dimensionamento dos transplantes no Brasil e em cada estado (2008-2015)*. São Paulo, SP: ABTO, 2015. (Registro Brasileiro de Transplante, v. 11, n. 4). Disponível em:<http://www.abto.org.br/abtov03/Upload/file/RBT/2015/anual-n-associado.pdf>. Acesso em: 2 set. 2016.

BRASIL. Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997. Regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fim de transplante e tratamento, e dá outras providências. 1997. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,* Poder Executivo, Brasília, DF, 01 jul. 1997. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1997/d2268.htm>. Acesso em: 2 Set. 2016.

______. Ministério da Saúde. *Portaria 2.600 de 21 de outubro de 2009.* Aprova o Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes. Saúde Legis - Sistema de Legislação da Saúde, 2009. Disponível em:<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2600_21_10_2009.html>. Acesso em: 09 Nov. 2016.

______. Decreto Federal nº 9.175 de 18 de outubro de 2017. Regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,* Poder Executivo, Brasília, DF, 19 out. 2017. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9175.htm>. Acesso em: 17 mar. 2018.

CAO, Y.; STEWART, K.; KALIB, R. Geographic patterns of end-stage renal disease and kidney transplants in the Midwestern United States. *Applied Geography*, v. 71, p.133–143, 2016.

COSTA, C. K. F. *Ensaio sobre a economia dos transplantes renais no Brasil*: incentivos e eficiência. 2014. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Programa de Pós Graduação em Economia. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

COSTA, C. K. F.; BALBINOTTO NETO, G.; SAMPAIO, L. M. B. Eficiência dos estados brasileiros e do Distrito Federal no sistema público de transplante renal: uma análise usando método DEA (Análise Envoltória de Dados) e índice de Malmquist. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, n.8, p.1667-1679, 2014.

________. Análise dos incentivos contratuais de transplantes de rins no Brasil pelo modelo agente-principal. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n.8, p.1-13, 2016.

DAVIS, A. E. et al. Changes in geographic disparity in kidney transplantation since the final rule. *Transplantation*, v. 98, n. 9, p. 931-936, 2014a.

________. et al. The extent and predictors of waiting time geographic disparity in kidney transplantation in the United States. *Transplantation*, v. 97, n. 10, p. 1049-1057, 2014b.

DUDLEY, C. R. et al. Factors that influence access to the national renal transplant waiting list. *Transplantation*, v. 88, n. 1, p. 96-102, 2009.

GARCIA, V. D. et al. An Overview of the Current Status of Organ Donation and Transplantation in Brazil. *Transplantation*, v. 99, n. 9, p. 1535-1537, 2015.

GHAOUI, R. et al. Impact of geography on organ allocation: Beyond the distance to the transplantation center. *World journal of hepatology*, v. 7, n. 13, p. 1782-1787, 2015.

FOTHERINGHAM, A. S.; BRUNSDON, C.; CHARLTON, M. *Geographically Weighted Regression*: the analysis of spatially varying relationships. Newcastle, UK: John Wiley & Sons; 2002.

GOMES, F. B. C. *Ameaças à equidade na distribuição de órgãos para transplante*: uma análise dos critérios legais de acesso. 2007. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

GÓMEZ, E. J.; JUNGMANN, S.; LIMA, A. S. Resource allocations and disparities in the Brazilian health care system: insights from organ transplantation services. *BMC Health Services Research*, v. 18, n. 90, p. 1-23, 2018.

HOWARD, K. et al. The cost efectiveness of increasing kidney transplantation and home-based dialysis. *Nephrology,* Carlton, v. 14, n. 1, p. 123-132, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. Coordenação de Contas Nacionais. *Produto Interno Bruto dos Municípios 2010- 2014*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2016.

KEMMER, N. et al. Impact of geographic location on access to liver transplantation among ethnic minorities. *Transplantation*, v. 85, n. 2, p. 166-170, 2008.

KIHAL-TALANTIKITE, W. et al. Influence of Socio-Economic Inequalities on Access to Renal Transplantation and Survival of Patients with End-Stage Renal Disease. *PLoS One*, v. 11, n. 4, p.1-15, 2016.

MARINHO, A. *Um estudo sobre as filas para internações e para transplantes no Sistema Único de Saúde brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2004. (Texto para discussão, n. 1.055).

________. *A situação dos transplantes de órgãos no Brasil*. Brasília, DF: IPEA, 2009. (Texto para discussão, n. 1.389).

________; CARDOSO, S. S. *Avaliação da eficiência técnica e da eficiência de escala do sistema nacional de transplantes*. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2007. (Texto para discussão, n. 1260).

________.; CARDOSO, S. S.; ALMEIDA, V. V. *Desigualdade de Transplantes de órgãos no Brasil:* Análise do perfil dos receptores por sexo e raça ou cor. Brasília, DF: IPEA, 2011a. (Texto para discussão, n. 1.629).

________; ________; ________. Efetividade, produtividade e capacidade de realização de transplantes de órgãos nos estados brasileiros. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 27, n. 8, p. 1560-1568, 2011b.

MEDINA-PESTANA, J. O. et al. O contexto do transplante renal no Brasil e sua disparidade geográfica. *J. Bras. Nefrol*, v. 33, n. 4, p. 472-484, 2011.

MOHAN, S. et al. Kidney Transplantation and the Intensity of Poverty in the Contiguous United States. *Transplantation*, v. 98, n. 6, p.640–645, 2014.

PURNELL, T. S. et al. Racial diferences in determinants of live donor kidney transplantation in the United States. *American Journal of transplantation*, v. 13, p. 1557-1565, 2013.

RANA, A. et al. Geographic inequities in liver allograft supply and demand: does it affect patient outcomes? *Transplantation*, v. 99, n. 3, p. 515-520, 2015.

SILVA, E. N. *Ensaios em economia da saúde*: transplantes de rim. 2008. 113f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2008.

TYSZLER, M. *Econometria espacial*: discutindo medidas para a matriz de ponderação espacial. 2006. Dissertação (mestrado) - Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 115.

UDAYARAJ, U. et al. Social deprivation, ethnicity, and access to the deceased donor kidney transplant waiting list in England and Wales. *Transplantation*, v. 90, n. 3, p. 279-285, 2010.

VIEIRA, L. R.; SANTOS, A. B.; BRITO, J. L. S.O uso de SIG na elaboração de uma base de dados dos transplantes renais: um estudo de caso. *Hygeia*, v. 2, n. 4, p. 24-36, 2007.

VIEIRA, M. S.; VIEIRA, M. S.; NOGUEIRA, L. T. Avaliação em saúde e transplantes de órgãos e tecidos: revisão integrativa. *Journal of Nursing UFPE/Revista de Enfermagem UFPE*, v. 10, n. 2, p. 631-639, 2016.

VIEIRA, R.S. *Crescimento econômico no Estado de São Paulo*: uma análise espacial. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2009.

CAPÍTULO 16

BRÁULIO BESSA E JOSÉ AUGUSTO "SERGIPANO": DOIS ARTISTAS EM UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA BOURDIEUSIANA DE *HABITUS*, CAMPO, CAPITAL E TRAJETÓRIA

Data de aceite: 23/04/2021

Márcio Renan Correa Rabelo
Mestre em Comunicação – PPGCOM/UFS

Ricardo Thadeu Guimarães Souza
Mestre em Estudos Literários - UEFS

RESUMO: Este artigo estrutura-se visando esclarecer sobretudo os conceitos de *Habitus*, Campo, Capital e Trajetória, numa abordagem sociológica do francês Pierre Bourdieu e ao mesmo tempo, entender como utilizá-los numa proposta teórico-metodológica de análise, considerando-se, entre outras coisas, as práticas sociais e suas relações de poder, tal como as regras de atuação dos indivíduos ou da coletividade dentro dos campos sociais, contudo, servindo como um aparato epistêmico-prático através do estabelecimento de relações de homologia nesses estudos de campos sociais brasileiros, representados como exemplos, nesta pesquisa, pelo Poeta Bráulio Bessa e sua trajetória no campo da Literatura de Cordel, assim como o Cantor José Augusto "Sergipano" em sua carreira no campo da Música Romântica, no período que se estende entre os anos de 1950 e 1980.
PALAVRAS-CHAVE: Pierre Bourdieu. Literatura de Cordel. Música Romântica.

ABSTRACT: This article is structured in order to clarify mainly the concepts of Habitus, Campo, Capital and Trajectory, in a sociological approach of the Frenchman Pierre Bourdieu and, at the same time, to understand how to use them in a theoretical-methodological analysis, considering, among others things, social practices and their power relations, such as the rules of action of individuals or collectivity within social fields, however, serving as an epistemic-practical apparatus through the establishment of homology relations in these studies of Brazilian social fields, represented as examples, in this research, by the poet Bráulio Bessa and his trajectory in the field of Cordel Literature, as well as the singer José Augusto "Sergipano" in his career in the field of Romantic Music, in the period that extends between the years 1950 and 1980.
KEYWORDS: Pierre Bourdieu. Literature of twine. Romantic music.

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi baseado em uma pesquisa bibliográfica acerca dos estudos sobre as teorias do sociólogo francês Pierre Bourdieu, tanto diretamente em suas obras como também em obras de pesquisadores que, por sua vez, estudam e/ou analisam as obras do autor citado. A pesquisa bibliográfica compreende também os objetos de estudo escolhidos para exemplificar os conceitos desenvolvidos por Bourdieu e que serão apresentados no decorrer desse artigo. O trabalho baseia-se também em fontes documentais, além de relatos de experiências vividas por alguns dos agentes envolvidos nesses campos propostos, além dos próprios autores.

Vale frisar que os dois autores deste artigo são especialmente ligados e atuam de forma direta, cada um ao seu respectivo campo, o que despertou ainda mais o interesse em compreender e analisar a partir de uma perspectiva bourdieusiana que está proposta nos seus conceitos, responder às seguintes questões: Como se constitui esses campos? Quem são os agentes envolvidos e como acumulam e circulam o capital simbólico e/ou econômico dentro dessa estrutura do campo? Que práticas são desenvolvidas nesses campos? e qual a relação entre o capital acumulado e a trajetória desses artistas?

Tanto a literatura de Cordel, nesta pesquisa em que apontamos o poeta Bráulio Bessa e sua trajetória como, da mesma forma, a Música Romântica, através do Cantor José Augusto "Sergipano" e sua trajetória (décadas de 1950 a 1980), permitem utilizar tais teorias como recurso metodológico de análise e, possivelmente, buscar a compreensão para tais questões, sobretudo no que refere-se às noções de Campo, de Capital, incorporando ainda as noções de *Habitus* e de Trajetória, entre outras propostas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu em seu método de análise.

PIERRE BOURDIEU: UM BREVE HISTÓRICO

Pierre Bourdieu nasceu em agosto de 1930 no interior da França, na pequena cidade de Denguin. Em sua história, entre tantos conceitos desenvolvidos e estudados, no início dos anos de 1960, a noção de campo começou a ser elaborada, como resultado da convergência entre reflexões desenvolvidas em seminários de pesquisa dirigidos por ele sobre a sociologia da arte, passando assim, a desenvolver trabalhos orientados para a análise de diferentes campos. Além da Noção de Campo, em suas obras como: A Economia das Trocas Simbólicas, O Poder Simbólico e As Regras da Arte podemos encontrar fundamentações sobre *Habitus* e Capital simbólico, conceitos também de grande importância dentro da sua proposição de metodologia de análise.

Bourdieu integrou o quadro docente das universidades de Harvard e de Chicago nos Estados Unidos, além do Instituto Max Planck em Berlim. Assumiu também a cadeira de Sociologia no Collège de France.

Por toda a sua trajetória, Bourdieu tornou-se referência na Antropologia e na Sociologia, sendo considerado um dos mais importantes intelectuais de sua época, com muitos trabalhos publicados sobre diversos temas como: educação, cultura, literatura, arte, comunicação, política entre outros.

Suas teorias têm grande relevância para a construção de um conhecimento que busca refletir sobre o papel do homem na sociedade, levando em consideração o fato de que cada ser humano caracteriza-se como um ser social único com seus próprios sistemas de percepção, apreciação e de ação (o *habitus*), conceito teórico no qual vamos desenvolver a seguir.

O CONCEITO DE *HABITUS*

Começamos a busca pela compreensão da metodologia de análise do autor procurando entender o conceito de *habitus*. A apropriação de tal conceito, conforme será exposto, é de vital importância para a análise bourdieusiana de quaisquer objetos de pesquisa. Procuramos, pois, explanar sobre este princípio dando relevo e analisando as definições propostas pelo próprio Bourdieu nas obras estudadas na disciplina supracitada.

É possível entender o *habitus* como uma série de propensões que formam um "princípio gerador" relacional de tomadas de posição (ou escolhas) que são incorporadas pelos sujeitos, dentro da organização social, tornando-se parte de sua forma de atuar no interior desta organização, isto é, interferindo em escolhas de práticas, de consumo, de estilo de vida, etc. Desta forma, devemos pensar o *habitus* "como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes." (BOURDIEU, 2005, p.191).

Sobre esse princípio, para melhor aclarar este conceito, peguemos como primeiro exemplo os *habitus* dos agentes da Literatura de Cordel, vertente literária originária da Europa, na qual se filia Bráulio Bessa[1].

Segundo Tavares (2011), cordelista é o poeta popular nordestino que costuma escrever seus versos e os publicar nos chamados folhetos de Cordel, isto é, pequenos livretos fotocopiados, geralmente ilustrados por xilogravuras, expostos pendurados em cordões de sisal nas feiras populares do Nordeste. A escolha vocabular (geralmente com traços de oralidade), a forma de compor as estrofes (seguindo ou não os moldes e rigores canonizados), a opção pelas feiras livres (dentre outros espaços públicos possíveis) e a própria caracterização (vestimentas de couro, chapéu estilo "cangaceiro", etc.) são algumas das práticas que compõem o *habitus* do cordelista. Isso quer dizer que, além destes traços distinguirem o cordelista de outras classes de poetas, eles podem também diferenciar um cordelista do outro, de acordo com o valor simbólico de cada uma destas práticas, atribuído pelos próprios agentes.

Ainda trabalhando este conceito, podemos citar, como outro exemplo, os *habitus* dos agentes relacionados à música. Numa perspectiva bourdieusiana, os agentes que atuam no campo da música que podem se diferir pelo gênero musical. Analisemos, por exemplo, o forró e o sertanejo. Apesar de ocuparem, por vezes, os mesmo espaços (festivais, eventos, etc.), estes dois gêneros podem se diferenciar pela forma de expressão, seja na linguagem oral, ou nas expressões próprias do estilo; na temáticas das músicas; na forma de se apresentar visualmente (vestimentas); o que constituem *habitus* que os distinguem.

1 O poeta Bráulio Bessa (1985) nasceu em Alto santo, Ceará e possui, hoje, o quadro fixo "Poesia com Rapadura" no programa Encontro com Fátima Bernardes, da Rede Globo. Às sextas-feiras, recita seus poemas em cordel sobre temas diversos, geralmente ligados à pauta do programa. Autor de dois livros, Poesia com rapadura (2017) e Poesia que transforma (2018), Bessa é também conhecido como "embaixador da cultura nordestina na internet".

Por outro lado, a busca por diferenciação por agentes que estão dentro de um mesmo gênero musical, a partir de suas práticas também existe, e podem gerar, para alguns, um grande acúmulo de *capital*[2], seja ele de ordem econômica estritamente, ou como valor simbólico, acompanhado (ou não) desse capital financeiro.

Podemos perceber isso ao considerarmos as práticas dos cantores da música romântica nas décadas de 50 a 80, como o José Augusto "Sergipano"[3] que, em consequência das suas escolhas na carreira artística, adquiriu tanto capital simbólico como econômico, tanto ao produzir e comercializar seus "produtos culturais" (por exemplo, a música gravada), como também com as suas apresentações ao vivo em casas de shows e participação em programas de rádio e TV, estando muitas vezes presente nas primeiras colocações nas paradas de sucesso desses programas e também em revistas da época.

Esse acúmulo de capitais, da maneira como fez José Augusto, era uma das práticas comuns entre todos os agentes, que pleiteavam sucesso no campo de produção no qual estava inserido, constituindo, assim, um *habitus* dos cantores da época em questão (1950 -1980).

O CONCEITO DE CAMPO

A teoria de "campo" de Bourdieu, contribui para desvendar os mecanismos de dominação vigentes na sociedade francesa, sendo o seu objeto de foco de análise, mas que pode, através do estabelecimento de relações de homologia, ser trabalhado de forma eficiente para o estudo de outros campos sociais, especialmente nos campos apontados no tópico anterior sobre a noção de *habitus,* nos possibilitando também exemplificá-los dentro do contexto dessa teoria.

Um campo, de acordo com Bourdieu, é um espaço social com certa autonomia, um "microcosmos" no qual seus agentes fazem funcionar determinada lógica interna de mudança ou conservação de posições. A lógica interna do campo perpassa por uma lógica de luta, na qual existem diversos agentes que tentam acumular (ou conservar) capitais específicos em busca da legitimação de sua produção cultural.

Segundo Bourdieu, aqueles agentes que já estão estabelecidos, os consagrados, dominam o campo de produção e, com o passar dos anos, se esforçam para que sua "banalização", isto é, sua familiarização com o público não os leve a uma perda de relevância. Já aos que pleiteiam ocupar uma posição no campo, isto é, os recém-chegados, ou a "vanguarda", cabe a tarefa de compreender o funcionamento do mesmo e buscar a legitimação de sua obra, diante de instâncias que envolvem a aceitação do público, a crítica especializada e de seus pares.

2 A noção de capital será discutida logo a seguir no próximo tópico.

3 José Augusto Costa, popularmente conhecido como José Augusto "Sergipano", nascido em 1936, em Aquidabã-SE, foi um cantor/compositor que gravou mais de 200 músicas, em mais de 25 LPs (vinil) interpretando especialmente a "Música Romântica" em forma de boleros, participou de vários programas regionais e nacionais de rádio e de televisão, além de ter realizado mais de 500 shows no Brasil e também no exterior.

Todo este movimento de manutenção e luta por espaço envolve a busca pelo que o autor chama de *capitais*, isto é, aquilo que está em jogo no sistema de posições que constituem o campo. Segundo Guitiérrez (1994), o autor dá atenção, principalmente, aos seguintes tipos: o *capital cultural*, acumulado com os conhecimentos adquiridos, de diferentes formas e em diferentes ambiências pelos sujeitos; o *capital econômico*, isto é, aquele ligado aos ganhos financeiros com as produções; o *capital social*, construído pela rede de relações que os agentes tecem em determinado campo; e o *capital simbólico,* ligado à honra adquirida pelo sujeito através do prestígio obtido por sua obra, conferindo-lhe a aura de consagração. Em cada "microcosmos", há um capital específico em jogo e sua aquisição (e acumulação) é o princípio fundamental do campo.

Os agentes e as instituições contidos no campo são dispostos em posições que são disputadas a cada nova geração, "cada ato artístico que marca época ao introduzir uma posição nova no campo "desloca" a série inteira dos atos artísticos anteriores" (BOURDIEU, 1996, p. 185). Existe, portanto, uma hierarquização na relação entre os detentores de capital específico no campo de produção: dominantes, possuidores de certa excelência; e dominados, desprovidos desta excelência e à margem do campo.

Os agentes artísticos que já estão no campo há mais tempo, tem sua obra consolidada, "marcam uma época", instauram suas obras na história do campo. Assim que novos agentes entram, a disputa por posições prossegue. Em outras palavras, os agentes que estão na posição de vanguarda, em algum momento de sua "trajetória" (conceito que veremos a seguir), poderão, posteriormente, com a chegada de novos artistas, ocupar uma posição intermediária, ou dominante, deslocando toda a série de produções.

Partindo-se desse princípio, tanto o campo da Literatura de Cordel quanto o da Música "Romântica", dos quais fazem parte Bráulio Bessa e José Augusto "Sergipano" respectivamente, são reais não apenas por apresentarem uma estrutura objetiva, mas também porque possibilitam-nos ver essa estrutura incorporada nas disposições dos agentes. Além disso, a análise, sob essa perspectiva, nos dois campos, permite que o analista perceba que existem lutas nesses espaços que vão gerar transformações ou conservações deles.

Esse espaço de lutas representa, também, um espaço de poder, em razão desses agentes possuírem diferentes formas de capital, conferindo-lhes uma probabilidade de lutar pelo poder. Segundo Bourdieu o campo deve ser entendido como "(...) o espaço das relações de força entre os agentes ou instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos (econômico ou cultural, especialmente)" (BOURDIEU, 1996, p. 244).

O princípio dessas relações se exemplifica perfeitamente em um dos objetos de estudo aqui expostos, pois, no campo da música, há os chamados, por Salazar (2015), *players* – nos quais estão inseridos os cantores, numa cadeia de processos que também envolve outros agentes tais como: compositores, artistas, técnicos, produtores, emissoras

de TV e de rádio, também da internet, gravadoras, órgãos e entidades como: o Ministério da Cultura, o público consumidor, entre outros – formam assim, o que Salazar (idem) chama de “indústria da música”.

No caso de José Augusto “Sergipano”, como vimos, o acúmulo de capital permitiu que ele se posicionasse no campo como dominante. Por isso, posteriormente, com a chegada da internet (e através, principalmente, das redes sociais), suas obras ganharam determinada circulação (assim como outros cantores), mesmo já não estando mais vivo. Isso se deve ao acúmulo do capital específico do campo em um dado momento (o campo, lembra-nos Gutiérrez (1994), é um momento histórico), pois, quando em vida, o cantor “marcou época”, deixando seu legado na história do campo. Caso semelhante, com devidas proporções e singularidades ocorreu com Michael Jackson, que, mesmo falecido, tem as suas obras circulando e gerando um acúmulo de capital (econômico) para os detentores dos seus direitos autorais.

O CONCEITO DE TRAJETÓRIA

Primeiramente precisamos compreender que trajetória corresponde a “uma série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a incessantes transformações” (BOURDIEU, 1996, p. 81).

Uma análise de trajetória a partir da perspectiva bourdieusiana sugere pensar na articulação de informações a partir dos dados biográficos com análises dinâmicas do campo, considerando tanto as posições ocupadas pelos agentes nesse espaço social, como também os *habitus.* Logo, esse é um fator relevante para a pesquisa, ou seja, identificar o conjunto de relações objetivas que conectam os agentes envolvidos nesse mesmo campo.

Desta forma, podemos pensar que, para Bourdieu, o conceito de trajetória está articulado aos conceitos de campo e de *habitus*. Na sua concepção, a trajetória é linear, seguindo uma ordem cronológica de eventos sucessivos, ou seja, composta por posições que foram sucessivamente ocupadas pelo agente ou grupo num campo, consequentemente, a narrativa desse agente – ou grupo – relaciona-se dinamicamente dentro do campo, tendo a sustentação em sua história passada e presente, considerando ainda, esse acúmulo de mudanças de posição (numa espécie de trajeto) que norteia tanto o perfil como a ação posterior da trajetória do indivíduo, ou seja, seu *habitus*.

Entender a trajetória de um agente significa, então, apreender suas mudanças de posição no campo e os acontecimentos biográficos como *alocações* ou *deslocamentos* em “estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado” (BOURDIEU, 1996, p. 81).

A história do campo é irreversível e cumulativa e, por isso, todo recém-chegado precisa conhecer o *estado de coisas*, a herança estabelecida pelo conjunto de aquisições

próprias da estrutura e que definem não só o momento no qual o campo se encontra, mas as práticas que nele são possíveis.

TRAJETÓRIAS DE BRÁULIO BESSA E JOSÉ AUGUSTO SERGIPANO NA PERSPECTIVA BOURDIEUSIANA

Em sua trajetória, Bráulio Bessa ocupou diferentes posições no campo da Literatura de Cordel e usou, para isso, todas as experiências e conhecimentos adquiridos nos ambientes pelos quais trafegou, isto é, seu capital cultural foi de vital importância nesse processo. Primeiramente, o poeta procurou dar relevância ao seu trabalho em sua cidade natal, Alto Santo, e viu nas artes cênicas a oportunidade ideal: com texto (em versos) *Meu Ceará é assim* (2002), ele ajudou a Escola Francisco Nonato Freire, onde estudava, a vencer um festival de teatro promovido pelo governo do Ceará.

Podemos afirmar que Bessa ingressou no campo pondo em prática seu conhecimento do "estado de coisas", isto é, com seu capital cultural acumulado, no que diz respeito à estruturas de seu espaço de produção (como a possibilidade de conseguir, por exemplo, ter um projeto contemplado por um edital), ele pode investir seus esforços em um empreendimento que, em dado espaço dos possíveis, era conveniente. Posteriormente, Bessa cursou Análise de Sistemas, curso no qual aprendeu, por certo, sobre o funcionamento do meio virtual, os meandros da internet e a dinâmica das redes sociais. Este capital cultural permitiu que, em 2011, provocado por uma série de ataques a seus conterrâneos na Rede, ele criasse a página *Nação Nordestina*, no Facebook, na qual começou a disseminar aspectos gerais sobre sua região: música, culinária, pontos turísticos e, é claro, poesia (tudo isso com horários próprios, que eram mais adequados para cada conteúdo). O poeta estava, então, na vanguarda do campo, já que sua obra possuía certa distinção (quantidade menor de estrofes para se adequar a um *post*), mas ainda poderia ser distinguida como "poesia de cordel". No primeiro ano no ar, a página alcançou um milhão de seguidores e, em 2014, ele já era conhecido como o "embaixador da cultura nordestina na internet", fato que chamando a atenção da produção do programa *Encontro com Fátima Bernardes*, atração diária nas manhãs da Rede Globo. Ele, então, consciente de que a TV é uma "instância de consagração", investiu seus conhecimentos, de diferentes frentes, para "seduzir" os olhares da organização da atração e não demorou para que conseguisse um quadro fixo, o "Poesia com rapadura", e começasse a escrever diretamente para o Programa. Hoje, baseado em sua relevância no meio, podemos dizer que este agente cultural atingiu a posição de dominante e vem mantendo, através dos mecanismos próprios do capital específico do campo, esta posição.

Ainda sob uma perspectiva bourdieusiana a respeito da análise de trajetória de um agente que pertence a outro campo, sendo ele o cantor José Augusto Sergipano, que ocupou diferentes posições no campo da música, especialmente, no gênero musical

Romântico nas décadas de 50 a 80, inicialmente com um papel de recém-chegado, buscando, primeiramente, conseguir ingressar no mercado, ou seja, procurando se firmar e obter espaço dentro do cenário musical da época, no Brasil. Por esse motivo, mudou-se da pequena cidade de Aquidabã (interior de Sergipe) para um grande centro urbano e industrial do país, representado pela centralização dessas atividades no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, onde se concentravam muitos artistas, gravadoras, maiores veículos de comunicação, maior concentração de mercado, consumidores, etc., ou seja, as instâncias de "consagração" necessárias, na época, para um agente tentar se estabelecer, dentro desse campo.

No final da década de 1950, enquanto José Augusto "Sergipano" buscou alavancar a sua carreira musical. Outros artistas de mesmo estilo (pertencentes ao mesmo campo) já faziam sucesso no rádio, tais como: Ângela Maria, Dalva de Oliveira, Cauby Peixoto, Agnaldo Rayol, entre outros. Isso se deu em função da popularização dos programas de auditório que, ao vivo, lançavam esses artistas, possibilitando-os disputar posições dentro do próprio campo, e permitindo que José Augusto obtivesse o reconhecimento de seu capital simbólico.

O programa *Festival dos Brotos*, veiculado pela *Rádio Bandeirantes*[4], apresentado pelo radialista e compositor Enzo de Almeida Passos era um dos mais conhecidos em 1960, podendo ser considerado uma instância de consagração, sendo o primeiro em que José Augusto "Sergipano" participou e com seu destaque veio a fazer parte do elenco fixo, fato que lhe proporcionou uma maior visibilidade no meio artístico, enquanto buscava chegar a uma gravadora - meio indispensável para gravar, produzir, divulgar e comercializar as obras na época. Naquela época, segundo Salazar (2015), pertencer ao *cast* (elenco) de uma grande emissora de rádio era condição quase indispensável para que o artista alcançasse o sucesso e o reconhecimento em todo o país e no exterior.

Em seguida o cantor assinou contrato com a gravadora *Chantecler*, na qual gravou quase que a totalidade de suas músicas que já nessa mesma década, lhe deram destaque nas rádios de São Paulo e do Rio de Janeiro, permanecendo por semanas entre as mais tocadas- à frente de ícones da música nacional e internacional, entre eles: Roberto Carlos, Altemar Dutra, *Rolling Stones* e *Beatles*, considerados fenômenos mundiais da música já naquela época.

Segundo o resultado obtido através das pesquisas de observadores da *Revista do Rádio* (que também pode ser considerada uma instância de consagração pela sua importância no cenário musical da época) pelas músicas mais procuradas em discos, em programas de rádio (com pedidos), em casas de espetáculos, etc., sua canção "Sombras" alcançou o terceiro lugar na parada de sucessos, demonstrando assim, o reconhecimento do seu capital simbólico e ao mesmo tempo a sua posição entre os dominantes no campo.

---

4 A "Bandeirante" (referia-se a Sociedade BANDEIRANTE de Radiodifusão, primeira razão social da emissora) fundada em 6 de maio de 1937, posteriormente conhecida como *Rádio Bandeirantes*. (ADAMI, 2004).

Entre 1970 e 1980 foram lançados mais LPs, paralelamente aos shows, sendo realizados em sua maioria no Norte e Nordeste do país, mesmo sem ter a mesma presença de antes nos meios de comunicação de massa, sobretudo na TV, que já passava a dar mais ênfase à música sertaneja, assim como a própria gravadora Continental[5] que tinha como seus principais artistas a dupla Milionário & José Rico.

Esse último fato representa bem a disputa por posições existente neste campo, entre "consagrados" como o José Augusto que, durante um tempo, ocupou uma posição de dominante, mas que, com a advento dos recém-chegados no cenário musical (que buscavam ocupar uma posição no campo, gerando assim, uma espécie de conflito), ele perdeu espaço, deslocando, portanto, a série de posições do campo.

Posteriormente, a música sertaneja se tornaria o segmento de maior sucesso da indústria através de nomes como Chitãozinho & Xororó, Leandro & Leonardo, Zezé di Camargo & Luciano, entre outros (VICENTE, 2010). O cantor José Augusto faleceu em 1981, deixando o seu legado artístico cultural e sua representatividade, por conta de sua consagração, ainda presente no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão e o uso dos estudos de Bourdieu como aporte teórico-metodológico, aplicado nas análises dessas estruturas sociais, contribuiu imensamente, sobretudo, por nos ajudar a pensar de uma forma mais ampla sobre os aspectos e desdobramentos influenciadores de toda a estrutura daquilo que o autor chama de campo, pois, primeiramente, quando identificamos e reconhecemos quem são os agentes e/ou instituições que o constituem e de que forma as suas ações nortearam suas trajetórias, entendemos qual é a posição dos artistas em seu lugar de atuação, como ali chegaram e quais estratégias adotaram neste processo.

Em segundo lugar, porque este nível de compreensão, amparado pela teoria bourdieusiana, nos possibilitou promover uma análise relacional com demais agentes pertencentes a cada campo, além de permitir a compreensão a respeito das disputas internas de cada ambiente social e as mudanças de posição que acabaram (e acabam) resultando em constantes mudanças, alterando, possivelmente, toda a hierarquia das posições desses campos.

Entender de que forma se dão as lutas dentro de um campo, que existem capitais que estão ali em jogo e como esses capitais são adquiridos permite compreender certos mecanismos que entraram em funcionamento na trajetória dos agentes. Logo, nos fomenta uma reflexão sobre a enorme responsabilidade que determinados agentes têm em suas ações, não só para as suas vidas "individuais", mas principalmente pelas consequências

5 A Gravadora Continental possuía cinco selos: Selo Continental, Chantecler (que fora incorporada com a dissolução da Gravadora Chantecler e assim passou a gerenciar os direitos autorais da antiga gravadora), Phonodisc, Musicolor e Gravasom (BARROS; COSTENPLATTE; COSTENPLATTE, 2016).

diretas e indiretas que trazem para o seu campo social. Além disso, pudemos perceber que o conjunto de disposições deste agentes, isto é, seus *habitus* são os aspectos que evidenciam as posições que eles ocupam, no sistema de distinção das práticas dos sujeitos de acordo com as alocações antagônicas no campo.

Vimos, portanto, que a teoria de Bourdieu pode ser utilizada como método de trabalho acadêmico, ao ser trabalhada de forma eficiente para o estudo de outros campos sociais, através do estabelecimento de relações de homologia. Neste artigo, buscamos, através da uma abordagem direta sobre *Habitus*, Campo e Trajetória, assim como o de Capital, esclarecer estes conceitos, recorrentes (e vitais) para a compreensão do pensamento do autor e, concomitantemente, através dos exemplos provenientes da área de estudo de cada um, demonstrar nosso entendimento a respeito dos conteúdos aqui expostos.

REFERÊNCIAS

ADAMI, Antônio. O rádio com sotaque paulista In: MELO, José; ADAMI, Antonio (Org.). **São Paulo na idade da mídia**. São Paulo: Arte e Ciência, 2004.

AZEVEDO, Lia Calabre de. **A Era do Rádio-Memória e História**. *In:* Anais do XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_________. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

_________. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BARROS, Flávio; COSTENPLATTE, André; COSTENPLATTE, Marcelo. **As antigas gravadoras no Brasil** In: GIRA BRASIL.

GUTIÉRREZ, Alicia B. **Pierre Bourdieu**: las prácticas Sociales. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994.

PINTO, Louis. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ROMANO, Jorge O. As mediações na produção das práticas. O conceito de habitus na obra de Pierre Bourdieu. In: RIBEIRO, Ivete (Org.). **Sociedade Brasileira Contemporânea, Família e Valores**. São Paulo: Loyola, 1987, p. 43-84.

SALAZAR, Leonardo. **Música Ltda. O negócio da música para empreendedores**. Recife: Sebrae, 2015.

TAVARES, Clotilde. **O verso e o Briefing**: a publicidade na literatura de cordel. Natal: Jovens Escribas, 2011.

VICENTE, Eduardo. **Chantecler: uma nova gravadora popular paulista** In: Revista USP, n. 87, 2010.

CAPÍTULO 17

FUTEBOL SOB O AUTORITARISMO DITATORIAL

Data de aceite: 23/04/2021
Data de submissão: 04/02/2021

Daniel Perdigão
Universidade de Brasília
Brasília, DF
http://lattes.cnpq.br/2098976074112491

Michelle Zampieri Ipolito
Universidade de Brasília
Brasília, DF
http://lattes.cnpq.br/1226778806999882

RESUMO: Neste trabalho da área de sociologia e política do esporte, objetivamos analisar o desenvolvimento do futebol, em suas variadas dimensões, sob regimes autoritários. Pergunta-se como o futebol, fenômeno que transcende a dimensão esportiva, é impactado em países submetidos a tais regimes. Referenciamo-nos na interdisciplinaridade, com ênfase na Educação Física, na Sociologia e na Ciência Política. Fizemos uso de pesquisa bibliográfica para definir regimes autoritários e, posteriormente, analisar três casos enquadrados nessas situações: a Itália fascista, a Espanha franquista e o Zaire de Mobutu. O caso italiano foi bem-sucedido ao projetar uma imagem vitoriosa do regime no exterior, enquanto aprofundava o nacionalismo internamente. Na Espanha, não é possível afirmar que o fracasso esportivo do Barcelona e o sucesso do Real Madrid tenham atingido o objetivo de sufocar o nacionalismo catalão e projetar uma imagem de união ou de sucesso nacional. Por fim, o caso do Zaire foi um fracasso tão evidente que o regime personalista de Mobutu praticamente acabou com o futebol do país. A diversidade das situações, dos regimes, dos períodos históricos e dos desfechos em consideração reforçam a riqueza e a importância deste trabalho, deixando-o aberto à análise de outros casos no futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Futebol, autoritarismo, análise interdisciplinar.

SOCCER UNDER DICTATORIAL AUTHORITARIANISM

ABSTRACT: In this work, in the fields of sociology and sports politics, we aim to analyze the development of soccer, in its various dimensions, under authoritarian regimes. We canvassed how soccer, a phenomenon that transcends the sports dimension, is impacted in countries subjected to such regimes. We adopted interdisciplinarity as our reference, with emphasis on Physical Education, Sociology and Political Science. We used bibliographic research to define authoritarian regimes and, subsequently, to analyze three cases framed in these situations: Fascist Italy, Francoist Spain and Mobutu's Zaire. The Italian case was successful in projecting a victorious image of the regime abroad, while deepening nationalism internally. In Spain, it is not possible to say that Barcelona's sporting failure and Real Madrid's success have achieved the goal of stifling Catalan nationalism and projecting an image of unity or national success. Finally, Zaire's case was such an obvious failure that Mobutu's personalist regime practically ended the country's soccer. The diversity of situations,

regimes, historical periods, and outcomes under consideration reinforce the richness and importance of this work, leaving it open to the analysis of other cases in the future.
KEYWORDS: Soccer, authoritarianism, interdisciplinary analysis.

1 I INTRODUÇÃO

Neste trabalho da área de sociologia e política do esporte, buscamos analisar o desenvolvimento do futebol, em suas variadas dimensões, sob regimes autoritários. Há muitos artigos na literatura a evidenciar como a política e a sociedade moldam e são moldadas pelo esporte, especialmente o futebol. No recorte proposto, olharemos como o futebol alterou ou teve alterada a sua trajetória no contexto de regimes políticos não livres.

De certa forma, já é bem conhecida a relação entre esporte e política. Na década de 1930, a Copa da Itália e a Olimpíada de Berlim foram exemplos de cooptação do esporte para servir de propaganda política. Tal fenômeno não parece ter fim, já que a Copa do Mundo de Futebol de 2022 está programada para ocorrer no Qatar, país considerado pelo Ranking de Democracia DeMaX 2019, da alemã Universidade de Würzburg, como um dos dez mais autoritários do mundo (DEMOCRACY MATRIX, 2020).

Nossa pergunta de pesquisa é saber como o futebol, fenômeno que transcende a dimensão esportiva, se desenrola em países submetidos a regimes autoritários. Buscamos fazê-lo à luz da interdisciplinaridade, com ênfase na Educação Física, na Sociologia e na Ciência Política.

Esta pesquisa se justifica dado o papel do futebol para além da sua dimensão esportiva, ou seja, como parte inequívoca da construção de identidades, em áreas como economia e política, em percepção crescentemente consolidada na literatura. E tal fenômeno não parece ter qualquer expectativa de cessar. Assim sendo, merece uma análise adequada, interdisciplinar, que contribua para a compreensão do fenômeno na sua trajetória histórica e para a elaboração de perspectivas futuras nesse contexto.

Assim, é objetivo desta pesquisa analisar o desenvolvimento do futebol sob regimes autoritários, em suas variadas dimensões e de forma interdisciplinar. Para tornar isto possível, pautamo-nos por objetivos parciais, sequenciais, os quais foram: definir regimes autoritários com base na literatura; apresentar casos em que o futebol se relacionou de forma notável ou especial com o regime autoritário vigente, com base em referências bibliográficas ou documentais; analisar as principais características da relação entre o futebol e o poder em casos de regimes autoritários; avaliar se o futebol teve resultado efetivo como um instrumento nas mãos de autocratas e ditadores. Também tratamos de outras possibilidades conclusivas que emergiram das coletas e das construções realizadas ao longo da pesquisa.

2 I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Seja a relação de aproximação e abandono da seleção do Zaire (atual República Democrática do Congo) sob o governo ditatorial de Mobutu, de meados da década de 1960 até o fim da Copa do Mundo de 1974, ou a seleção argentina recebendo a Copa do Mundo de 1978 e tornando-se propagandista da junta militar que se apossou do comando do país, ou os times apoiados pelas forças armadas ou policiais dos estados comunistas da União Soviética e da Europa Central e Oriental, as histórias de líderes autocráticos manipulando times, jogadores e torneios para aumentar sua popularidade ou seus egos são inúmeras (FRANCESCHI, 2005; RUFFATO, 2018).

Não é surpreendente que tal relacionamento exista. Ditaduras e autocracias têm historicamente investido muito em descobrir maneiras de criar um senso de orgulho local ou nacional para mascarar questões de legitimidade, questões que inevitavelmente surgem quando os regimes evitam eleições democráticas e dependem da opressão para estabelecer ou manter autoridade (REIS, 2008).

E talvez não haja melhor símbolo de um regime e da demonstração de poder de uma nação do que sua seleção nacional de futebol ou de seu clube dominante. Afinal, o futebol é global, sendo um dos poucos espaços em que países pequenos podem medir forças com as grandes potências, em uma competição de importância, com chances de vitória e, especialmente, mostrar os resultados desse confronto, embalados pelo discurso apropriado, que pode ou não ser verdadeiro (COSTA, 2013).

Estrelas do esporte podem ser admiradas e mexer com emoções, mas, na maior parte do mundo, é o jogo de futebol que representa povos e nações, tornando-o a escolha ideal para conquistar os corações e mentes das massas. Ironicamente, esse também é motivo pelo qual os regimes autoritários devem tomar cuidado, afinal, o apelo popular de massa do futebol encoraja exatamente o temor de governos e líderes autocráticos, que são reuniões públicas apaixonadas e indisciplinadas, onde opiniões podem ser expressas com mais liberdade. É assim que as mesmas sementes usadas para cultivar um senso de orgulho nacional e legitimidade podem criar as raízes de levantes e gritos por liberdade, no campo, nas arquibancadas, no país.

3 I METODOLOGIA

A metodologia a ser adotada neste estudo será a pesquisa bibliográfica. Trata-se de técnica que se utiliza de dados e informações de fontes, especialmente escritas, que permitem ao pesquisador colocar-se em contato com tudo o que já se explorou sobre o mesmo assunto (PRODANOV; FREITAS, 2013). As fontes, portanto, são o suporte dos dados que permitem alcançar o objetivo de pesquisa.

Utilizaremos fontes escritas, como artigos da literatura. Eles nos servirão como fontes de informação histórica de segunda mão. Em outras palavras, não pretendemos

dialogar com as ideias contidas nessas fontes, tampouco refaremos as mesmas análises, mas, geralmente, extrairemos delas os fatos da História que nos conduzirão pelo tema. Neste sentido, há uma aproximação da pesquisa documental, que, eventualmente, pode se basear em fontes de segunda mão, em uma reelaboração de seus objetivos originais (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Ainda que possa ser apenas uma técnica auxiliar dentro de um conjunto de processos empregados em um mesmo trabalho, a pesquisa bibliográfica também pode estruturar isoladamente a metodologia de uma pesquisa (BEUREN, 2013), exatamente como se fará no presente estudo.

4 | DESENVOLVIMENTO

4.1 Regimes autoritários

Para podermos estudar regimes autoritários, é preciso, primeiro, defini-los. Com base em autores e definições consolidadas na literatura, podemos entender o autoritarismo tanto como um regime político quanto como uma construção ideológica (GOUVEIA, 2017). Assim, dispensamos, para fins deste artigo, o estudo do uso do termo no contexto da psicologia ou, mesmo, do senso comum. Vejamos sua definição em cada um dos dois contextos citados.

Como regime político, o autoritarismo pode ser definido como uma forma de governo que monopoliza a autoridade sobre o Estado sem garantir o pluralismo político ou a defesa das liberdades civis. Consequentemente, trata-se de regime que com pouca ou nenhuma prestação de contas à população. A fim de tornar efetivo o exercício do poder sem oposição, os regimes autoritários recorrem a meios ilegais ou ilegítimos, como o uso da força, a imposição da censura ou a difusão do medo (AMARAL, 2014).

Ideologicamente, o autoritarismo surge em direta oposição ao conceito de democracia. Embora a ideia platônica de democracia fosse negativa, hodiernamente este conceito é considerado positivo. Daí, pela oposição, o autoritarismo é, quase sempre, tomado como negativo. Embora regimes autoritários fossem a regra antes da Revolução Francesa e da independência dos Estados Unidos, o autoritarismo não era um conceito que contrastasse ou se opusesse com qualquer outro até, possivelmente, fins do século XIX (CUNHA; LYNCH, 2018). O desenvolvimento da Ciência Política e do conceito de Estado de Direito são, possivelmente, os principais fatores a explicar a popularidade do termo após a Primeira Guerra Mundial (LAFER, 1977).

Regimes autoritários podem assumir várias formas, desde as mais tradicionais, como monarquias e teocracias, até as mais recentes, como ditaduras presidenciais ou de juntas militares. Como outros conceitos das Ciências Sociais, é inadequado pensar em democracia e autoritarismo como um sistema binário. Mais efetivo é pensar regimes

autoritários em termos de um contínuo multidimensional, em que o autoritarismo aparece nas eleições, com regimes que dão a ilusão de democracia em eleições multipartidárias, ou na ocupação e no enfraquecimento das instituições de controle e contrapeso ao poder, em fenômeno que vem sendo conhecido como iliberalismo, até chegar ao extremo totalitarismo, em regimes que têm centros monísticos de poder (FAUSTO, 2020).

A complexidade da realidade dos regimes políticos dificulta a determinação de fronteiras claras. Regimes híbridos e zonas políticas cinzentas surgem à medida que os regimes autoritários contemporâneos tentam ganhar legitimidade exibindo, cada vez mais, uma série de características democráticas (ARCHETTI, 2016). Por esta razão, optamos por apresentar casos em que o regime autoritário é quase unanimemente reconhecido: a Itália fascista, a Espanha franquista e o Zaire de Mobutu.

A partir deste ponto, apresentamos casos de relação notável ou especial do futebol com o regime autoritário vigente, com o uso de referências bibliográficas ou documentais. Buscamos, na medida do possível, analisar as consequências e resultados dessa relação, para avaliar se o regime conseguiu ou não atingir seus objetivos ao atuar sobre o futebol.

4.2 Itália: fascismo e futebol

Um dos primeiros casos de íntima relação do sucesso da seleção nacional com o regime autoritário vigente foi o da Itália fascista, durante as décadas de 1920 e 1930. Benito Mussolini ascendeu a primeiro-ministro da Itália em fins de 1922, e é na mesma época que o futebol começou a ganhar importância em um país essencialmente agrário e que tinha o ciclismo como esporte principal (McCARTHY, 2000).

A Itália assistia a uma rápida urbanização e, nesse contexto, o futebol ganhava importância. Não somente o futebol, aliás. O pós-Primeira Guerra Mundial levou a uma onda de democratização e de massificação das práticas e dos eventos esportivos, de forma que o futebol cresceu juntamente com outros esportes. O futebol, porém, possivelmente, é o exemplo mais ilustrativo de como essa massificação se deu no contexto nacionalista. Isso começa pelo nome pelo qual o esporte passou a ser conhecido na Itália a partir da década de 1920: *calcio*. Trata-se de uma referência ao *calcio storico fiorentino*, um esporte surgido na região de Florença no século XIII e que guarda mais relações com o rúgbi contemporâneo do que com o futebol. Ou seja, na apropriação dessa prática cultural estrangeira, houve uma tentativa do regime de apagar as suas origens externas (CLEZAR, 2015).

O regime fascista não pôde ignorar a ascensão urbana do futebol. Mesmo que quisesse se opor a ele, seria difícil deter o envolvimento cada vez maior dos habitantes de todas as classes sociais das cidades com esse esporte. A rivalidade que ele despertava permitia a reprodução, no esporte, da competição que havia entre as diversas regiões da península antes da unificação italiana, o *Risorgimento* de meados do século XIX. Em outras palavras, o latente desentendimento entre italianos das diversas regiões ganhou um campo

de disputa apaixonada com o futebol. Isto serviria aos objetivos de Mussolini, de aprofundar a união nacional que o fascismo pregava, dando vazão às rivalidades regionais por meio do esporte (MORET, 2019).

Mas a instrumentalização do futebol ocorreu com mais intensidade com a seleção nacional, a *Squadra Azzurra*, especialmente durante a década de 1930. O objetivo foi mostrar uma faceta vitoriosa do país no exterior. Isto foi possível a partir de uma mudança significativa no futebol italiano ocorrida em 1926: a *Carta di Viareggio*, criada para atender aos interesses fascistas.

A derrota e o esfacelamento do Império Austro-Húngaro na Primeira Guerra acabaram por levar jogadores e outros profissionais do futebol desses territórios aos países vencedores. A Itália foi um desses países. Porém, o discurso nacionalista típico do fascismo contrastava com a presença massiva de estrangeiros no futebol, esporte que crescia rapidamente em popularidade. A decisão foi a de banir a contratação de jogadores estrangeiros e, ao mesmo tempo, permitir a remuneração de jogadores nacionais, mas mantendo-os na condição meramente nominal de não profissionais (LEA, 2015).

A experiência adquirida com os estrangeiros, especialmente pelos treinadores estrangeiros que ainda puderam permanecer na Itália; a crescente profissionalização, ainda que não reconhecida legalmente; e o fechamento das fronteiras a jogadores estrangeiros, incentivando a formação e o treinamento de desportistas locais, acabou por fortalecer o futebol da seleção nacional. A Itália acabaria por sediar e conquistar a Copa do Mundo de 1934, buscando mostrar uma faceta vitoriosa do fascismo. O profissionalismo no futebol, que ocorria *de facto*, mas não *de jure*, permitiu ao país fazer-se representado nas Olimpíadas de Berlim, em 1936, com praticamente a mesma equipe que havia conquistado a Copa do Mundo dois anos antes. O resultado foi a medalha de ouro. Ainda haveria tempo para a conquista italiana da Copa do Mundo de 1938, antes do início da Segunda Guerra Mundial (CLEZAR, 2015).

Há, ainda, um fato adicional nesse contexto. Muitos dos jogadores dos clubes italianos e, consequentemente, da *Squadra Azzurra* de meados da década de 1920 ao fim da década de 1930 eram, na verdade, sul-americanos, especialmente argentinos, brasileiros e uruguaios. Isto explica a razão pela qual os clubes italianos acabaram por aceitar a vedação a estrangeiros: os sul-americanos descendentes de emigrantes, contratados por valores ainda mais baixos que os do Leste europeu, seguiriam podendo atuar nos clubes e, até mesmo, na seleção italiana (NOLASCO, 2013).

A força do futebol sul-americano não era desconhecida. O Uruguai, afinal, conquistou o ouro nas Olimpíadas europeias de Paris, em 1924, e de Amsterdã, em 1928, além de ter sido campeão do mundo em casa, em 1930. A Argentina fora prata em Amsterdã e vice-campeã do mundo em 1930. Mas, para o regime fascista, mais interessava entregar-lhes passaportes italianos, reconhecendo-os e propagandeando-os como repatriados detentores do direito à nacionalidade italiana pelo *jus sanguinis*, ou seja, filhos e netos

de nacionais obrigados a migrar pelos regimes pré-fascistas ante a miséria e a desilusão derivada dos governos anteriores (TONINI; GIGLIO, 2019).

Uma análise dessa situação nos permite afirmar que o impacto do crescimento do futebol italiano no período significou mais para uma afirmação do regime fascista no exterior do que internamente. Nenhum italiano, afinal, tornar-se-ia fascista apenas por apreciar as vitórias da *Azzurra* da década de 1930. O próprio Mussolini parecia ter consciência disso, tanto que nunca se interessou muito pelo futebol. Mas a força com que a Itália se mostrava nos campos internacionais, inclusive contratando jogadores sul-americanos muito reputados em seus países de origem, moldou uma imagem moderna e vitoriosa do regime fascista no exterior.

4.3 Espanha: futebol pelo apagamento de identidades locais

Quando olhamos para a influência do regime autoritário sobre clubes de futebol, o caso mais conhecido é o da Espanha, possivelmente por estar associado a clubes que possuem grande sucesso e penetração internacional até hoje. A Guerra Civil Espanhola terminou em 1939 com a tomada do poder pelas tropas lideradas pelo general Francisco Franco. "*El Generalísimo*" buscou fortalecer sua posição centralizadora por meio do apagamento das identidades regionais, como a basca, a catalã e a galega. Outra razão é o fato de que a oposição à centralização do ditador era ainda mais forte nas regiões que mais buscavam autonomia (KLEVER, 2018).

Há diversos fatos surpreendentes na história do futebol espanhol sem comprovação de que tenham efetiva participação de Franco. Um deles foi a semifinal da *Copa del Generalísimo* (nome da *Copa del Rey* durante a ditadura) de 1943. Barcelona e Real Madrid se enfrentaram em dois jogos. O primeiro, vencido pelo campeão do ano anterior, Barcelona, pelo elástico placar de 3x0. A partida de volta, até hoje, representa a maior vitória do Real Madrid sobre o rival catalão: 11x1. Em plena ditadura, ninguém teve a coragem de dizer abertamente ou publicar, mas pessoas próximas ao time relatam ameaças da polícia franquista aos jogadores do Barcelona antes do segundo jogo, o que não é improvável a um regime que matava opositores (FITZGERALD, 2017).

Franco não era um grande entusiasta do futebol. Mas não lhe passava despercebido o poder catalisador das paixões pelo esporte. Nesse contexto, em 1941, Franco obrigou os clubes espanhóis a adotar nomes em castelhano. Assim, o Athletic Club, da cidade basca de Bilbao, teve de adotar o nome Atlético de Bilbao. Para o clube azul-grená, *blaugrana*, de Barcelona, a alteração foi mais profunda e dolorosa: além do nome, foi obrigado a trocar a bandeira catalã pela espanhola em seu escudo (KELLY, 2019).

Outra ação de Franco foi a de favorecer a inserção internacional do Real Madrid. Supostamente, o clube da capital representaria melhor, no país e no exterior, a imagem de uma Espanha unificada e harmônica em torno de sua figura do que faria o clube da catalã Barcelona. Dinheiro público investido na construção do estádio madrilenho, possíveis

ajudas para tumultuar transferências de jogadores aos rivais e atraí-los ao Madrid, coações a árbitros foram alguns dos métodos franquistas para alterar a dinâmica do futebol espanhol durante o regime (SPORT, 2014).

Na década de 1940 e início da década de 1950, o clube seguiu relativamente bem-sucedido nos campos, tendo vencido cinco vezes a liga nacional (1945, 1948, 1949, 1952, 1953). Porém, a partir daí, período que coincide com o início da construção do estádio *Camp Nou*, o clube só ganhou a quinta liga nacional na década de 1990 (1959, 1960, 1974, 1985, 1991) (FUTEBOL365, 2021). A construção, por sinal, endividou o clube, que só conseguiu vender o terreno do antigo estádio em meados da década de 1960. Porém, os estádios do Barcelona parecem representar mais o nacionalismo catalão do que as conquistas do clube (FIGOLS, 2014).

Assim, ainda que se possa enxergar influências franquistas nas dificuldades enfrentadas pelo clube de futebol mais popular de Barcelona, é preciso reconhecer que outros fatos e escolhas também contribuíram para o fracasso em campo, e que sua resistência ao franquismo se deu por outras vias, que foram além do desempenho esportivo.

4.4 Zaire: país e seu futebol tinham dono

O caso do futebol na atual República Democrática do Congo, ou Congo RDC, de meados da década de 1960 a meados da década de 1970, parece bastante representativo de um controle mais expressivo sobre o futebol como resultado de um autoritarismo ainda mais opressivo. Começou, possivelmente, como extensão de uma ideia de um dos mais importantes pan-africanistas da descolonização, o ganense Kwame Nkrumah, de usar o futebol para fazer emergir sentimentos de orgulho nacional por um novo país (OTOO, 2014).

De fato, parece ter sido após uma derrota da seleção do então Congo-Kinshasa para a seleção ganense em 1966 que o ditador Joseph-Désiré Mobutu decidiu investir em sua seleção nacional, trazendo de volta jogadores que atuavam na Europa (DIETSCHY, 2012). Mobutu dava as cartas no Congo desde logo depois da independência, em 1960. Foi peça-chave para liquidar a liderança democrática do esquerdista Patrice Lumumba. Manteve-se como comandante geral das Forças Armadas até 1965, quando promoveu golpe de Estado clássico e assumiu a presidência (BRITANNICA, 2021).

Mobutu buscou controlar o futebol do Congo como buscava fazer com o país: com mão-de-ferro. Originalmente conhecido como “Leões”, o apelido da equipe nacional foi alterado por Mobutu para “Leopardos”, animal que o ditador admirava tanto que frequentemente usava chapéus feitos de sua pele. Essa mudança é bastante simbólica da forma como a seleção nacional congolesa se tornou propriedade do líder do regime (KIRBY, 2012).

O esforço deu resultado: o Congo-Kinshasa venceu a Copa Africana de Nações de 1968, na Etiópia, liderado pelo técnico húngaro Ferenc Csanad (OBSERVATÓRIO, 2017). A

base da equipe era a do Englebert, atual Mazembe, da cidade de Lubumbashi, a maior da rica região da Katanga. O Englebert fora campeão da Copa Africana de Clubes Campeões em 1967 e em 1968. Os resultados continentais positivos se seguiram: em 1973, o Vita Club, da capital Kinshasa, seria o campeão africano de clubes (STEIN, 2016).

A essa altura, o regime já havia se consolidado. O nome do país fora alterado para Zaire em 1971 e o do próprio Mobutu também, para, abreviadamente, Mobutu Sese Seko, em 1972. E a paixão pelo futebol também já havia se consolidado no país, também graças a eventos como a excursão do Santos de Pelé (KIRBY, 2012). O Zaire era a grande força do futebol africano de 1974, tendo vencido a Copa Africana de Nações de 1974, no Egito, e se classificado para a Copa do Mundo do mesmo ano, na Alemanha: o primeiro país subsaariano a garantir tal posição (DIETSCHY, 2012).

Mobutu tinha apoio internacional, à exceção dos soviéticos. Nas duas ocasiões em que a Katanga foi invadida, na década de 1970, tropas europeias socorreram Mobutu para repelir os rebeldes (BRITANNICA, 2021). Talvez por isso, as expectativas de Mobutu para o torneio mundial eram grandes, mas exageradas. Mobutu chegou a patrocinar a Copa de 1974 comprando placas de publicidade no campo, que diziam, por exemplo, "Go to Zaire" (vá ao Zaire), nas cores nacionais (THE FOOTBALL ATTIC, 2012).

Além disso, diferentemente do que havia ocorrido em 1968, em que Mobutu era a liderança que unia e punha o Congo-Kinshasa em ordem, o que refletiu psicologicamente de forma positiva em campo (DIETSCHY, 2012), em 1974, a ditadura totalitária corrupta de Mobutu no Zaire já era consolidada. Além disso, a premiação referente à conquista da Copa Africana de Nações não havia sido paga aos jogadores (PIMENTEL, 2016).

O resultado do jogo de estreia, derrota por 2x0 para a Escócia, não teve nada de anormal. Mas o clima para a partida seguinte, contra a Iugoslávia, já não era o mesmo: já havia o anúncio de que os jogadores não seriam pagos, supostamente porque um dirigente havia roubado o dinheiro (PIMENTEL, 2016; DUBOIS, 2013). O resultado: 9x0 para os iugoslavos, o que, até hoje, é um dos dois placares com maior diferença de gols da história das Copas do Mundo.

O próprio Mobutu se envolveu na questão depois disso: ameaçou os jogadores de não voltarem para casa se o terceiro jogo, contra o Brasil de Rivellino e Jairzinho, resultasse em quatro gols contra o Zaire (DUBOIS, 2013; KIRBY, 2012). O jogo estava em 3 a 0 para o Brasil, parado para uma cobrança de falta pelo Brasil, quando o zagueiro zairense Mwepo Ilunga saiu da barreira após o apito do árbitro para chutar a bola longe (O GLOBO, 2015).

Possivelmente, a atitude de Ilunga, próxima do fim do jogo, tenha garantido que o resultado não se alteraria. Ele, porém, alega que teria cometido a infração em protesto contra Mobutu (KIRBY, 2012). Fato é que o resultado final não significou qualquer tipo de refresco aos jogadores do Zaire. Muito pelo contrário: foram recebidos como párias, além de serem impedidos por Mobutu de atuarem na Europa (PIMENTEL, 2016). Na verdade,

foram perseguidos até os estertores do regime, como foi o caso de Ndaye Mulamba, em 1994 (DUBOIS, 2013; PIMENTEL, 2016). Teve mais sorte o técnico Blagoje Vidinić, coincidentemente iugoslavo e, também por isso, usado como bode expiatório: conseguiu retirar sua família de Kinshasa em segurança (DIETSCHY, 2012).

O futebol da República Democrática do Congo só viria a se projetar no exterior novamente após a deposição e a morte de Mobutu, em 1997 (STEIN, 2016), mas, mais especialmente, nos últimos 12 anos. Conquistou duas das seis edições do Campeonato de Nações Africanas (2009 e 2016) e teve dois clubes vitoriosos: o Mazembe, vice-campeão mundial de clubes em 2010 e campeão africano de clubes em 2009, 2010 e 2015, e o Vita Club, vice-campeão africano de clubes em 2014.

O que se observa neste caso do Zaire é que um time que joga por um país cujo líder é um totalitarista corrupto que impõe culto à sua personalidade nem sempre joga por uma meta pessoal ou pelo país. Os conterrâneos podem torcer pela seleção; os jogadores atuam pelo dinheiro: querem seu pagamento para se prestar ao papel de propagandistas do regime. O resultado do jogo entre Iugoslávia e Zaire e as justificativas dadas pelos jogadores em entrevistas mostra isso. A velha ideia do pan-africanista Kwame Nkrumah, de usar o futebol para fazer emergir sentimentos de orgulho pela nascente nação, não poderia dar certo à base de violência e de autoritarismo ditatoriais.

5 | CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, foi possível perceber que regimes autoritários frequentemente precisam ou desejam validação internacional e usam o futebol como forma de se impor para além de suas fronteiras. Porém, os fatos podem se desenrolar de forma não planejada. De fato, por mais severo ou poderoso que seja, nenhum regime é capaz de controlar a sociedade civil ou os resultados esportivos completamente.

Buscamos analisar as tensões e as contradições enfrentadas por regimes autoritários por meio da sua forma de atuar no futebol. Mostrar bons resultados ou sediar competições internacionais importantes podem beneficiar os dirigentes, nem que seja por servirem para desviar a atenção dos problemas econômicos, sociais ou políticos do cotidiano. Mas há uma dificuldade intrínseca em controlar os resultados do futebol, ou mesmo as pessoas a tratar de assuntos sérios da política sob o manto do futebol. Tanto que é comum que os estádios costumem servir à ressonância de protestos e de resistências aos regimes autoritários.

Ademais, clubes de futebol podem ser portadores de identidades locais, sociais, religiosas ou políticas. Grupos mais ativos de torcedores têm o hábito de realizar ações coletivas e organizadas de apoio às suas equipes, o que costuma se estender às causas às quais os clubes se vinculam. Por si, isto não é bom, nem ruim. Os apoiadores podem ser contrários ao autoritarismo, mas também podem ser usados pelo regime em prol de sua

manutenção. Além disso, frequentemente, torcedores de diferentes clubes são adversários figadais, cujas rivalidades repletas de ódio impedem qualquer ação conjunta.

O problema de gestão dos resultados e dos torcedores está longe de ser o único problema que os regimes autoritários enfrentam. Por exemplo, o regime fascista teve de gerenciar a questão do profissionalismo de seus melhores jogadores, o que ia contra as propaladas ideias de tratamento igualitário em uma nação unida pelo *Duce*. No Zaire, não foi possível garantir a projeção de uma imagem internacional positiva por jogadores tão duramente explorados e ameaçados, que jogavam pelo ditador, não pelo país.

Assim, pôde-se perceber o papel do futebol em alguns contextos ditatoriais, acomodando-se ou curvando-se à política, com impactos sociais e psicológicos, fosse para ampliar ou consolidar o poder interna e externamente, fosse como ferramenta de *soft power* internacional.

Os casos estudados neste trabalho mostram a estreita relação entre futebol e política. Contudo, isto não é uma regra, já que o futebol não desempenha o mesmo papel social o tempo todo, nem da mesma forma em cada lugar. Da mesma forma, a política é diferente, com diferentes tipos de poderes autoritários. A diversidade das situações, dos regimes e dos períodos históricos em consideração reforçam a riqueza e a importância deste trabalho, deixando-o aberto à análise de outros casos no futuro.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Murilo Naves. **O direito à verdade versus o esquecimento**: o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153 à luz das dimensões políticas da justiça de transição e dos direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988. 2014. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13217. Acesso em: 23 jan.2021.

ARCHETTI, Fernando Belmonte. Regimes autoritários e regimes híbridos: velhos fenômenos, novas dinâmicas. **Revista de Ciências do Estado**, v.1, n.2, p.15-26, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revice/article/view/5006. Acesso em: 23 jan.2021.

BEUREN, Ilse Maria. Trajetória da construção de um trabalho monográfico em contabilidade. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BRITANNICA (Encyclopaedia). **Democratic Republic of the Congo:** history. 2021. Disponível em: https://www.britannica.com/place/Democratic-Republic-of-the-Congo. Acesso em: 23 jan.2021.

CLEZAR, Mateus de Souza. **Futebol e fascismo**: como o fascismo italiano se manifestou no *calcio*. 2015. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/132868. Acesso em 23 jan.2021.

COSTA, Luan Vitor Miranda da. **O uso das autoimagens para se tornar a Meca dos esportes**: o Qatar e a Copa do Mundo Fifa 2022. 2013. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: https://bdm.unb.br/handle/10483/6044. Acesso em: 19 jan.2021.

CUNHA, Diogo; LYNCH, Christian. Apresentação. **Política Hoje**, Recife, v.27, ed.especial, p.4-8, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicahoje/article/download/236437/29090. Acesso em: 23 jan.2021.

DEMOCRACY MATRIX. **DeMaX Report 2019**. 2020. Disponível em https://www.democracymatrix.com/fileadmin/Mediapool/PDFs/Report/DeMaX_Report_2019_Growing_Hybridity.pdf. Acesso em 19 set.2020.

DIETSCHY, Paul. Football imagery and colonial legacy: Zaire's disastrous campaign during the 1974 World Cup. **Soccer & Society**, v.13, n.2, p.222-238, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1080/14660970.2012.640503. Acesso em: 23 jan.2021.

DUBOIS, Laurent. Former Zaire/Democratic Republic of the Congo. **Soccer Politics**, 2013. Disponível em: https://sites.duke.edu/wcwp/research-projects/africa/the-politics-of-african-soccer/zaire. Acesso em: 23 jan.2021.

FAUSTO, Ruy. Revolução conservadora e neoliberalismo, parte 2. **Revista Rosa**, n.2, série 3, dez.2020. Disponível em: http://revistarosa.com/2/revolucao-conservadora-e-neoliberalismo-2. Acesso em: 23 jan.2021.

FIGOLS, Victor de Leonardo. O estádio como espaço de afirmação do nacionalismo catalão. **Projeto História**, São Paulo, n. 49, p. 347-379, abr.2014. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/19897. Acesso em: 23 jan.2021.

FITZGERALD, Nick. The story of Real Madrid and the Franco regime. **TheseFootballTimes**, 27 set.2017. Disponível em: https://thesefootballtimes.co/2017/09/27/real-madrid-and-the-franco-regime. Acesso em 23 jan.2021.

FRANCESCHI Neto, Virgílio. **O papel do futebol na promoção dos regimes militares do Brasil e da Argentina**. 200[5]. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Departamento de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: https://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/161409_Futebol%20e%20os%20regimes%20militares%20do%20Brasil%20e%20Argentina.pdf. Acesso em: 19 set.2020.

FUTEBOL365. La Liga. Lista de vencedores. **Futebol365.pt**, 2021. Disponível em: https://www.futebol365.pt/competicao/372/vencedores. Acesso em: 23 jan.2021.

GOUVEIA Filho, Eduardo Correia. **As manchas autoritárias do processo penal brasileiro**: quem (bar)ganha com o engodo inquisitório? 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) – Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/9785/1/Dissertacao_ManchasAutoritariasProcesso.pdf. Acesso em: 23 jan.2021.

KELLY, Ryan. General Franco, Real Madrid & the king: The history behind club's link to Spain's establishment. **Goal.com**, 1 mar.2019. Disponível em: https://www.goal.com/en-us/news/general-franco-real-madrid-king-history-behind-clubs-link/fcoqldp8h2bb1841o2rspmuhe. Acesso em: 23 jan.2021.

KIRBY, Rob. Dictators and soccer: Mobutu Sésé Seko of Zaïre. **CultFootball.com**, 29 out.2012. Disponível em: http://cultfootball.com/2012/10/dictators-and-soccer-mobutu-sese-seko-of-zaire. Acesso em: 23 jan.2021.

KLEVER, Lucas de Oliveira. A recuperação do catalanismo durante a ditadura franquista (1945-1960). **Revista Cantareira**, n.29, p.230-248, 2018. Disponível em: https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/30781. Acesso em: 23 jan.2021.

LAFER, Celso. Estado totalitário e estado autoritário. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.85-117, jan./mar.1977. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/download/59728/58071/126415. Acesso em: 23 jan.2021.

LEA, Greg. The relationship between Mussolini and *calcio*. **TheseFootballTimes**, 20 jul.2015. Disponível em: https://thesefootballtimes.co/2015/07/20/the-relationship-between-mussolini-and-calcio. Acesso em: 23 jan.2021.

McCARTHY, Patrick. Sport and society in Italy today. **Journal of Modern Italian Studies**, v.5, n.3, p.322-326, 2000. Disponível em: https://doi.org/10.1080/1354571X.2000.9728257. Acesso em: 23 jan.2021.

MORET, Murillo. A Azzurra em camisas negras: como o fascismo influencia o futebol italiano há um século. **Calciopédia**, abr.2019. Disponível em: https://calciopedia.com.br/2019/04/fascismo-futebol-italiano.html. Acesso em 23 jan.2021.

NOLASCO, Carlos Manuel Simões. **Fintar fronteiras**: migrações internacionais no futebol português. 2013. Tese (Doutoramento em Sociologia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. Disponível em: http://hdl.handle.net/10316/23782. Acesso em: 23 jan.2021.

OBSERVATÓRIO. Copa Africana de Nações: história e política. **Observatório da Discriminação Racial no Futebol**, 17 jan.2017. Disponível em: https://observatorioracialfutebol.com.br/copa-africana-de-nacoes-historia-e-politica. Acesso em: 23 jan.2021.

O GLOBO. Mwepu Ilunga, personagem insólito da Copa de 1974, morre aos 66 anos. **O Globo**, 8 maio 2015. Disponível em: https://oglobo.globo.com/esportes/mwepu-ilunga-personagem-insolito-da-copa-de-1974-morre-aos-66-anos-16102164. Acesso em: 23 jan.2021.

OTOO, Samuel Eson. **Football and Nation-Building in Ghana under Kwame Nkrumah, 1951-1966**. 2014. Tese (Mestrado em História) – Department of History, University of Ghana, Accra, Ghana. Disponível em: http://ugspace.ug.edu.gh/handle/123456789/7424. Acesso em: 23 jan.2021.

PIMENTEL, Tiago. O homem que teve um minuto de silêncio quando ainda estava vivo. **Público**, 2 jan.2016. Disponível em: https://www.publico.pt/2016/01/02/desporto/noticia/o-homem-que-teve-um-minuto-de-silencio-quando-ainda-estava-vivo-1718923. Acesso em: 23 jan.2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Pesquisa Científica. In: PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2.ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013. Disponível em: http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf. Acesso em: 19 jan.2021.

REIS, Fábio Wanderley. Notas sobre nação e nacionalismo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.22, n.62, p.161-169, abr.2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-40142008000100011. Acesso em: 19 jan.2021.

RUFFATO, Luiz. Geopolítica da Copa (parte 10): Era protesto, o que parecia ingenuidade. **Chuteira FC**, 23 mar.2018. Disponível em: https://chuteirafc.cartacapital.com.br/luiz-ruffato-geopolitica-da-copa-parte-10-era-protesto-o-que-parecia-ingenuidade. Acesso em: 19 jan.2021.

SPORT. La relación entre el Madrid y el franquismo, al descubierto. **Sport.es**, 17 out.2014. Disponível em: https://www.sport.es/es/noticias/real-madrid/relacion-entre-madrid-franquismo-descubierto-3609337. Acesso em: 23 jan.2021.

STEIN, Leandro. Como o novo-filme da Netflix, Jadotville, te ajuda a entender um pouco do futebol africano. **Trivela**, 19 out.2016. Disponível em: https://trivela.com.br/africa/como-o-novo-filme-da-netflix-jadotville-te-ajuda-a-entender-um-pouco-do-futebol-africano. Acesso em 23 jan.2021.

THE FOOTBALL ATTIC. **The Golden Age of World Cup advertising boards**. 18 set.2012. Disponível em: http://thefootballattic.blogspot.com/2012/09/the-golden-age-of-world-cup-advertising.html. Acesso em: 23 jan.2021.

TONINI, Marcel Diego; GIGLIO, Sérgio Settani. A transferência de jogadores no sistema Fifa e a migração de brasileiros para a Europa (1920-1970). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.32, n.68, p.609-632, dez.2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/s2178-14942019000300004. Acesso em: 23 jan.2021.

CAPÍTULO 18

DO AUTORRETRATO AO SELFIE: UMA DISCUSSÃO SOBRE OS ESPELHOS DIGITAIS

Data de aceite: 23/04/2021

Antonia Zeneide Rodrigues
Doutoranda em Ciências Sociais
PPGCS/UFRN

Esse artigo foi originalmente apresentado como requisito de trabalho final da disciplina "Estudos de Mídia e produção de sentidos" em 2019. No Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia PPGEM/ UFRN.

RESUMO: Neste artigo pretende-se fazer uma ligação entre a obra "Las meninas" de Velázquez – inspirada no texto de Foucault que traz o mesmo nome - com as *selfies* no cotidiano, ressaltado a ideia de autorretrato, como também da utilização do espelho na obra de arte mencionada. Faremos uma discussão sobre o papel dos espelhos na sociedade contemporânea na captura das *selfies* e a importância da imagem em nossas práticas cotidianas. Ao fazer essa correlação, percebeu-se que houve uma ressignificação de como percebemos as imagens em nosso cotidiano, e como a figura do espelho contribui para a teoria de narcisismo contemporâneo digital, onde os espelho físicos são substituídos por espelhos digitais, espelhos estes que estão presentes no ato de se auto fotografar.
PALAVRAS-CHAVE: Imagem. *Selfie.* Espelho.

ABSTRACT: In this article we intend to make a connection between the work "Las Meninas" by Velázquez - inspired by Foucault's text that bears the same name - with selfies in everyday life, emphasizing the idea of self-portrait, as well as the use of the mirror in the work of mentioned art. We will discuss the role of mirrors in contemporary society in capturing selfies and the importance of image in our daily practices. By making this correlation, it was noticed that there was a re-signification of how we perceive images in our daily lives, and how the mirror figure contributes to the contemporary digital narcissism theory, where the physical mirrors are replaced by digital mirrors, mirrors that are present in the act of self-photographing.
KEYWORDS: Image. Selfie. Mirror.

INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea somos diariamente bombardeados por imagens em todos os espaços que estamos. As imagens estão por todos os lados, em *outdoors,* em cartazes, como também estão digitalizadas nos nossos aparelhos eletrônicos. Passamos a perceber o mundo através de imagens, pois pensamos através delas. Significamos por meio delas. A imagem, ganhou na modernidade um meio de se materializar, que foi por meio da fotografia. Através das câmeras fotográficas conseguimos captar o que está visível aos nossos olhos e enquadrar em nosso campo de visão, recortamos o mundo de acordo com o nosso olhar e materializamos isso nas fotografias.

No entanto, a valorização e utilização das imagens acontece desde pré-história com as pinturas rupestres que tinham como finalidade registrar a história de um povo, suas batalhas, vitórias e a própria caça. As imagens contaram a história antes mesmo da invenção da escrita. Elas também estavam presentes nas obras de arte, além dos mais, essas imagens moram em nosso imaginário, pensamos através delas, a nossa memória é construída com cenas dos acontecimentos que vivemos.

As imagens podem ser interiores e exteriores, interiores no sentido de que pensamos com imagens, nossa imaginação, nossos sonhos, quando perguntados sobre algo, recordamos ou imaginamos com imagens, o nosso cotidiano é simbolizado por elas. Como que gravássemos em nossa mente. E exteriores quanto nos utilizamos dos dispositivos técnicos, aprendemos a capturar essas imagens e transformá-las em obras de arte, depois fotografias ou retratos. Capturamos, congelamos o presente que ao ser capturado se torna passado.

Quando se trata de fotografia, da materialização técnica da imagem através de um dispositivo, segundo Le Breton (2012), foi a partir do século XV o retrato individual começou a ganhar forma nas pinturas, principalmente em Florença, Veneza, Flandres e Alemanha. Distanciando a figura da pessoa da religiosidade a fotografia passa a significar memória de uma celebração pessoal, tendo o rosto como principal símbolo de individualização e singularidade da Modernidade. Destacando "o indivíduo não é mais o *membro* inseparável da comunidade, do grande corpo social; ele se torna um *corpo* exclusivamente seu (p.66) ". Ainda segundo o autor, o rosto seria a cifra da pessoa, o qual ela usa para se firmar na sociedade. Nessa perspectiva percebe-se o quanto a ideia de autorretrato não pode ser considerada inovadora ou atual. São comuns nas pinturas os autorretratos, por exemplo a pintora Frida Kahlo que pintou inúmeros autorretratos para retratar sua vida e seu sofrimento enquanto uma vida de enfermidades.

Com a criação de máquinas fotográficas passamos registrar esses momentos através da tecnologia. E com a popularização dos smartphones com câmeras embutidas, trouxe a possibilidade de captura em qualquer momento. Consequentemente, a expansão das possibilidades de se fotografar, ou tirar foto de si mesmo, houve uma saturação de imagens. Dentro desse processo de se auto fotografar, surge o *selfie*. Logo essa palavra foi incorporada aos dicionários, a palavra *self* utilizada como abreviação *self portrait*, do português, "autorretrato".

Nesse contexto, pretendemos fazer uma ligação em a obra "Las meninas de Velázquez, com os *selfies* no cotidiano, ressaltado a ideia de autorretrato, como também a utilização do espelho na obra de arte e essa ressignificação na utilização das *selfies*. No texto de Foucault denominado "Las meninas" (1999) dentro de sua obra "As palavras e as coisas", o autor delineia uma profunda análise e descrição da obra de Velázquez que possui o mesmo nome que foi intitulado o texto. Se trata de uma obra cheia de mistérios e que possui como uma das imagens centrais, o espelho, além do pintor ter si retratado em

sua própria pintura.

Las meninas, pintura de 1656 por Diego Velázquez.

DISCUSSÃO TEÓRICA/METODOLÓGICA

Analisando a obra “Las meninas” e o texto de Foucault, percebe-se que uma das primeiras suas preocupações seria desvendar para onde o olhar do pintor se direciona, quem ele está a observar e o que está pintado em sua grande tela que não fica visível ao observador - pelo menos no primeiro momento. Questões estas que estão interligadas, pois subentende-se que ele observa quem ele está pintando. Ressaltando que o pintor pode estar olhando para o invisível, o que não está dentro das linhas do quadro.

Nisso se funde o olhar do espectador e do objeto que se olha. Como se o pintor nos olhasse ao mesmo tempo em que o olhamos e tentamos decifrá-lo. Dentro dessa perspectiva Foucault (1999) questiona se somos vistos ou vemos. Passamos a ser, quem sabe o expectador e o modelo. Segundo Foucault “Olhamo-nos olhados pelo pintor e tornados visíveis aos seus olhos pela mesma luz que no-lo faz ver. E, no momento em que vamos nos apreender transcritos por sua mão como num espelho [...]” (1999, p.7-8).

Dentro dessa perspectiva de olhar e ser olhado ao mesmo tempo, tornando possível a imaginação de que o pintor interage com o observador e troca olhares, para quem sabe perceber os detalhes e pintar em sua grande tela, que não nos revela o que está sendo desenhado. Nesse processo se dá a magnitude da obra, como a observação feita por Foucault.

Outro ponto que pode ser considerado como ponto central da imagem é o espelho e a originalidade de demonstrar o que está à frente do quadro. Demonstrando assim os

verdadeiros modelos que estavam sendo pintados. Percebemos várias questões inovadoras presente nessa obra de arte, uma delas é o pintor, que geralmente não aparece na imagem, porque assim como o fotógrafo se esconde por detrás da câmera, o pintor fica atrás da tela e não aparece de forma efetiva, a não ser quando se trata de autorretrato, mas não é uma tarefa costumeira o pintor aparecer pintando o quadro dentro do cenário da pintura.

Outra questão é o espelho que reflete não o que está duplicado, não duplica algo que está em cena, mas pelo contrário o que não está. Segundo Foucault "[...] esse espelho atravessa todo o campo de representação, negligenciando o que aí poderia captar, e restitui a visibilidade ao que permanece fora de todo o olhar" (1999, p.10). E, mais uma vez desafia aos espectadores a observar qual imagem é refletida e de onde ela vem. Nesse ínterim o expectador fica imaginado a continuação da tela, e o que pode conter além do que foi pintado. Segundo Merleau-Ponty, "[...] o desenho e o quadro não pertencem mais que ela ao em si. Elas são dentro e fora do dentro, que a duplicidade do sentir se torna possível, e sem os quais jamais compreenderá a visibilidade iminente que constituem todo o problema do imaginário" (2004, p.18-19).

A imagem nos possibilita inúmeras interpretações que estão em nosso imaginário que é carregado de representações que correspondem a todo nosso contexto histórico-social. Por isso Foucault (1999) descreve e dá nomes as personagens das pinturas, mas permanece em aberto as inúmeras possibilidades e interpretações da mesma imagem.

O que nos chama atenção para este ensaio é a questão do próprio pintor ter se pintado na obra de arte, e da questão da presença central do espelho, para fazermos uma comparação com os espelhos e os autorretratos presentes na contemporaneidade. Que foram denominados de "*selfies*". Com a criação de das máquinas fotográficas as imagens técnicas são produzidas por aparelhos e nesse período surge a fotografia. Segundo Walter Benjamin (1955), quando o homem cria a máquina reprodutora de imagens a fotografia se liberta da mão, e não depende mais dos artistas para serem reproduzidas. Esse papel passa para o olho que observará e captará a imagem através da câmera.

Nessa perspectiva, as fotografias que antes precisariam das mãos para serem criadas, reproduzidas, ganham uma máquina que as captura que oferece a possibilidade de multiplicação de uma forma imensamente mais rápida, e essas imagens passam a ser distribuídas em grande número. Inicialmente por meio do papel, logo em seguida pelos *bytes*. Nesse contexto Baitello Júnior, ressalta que estamos vivendo a "era da iconogafagia" que se dá pelo "fenômeno da iconofagia, devoração de imagens, juntamente com a voracidade por imagens e a gula das próprias imagens" (2014, p.73). Ainda segundo o autor, começamos a fotografar por medo da morte, houve uma aceleração na produção de imagens para afastar a ideia de que somos mortais, a fotografia viria para nos eternizar. De acordo com Han (2016), "procuramos refúgio nas imagens para nos tornarmos melhores, mais belos, mais vivos" (p.39). Para Baitello (2014), o primeiro degrau da iconofagia é a reprodução, as imagens se originam da devoração de outras imagens com ecos, reproduções e repetições.

Com a expansão das tecnologias de informação e comunicação, a criação de dispositivos móveis, como por exemplo o *smartphone* com câmeras embutidas, a fotografia ganhou um novo aspecto, principalmente na atualidade, com as *selfies*. Segundo Han, passamos a produzir imagens devido a um mecanismo de defesa e fuga da realidade. "Frente a uma realidade percebida como imperfeita, buscamos refúgio nas imagens" (2016, p. 42). Com as imagens, que hoje podem ser editadas, aperfeiçoadas, tiradas do melhor ângulo, podemos criar uma nova realidade, uma que pareça ser perfeita para ser compartilhada. Podemos congelar o tempo demonstrando nas redes sociais uma vida de ostentação e riqueza e isso não condizer com a realidade.

No entanto, estaríamos em uma era, que Baitello Júnior (2014), denomina de era da orientação' é uma era voltada para a visibilidade, exterioridade e demonstratividades. Onde existe uma coerção para transformar pessoas complexas, corpos vivos em imagens. É preciso ser visto para ser lembrado, e é preciso ser visto da melhor forma, do seu melhor ângulo, com suas melhores roupas e viagens. Existe uma necessidade de a todo momento ser visto e lembrado. Nessa perspectiva, "o nascente como direção de vida levou-nos, portanto, a nos transformar em imagens de nós mesmos, imagens de corpos, imagens de profissionais, imagens de pais, imagem de cidadãos, imagem de humanos. Não importa ser, importa parecer" (BAITELLO JÚNIOR, 2014, p.29).

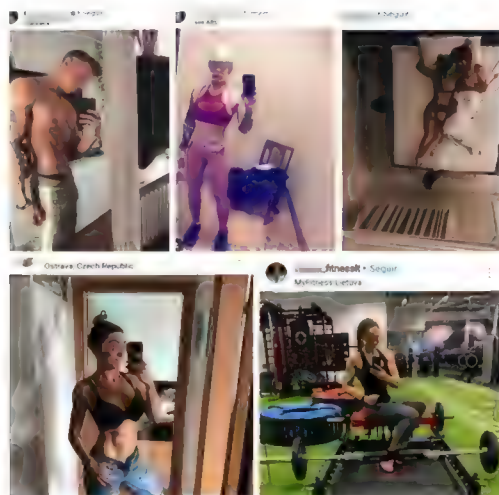
Para ser vistos nos transformamos em imagens, criamos imagens de nós mesmos, e recriamos. Tentamos demonstrar a vida perfeita e politicamente correta, a vida que a sociedade nos cobra, a ideia de sempre está bem, ou demonstrar que estamos. "Somos obrigados a viver a abstração, um corpo sem matéria, sem massa, sem volume, apenas feito de funções abstratas como trabalho, sucesso, visibilidade, carreira, profissão, fama" (ibidem, p. 77).

Vale ressaltar que há especificidades que correspondem ao ato de tirar a *selfie* que podem ser elencados. O primeiro deles é que modelo e fotógrafo são a mesma pessoa; outra questão é a dificuldade de produção de uma imagem espontânea pois, necessário pensar antecipadamente, se posicionar, posar; outra ideia é que a encenação estará sempre presente na construção do autorretrato – é comum a pessoa está séria, e de repente soltar um sorriso para aparentar felicidade, por exemplo (GALINDO, 2018).

Para Galindo "a função dessas fotografias parece localizar-se muito mais no ato de fazê-las do que na possibilidade de contemplá-las no futuro. Seu valor estaria mais relacionado à experiência de criar de maneira performática, uma imagem de si" (2018, p.56). Essa imagem performática está ligada diretamente com a finalidade de postar as fotos nas redes sociais. Antes as pessoas tiravam fotos para colocar em seus álbuns de fotografia para mostrar aos parentes mais próximos, hoje é como como se as fotografias não fossem feitas para serem guardadas. Um reflexo disso são os *storeis* do Instagram onde é possível postar fotos e vídeos, com a duração de apenas 24h. Nesse sentido se pode considerar que "a fotografia digital está mais ligada ao presente, constituindo-se como

um ato performático que se executa e realiza num curto espaço de tempo” (GALINDO, 2018, p. 56).

RESULTADOS PRÉVIOS/CONSIDERAÇÕES FINAIS[1]

Nas observações realizadas através do Instagram, podemos perceber algumas questões, dentre elas o corpo que aparece de uma maneira representativa nas *selfies*, sendo comum ver corpos esbeltos, demonstrando também o “*look*” que estão usando. A possibilidade de foto no espelho ressalta a ideia de foto que pode demonstrar com mais facilidade o corpo inteiro, sem a necessidade de levantar os braços para pegar um ângulo maior e melhor. Mas também aparece na imagem a máquina que está tirando a fotografia, algo que antes não aparecia. Com a *selfie* no espelho o fotógrafo e a câmera aparecem no cenário, semelhante ao o pintor segurando o pincel. A *selfie* no espelho é muito comum de ser encontrada, tanto atrelado a pessoas que têm uma “vida *fitness”* e expõem seus corpos, quanto pessoas que desejam demonstrar suas roupas, suas maquiagens, dentre outros. Com a contemporaneidade, a câmera frontal dos *smartphones* já podem ser considerados como espelhos, espelhos digitais. Por isso falar de narcisismo é tão atual, temos um narcisismo contemporâneo, onde Narciso não se encanta mais com a sua imagem refletida na água, mas nas telas digitais. Além da possiblidade digital de visão na tela dos celulares, ainda se potencializa com os espelhos físicos, são dois espelhos, um digital e um físico. Mais todos refletem a imagem, que nesse caso pode ser reconfigurada quantas vezes for possível para chegar mais próximo do que se deseja mostrar. Segundo Merleau-Ponty (2004),

1 As *selfies* demonstradas nesse tópico são montagem de imagens retirados do Instagram em 09/01/2018. Encontrado através da #selfie. Fazem parte do material do texto de qualificação da minha tese de doutorado intitulado “Invenções e Reinvenções do *eu*: Visibilidade, Narcisismo e Performance no Instagram.

> O fantasma do espelho puxa para fora minha carne, e ao mesmo tempo todo o invisível do meu corpo pode investir os outros corpos que vejo. Doravante, meu corpo pode comportar segmentos tomados do corpo dos outros assim como minha substância, passa para eles, o homem é espelho para o homem (p. 23).

O autor destaca de forma metafórica essa ideia do espelho que como um imã que arrasta a pele, o corpo para sua frente, para refletir a imagem. Os antigos possuíam lenda de que a fotografia roubava nossa alma, assim como o espelho. Nesse contexto, as pessoas se expõem, a partir da necessidade não apenas de ser lembrado, mas de ser aceito pela sociedade. Isso explica a necessidade de fazer inúmeros cliques, que são possibilitados por ser uma fotografia digital, em busca de uma imagem que seja aceita socialmente. Nesse contexto, seria como se as pessoas passassem a existir na medida em que postam fotos nas redes sociais.

A *selfie* na maioria das vezes retira um pouco da "naturalidade" ou espontaneidade da foto, pois exige que o corpo se prepare para tal, é sempre visível um braço estendido na foto, um ângulo que na maioria das vezes só pega parte do corpo. Quando nós mesmo estamos no lado oposto e tiramos nossas *selfies* não percebemos o quanto pode parecer estranho por ter se tornado uma tarefa simples do cotidiano. Talvez porque essas câmeras frontais estejam nos nosso smartphones, que se tornaram nossa extensão do corpo e o levamos para todos os lugares, nas mais diversas atividades.

Ver uma pessoa fazendo *selfie* nos dias atuais é algo comum, encontrar a *selfie* nas redes sociais também não é uma tarefa difícil. Mas é necessário tentar compreender porque esses espelhos digitais nos despertam uma adesão considerável nas nossas práticas cotidianas, em nossas viagens, nos nossos passeios em família, nos momentos íntimos, mas também em atividades que de certa forma parecem banais como as *selfies* no banheiro ou em frente ao espelho. Vivemos em uma sociedade de extrema valorização da imagem, e não só de imagens externas, mas da nossa própria imagem. Imagem essa que passa a ser compartilhada gerando novas representações de nós mesmos. Imagens essas que submetemos ao olhar do outro e que na maioria das vezes deve transparecer uma vida perfeita, saudável e bem sucedida. Parece que para sermos vistos precisamos estar visíveis nas redes sociais. Parece que vendemos nossa imagem, nosso *Eu* representativo, em troca de *likes.* São novas formas de vivenciar a cultura e o próprio corpo, novas maneiras de entender a vida e os ideais de felicidade.

REFERÊNCIAS

BAITELLO JÚNIOR, Norval. **A era da iconofagia:** reflexões sobre a imagem, comunicação, mídia e cultura. São Paulo: Paulus, 2014. (Coleção Temas de Comunicação).

FOUCAULT, Michel. Las meninas in **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GALINDO, Manuela Arruda. Selfies e subjetividade contemporânea in **Selfies:** subjetividade e tecnologia. Org. Sandra Portela Montardo. Porto Alegre: Sulina, 2018. (Coleção Cibercultura).

HAN, Byung-Chul. **No enxame:** reflexões sobre o digital. Trad. Miguel Serras. Portugal: Antropos, 2016.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O olho e o espírito:** seguido de A linguagem indireta e as vozes do silêncio e A dúvida de Cézanne. Tradução Paulo Neves e Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CAPÍTULO 19

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A CRÍTICA DA DOMINAÇÃO GESTIONÁRIA

Data de aceite: 23/04/2021
Data de submissão: 05/01/2021

Sérgio Gini
Universidade Estadual Paulista
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Marília – SP
https://orcid.org/0000-0001-5975-1982

RESUMO: Este trabalho apresenta parte da discussão da nossa pesquisa de doutorado em que estudamos os projetos de desenvolvimento econômico numa cidade de médio porte do Estado do Paraná, encetados pelo empresariado local e fundados no modelo de excelência na gestão. A crítica que fazemos é que o modelo de gestão empresarial acabou eliminando das discussões sobre o desenvolvimento outros atores que não faziam parte da elite dirigente e se estabeleceu uma forma de dominação gestionária, priorizando os interesses desta elite em detrimento de outros projetos. Utilizamos a teoria crítica do sociólogo Luc Boltanski para discutir o caso.
PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; Empresariado; Teoria Crítica.

ECONOMIC DEVELOPMENT AND THE CRITIQUE OF MANAGERIAL DOMINATION

ABSTRACT: This work presents part of the discussion of our doctoral research in which we studied the economic development projects in a medium-sized city in the State of Paraná, initiated by the local business community and founded on the model of management excellence. The criticism we make is that the business management model ended up eliminating from the discussions about development other actors that were not part of the ruling elite, and a form of managerial domination was established, prioritizing the interests of this elite over other projects. We used the critical theory of the sociologist Luc Boltanski to discuss the case.
KEYWORDS: Development; Entrepreneurship; Critical Theory.

1 I INTRODUÇÃO

O sociólogo francês Luc Boltanski tem sido um dos mais ardorosos defensores da volta das análises pela sociologia dos chamados “grupos dirigentes” e “elites”, a partir do conceito da dominação. Para Boltanski, a proposta metodológica é atuar com uma sociologia da crítica ou invés da sociologia crítica (BOLTANSKI, 2013a). A diferença de abordagem dessas “duas escolas” está no fato de que a sociologia crítica da dominação, tomando muitas vezes um ponto de vista dominante, interessava-se mais pela reprodução das práticas de dominação enquanto a sociologia da crítica leva a “considerar o espaço social como um lugar vivo, sempre em movimento, no qual os atores competentes e criativos trocam

críticas e justificativas em situações mais ou menos incertas" (BOLTANSKI, 2013a). No trabalho de Boltanski, entretanto, não se trata de aceitar uma abordagem em detrimento da outra. "Estas duas abordagens são, na minha opinião, ambas válidas, mas o problema, um dos mais espinhosos para a sociologia contemporânea, é articulá-las num mesmo quadro de análise" (BOLTANSKI, 2013a). Sua proposta então é no sentido de "construir uma sociologia capaz de compreender num mesmo quadro os efeitos da dominação, que são bem reais, e as capacidades dos atores de afastá-los ou resistir a eles, sem, não obstante, valorizar politicamente uma aproximação em detrimento da outra".

Um dos exemplos concretos dessa metodologia de análise está no artigo "Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestionária" que é o resultado de uma conferência proferida por Boltanski no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ em agosto de 2013. No artigo, a discussão está centrada na falta de "poder" da crítica atual uma vez que a crítica em si tem aumentado, mas sem impactar o mundo social e o espaço político. Boltanski destaca que há uma impressão de que a crítica não tenha mais impacto sobre a realidade, todavia defende que

> [...] esta situação precisa ser examinada, e as questões que ela levanta podem orientar nossa atenção em duas direções. Podemos olhar para a crítica e indagar suas formas atuais: ela seria obsoleta, não teria programa político e não apresentaria alternativas claras etc. É um discurso que se ouviu muito na Europa nos últimos anos. No entanto, parece-me mais interessante olhar na outra direção, ou seja, analisar as mudanças que ocorreram nos dispositivos de governança – sejam eles públicos ou privados, o que hoje é mais ou menos a mesma coisa – isto é, nos dispositivos que permitem aos responsáveis conter a crítica e manter inalteradas as principais assimetrias sociais existentes, ou mesmo ampliá-las. Em um trabalho como este, atenção particular deveria ser dada – a meu ver – à conjunção entre duas orientações cujos contornos e usos são relativamente diferentes, ou até divergentes (BOLTANSKI, 2013b, p. 442).

Essas duas orientações apontadas por Boltanski são a instrumentalização da ciência econômica por líderes políticos e econômicos e o fortalecimento e o aperfeiçoamento das técnicas de *management* e das ferramentas de gestão. A instrumentalização da economia consiste em "dar-lhe visibilidade pública e torná-la a principal ferramenta capaz de escolher, entre tudo o que acontece, os eventos relevantes, e também em dar-lhes significado, encaixando-os em um quadro unificado e associando-os a certos mecanismos. " (BOLTANSKI, 2013b, p. 442). A narrativa econômica pretende ser abrangente e apela para uma trama de necessidade muito mais do que à noção de causalidade. Por sua vez, os modelos de *management* e das ferramentas de gestão "desenvolvidos inicialmente no quadro das grandes empresas, foram agora importadas pelas esferas pública e política" (BOLTANSKI, 2013b, p. 443). Sobre esta instrumentalização, o sociólogo francês, entretanto, faz uma ressalva:

> O primeiro é que não se pode ignorar tudo que o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e, mais amplamente, dos modos de governabilidade que elas possibilitam, deve às contribuições das ciências sociais. Não só, é claro, a economia, mas também, e, talvez, sobretudo no caso da gestão, a sociologia, a economia e as ciências cognitivas. O segundo ponto diz respeito à orientação destas técnicas em direção à eficiência prática. Ao contrário do economismo, elas não enfatizam a necessidade, mas o agir e o poder de agir sobre a vontade, sobre a autonomia e sobre a liberdade, uma vez que esta se opõe à necessidade. Enfim, o terceiro ponto diz respeito ao uso político que é feito destas técnicas. Ao contrário da economia, as técnicas e ferramentas de gestão não são divulgadas publicamente, notadamente nos meios de comunicação. Elas não estão colocadas na trama. São reservadas aos atores e especialmente àqueles que estão em posições de poder, os "responsáveis". É a sua liberdade de ação que elas permitem otimizar. Os subordinados as conhecem principalmente por intermédio das medidas fragmentadas às quais eles estão submetidos e das orientações que devem aplicar (BOLTANSKI, 2013b, p. 443).

O autor aponta que "nas últimas décadas do século XX foram se desenvolvendo outras formas de dominação compatíveis com as sociedades hipercapitalistas e baseadas politicamente na democracia eleitoral", rompendo com a tradição da dominação utilizando o terror e quase decretando o fim das ideologias. Boltanski (2013b, p. 449) dá a estas formas de dominação o nome de "gestionárias" (para recordar a importância que têm as disciplinas de gestão). Nesses casos, a "exploração se aproveita da instrumentalização de diferenciais para gerar lucro, e estes podem ser de natureza diversa. Trata-se, em primeiro lugar, do diferencial de propriedade. Mas também pode ser, por exemplo, o diferencial de mobilidade" (BOLTANSKI, 2013b, p. 449). Boltanski define que

> Num quadro gestionário, os processos de dominação estão associados com a manutenção duradoura de uma ou várias assimetrias profundas, no sentido em que os mesmos se beneficiam de todas as provas (ou quase), enquanto para outros – sempre também os mesmos – as provas sempre têm resultados adversos (ou quase) (BOLTANSKI, 2013b, p. 449).

Quando a manutenção ou o aumento das assimetrias é questionado pela crítica, a defesa da ordem das coisas existente dá lugar a explicações que se apoiam principalmente em dois tipos de motivos: "Por um lado, a figura da necessidade, no que ela tem de inexorável; por outro, a figura da liberdade, declinante no registro da autonomia e da meritocracia" (BOLTANSKI, 2013b, p. 450).

2 | METODOLOGIA E DISCUSSÃO

Utilizamos como metodologia a tentativa de conciliar os conceitos de dominação gestionária de Boltanski a uma crítica das assimetrias produzidas por uma "elite empresarial" em uma cidade de médio porte no Estado do Paraná, que por sua vez se assemelha a tantos outros exemplos de gestão pública em diversos municípios similares do Brasil.

Nosso estudo de caso se concentra na cidade de Maringá situada no noroeste do Estado do Paraná, distante 420 quilômetros da capital, Curitiba. A cidade completou 73 anos de fundação em 2020, embora a sua emancipação política tenha se dado em 1952, o que a coloca como município autônomo há apenas 68 anos.

Maringá, de acordo com a última estimativa do IBGE, de 2017, possui uma população de 406.693 habitantes[1] e é sede de uma região metropolitana com 34 municípios, totalizando perto de 1 milhão de habitantes. Em sua edição eletrônica de 16 de março de 2017, a Revista Exame divulgou o resultado de uma pesquisa realizada pela consultoria Macroplan que colocou Maringá como a "primeira na lista das melhores grandes cidades do Brasil" (BRETAS, 2017). Outra pesquisa, realizada em dezembro de 2016 e divulgada em janeiro de 2017 pela consultoria Endeavor, destacou Maringá entre as 10 melhores cidades do Brasil para se empreender. A pesquisa analisou o ambiente de negócios nos municípios a partir de sete indicadores: ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso a capital, inovação, capital humano e cultura (RANKING ENDEAVOR, 2017). Esses resultados foram comemorados como a coroação de um trabalho que se iniciou em 1996 com o Movimento Repensando Maringá, articulado pela Associação Comercial e Empresarial - ACIM e pela Coordenadoria Regional da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep, e que envolveu mais de 80 líderes empresariais e segmentos como clubes de serviços, sindicatos patronais, igrejas, escolas, universidade, entre outros, com o suporte técnico do Sebrae.

A partir da ideia-força do desenvolvimento econômico e da constatação de que a cidade estava paralisada no tempo, envolvida em disputas político-eleitorais de grupos antagônicos, o Repensando Maringá se transformou em uma força dirigente capaz de assumir o controle político da cidade, mesmo sem participar diretamente do processo eleitoral. A ACIM tornou-se, desde o início do movimento, a principal entidade a liderar os grupos participantes e foi a principal porta-voz do Repensando Maringá por intermédio de sua publicação mensal, a Revista ACIM. Nas eleições municipais de 1996 o candidato vitorioso, Jairo Gianoto (PSDB), propugnava, como principal bandeira de campanha, a paz política, teorizando poder unir em torno de um ideal – o do desenvolvimento de Maringá - grupos rivais e de ideologias diferentes. A paz política foi um dos principais motes do trabalho desenvolvido naquele ano pelo Repensando Maringá.

Em 1997, o Repensando Maringá deu origem ao Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá – Codem, organismo criado por lei municipal e que se tornou responsável por "propor e fazer executar políticas de desenvolvimento econômico e com competências deliberativas e consultivas" (CODEM, 2017). Na mesma data, foi criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico – FMD , para "financiar a elaboração de estudos, projetos e planos de desenvolvimento, o fomento do desenvolvimento e o investimento em infraestrutura e na formação de capital de empreendimentos" (CODEM,

1 Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência de 1° de julho de 2017 (IBGE, 2017)

2017). Por lei municipal, o Codem passou a ser o gestor do FMD.

Além do Conselho, outro resultado do Repensando Maringá foi o documento Maringá 2020, um planejamento de longo prazo da cidade com os principais pontos sobre o que se desejava que Maringá se transformasse no futuro. "Essa definição constituiu-se no norte orientador das ações e da construção de políticas de desenvolvimento econômico do Codem" (CODEM, 2017). Entre as principais definições desse planejamento, um verdadeiro plano de governo de longo prazo, estavam as estratégias para as áreas comunitária: "o crescimento da cidade deve ser planejado de maneira a consolidar-se como cidade de porte médio com população aproximada de 500.000 habitantes" e "o planejamento urbano deve integrar o desenvolvimento humano com a natureza, de maneira a harmonizar o homem e a natureza"; universitária: " a formação empreendedora deve se constituir em matéria curricular dos ensinos superior e médio"; comércio exterior: "atribuir à cidade a função de centro internacional de comércio, com a constituição de um portal do Brasil e do Resto do Mundo para o Mercosul"; agricultura e agroindústria: "consolidar Maringá como polo agroalimentar de base tecnológica, com agricultura empresarial forte, diversificada e internacionalmente competitiva", entre outras específicas (CODEM, 2017).

Embora se apresentasse como um movimento sem "qualquer conotação político-partidária" (REVISTA ACIM nº. 369, 1996, p. 26), as propostas do Repensando Maringá estiveram na base dos planos de governo dos principais candidatos à prefeitura da cidade em 1996. Quando da criação do Codem, em 1997, o seu primeiro presidente foi imposto pelo prefeito Jairo Gianoto, que indicou o secretário municipal de Indústria, Comércio e Turismo, Miguel Fuentes Salas, um ex-diretor da ACIM. O presidente da Associação Comercial, Hélio Costa Curta, frisava que a entidade considerava importante a aproximação de políticos e empresários:

> Se não somarmos nossas forças será difícil retomar o desenvolvimento de Maringá e região. Na ACIM temos a preocupação de fortalecer os laços de amizade com vereadores, deputados estaduais e federais e com o prefeito. De todos, cobramos atuações em prol da comunidade e região. (REVISTA ACIM nº. 374, 1997, p.13).

Em 1999, na edição nº. 20, de 16 de maio, a Revista Veja, então a de maior circulação nacional, trouxe como tema de reportagem de capa a cidade de Maringá referindo-se a ela como a Dallas brasileira, numa alusão à cidade norte-americana tida como a capital do cinturão agrário dos Estados Unidos. Em uma das muitas referências ao município paranaense, o jornalista Maurício Lima destaca:

> [...] planejada durante a década de 40, a cidade paranaense é uma Brasília regional. A diferença é que produz riqueza em vez de escândalos. Se houvesse um hipotético país formado pelo cinturão agrário brasileiro, Maringá poderia candidatar-se à capital. São 285.000 habitantes e renda per capita de 7.000 dólares. (LIMA, 1999, p. 129).

O destaque recebido por Maringá em uma revista de amplitude nacional premiava os esforços dos articuladores do Repensando Maringá que três anos atrás publicavam na Revista ACIM a seguinte constatação:

> Maringá parou de crescer há pelo menos uma década. O município já foi o segundo polo atacadista do país – hoje nem está entre os maiores. Possuía uma agricultura bem mais rentável. Era o maior centro de abate de bovinos do estado. E, mais recentemente, chegou a ter 458 indústrias no setor têxtil e de confecções, hoje tem 352. Eram 791 lojas atacadistas, hoje são 265. (...) A taxa de crescimento do município de 1991 a 1994 foi de 19,28%, menor que a paranaense, de 23,99%. (REVISTA ACIM, n. 368, 1996, p. 28).

O Movimento Repensando Maringá foi articulado para colocar a cidade na rota do desenvolvimento econômico, desenvolvendo projetos como o fortalecimento da "marca" Maringá, de atração de investimentos, de políticas de benefícios fiscais para atração de empresas e incremento nos valores de ICMS que eram repassados pelo Estado ao município.

Pouco mais de um ano depois da publicação da Revista Veja, Maringá se viu envolvida em um dos maiores escândalos de corrupção administrativa do Brasil, culminando com o afastamento do prefeito e a prisão do secretário de Fazenda do município (que seria assassinado em 2011). Apesar disso, o projeto político do Repensando Maringá seguia intacto, fato comprovado nas eleições municipais de 2000, quando a cidade viu pela primeira vez um candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) chegar à prefeitura e com uma votação superior aos 100 mil votos. Em seu plano de alianças para o segundo turno daquele pleito, o candidato do PT, José Cláudio Pereira Neto, se aproximou da ACIM, dando total atenção ao plano de desenvolvimento econômico formulado pelo Codem (REVISTA ACIM, nº. 399, 2000, p. 10), fato comprovado durante a sua administração.

Novamente, nas eleições municipais de 2004, os planos de governo dos candidatos a prefeito passaram pela cartilha do Codem. O prefeito eleito, Sílvio Barros II, do PP, foi, inclusive, membro deste e ativo conselheiro da ACIM (REVISTA ACIM, nº. 439, 2004, p. 06). Nas eleições posteriores o mesmo procedimento ocorreu, sendo que Barros foi reeleito em 2008; elegeu o seu sucessor em 2012 (Roberto Pupim, que era seu vice-prefeito) e perdeu a eleição em 2016 para seu ex-chefe de gabinete na segundo gestão, Ulisses Maia, que se aliou a outro grupo político, mas que deu total atenção ao projeto de desenvolvimento econômico do Codem.

3 | RESULTADOS

A consolidação da dominação gestionária se deu em Maringá por meio do discurso do desenvolvimento econômico. Em maio de 2002 o prefeito José Cláudio (PT) tirou licença de dois meses e meio para tratamento de saúde. Era o início de um calvário que contou ainda com mais dois pedidos de licença, em novembro de 2002 e em agosto de 2003. O

câncer o matou no dia 16 de setembro de 2003. O professor João Ivo Caleffi que já havia assumido interinamente nas licenças anteriores foi confirmado no cargo de prefeito com a missão de substituir um “líder nato” e um ‘hábil negociador”, além de iniciar uma carreira política própria, fora da sombra do ex-companheiro.

Nas prévias internas para escolher qual seria o candidato do partido nas eleições de 2004, João Ivo disputou a indicação com o secretário municipal de Governo, o professor universitário Ênio Verri, que havia sido secretário de Fazenda quando José Cláudio estava no cargo. Verri tinha a simpatia da maioria dos secretários municipais do partido e de boa parte dos filiados. Tinha também fácil trânsito junto ao empresariado, pois quando o empresário do setor supermercadista, Jefferson Nogaroli, foi presidente da ACIM, Verri prestava consultoria profissional ao grupo do empresário, a rede de Supermercados São Francisco. Entretanto, prevaleceu o nome de João Ivo como candidato do PT para a prefeitura. João Ivo disputou o primeiro turno das eleições com Sílvio Barros (PP), que disputava pela segunda vez depois de ter sido derrotado por Jairo Gianoto em 1996.

No primeiro turno João Ivo saiu na frente com 49.706 votos e o segundo lugar ficou com o candidato Sílvio Barros com 43.133 votos. Como em 2000, novamente a diferença de votos entre os dois era mínima e a habilidade em ganhar os votos dos eleitores dos outros candidatos poderia fazer a diferença. Diferentemente das eleições anteriores, quando a Revista ACIM publicou o perfil dos candidatos e os seus planos de governo, dessa vez nenhuma linha saiu sobre este ou aquele candidato. Já definidos os nomes para o segundo turno, o presidente da ACIM, Ariovaldo Costa Paulo, publicou um editorial na Revista de novembro intitulado “Democracia ou guerra de interesses? ”. Nele, defende que as entidades deveriam ser neutras no processo eleitoral, bem como os órgãos de comunicação e o Poder Judiciário, criticando no caso as pesquisas eleitorais que davam no segundo turno João Ivo e Doutor Batista. Defendendo a posição democrática do empresariado, concluiu o artigo desse modo:

> E agora, para o 2º. turno, em conjunto com o Codem e demais entidades da cidade, reunimos os dois candidatos, em momentos diferentes, com o objetivo principal de levá-los a assumir compromissos com a continuidade de projetos importantes. É dessa forma que se faz a democracia. Temos de ter responsabilidade como empresários, como líderes e formadores de opinião (REVISTA ACIM, nº 440, 2004, p. 03).

João Ivo falou aos empresários em reunião realizada no dia 18 de outubro e Sílvio Barros foi ouvido na reunião do dia 19. No dia 31 de outubro, Sílvio Barros foi eleito prefeito de Maringá com 92.052 votos. Depois de 12 anos outro representante da família Barros voltava ao comando do município. A vitória de Barros possibilitou duas leituras, embora superficiais, que apontam o que poderia ter desequilibrado a campanha: uma, a desunião interna do PT e, em segundo, a adesão do empresariado ao projeto de retomada do desenvolvimento que era proposto pelo candidato vitorioso. Questionado sobre a primeira

hipótese, Mário Sérgio Verri, irmão de Ênio Verri e um dos líderes locais do PT, tendo sido eleito vereador naquela eleição, deu a seguinte entrevista ao jornal O Diário, já em janeiro de 2006:

> (P) Afinal, houve ou não um churrasco para comemorar a derrota do João Ivo?
>
> (R) Se houve não fomos convidados. Isso é até um absurdo. Uma vez perguntaram para mim e também me falaram que houve um churrasco depois do dia que o Zé Cláudio morreu. Chega a ser um absurdo estas coisas. Acho que não tem cabimento uma coisa desta, o Partido dos Trabalhadores estava empenhado na eleição do João Ivo e o meu grupo, que até considero o mais forte de nosso partido, a Unidade na Luta, é quem deu a condição para que o João Ivo fosse candidato. Foi a Unidade que deu a condição do João Ivo governar, que era também a tendência do Zé Cláudio, onde tivemos a condição de fazer o governo que fizemos.
>
> (P) Mas, o PT foi para as eleições municipais meio dividido, em função de que houve uma convenção interna na qual seu irmão, Ênio Verri [então secretário de Governo], foi derrotado pelo João Ivo. Esta divisão permaneceu até o final?
>
> (R) Não. Tanto é que a coordenação, não total, a maioria da coordenação, era de pessoas ligadas à gente. Demos uma estrutura muito grande para a campanha. A maioria dos secretários acabou votando no Enio nas prévias e depois fazendo campanha. Todo o PT foi fazer campanha pro João Ivo. Não tínhamos outra opção também. Não tinha como votar no Silvio Barros naquela altura. A minha preferência pessoal era o Ênio Verri, como de outros companheiros nossos. Acabou ali, em janeiro de 2004. O que houve foram diversos erros que culminou na derrota do João Ivo (O DIÁRIO, 29/01/2006).

Sobre a segunda hipótese é possível inferir pela própria ligação existente entre Sílvio Barros e a ACIM. Depois que fixou residência definitiva em Maringá em 2003 , Barros tornou-se associado da ACIM e membro do Conselho do Comércio e Serviços da entidade. Sua circulação entre os empresários era mais constante do que a do prefeito João Ivo. Quando visitou a ACIM, depois de ter sido eleito prefeito, e ouvir novas propostas da entidade, “ele declarou não ter ficado surpreso como o que viu na ACIM porque, como membro do Conselho do Comércio, já vinha acompanhando os trabalhados da entidade”, e citou nominalmente alguns projetos:

> O que percebi foi a possibilidade de ampliar o impacto desses projetos desenvolvidos pela ACIM com a parceria com a prefeitura, entre os quais o Conselho de Segurança, a Biblioteca Digital e principalmente os desenvolvidos pela Fundacim – que é uma área em que podemos ter um desempenho muito importante. [...] Espero que a prefeitura de Maringá consiga ser uma referência estadual e nacional de tão boa qualidade como a ACIM é dentro do contexto paranaense e brasileiro (REVISTA ACIM, nº 441, 2004, p. 48).

As propostas de campanha dos dois candidatos que foram para o segundo turno eram muito similares em termos daquilo que o Codem definia como prioridades para o desenvolvimento econômico de Maringá: internacionalização do aeroporto, ramal do gasoduto, cidade industrial ou o Tecnopark, parcerias público-privadas em diversos níveis

da administração. A diferenciação no discurso do prefeito eleito era o retorno de alguns temas que estavam na origem do projeto hegemônico do empresariado, que estavam na origem do discurso do Movimento Repensando Maringá: a qualidade de vida e a cidade saudável e limpa; a atração de empresas de base tecnológica, a consolidação de Maringá como centro de eventos e a atuação direta da prefeitura com os empresários.

Sobre a questão da qualidade de vida, Barros entendia ser o marketing ideal que a cidade precisava: "A minha meta é fazer de Maringá a primeira cidade saudável do Brasil. O programa Cidade Saudável, da OMS, já existe há uns quinze anos. Nenhuma cidade brasileira assumiu o desafio imposto pelo órgão de se tornar uma cidade saudável" (REVISTA ACIM, nº. 442, 2005, p. 06). Para isso, era preciso deixar a cidade limpa, resolver os problemas das ruas esburacadas: "A prefeitura tem outra necessidade urgentíssima a atender: melhorar o sistema viário que está um caos. Temos 250 quilômetros de ruas esburacadas que não podem ficar assim. [...] é um ônus, uma dívida que nós temos com a comunidade" (REVISTA ACIM, nº 442, 2005, p. 07).

Sobre a atração de empresas e o desenvolvimento econômico, sua ideia era de que

> O modelo macroeconômico para Maringá se baseia em empresas de alta tecnologia, que sejam capazes de absorver a mão-de-obra de nível superior que a gente forma aqui. Queremos trabalhar na consolidação do Tecnoparque. Nosso objetivo é tornar projeto irreversível até o final deste ano, com a conclusão dos projetos de viabilidade econômica. Inclusive já temos recursos para isso. Além disso, vamos desapropriar mais áreas para se chegar aos 30 alqueires necessários para a implantação do núcleo inicial. Entendemos que desta forma os parceiros do Tecnoparque é que virão até nós. Com os projetos nas mãos, queremos buscar também alguns bancos que tenham interesse em ser sócios do empreendimento, algo que é muito comum em outros países. Além disso, pretendemos fechar com pelo menos duas empresas de alta tecnologia, que serão âncoras do Tecnoparque, até o final deste ano (REVISTA ACIM, nº 442, 2005, p. 08).

Sobre o potencial da cidade para atrair eventos de negócios, Barros destacava que

> Pretendemos ser indutores do turismo de compras, voltado especificamente para o setor de confecções, dos shoppings atacadistas. Temos também projeto de instalar em alguns parques da cidade empreendimentos turísticos que se tornem atrativos para a cidade. Mas isso será feito em parceria com a iniciativa privada. São negócios rentáveis, onde se cobram ingressos, e que são de interesse do empresariado (REVISTA ACIM, nº 442, 2005, p. 08).

Na relação com o empresariado, Barros defendia uma aproximação ainda maior:

> Vamos incrementar ainda mais a política de parceria com o Codem. A classe empresarial, junto com a prefeitura, tem a possibilidade de definir uma situação invejável para aumentar a competitividade de Maringá na atração de investimentos e negócios. Prefeitura voltada a atrair empresas todos os municípios do Brasil têm. Mas um conselho de desenvolvimento econômico, com mais de cem instituições privadas atuando junto com a prefeitura, com um orçamento público para ser gerido, quantas cidades têm? Esse é

> o diferencial de Maringá. Eu quero fortalecer essa parceria, porque é isso que faz de Maringá uma cidade diferente das outras (REVISTA ACIM, nº 442, 2005, p. 08).

Considerado pela mídia e pela elite empresarial como um ótimo gestor, visionário e com ideias avançadas de desenvolvimento econômico, Silvio Barros foi reeleito prefeito sem maiores dificuldades em 2008, evitando o segundo turno, tendo recebido 57,02% dos votos válidos. Seu foco de atuação nesta gestão continuou a priorizar os projetos anteriormente gestados pelo documento Maringá 2020. Ainda em seu segundo mandato, Barros buscou a apropriação do discurso empresarial do desenvolvimento como seu, passando inclusive a comandar mais diretamente o Codem. Como principal contribuição, desenvolveu o projeto chamado Maringá 2030, uma reatualização do documento Maringá 2020.

Nas eleições municipais de 2012, Barros conseguiu eleger no segundo turno o seu candidato, o agropecuarista Roberto Pupim (PP) que havia sido o seu vice-prefeito nas duas gestões. Sem muito trânsito junto a elite empresarial pois era membro da elite agropecuária, Pupim não conseguiu se firmar como uma liderança política com brilho próprio. Sua gestão foi caracterizada pelas ingerências do irmão mais velho do ex-prefeito Silvio Barros, o cacique político Ricardo Barros, na época deputado federal e líder da presidenta Dilma Roussef na Câmara dos Deputados.

Todavia, por iniciativa do empresariado local que contratou a empresa de consultoria PriceWaterhouseCoopers - PwC, a gestão municipal desenvolveu o Masterplan (sigla de plano mestre, em inglês) que acabou sendo aprovado no último ano de gestão de Pupim, antes do processo eleitoral, como um novo marco no processo de desenvolvimento de Maringá até 2047 (ano do seu centenário de fundação). O Masterplan elencou os setores com maior potencial para gerar riqueza e benefícios para a sociedade, levando em consideração as vocações da cidade. O projeto também apontou os fatores críticos para o sucesso e o planejamento estratégico para a sua implementação. A segunda fase do projeto, que é a mais cara, ficou para outro momento quando deverá ser contratada outra empresa de consultoria internacional para elaborar o planejamento urbanístico e de infraestrutura, que fornecerá as diretrizes de planejamento de transporte, saneamento, educação, qualidade de vida, energia, entre outros.

Quem dá sequência ao projeto é o atual prefeito, Ulisses Maia (PDT), que desde 1996 também acompanha o desenvolvimento do projeto hegemônico do empresariado local. Maia foi eleito prefeito no segundo turno em 2016 derrotando o ex-prefeito Sílvio Barros. Embora se declarasse oposição ao grupo político há 12 anos no poder, Maia tinha no currículo o fato de ter sido chefe de gabinete e secretário municipal do prefeito Sílvio Barros e seu líder na Câmara de Vereadores, quando ocupou, inclusive, a presidência. Dessa forma, a dominação gestionária implantada na gestão municipal, municiada pelo empresariado local, continua como um projeto gerido por gente de Maringá e focado em posicionar a cidade como a "melhor cidade do Brasil", bem ao sabor do projeto hegemônico

implantado.

É indiscutível a ingerência direta da Associação Comercial no Codem. Há diversas citações de personagens ligados à ACIM ou de fora dela que denunciam a ligação mais do que umbilical entre a entidade empresarial e o conselho. Podemos apontar alguns fatos como a questão da representatividade da ACIM no plenário do Codem ser a maior, quatro cadeiras, entre as entidades, além de participar de cinco câmaras técnicas (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, 1996). Embora não exista nenhum documento onde isso esteja escrito, há um acordo para que a ACIM participe sempre da mesa diretora do Codem o que vem ocorrendo desde a sua primeira diretoria, sempre com um ou mais representantes.

Acompanhando a interpretação que Coutinho (2003) dá à obra de Gramsci, podemos afirmar que o Codem se transformou no "aparelho privado de hegemonia" da ACIM, pois segundo um de seus ex-presidentes, o imobiliarista Pedro Granado Martines, "o Codem é uma das maiores realizações da história da ACIM" (REVISTA ACIM, n. 385, 1998, p. 11). Quando o Movimento Repensando Maringá ganhou a adesão da imprensa, e o historiador e jornalista político Messias Mendes frisou que as autoridades do município teriam "que se comprometer com a vontade do partido maior que é Maringá" (O DIÁRIO, 01/08/1996), talvez não tivesse a consciência de que esse "partido" seria o Codem conduzido pela ACIM. No caso, o Codem seria o partido adequado às condições expostas por Gramsci, de acordo com Dias:

> Uma associação pode ser chamada de "partido político" só enquanto possuir "uma doutrina constitutiva, sua, própria; só enquanto conseguir concretizar uma noção, sua própria, de Estado; só enquanto concretizar e divulgar entre as grandes massas um programa de governo, apto para organizar praticamente um Estado, e isto em condições determinadas, com homens reais e não com fantasias abstratas de humanidade (DIAS, 2000, p. 169).

Outra questão importante é sobre a promoção da imagem da cidade, uma das principais propostas do Codem, tanto na questão do "marketing" de Maringá quanto das ações para tornar a cidade competitiva. É inegável que o marketing urbano se constitui em peça fundamental na atração de investimentos, principalmente de empresas transnacionais, produzindo imagens que, associadas a determinados padrões de consumo, produzem diferenciais que valorizam a "marca" da cidade. Sánchez explica que estas imagens são produzidas a partir de uma "seleção simbólica de fragmentos escolhidos da paisagem urbana", que ao serem tomadas por uma síntese da cidade, cumprem a missão de apresentar como imagens legítimas o que, na realidade, não passa de processos de "exemplificação, seleção, inclusão e omissão de espaços e de ângulos das práticas sociais" (SÁNCHEZ, 1999, p. 124). Nesse contexto, as diversas ações de promoção da imagem da cidade que incluem tanto o investimento em obras públicas quanto os instrumentos de marketing, inclusive os propalados pelo Codem, têm por objetivo dinamizar a vida econômica e cultural

da cidade, transformando-a em um espetáculo: Maringá é mais qualidade de vida!. Como afirma a autora, em uma cidade espetáculo, a população passiva, se comporta antes como espectador que como cidadão. "Essa assistência ao espetáculo é muito útil porque, ao criar uma ilusão de participação, torna fácil a legitimação dos interesses dominantes" (BRAGA, 2001, p. 32).

O marketing urbano é na verdade um instrumento de representação social. Ele apresenta a cidade "asséptica de problemas como violência, desemprego, pobreza, favela, poluição, depredação ambiental, entre outros". É um tipo de propaganda que tenta "elevar a qualidade de vida, as condições socioeconômicas, ambientais, para patamares que fogem da realidade concreta da dinâmica de uma cidade" (SILVA, 2006, p. 109). Em Maringá, o marketing de "cidade verde", "cidade ecológica", "cidade sempre limpa", com ruas largas, arborizadas, praças ordenadas, tem propiciado uma representação social de cidade "mitificada por uma imagem prosápia que na realidade atende a interesses políticos e econômicos dos grupos dirigentes" (SILVA, 2006, p. 111).

É importante realçar que a justificativa para a implantação e continuidade do projeto hegemônico era "recolocar" Maringá nos "trilhos" do desenvolvimento. Para isso, foi forjado o discurso de que para a cidade superar a crise do início dos anos 1990 era necessário torná-la competitiva para a atração de investimentos e para o desenvolvimento regional, transformando-a em uma empresa bem estruturada e que pudesse ter uma capacidade de inovação para gerar riqueza e renda aos seus moradores. Para legitimar o discurso, foi criado o documento Maringá 2020 a partir de um planejamento estratégico que pensou a cidade para 24 anos em apenas oito horas. O planejamento, na verdade, serviu mais para buscar o consenso dos participantes sobre temas previamente escolhidos pelos líderes do movimento. Isso se repetiu, de certa forma, nos documentos Maringá 2030 e Masterplan 2047.

Com isso, a elite empresarial ditou rumos a serem tomados por Maringá, inclusive pelos seus candidatos a prefeito: tornar-se uma cidade competitiva, empreendedora, que tivesse como marca a ser explorada a sua boa qualidade de vida. A estratégia do empreendedorismo urbano, de acordo com Benko (1999) pressupõe uma economia local flexível, atrativa para grandes investimentos, com redes de empresas e de distritos industriais, tornando a cidade um centro de inovação tecnológica para poder firmar-se na liderança de uma economia de escala, altamente empreendedora. O resultado disso foi o projeto do Tecnopark que saiu do papel durante a gestão do prefeito João Ivo Caleffi (PT) e que, atualmente, está em vias de conclusão das desapropriações de propriedades.

Faz parte do discurso neoliberal, conforme Vainer (1999), a necessidade de transformar as cidades em mercadoria à disposição do grande capital. Essa cidade é o resultado do planejamento estratégico, que lhe dá também o status de empresa. Como cidade-mercadoria ela está posta à venda e à compra e como cidade-empresa ela tem que gerir seus recursos para ter capacidade de concorrência, sempre subordinada à lógica

do mercado. Neste sentido, o projeto hegemônico estudado apresentou as principais características desse discurso, com o empresariado assumindo o papel de pensar as principais políticas de desenvolvimento para a cidade, ficando o Poder Público com a função de gerente, promotor do marketing e da venda dessa mercadoria. Essas ações, a partir de princípios de gestão e metodologias empresariais, conforme podemos entender, atuam como reproduções imperfeitas da política urbana, que na realidade têm objetivos de ocultar a retirada da política da vida urbana, com o discurso do consenso. Com isso, os interesses econômicos dominantes são favorecidos em detrimento das políticas sociais e de redistribuição de riqueza e renda. Surge também, com isso, como vimos nos projetos propostos pelo Codem, a transformação de interesses particulares em objetivos de toda a comunidade, que também é conclamada a dar suporte a esses ideais.

E por último, percebemos que o projeto hegemônico do empresariado ampliou a lacuna da participação popular nas discussões sobre o futuro e desenvolvimento da cidade. Não há, nos documentos consultados informações sobre as preocupações do empresariado sobre os bairros populares e de trabalhadores, que carecem de infraestrutura, rede de educação e saúde, empregos, entre outros. Isso aponta que a preocupação do Movimento Repensando Maringá esteve depositada no centro da cidade, no centro do poder, no capital. Não percebemos nos discursos do empresariado a inclusão política de indivíduos que estão desconectados do mundo do trabalho ou da educação, por exemplo; antes, há sempre a preocupação em esconder as tensões oriundas das complexas mudanças da sociedade, com ideias de “cooperação” e “solidariedade” (IVO, 2002). Há também o discurso da parceria público-privada para transformar a cidade de modo que se “pareça” um lugar inovador, criativo, seguro para viver, seguro para investir, visitar ou consumir. Segundo Harvey (1996) esse modelo de parceria tem por “objetivo político e econômico imediato, o investimento imobiliário pontual e especulativo”, focado na divisão espacial do consumo. Por isso, as camadas populares não estão no centro do discurso do empresariado.

A dificuldade que o cidadão que não é empresário ou representante de uma entidade de classe tem de ter acesso ao Conselho está estampada na composição das câmaras técnicas do Codem. Somente a Câmara de Assuntos Comunitários tem espaço para associações de moradores, representados pela Federação das Associações de Bairros de Maringá – Feabam. Assim mesmo, é apenas uma vaga. Com isso, fica evidente a desconexão entre o discurso de que a “comunidade” está interferindo nos rumos da cidade ou “determinando” o futuro, e a prática do empresariado.

4 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um processo complexo como esse, minimamente exposto aqui, o sistema de dominação gestionária acaba atribuindo aos dominados uma necessidade de serem realistas. Na opinião de Boltanski (2013b, p. 450) “ser realista, quer dizer, aceitar as

restrições, notadamente econômicas, tais como elas são, não porque sejam boas ou justas 'em si', mas porque não podem ser diferentes do que são". Mais do que isso, explica o sociólogo francês:

> Em um sistema de política gestionária, o realismo ocupa o centro do dispositivo de dominação. Ele constitui, ao mesmo tempo, o princípio de justificação no qual os dominantes se apoiam e a virtude que eles exigem dos dominados. Mas não se trata apenas de um discurso, ou por assim dizer, uma ideologia. O que caracteriza um sistema deste tipo é, de fato, a sua capacidade de ligar não apenas idealmente, mas também nos fatos, os elementos diversos que compõem a realidade para torná-los intimamente interdependentes. Ou, ainda, sua capacidade de constituir uma realidade em que tudo se encaixa, ou seja, uma realidade cuja força teria uma dimensão absoluta. A realidade considerada como algo externo, que seria independente das relações sociais (ou, por assim dizer, em termos marxistas, fetichizada) pode então ser, não apenas evocada, mas mostrada em suas manifestações mais tangíveis. Pode-se atribuir a ela uma vontade própria e mostrar como a mesma se manifesta, especialmente quando é capaz de punir aqueles que pensarem que dela podem escapar. A este respeito, governantes e governados, dominantes e dominados enfrentam o mesmo problema. Eles são, todos, supostos servidores da realidade. A todos eles se pede para serem realistas (BOLTANSKI, 2013b, p. 451).

É aqui que se manifesta a profunda assimetria, segundo Boltanski. E isso é produto da fetichização da realidade que encaba encobrindo a sua essência. Há nesse processo "uma rede de regras, leis, formatos de provas, normas, modos de cálculo e controle, que têm, na maioria das vezes, mas em graus variados, uma origem institucional", afirma Boltanski (2013b, p. 451). Assim, deve-se saber que um dos principais diferenciais entre dominantes e dominados é justamente a posição assimétrica que ocupam em relação às instituições e, consequentemente, às regras que as instituições fixam.

Mas, e a crítica? Na opinião de Boltanski (2013b, p. 460), a crítica social deve "continuar a crítica das formas atuais do capitalismo e se interrogar sobre os meios de torná-la eficaz". Assim, a crítica deve se ocupar das instituições. "Uma sociedade necessita de instrumentos capazes de dizer 'é o que é', ou seja, de instâncias suscetíveis de reduzir a incerteza que engendra necessariamente o fluxo dos acontecimentos, o fluxo da vida" (BOLTANSKI, 2013a). O autor acrescenta:

> As instituições podem dizer o que é "em si", porque elas não estão situadas. Estando situadas, os atores só podem ter um "ponto de vista" sobre os problemas, como se diz com razão. Mas a instituição deve dar-nos o ponto de vista dos pontos de vista. A maneira mais fácil é delegar a função semântica para a instituição, pois é um corpo sem ser propriedade que permite que seja dominante. Mas sendo sem corpo, necessita de porta-vozes, e esses porta-vozes – um dos temas mais antigos da sociologia – nunca se sabe se eles falam em nome da instituição ou em nome de seus próprios interesses. Eles são dotados de regalias, de um tom de voz particular, para designar os casos em que é o bem comum que se expressa pela sua boca. Mas, confrontados

> com estas declarações, a crítica sempre está pronta para se manifestar, mesmo que seja na forma de ironia. Atualmente, está na moda criticar a crítica, considerando que é uma fonte de inquietudes, de impotência. Penso, ao contrário, que as sociedades nas quais se expressam os fenômenos patológicos, são as sociedades nas quais não há crítica. A patologia é o consenso (BOLTANSKI, 2013a).

Em última análise, Boltanski acredita que a emancipação só poderá vir pelos momentos sociais que obrigariam as instituições a se reformarem ou criariam instituições sujeitas, por sua vez, à crítica. Assim concluiu o sociólogo francês: "Precisamos repensar as relações entre as instituições e a crítica. Estes últimos não são necessariamente relacionados com a forma Estado-nação, também eles sem fôlego". Ele ainda enfatiza que "podemos procurar, do lado das tradições libertárias, imaginar instituições em sintonia com os dispositivos interpretativos vindos dos atores sociais" (BOLTANSKI, 2013a).

REFERÊNCIAS

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

BOLTANSKI, Luc. Entrevista a Sylvain Bourmeau e Anastasia Vécrin. **Jornal Libération**, Paris, 13 set. 2013. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/171-noticias-2013/524246-ser-dominado-e-ser-posto-permanentemente-a-prova-entrevista-com-luc-boltanski . Acesso em 21/07/2020.

BOLTANSKI, L. Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestionária. **Sociologia & Antropologia**, Vol. 03.06, pp. 441-463, novembro, 2013.

BRAGA, T. M. **Belo Horizonte**: desafios da dimensão ambiental nas políticas urbanas. 2001. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2001

BRETAS, Valéria. As melhores e piores 100 grandes cidades do Brasil. **Revista Exame** on-line, 16 mar 2017. Disponível em: http://exame.abril.com.br/brasil/o-ranking-do-servico-publico-nas-100-maiores-cidades-do-brasil/ . Acesso em 22/07/2020.

CODEM. **Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá**. Quem somos? Disponível em: http://www.codem.org.br . Acesso em 13/11/2017.

DIAS, E. F. **Gramsci em Turim**: a construção do conceito de hegemonia. 1ª. ed. São Paulo: Xamã, 2000.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da Administração Urbana no capitalismo tardio. **Espaço e Debates**. Ano XVI, São Paulo, 1996.

IVO, A. B. L. Recomposição política, comunidade cívica e governança urbana. In: **Cadernos Metrópole**, n. 8, 2º. semestre. São Paulo: PUC, 2002.

LIMA, M. **Dallas no Paraná**. Revista Veja, nº. 20, São Paulo: Ed. Abril, 1999.

O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ. **Maringá**: Editora Central, diário, 1993-2006.

O JORNAL DO POVO. **Maringá**: Editora Setentrião, diário, 1993-1997.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. **Lei municipal nº 4275/1996**. Institui o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá – CODEM. Paço Municipal: Maringá, 16 set. 1996.

RANKING ENDEAVOR. As 10 melhores cidades do interior do Brasil para empreender. Gazeta do Povo (Curitiba), 04/01/2017. Disponível em: http://www.gazetadopovo.com.br/economia/empreender-pme/as-10-melhores-cidades-do-interior-do-brasil-para-empreender-c9r0vg1ey7v7ahqaer9trgsaj . Acesso em 23/07/20020

REVISTA ACIM. **Maringá**: Associação Comercial e Empresarial de Maringá, 1993-2005. Mensal. ISSN 1981-1926.

SÁNCHEZ, F. Políticas urbanas em renovação: uma crítica dos modelos emergentes. In: **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**. Campinas, n. 1, maio, 1999.

SILVA, C. A. M. **Considerações sobre o espaço urbano de Maringá – Pr**: do espaço de floresta à Cidade Jardim, representação da “Cidade Ecológica”, “Cidade Verde”. 2006. Tese (Doutorado em Engenheria de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2006.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. Encontro Nacional da Anpur, 8, Porto Alegre, 1999. **Anais...**, Porto Alegre: ANPUR, 1999.

SOBRE A ORGANIZADORA

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI - Doutorado (2015) e Mestrado (2001) em Serviço Social pela UFPE, Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela UNB. Atua na Saúde Pública há duas décadas no Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhando Discentes e Residentes em Saúde. Coordena a Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde da Cidade do Recife, exercendo a docência em nível de Pós Graduação na modalidade de Residência nas disciplinas de Bioética, Promoção da Saúde, Política de Saúde e Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. Em 2016 enquanto devolutiva do processo de doutorado implantou o Projeto de extensão Pode Respirar! Discutindo Promoção da Saúde no SUS (em vigência) na Universidade de Pernambuco – UPE, orientando discentes e Residentes na área de saúde na modalidade de extensão universitária, desenvolvendo atividades formativas – cursos, grupos de estudos, oficinas e outros – voltadas para a qualificação de recursos humanos e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise de dados 20, 21, 22, 26

Análise espacial 186, 187, 190, 194, 195, 196, 207

Análise exploratória de dados espaciais (AEDE) 183, 186, 189, 204

C

Condomínios fechados 96, 97, 103, 106, 110, 112, 123

Contêineres 92, 94

Contratualismo 1, 2

D

Déficit habitacional 96, 98, 104

Desarrollo sostenible en México 77

E

Economia criativa 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 75

Ecossistema criativo 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 74, 75

Espaço planejado 119

Espaço urbano 98, 100, 101, 104, 106, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 255

Espelho 232, 233, 234, 235, 237, 238

Estado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 20, 24, 52, 61, 67, 77, 78, 81, 85, 86, 89, 95, 96, 97, 101, 103, 104, 105, 108, 109, 139, 159, 163, 171, 173, 183, 193, 195, 196, 200, 201, 202, 204, 205, 207, 213, 214, 221, 225, 228, 230, 240, 242, 243, 245, 250, 254

F

Futebol 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231

G

Gestão corporativa 16

Gestão de pessoas 170, 174, 179, 180, 181, 182

Gestão pública 242

Governança 15, 17, 19, 241, 254

I

Índice de qualidade de mobilidade urbana (IQMU) 124, 130, 131, 133, 134, 135

Índice de sustentabilidade empresarial – ISE 138, 140, 145, 153, 156

Instagram 236, 237

M

Medo 4, 108, 109, 110, 122, 221, 235

Meio ambiente 15, 18, 100, 138, 141, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 158, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167

Método de pesquisa 16, 20, 21

Mobilidade urbana 106, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136

Modelos de decisão 56, 57, 58, 61

Mundo do trabalho 170, 252

P

Pesquisa bibliográfica 17, 29, 169, 170, 208, 218, 220, 221

Processo decisório 56, 57, 61

Processo de gestão 56

R

Recursos humanos 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 256

Regimes autoritários 218, 219, 220, 221, 222, 227, 228

Relações urbanas 97

Relatório integrado (RI) 15, 16, 17, 18, 19

Relatórios de administração (RA) 138, 140, 146, 149, 154

Responsabilidade corporativa 16

S

Selfie 232, 233, 236, 237, 238

Sistema nacional de transplantes (SNT) 185, 205, 206

Sustentável 15, 17, 73, 92, 99, 129, 136, 137, 147, 153, 154

T

Teoria materialista do Estado 7

Turismo 76, 137, 158, 159, 165, 166, 167, 168, 244, 248

Turismo e hospitalidade 159, 168